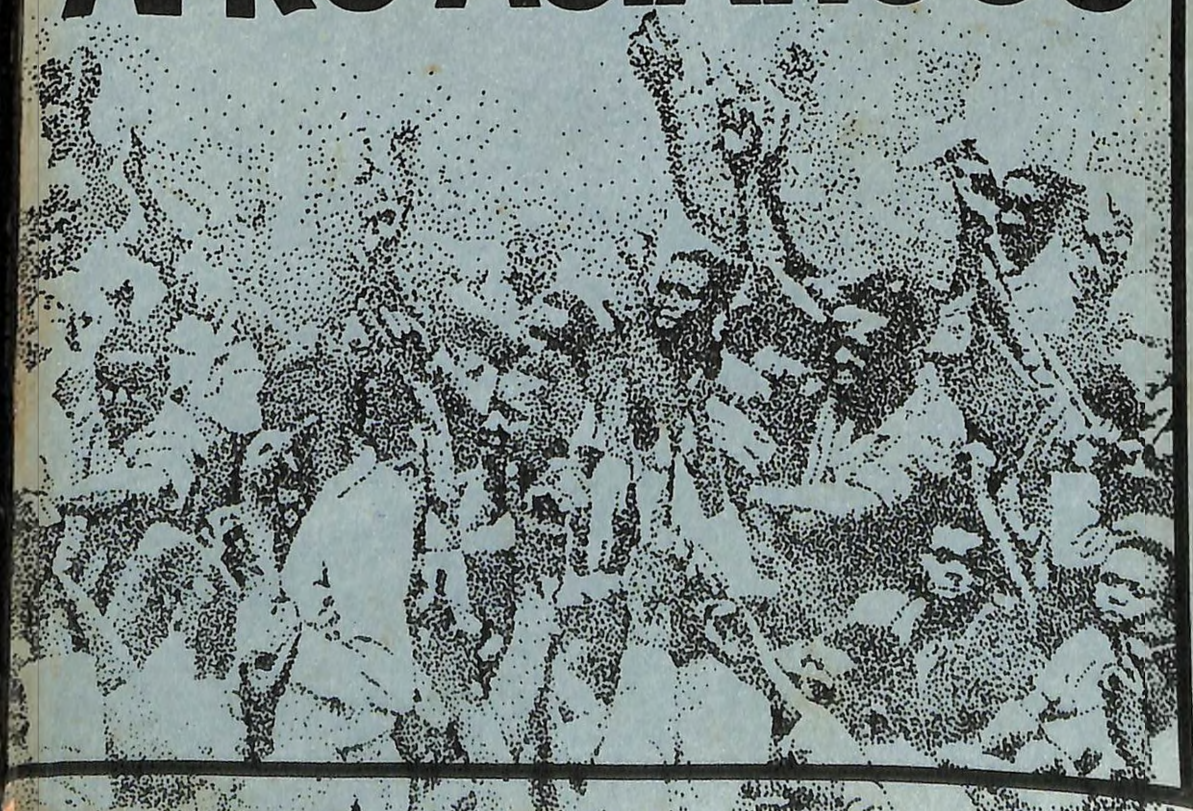


- Laboratório de Pesquisas sobre Desigualdades Raciais
- Aspectos demográficos dos grupos raciais
- Cor e seletividade conjugal no Brasil
- Educação: um quadro de desigualdades raciais
- Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro
- Raça, gênero e mercado de trabalho
- Família escrava e legitimidade
- Resistência negra e religião
- Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia
- Artes negras: uma perspectiva afrocêntrica
- Novas direções na história etnográfica
- A DUI de De Klerk
- A guerra e as mudanças sociais em Moçambique

estudos

AFRO-ASIÁTICOS

23



CADERNOS
CANDIDO MENDES

K7/2



estudos **23**
AFRO-ASIÁTICOS
ISSN 0101-546x

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
Carlos A. Hasenbalg

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

Nº 23 – Dezembro de 1992

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA
Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editores

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

Conselho Editorial

Caetana Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Colin Darch, Denise Ferreira da Silva, Ermani Teixeira Torres Filho, Giralda Seyferth, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Kabengele Munanga, Luiz Claudio Barcelos, Marta Aimée Rangel Batista, Nelson do Valle Silva, Olívia Maria Rodrigues Galvão, Olívia Maria dos Santos Gomes, Ronaldo Vainfas, Severino Bezerra Cabral Filho, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie

Conselho Consultivo

Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Serviços de Tradução

Anne Marie Millon, Carlos Alberto Medeiros, Diane Groszklaus, Juarez Pinheiro Coqueiro

Produção Gráfica

Hamilton Magalhães Neto (coordenador); Luiz Carlos Palhares (revisor); Gicélia da Conceição, Sônia Maria e Tarciso Pereira (compositores); Rodilson Gonçalves de Sá e Dilmo Milheiros (arte-finalistas)

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price: Single Copies: US\$ 8.00

Annual Subscription (two issues): US\$ 15.00 (air mail)

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à:
Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to:

Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10/Conj. 501, Tel. 224-8622/R. 259, Fax (021)507-1155
20011 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação Ford e do CNPq

Sumário

Laboratório de Pesquisas sobre Desigualdades Raciais 5

□ Aspectos demográficos dos grupos raciais 7

Nelson do Valle Silva

Aborda a distribuição espacial dos segmentos raciais da população brasileira e suas características demográficas, em aspectos relacionados à sobrevivência, área de reprodução e padrão de nupcialidade.

□ Cor e seletividade conjugal no Brasil 17

Maria Celi Ramos da Cruz Scalon

Analisa a endogamia racial segundo diferentes coortes de idade, anos de estudo e instrução do pai, com base nos dados do chefe de domicílio constantes da PNAD de 1982.

□ Educação: um quadro de desigualdades raciais 37

Luiz Claudio Barcelos

Reflete sobre as desigualdades raciais relacionadas à educação, analisa os estudos e indicadores conhecidos sobre o desempenho dos grupos raciais frente ao sistema educacional e traça um diagnóstico da situação atual com base na PNAD de 1987 e 1988.

□ Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro 71

Marta Aimée Rangel Batista e Oltvia Maria Rodrigues Galvão

Analisa a participação dos grupos de cor no mercado de trabalho brasileiro, segundo a idade e os anos de estudo, a estrutura setorial de emprego, o grau de formalização e o rendimento mensal, a partir dos dados publicados da PNAD de 1987.

□ **Raça, gênero e mercado de trabalho** 97

Denise Ferreira da Silva e Márcia Lima

Apresenta a situação da mulher negra no mercado de trabalho a partir dos dados da PNAD de 1987 e tenta detectar o lugar que lhe vem sendo destinado e a influência da cor na sua alocação.

Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia 113

Sheila Siqueira de Castro Faria

Explica as variações regionais no acesso de escravos ao casamento na Igreja Católica no Brasil dos séculos XVII e XVIII, comparando dados historiográficos tradicionais com documentos de freguesias distantes de portos e bispados.

Resistência negra e religião: a repressão ao candomblé de Paramerim, 1853 133

Cecília Moreira Soares

Estuda a resistência religiosa negra na Bahia oitocentista, a partir do relato da repressão ao candomblé de Paramerim em 1853.

Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões) 143

Livio Sansone

Registros e reflexões iniciais a respeito de cor e classe e do desenvolvimento da identidade étnica dos afro-brasileiros, com base em pesquisa de campo em Salvador e Camaçari.

Artes negras: uma perspectiva afrocêntrica 175

Alejandro Frigerio

Aponta – baseado em trabalho de campo, no conhecimento experimental e em amplo levantamento bibliográfico – seis qualidades que caracterizam a *performance* artística afro-americana.

Novas direções na história etnográfica 191

Richard Price

Discute as novas tendências da história etnográfica, a partir da análise dos experimentos realizados em dois livros do próprio autor – *First time* e *Alabi's world*.

A DUI de De Klerk 201

Walton R. Johnson

Mostra a analogia entre a atual estratégia de sobrevivência dos brancos na África do Sul, levada a efeito por F. W. de Klerk, e a política de declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul por Ian Smith, nos anos sessenta.

A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique (1986-1992): cenários para o futuro 213

Colin Darch

Desenvolve duas teses sobre a situação econômica e militar de Moçambique desde meados dos anos oitenta até o início dos anos noventa e aponta alguns cenários que poderão advir dos reveses das políticas da Frelimo e do avanço da Renamo nas cidades.

Laboratório de Pesquisas sobre Desigualdades Raciais

Os artigos "Aspectos demográficos dos grupos de cor", "Cor e seletividade conjugal no Brasil", "Educação: um quadro de desigualdades", "Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro" e "Raça, gênero e mercado de trabalho", deste número de Estudos Afro-Asiáticos, foram realizados no âmbito do Laboratório de Pesquisas sobre Desigualdades Raciais no Brasil.

Desenvolvido a partir de março de 1991 no CEAA, sob orientação minha e de Nelson do Valle Silva, esse programa de treinamento de pesquisadores objetivou fazer um diagnóstico do desempenho sócio-econômico dos grupos raciais por ocasião do centenário da abolição, utilizando sobretudo os dados da PNAD de 1987 que foram publicados no volume Cor da população.

O grande desenvolvimento experimentado pelo Brasil durante três décadas, começando em 1950, gerou expressiva melhora das condições sociais cujos reflexos se estenderam até mesmo à década de oitenta, a famosa "década perdida". No entanto, a sociedade brasileira não logrou superar dois problemas básicos: o da distribuição da riqueza e o das desigualdades raciais.

Em linhas gerais, o modelo econômico praticado no Brasil, embora tenha gerado enorme mobilidade social, não universalizou a educação básica.

não fez a reforma agrária e concentrou ainda mais a renda. Com isso, os indivíduos se encontram numa situação de descapitalizados cultural e economicamente. E daí as legiões de deserdados, que se tornam mais visíveis nesse longo período recessivo que o país está atravessando, de que o aumento da população de rua nas grandes cidades é apenas um dos exemplos mais evidentes.

Nesse contexto, ressalte-se a diferenciada capacidade dos segmentos sociais em fazer valer suas demandas. O país dos lobbies bem-articulados, e freqüentemente endinheirados, de Brasília é o mesmo país do extinto programa de distribuição do leite. Some-se a isso as históricas taxas de desperdício e malversação que acompanham a execução de políticas sociais. Temos, então, desenhado um quadro em que políticas redistributivas são praticamente inviabilizadas.

Nessa dinâmica, há também um importante componente regional: o relativo bem-estar de alguns estados contrasta com áreas do Nordeste que desfrutam de condições de vida comparáveis às das mais subdesenvolvidas regiões do planeta.

O fator racial, constantemente negligenciado nos estudos sobre a realidade brasileira, tem um papel específico nesse processo de estratificação. Em geral, nos sucessivos estágios do ciclo de vida sócio-econômico, os segmentos preto e pardo da população obtêm os piores desempenhos. O efeito da variável raça, que tem sido reafirmado pela pesquisa sociológica recente no Brasil, é detectado nos temas abordados pelos cinco trabalhos.

A diferenciação no acesso às oportunidades e na realização sócio-econômica, mais uma vez constatada, permite afirmar que há um problema racial a ser resolvido na sociedade brasileira. Problema esse que só será solucionado quando as desigualdades raciais forem incorporadas, sem subterfúgios, à agenda de discussões das graves dificuldades nacionais.

Carlos Hasenbalg

Aspectos demográficos dos grupos raciais

Nelson do Valle Silva

* Pesquisador titular do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC-CNPq.

Segundo as estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), levantamento anual conduzido pela Fundação IBGE, o Brasil contava em 1988 com uma população de cerca de 141 milhões de indivíduos. Destes, respondendo ao quesito "qual a sua cor?", 55,5% indicavam a cor branca. A porcentagem equivalente para aqueles se identificando como pretos era de 5,4%, como pardos na ordem de 38,6% e como amarelos apenas 0,5%.

A composição por cor da população brasileira apresenta, no entanto, uma evolução histórica peculiar. Em que pese algumas variações no formato do quesito cor, ao longo dos censos e das PNADs,¹ parece indubitável que a população brasileira de cor branca era minoritária no século passado, com a estimativa para 1890 indicando que os brancos compunham cerca de 44% da população total. Esse quadro se viu dramaticamente alterado com as fortes imigrações de origem européia, que atingiram seu auge nas décadas em torno da virada do século e que ocasionaram acentuado

embranquecimento da população. Assim, o recenseamento de 1940 mostraria que a proporção de brancos havia alcançado a marca dos 63,5%, ao passo que a população parda havia reduzido a sua participação relativa a praticamente metade dos 41,4% registrados 50 anos antes.

Nesta última data, entretanto, as imigrações já haviam deixado de se constituir em elemento relevante na evolução demográfica da população brasileira, esta resultando desde então do comportamento dos fatores de crescimento natural endógeno. A dinâmica demográfica passa a ser regida basicamente pelos regimes de mortalidade e de fecundidade e, no caso da composição por cor, também pelo padrão de intercasamento. É a evolução desses fatores que explica, numa forma que implica complexa determinação, as mudanças na estrutura de cor de nossa população. Tendencialmente, as resultantes das evoluções nos componentes demográficos parecem apontar para uma consistente *redução* na população preta, para um *aumento* correspondente na

população parda e lenta diminuição – eventualmente uma estabilidade no médio prazo – da população auto-identificada como branca (Tabela 1 no Anexo, assim como as demais tabelas).

Uma característica notável da composição racial da população brasileira são as grandes diferenças em sua distribuição espacial. A par da elevada concentração da população amarela no estado de São Paulo (englobando mais de 73% da população nesse grupo de cor), os contrastes mais fortes parecem se dar entre a população branca, por um lado, e a população parda, por outro. Assim, enquanto praticamente metade da população parda se encontra na região Nordeste (mais precisamente, 49,8%), a fração correspondente para os brancos é de apenas 15,1%. Inversamente, as áreas relativamente mais ricas do Sudeste (Rio e São Paulo) e do Sul abarcam 64,9% da população branca e somente 22,4% da população parda. Nesse sentido, é importante se observar que a população preta apresenta nítidas vantagens locacionais *vis-à-vis* o grupo pardo, com uma concentração bastante mais forte nas áreas mais ricas: 48,1% dos pretos vivem nas regiões Sudeste e Sul e apenas 30,2% no Nordeste (Gráfico 1).

Examinando-se a composição intra-regional, os principais fatos parecem ser a elevada participação dos brancos nas populações da região Sul (83,8% do total) e São Paulo (76,3% do total) e dos pardos na região Nordeste, onde compreendem 65,8% da população regional (contra apenas 28,6% de brancos nessa região). No que diz respeito ao grupo preto, o fato mais notável parece ser sua forte participação no estado do Rio de Janeiro,² onde atingem 10,5% da população estadual, número que representa quase o dobro de sua participação na população brasileira total (Gráfico 2 e Tabela 2).

Além disso, existem importantes diferenças raciais nos componentes da dinâmica demográfica, refletindo, pelo menos parcialmente,

as diferenciais na distribuição espacial. Dessa forma, no que diz respeito à mortalidade infantil, estimativas feitas para 1980 indicam que, enquanto a taxa para crianças brancas era de 77 óbitos de menores de um ano para cada mil nascidos vivos, a taxa correspondente para pardos era de 105 e para pretos de 102 (Tamburo, 1987) (Tabela 3).³

Similarmente, pretos e pardos apresentam níveis de mortalidade adulta significativamente maiores do que brancos. Entre homens, a esperança de vida ao nascer, que era da ordem de 41,6 anos entre pretos e pardos e de 49,7 anos entre brancos no período 1950-1955, atinge o nível estimado de 64,1 para brancos e 57,7 para pretos e pardos em 1975-1980. Para as mulheres, o quadro é semelhante: de um nível inicial de cerca de 43,8 anos para pretas e pardas e 52,6 anos para brancas em 1950-1955, as estimativas para o período 1975-1980 são de 61 e 68 anos, respectivamente (Wood, 1991). Observe-se que, apesar de os ganhos terem sido um pouco mais acentuados entre não-brancos, permanecem diferenças sensíveis na sobrevivência a favor dos brancos, vantagem que é da ordem de aproximadamente 6,4 anos entre os homens e de sete anos entre as mulheres.

Algumas diferenças significativas também se dão na área da reprodução. Examinando-se a evolução da taxa de fecundidade total (TFT) entre 1940 e 1980, observa-se que as mulheres pardas durante todo esse período apresentaram os níveis reprodutivos mais elevados, com um valor estimado em 6,3 filhos por mulher em 1940, declinando para 5,6 filhos em 1980. O declínio da fecundidade, que apresenta um padrão de descenso comum a todos os grupos de cor, afetou diferentemente o ritmo reprodutivo desses grupos. Em particular, a queda da fecundidade foi particularmente rápida entre mulheres brancas, caindo de 6,1 filhos por mulher em 1960 para cerca de 3,6 filhos em 1980. Com isso, as mulheres pretas, que tinham o menor nível reprodutivo em

GRÁFICO 1
O lugar da cor (% por cor)

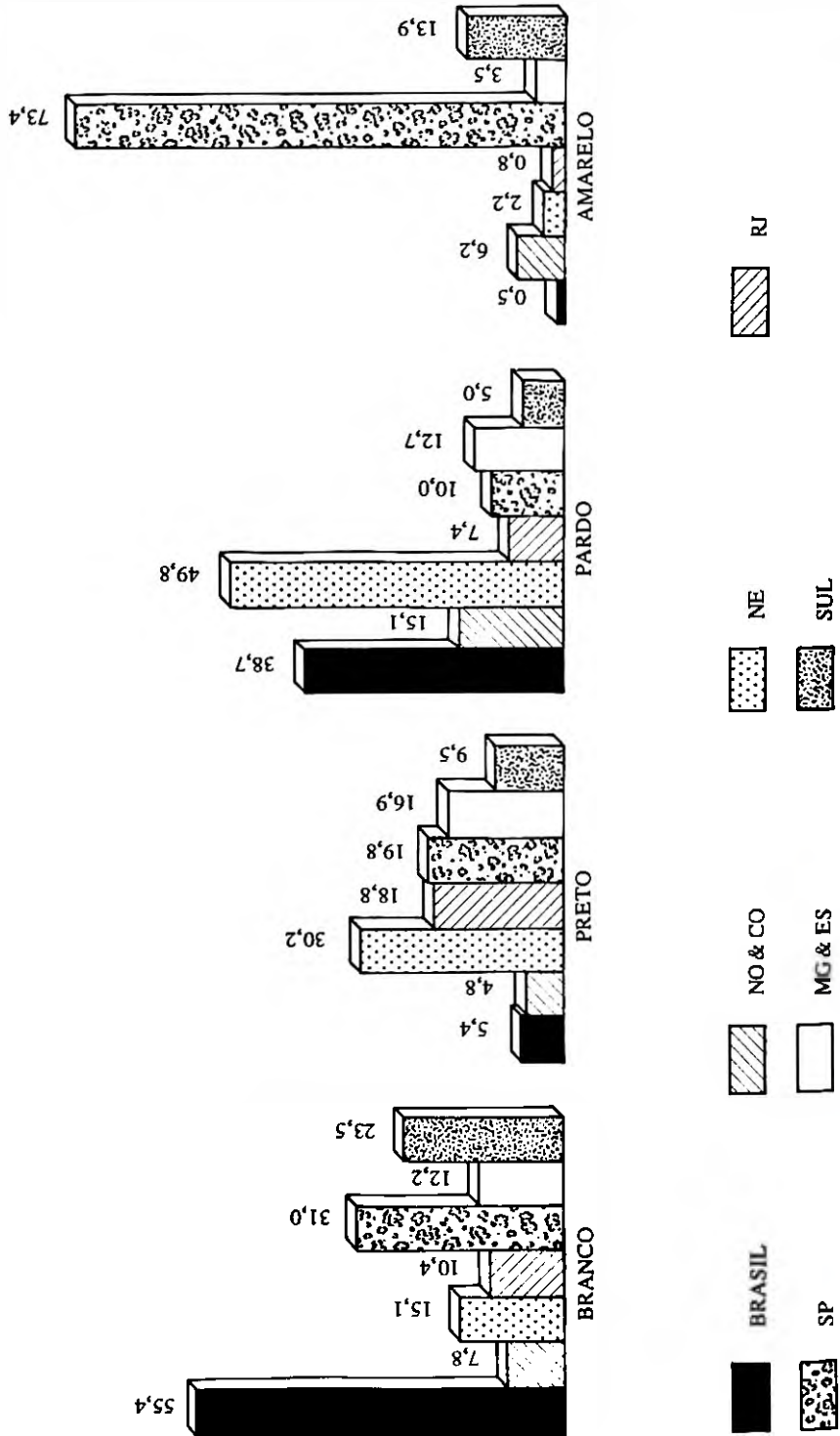
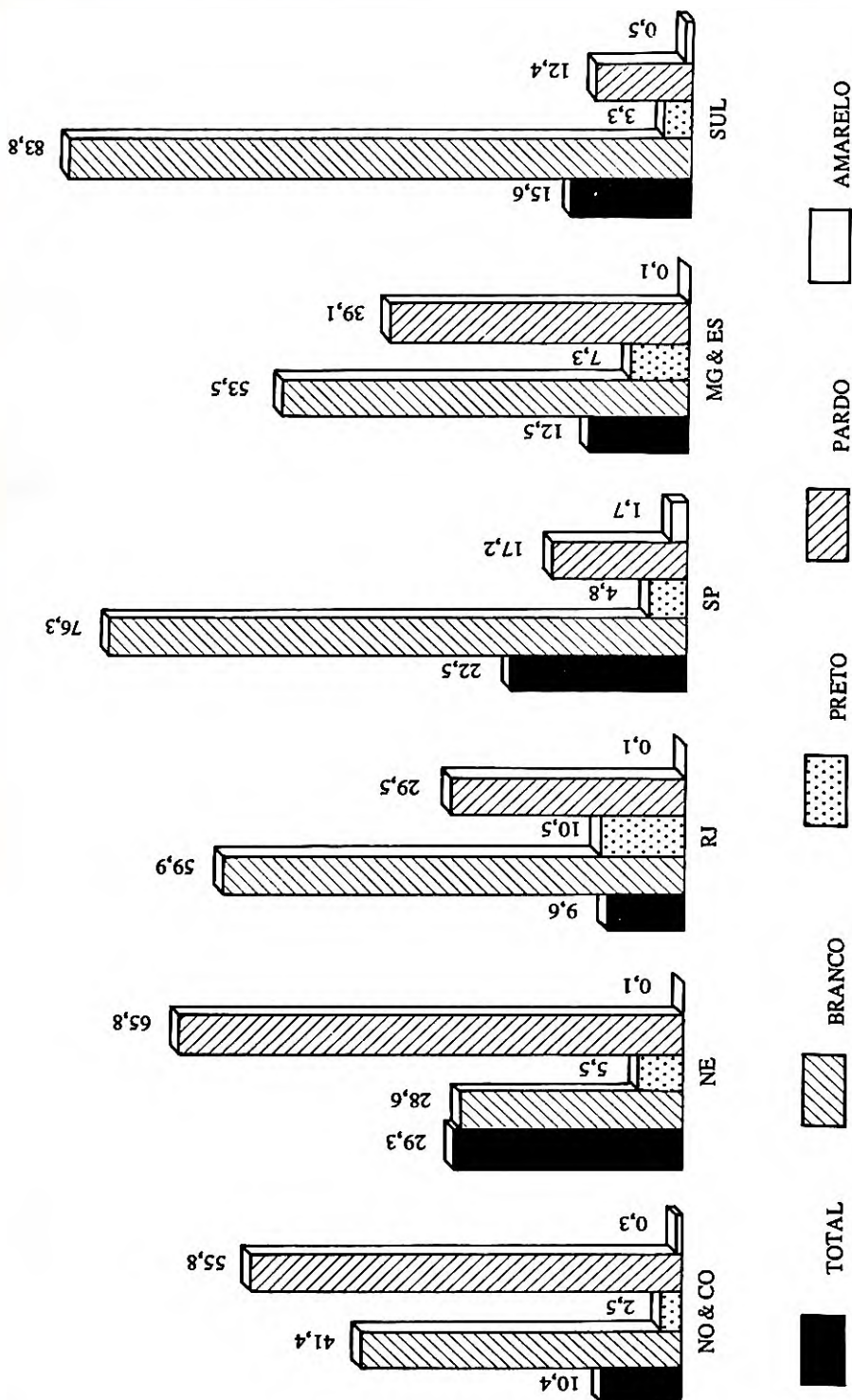


GRÁFICO 2
A cor do Brasil (% por região)



Fonte: PNAD de 1988.

1940-1960, passam recentemente, em 1980, a ter fecundidade superior à das brancas, com nível médio de 5,1 filhos por mulher (Bercovich, 1987) (Tabela 4).

Estimativas mais recentes indicam que entre 1980 e 1984 a redução mais intensa se dá entre mulheres pardas (uma queda da ordem de 22%), resultando numa convergência na fecundidade entre pretas e pardas, com a TFT atingindo 4,3 e 4,4 filhos entre pretas e pardas, respectivamente. Com isso, reduz-se também a diferença entre pardas e brancas, caindo de cerca de dois filhos para 1,4 filho (Bercovich, 1991).

No que tange aos padrões de casamento – aqui definidos de forma ampla, incluindo não só as uniões formais como também as consensuais –, novamente temos diferenças significativas. O grupo preto apresenta o padrão de casamento mais tardio, com a idade média ao casar sendo estimada em 23,4 anos para mulheres pretas e em 26,3 anos para homens pretos, enquanto o padrão mais precoce é o do grupo pardo, com uma idade média ao casar de 22,5 anos para mulheres e 25,4 para homens. Nesse caso, o grupo branco apresenta comportamento intermediário. As diferenças mais significativas, no entanto, dizem respeito ao

celibato definitivo (proporção de pessoas que nunca chegam a casar); aqui o contraste entre brancos e pardos é relativamente modesto quando cotejado com os dados do grupo preto. De fato, enquanto entre brancos e pardos o celibato masculino fica entre 5,2% e 5,5%, entre pretos o percentual correspondente é de 7,8%. O que mais chama a atenção, entretanto, é o celibato entre mulheres pretas, atingindo o nível de 13,4% delas e contrastando com o nível de 7,7% a 8% entre brancas e pardas (Berquó, 1987) (Tabela 5).

Finalmente, deve-se mencionar que, embora num nível bastante inferior ao observado em outras sociedades multirraciais, na maior parte dos casamentos no Brasil os cônjuges são do mesmo grupo de cor. Essa endogamia, que varia inversamente com o tamanho do grupo, é maior entre brancos que entre pretos. Assim, apenas 58,6% dos homens pretos estão casados com mulheres da mesma cor, ao passo que 67% das mulheres pretas têm cônjuges do mesmo grupo. Os valores entre brancos é de 88,1% para os homens e 84,7% para as mulheres. Adicionalmente, nos casamentos exogâmicos, é mais comum o caso em que o homem é mais escuro do que a mulher, do que o inverso (Berquó, 1987) (Tabela 6).

ANEXOS

TABELA 1

Composição da população por grupo de cor – Brasil, 1890-1988

COR	ANO					
	1890	1940	1950	1960	1980	1988
Branca	44,0	63,5	61,7	61,0	54,8	55,5
Parda	41,4	21,2	26,5	29,5	38,5	38,6
Preta	14,6	14,6	11,0	8,7	5,9	5,4
Amarela e s/d	–	0,7	0,8	0,8	0,8	0,5

Fontes: Censos Demográficos e PNAD de 1988.

TABELA 2

Distribuição da população brasileira por cor, região e área de residência – 1988

REGIÃO	COR				
	BRANCA	PRETA	PARDA	NÃO-BRANCA	AMARELA
Rio de Janeiro					
Rural	544.676	130.171	394.749	524.920	1.352
Urbano ñ-metrop.	1.309.209	141.930	388.646	530.576	–
Metropolitano	6.303.196	1.166.241	3.229.822	4.396.063	4.802
São Paulo					
Rural	2.229.246	157.415	522.292	679.707	45.092
Urbano ñ-metrop.	10.295.449	600.091	1.806.953	2.407.044	170.369
Metropolitano	11.759.624	765.661	3.148.366	3.914.027	327.303
Sul					
Rural	6.196.886	164.562	892.889	1.057.451	27.336
Urbano ñ-metrop.	8.256.710	329.407	1.374.341	1.703.748	64.699
Metropolitano	4.006.492	237.639	473.372	711.011	11.002
Minas Gerais e Esp. Santo					
Rural	2.508.607	418.044	2.284.001	2.702.045	8.516
Urbano ñ-metrop.	5.411.042	618.628	3.241.844	3.860.472	12.804
Metropolitano	1.613.312	262.327	1.449.438	1.711.765	4.225
Nordeste					
Rural	4.439.212	1.044.635	12.682.260	13.726.895	456
Urbano ñ-metrop.	5.077.642	766.253	10.585.233	11.351.486	4.551
Metropolitano	2.323.656	504.803	4.004.122	4.508.925	11.432
Norte e Centro-Oeste					
Rural	1.085.713	77.586	1.421.869	1.499.455	2.985
Urbano ñ-metrop.	3.861.541	230.294	5.253.306	5.255.600	36.943
Metropolitano	1.182.839	60.062	1.596.165	1.656.227	6.046

Fonte: PNAD de 1988.

TABELA 3

Mortalidade infantil por mil nascidos vivos*

CENSOS	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	NEGROS**	TOTAL
1960	105	151	140	148	122
1980	77	105	102	105	89

(*) A mortalidade infantil foi estimada a partir da informação básica referente às mulheres de 20 a 24 anos.

(**) "Negros" refere-se a "Pardos e Pretos".

Fonte: Tamburo, 1987.

TABELA 4

Taxas de fecundidade total por cor – 1940-1980

CENSOS	FECUNDIDADE POR COR		
	BRANCA	PRETA	PARDA
1940	5,99	5,53	6,28
1950	6,07	5,80	6,92
1960 ^a	6,16	5,79	6,85
1980 ^b	3,44	4,86	5,25
1980 ^c	3,56	5,12	5,63

(a) Os dados utilizados desse censo não incluem algumas Unidades da Federação.

(b) Dados de 1980 comparáveis aos de 1960.

(c) Censo completo de 1980.

Fonte: Bercovich, 1987.

TABELA 5

Idades médias da primeira união e do celibato definitivo, para homens e mulheres, segundo a cor – Brasil, 1980

COR	MULHERES		HOMENS		DIFERENÇA NA IDADE AO CASAR
	IDADE AO CASAR	CELIBATO	IDADE AO CASAR	CELIBATO	
Branca	22,7	7,7	25,7	5,5	3,0
Parda	22,5	8,0	25,4	5,2	2,9
Preta	23,4	13,4	26,3	7,8	3,1

Fonte: Berquó, 1987.

TABELA 6

Casamento inter-racial no Brasil – 1980 – Cor do marido e cor da esposa

	HOMENS			MULHERES			TOTAL
	BRANCA	PARDA	PRETA	BRANCA	PARDA	PRETA	
Branca	88,1	23,0	13,0	84,7	14,0	1,3	100,0
Parda	10,9	73,8	28,4	18,0	77,1	4,9	100,0
Preta	1,0	3,2	58,6	10,9	22,1	67,0	100,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	–	–	–	–

Fonte: Berquó, 1987.

NOTAS

1. Para uma discussão dessas variações e dos cuidados de interpretação que requerem os dados oficiais sobre cor da população brasileira, veja-se, por exemplo, Araújo (1988).
2. De fato, a população preta na região metropolitana do Rio de Janeiro é maior do que a população preta em toda a área rural da região Nordeste e mais do dobro daquela localizada nas três metrópoles nordestinas juntas (Tabela 2).
3. Garcia Tamburo (1987) estima que o nível da taxa de mortalidade infantil para a população denominada "negra" - aglutinando pretos e pardos em 1980 - equivalia ao nível da mesma taxa para a população branca 20 anos antes, isto é, em 1960 (Tabela 3).

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Tereza C. (1988). "A classificação de 'cor' nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão". (Mimeo.)
- BERCOVICH, Alcía (1987). "Fecundidade da mulher negra: constatações e questões". *Textos Nepo*. Campinas, Nepo/Unicamp, (11):47-101.
- (1991). "Considerações sobre a fecundidade negra no Brasil." In: LOVELL, P. (ed.). *Desigualdades raciais no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG.
- BERQUÓ, Elza (1987). "Nupcialidade da população negra no Brasil". *Textos Nepo*. Campinas, Nepo/Unicamp, (11):8-45.
- TAMBURO, Estela M. Garcia (1987). "Mortalidade infantil da população negra brasileira". *Textos Nepo*. Campinas, Nepo/Unicamp, (11):104-28.
- WOOD, Charles H. (1991). "Categorias censitárias e classificação subjetiva de raça no Brasil". In: LOVELL, P. (ed.). *Desigualdades raciais no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG.

SUMMARY

Demographic characteristics of racial groups

According to the IBGE Annual Household Survey, in 1988, Brazil had a population of approximately 141 million. On the question pertaining to color, 55.5% classified themselves as "White", 5.4% as "Black", 38.6% as "Mulattoe" and 0.5% as "Asiatics".

This article deals with the spacial distribution and demographic characteristics of the racial segments

of the Brazilian population, in relation to aspects of survival, reproduction, and marital patterns.

One notable characteristic of the racial composition of the Brazilian population is its spacial distribution. There are important racial differences in the components of the demographic dynamic which, at least in part, reflect differentials in the spacial distribution.

RÉSUMÉ

Aspects démographiques des groupes de couleur

Selon les estimations de la PNAD (enquête nationale effectuée sur un échantillonage de domicile), dénombrement annuel fait par la Fundação IBGE, le

Bésil avait en 1980 une population d'environ 141 millions d'individus. De ceux-ci, à la question "quelle est votre couleur?", 55,5% ont indiqué la

couleur "blanche". Le pourcentage équivalent pour ceux qui s'identifiaient comme "noir" était de 5,4%, comme "métis" de 38,6% et comme "jaune" seulement 0,5%.

Cet article aborde la distribution spatiale des segments raciaux de la population brésilienne et ses caractéristiques démographiques, dans ses aspects qui ont rapport à la survie, à l'aire de reproduction et à la

structure de nuptialité.

C'est une caractéristique remarquable de la composition raciale de la population brésilienne les grandes différences dans sa distribution spatiale. Il y a de différences raciales importantes dans les composantes de la dynamique démographique qui refléchissent, au moins partiellement, les différentiels dans la distribution spatiale.

**ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES
RACIAIS NO BRASIL
- CADASTRO DA PRODUÇÃO
INTELLECTUAL (1970-1990)**

**Um importante instrumento
de pesquisa para os estudiosos.**



**São cerca de 2.500
referências classificadas
tematicamente, com
destaque para teses
de mestrado e doutorado.**

**À VENDA
NO CEAA (US\$ 10.00)
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501
TEL. 221-3536
FAX (021)507-1155**

Cor e seletividade conjugal no Brasil

Maria Celi Ramos da Cruz Scalon*

* Mestranda em sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

A importância das análises sobre seletividade marital consiste na relação de reciprocidade que o mercado de casamento e a estrutura social mantêm. Essa situação é definida pela influência que os fatores econômicos, sociais, históricos e culturais exercem sobre os padrões de preferência, inscritos na escolha dos parceiros, da mesma forma como a seleção conjugal e os arranjos que dela resultam indicam as características da estrutura e da estratificação da sociedade.

Esse efeito de reflexibilidade é focalizado por Matras (1973) ao desenvolver uma metodologia capaz de reconhecer as transformações populacionais no tempo e sua influência nas formas de seleção matrimonial. Também Mare (1990), analisando o papel exercido pela educação no mercado conjugal durante o período de 1930 a 1980, enfatiza a forma como os padrões de casamento ao mesmo tempo refletem e afetam a organização familiar, as tendências demográficas e a estratificação.

Os trabalhos sobre mercado matrimonial e as normas de preferência envolvidas inserem diversas variáveis determinantes da seleção conjugal, tais como idade; etnicidade; religião; segregação espacial; parentesco; linguagem; desenvolvimento econômico; processos históricos; *status* social, geralmente inferido do nível educacional; e condições demográficas, incluindo composição da população, fertilidade, taxas de crescimento e *marriage squeezes*; entre outras.

Dessa forma, o interesse de sociólogos e demógrafos na observação da estrutura de classificação conjugal se justifica, na medida em que os processos e padrões de seleção informam sobre as normas culturais, a rigidez da estratificação social e as características individuais socialmente valorizadas. Em suma, os padrões de preferência marital revelam a organização social, econômica e cultural.

Segundo Schoen e Kluegel (1988, p. 895), a escolha dos esposos é resultado basicamente de dois fatores: da *composição da população*, no que se refere à disponibilidade de parceiros

potenciais com determinadas características; e da *propensão para casar*, ou seja, "da atração mútua para o casamento entre homens e mulheres com características específicas, independentemente da composição da população".

Nesse sentido, Silva (1987) ressalta a importância dos estudos sobre seletividade racial no casamento, na medida em que revelam as normas e os valores envolvidos nas relações interétnicas e definem a composição da geração de filhos tanto no aspecto biológico como no aspecto social.

Analisando a influência da composição demográfica na diferenciação dos padrões e taxas de casamento entre brancos e pretos nos Estados Unidos, Schoen e Kluegel (1988, p. 895) definem a propensão para casar como o parâmetro que encerra "os múltiplos aspectos da escolha matrimonial, incluindo preferências individuais e a influência das estruturas e normas sociais prevaletentes". Para eles, a diferença nas taxas de casamento entre o grupo branco e o grupo preto pode ser atribuída tanto aos fatores demográficos como à propensão.

A baixa propensão de casamentos apresentada pela subpopulação negra nos Estados Unidos, principalmente quando cotejada com a subpopulação branca, tem motivado inúmeros estudos. A finalidade é definir as causas - populacionais e preferenciais - que suscitam essa diferença.

Como os casamentos inter-raciais representam na sociedade americana apenas 1,3% do total, segundo dados do censo demográfico de 1980, as análises matrimoniais que incluem a variável cor se reportam basicamente ao estudo do casamento dentro dos grupos raciais. Em geral, a literatura americana se atém à comparação dos padrões e taxas observados separadamente para brancos e negros.

Esse diferencial nas taxas de casamento se reflete na porcentagem de mulheres negras que permanecem solteiras. Segundo dados da *Current Population Survey* (CPS) de 1985,

4,9% das mulheres brancas nascidas na década de trinta nunca se casariam, proporção que aumenta para 11,5% entre as negras. A diferença de 6% observada evolui para 16% quando consideradas as mulheres nascidas na década de cinquenta, com 9% de solteiras para as brancas e 25% para as pretas. Também a média de idade no primeiro casamento apresenta variações para brancas e pretas, correspondendo nessa década a 21,7% e 22,5%, respectivamente (Bennet *et alii*, 1989).

Schoen e Kluegel (1988) concluem que a baixa propensão de casamentos entre mulheres pretas se deve ao fato de serem mais educadas do que os homens da mesma raça. Assim, elas têm menos oportunidade de encontrar parceiros com *status* ocupacional semelhante ou superior ao delas a fim de atender à norma geral de preferência, que postula arranjos conjugais nos quais o homem tem educação semelhante ou superior à da mulher.

Bennett *et alii* (1989) também explicam a menor propensão de casamento entre pretas como consequência desse descompasso entre norma de preferência e mercado. Soma-se a isso a deterioração significativa da situação do mercado de trabalho para jovens pretos em comparação com outros grupos. Como *status* e propensão para casar estão positivamente associados, as condições econômicas e ocupacionais desfavoráveis ao grupo negro operam no sentido de reduzir as taxas de casamento.

A dificuldade das mulheres pretas com níveis educacionais elevados em encontrar parceiros elegíveis, com nível igual ou superior, contribui para a opção por se manterem solteiras. Entre os grupos menos educados, são a baixa renda e o desemprego que funcionam como barreiras à propensão ao casamento.

Bennett *et alii* (1989, p. 716) chamam a atenção para a piora das condições econômicas dos pretos americanos e acrescentam:

Essa deterioração da situação econômica supõe a expansão de uma classe inferior

cujos membros provavelmente encontrariam dificuldade em obter recursos para casar (...). A erosão da oportunidade econômica é compatível com o declínio das taxas de casamento que nós observamos.

A pesquisa aponta ainda o *female marriage squeeze* e o número expressivo de mulheres solteiras com filhos como fatores que agem negativamente nas chances de casamento para as mulheres pretas. O desequilíbrio da razão entre sexos no grupo negro é causado pelas altas taxas masculinas de mortalidade e de encarceramento.

Lichter *et alii* (1991) observam que a queda nas condições de renda e ocupação dos jovens pretos produz um déficit de homens economicamente atraentes no mercado conjugal desse grupo. Essa análise converge para as conclusões de Schoen e Kluegel (1988). No entanto, a ênfase desse estudo recai sobre as especificidades locais dos mercados de casamento, referentes às oportunidades econômicas, aos padrões de urbanização e ao desequilíbrio na razão entre sexos. Dessa forma, chama a atenção para o componente espacial da seleção marital, pelo qual "(...) a suposição central é que os mercados de casamento operam no nível local, onde a propinquidade torna a interação e o casamento possíveis (Schoen e Kluegel, p. 844).

Goldman, Westoff e Hammerslough (1984) desenvolveram uma análise com base em medidas estatísticas que retratam as chances no mercado de casamento para indivíduos com características específicas. Analisando os dados do censo demográfico de 1970 e 1980 para as variáveis "idade", "educação" e "raça", os autores registram alguns padrões de preferência.

Com relação à idade, a norma de seleção conjugal supõe que os homens sejam mais velhos que as mulheres, sendo aquelas com menos de 25 anos as mais favorecidas no mercado marital. Além disso, a maior mortalidade

masculina contribui para a sensível redução das oportunidades de casamento para as mulheres mais velhas.

O padrão correspondente ao nível educacional, como já havia descrito Schoen e Kluegel (1988), indica o arranjo no qual o homem é mais instruído do que a mulher. Considerando que nos Estados Unidos, no grupo de cor preta, os homens possuem menos anos de estudo do que as mulheres, o mercado matrimonial se torna mais restrito para as mulheres pretas, mais velhas e mais educadas.

Berquó (1990) observou no Brasil os mesmos fenômenos descritos por Bennett, Schoen, Lichter e Goldman para os Estados Unidos, ou seja, casamento tardio e menores taxas de uniões entre as mulheres pretas.

O PADRÃO BRASILEIRO

Os dados do censo demográfico de 1980 no Brasil registram como idade média do primeiro casamento feminino 23,4 anos para as pretas, 22,5 anos para as pardas e 22,7 anos para as brancas. Além de o grupo preto se destacar como o que casa mais tardiamente, o número de mulheres que permanecem solteiras aos 50 anos é superior ao de pardas e brancas, indicando proporções de 13,4%, 8% e 7,7%, respectivamente (Berquó, 1990).

Essas informações, se comparadas com dados da *Current Population Survey* de 1985 (Bennett *et alii*, 1989) para mulheres pretas nascidas na década de trinta - e, portanto, com idade em torno de 50 anos -, denotam uma proporção semelhante de brasileiras e americanas solteiras, com percentuais de 13,4% e 11,5%. No entanto, a comparação das pesquisas assume aqui um caráter puramente exploratório, na medida em que seria necessário maior conhecimento sobre a natureza dos dados e sobre os métodos empregados na sua elaboração e conclusão.

Entretanto, esses fenômenos, aparentemente semelhantes para o Brasil e os Estados Unidos, possuem causas diferentes. Segundo Berquó (1990), a razão entre sexos, desfavorável às mulheres brancas (0,963) e favorável às pardas e pretas (1,018 e 1,016, respectivamente), aumenta a competição no mercado de casamento. Isso porque as brancas são levadas a buscarem homens mais escuros e as pardas a recorrerem ao estoque de pretos. Esse efeito em cadeia revela um padrão de preferência racial que privilegia os indivíduos de cor clara no mercado matrimonial e explica o maior número de mulheres casadas com homens mais escuros, representando 11% do total de casamentos, enquanto o padrão inverso corresponde a 8%, segundo dados do censo de 1980.

O mesmo padrão – “homem mais escuro do que a mulher” – predomina nos Estados Unidos, correspondendo a 2/3 dos casamentos inter-raciais (Schoen e Kluegel, 1988), embora na população americana, ao contrário do que ocorre no Brasil, a razão de masculinidade seja desfavorável para as mulheres negras, o que implica considerar outros parâmetros que não os estritamente demográficos.

Berquó (1990) argumenta que a endogamia racial está positivamente relacionada à educação. Numa proporção de 81% de casais com a mesma cor, observa-se uma taxa de endogamia de 80% entre analfabetos e de 93,8% entre os que possuem cinco anos ou mais de estudo. Ela ressalta que, “a despeito da queda sistemática da exogamia com o aumento da escolaridade, o tipo de casal ‘homem mais escuro do que a mulher’ foi sempre mais frequente”. Assim, esse padrão se mantém independentemente da variação dos níveis de escolaridade. Mesmo quando considerados os casamentos de *status* assimétrico, prevalece a combinação marido mais escuro do que a esposa tanto nos arranjos em que o homem é mais educado do que a mulher como naqueles em que a mulher é mais educada do que o homem.

Analogamente, Silva (1987) refuta a hipótese comum na literatura brasileira de que no Brasil os padrões de casamento refletem uma endogamia por classe social, e não por cor. Dessa forma, a assimetria de *status* reflete um padrão compensatório nos casamentos inter-raciais. Com base nos dados do censo de 1980, contesta a noção de que os casamentos de mulheres mais claras com homens mais escuros se dão em maior proporção nas classes mais elevadas, o que remete à idéia da assimetria de *status* operando como um fator compensatório. Ele assinala que a norma de preferência que supõe similaridade entre o nível educacional do casal, ou que privilegia homens mais educados, prevalece tanto nas uniões endogâmicas quanto nas exogâmicas por cor, indicando que a diferença racial não pressupõe diferenças no *status* dos esposos, mesmo entre os casais em que a mulher é mais escura do que o homem.

Nesse mesmo estudo, Silva se reporta à conceituação de Blau (1977) que relaciona positivamente o tamanho do grupo e a taxa de endogamia, já que as minorias tendem à exogamia por terem um mercado de casamento mais reduzido. Assim, como no Brasil a subpopulação branca é o maior grupo de cor, seguida da parda e da preta, as taxas de endogamia correspondem a essa ordem, apresentando proporções de 84,3%, 77% e 52,1%, respectivamente.

No entanto, quando controladas as diferenças na composição da população, através da padronização dos dados, a endogamia aumenta entre os pretos, 83,2%, e diminui para brancos e pardos, 77,9% e 71,2%, na ordem. Mesmo com a padronização, a maior proporção de casamentos entre homens mais escuros do que as mulheres permanece, sugerindo que esse padrão não reflete causas meramente demográficas, mas insere princípios de ordem normativa. Silva, porém, enfatiza que há riscos em fazer inferências nesse sentido, uma vez que a diferença na proporção de casamentos

de mulheres mais claras com homens mais escuros e de mulheres mais escuras com homens mais claros é reduzida.

Em outro artigo, Silva (1991) verifica a hipótese de mudanças na seletividade marital com base em características raciais ao longo do século. Indica que, embora a variação temporal tenha sido modesta, a propensão endogâmica parece diminuir entre os brancos e os pretos, mantendo-se relativamente estável entre os pardos. Segundo ele, "parece se confirmar a hipótese enunciada anteriormente no sentido de que o desenvolvimento econômico experimentado no Brasil redundou numa diminuição das barreiras à interação social entre os grupos de cor, reduzindo as pressões endogâmicas dos dois grupos raciais básicos, o grupo dos brancos e o grupo dos pretos" (Silva, 1991, p. 55). Nesse sentido, refere-se aos trabalhos de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, entre outros, que apontam o desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil neste século como um fator que operou na redução das limitações impostas às relações raciais.

Também Berquó (1990) reconhece uma mudança na seletividade conjugal ao longo do tempo. Relacionando anos de escolaridade com duas coortes de idade – casais com idades não superiores a 30 anos e casais com 50 anos ou mais –, afirma que "a preferência pela mesma cor era mais forte no passado recente do que no presente e esta preferência continua mais acentuada quanto maior o grau de escolaridade das pessoas" (Berquó, 1990, p. 7).

Contudo, Silva (1991, p. 59), ao avaliar as endogamias intrínsecas, conclui que "os padrões de casamento inter-racial propriamente dito, ou seja, aqueles regulados pelo sistema de distâncias sociais implícitas, parecem ser basicamente estáveis no tempo".

Os estudos sobre a seletividade conjugal no Brasil incluem trabalhos sobre endogamia por instrução. Assim como cor, educação é um fator de segregação social fortemente correla-

cionado com *status*. A análise feita por Lazo (1991) com base nos dados da PNAD de 1987 coletados em São Paulo destaca que os padrões de seletividade por instrução diferem entre os grupos de cor branca, amarela, parda e preta.

No grupo preto, as mulheres apresentam uma taxa de endogamia educacional menor e, no pardo, registram uma taxa de exogamia feminina positiva inferior, ou seja, menos mulheres pardas se casam com homens mais educados e, portanto, têm menos acesso à mobilidade via casamento. Entretanto, esse fenômeno se deve à distribuição desigual nos níveis de instrução entre as subpopulações. Uma vez controladas as diferenças na composição populacional através da padronização dos dados, observa-se uma "homogeneização de padrões" (Lazo, 1991, p. 192), embora o grupo preto continue apresentando menores taxas de endogamia por instrução e revele maior taxa de exogamia feminina negativa, ao invés do pardo. Essa situação corresponde a uma maior proporção de mulheres pretas casando *para baixo*, isto é, com homens menos educados, assemelhando-se, assim, ao modelo americano.

ALGUMAS HIPÓTESES SOBRE ENDOGAMIA

A bibliografia referida sugere a formulação de algumas hipóteses que este trabalho pretende examinar:

1 – O padrão de endogamia racial, que apresenta taxas elevadas para a subpopulação majoritária branca, tende a sofrer variações quando controladas as diferenças na composição populacional.

2 – Na seletividade marital por educação, predomina o padrão em que os casais têm níveis de instrução semelhantes, ou nos quais o homem é mais educado do que a mulher.

3 - Nos casamentos inter-raciais, a composição mais comum é de homens mais escuros do que as mulheres.

4 - As barreiras para casamentos exogâmicos são maiores entre as classes com status mais elevado.

5 - As propensões endogâmicas por cor tendem a diminuir ao longo do tempo.

O objetivo deste estudo é analisar a endogamia racial segundo diferentes coortes de idade, anos de estudo e instrução do pai, com base nos dados relativos ao chefe de domicílio coletados para a PNAD de 1982 no Brasil.

METODOLOGIA

As medidas utilizadas neste estudo visam estabelecer o padrão de casamento entre parceiros com características semelhantes (casamento endogâmico) ou diferentes (casamento exogâmico). Para tal serão analisadas tabelas de contingência nas quais os casais estão classificados segundo as características do chefe de domicílio e do cônjuge. Os indicadores aqui incluídos se referem aos utilizados por Lazo (1991) para a análise da endogamia por instrução em São Paulo. Portanto, serão empregadas algumas de suas notações.

1 - A taxa geral de endogamia (TGE) inclui todas as uniões entre membros do mesmo grupo, considerando assim a endogamia total inscrita na tabela. Sua fórmula é:

$$TGE = \sum_{i=1}^n n_{ii} / n_{..}$$

Onde $\sum_{i=1}^n n_{ii}$ = à soma dos valores da diagonal principal; e

n_{ii} = ao total de casais na tabela.

A TGE varia de 0 a 1 e quanto mais próximo seu valor for de 1 maior será o número

de uniões entre parceiros dentro do mesmo grupo.

2 - A taxa de endogamia ampliada (TEA) foi usada apenas na tabela univariada correspondente a anos de estudo do chefe, uma vez que não é aplicável às tabelas de cor. Sua função é medir não só a proporção de casamentos realizados dentro do mesmo grupo, como também entre membros de grupos adjacentes. Sua fórmula é:

$$TEA = \frac{\sum_{i=1}^{n-1} \sum_{j=i+1}^n n_{ij} + \sum_{i=2}^n \sum_{j=i-1}^{n-1} n_{ij} + \sum_{i=1}^n n_{ij}}{n_{..}}$$

Onde i se refere às categorias masculinas e j às categorias femininas.

3 - O índice de endogamia Kappa mede o comportamento endogâmico dos casais na tabela de contingência, com base nos dados da diagonal principal. Essa medida varia de 0 a 1. Quando o valor de Kappa é igual a zero, a tabela de contingência apresenta um modelo ao acaso na diagonal, indicando que não há nenhum padrão de seleção e a escolha dos parceiros é aleatória. Se, ao contrário, é igual a um, revela uma endogamia perfeita na qual todos os esposos pertencem à mesma categoria e, portanto, indica um rígido padrão de seletividade endogâmico. Sua fórmula é:

$$k = \frac{\sum_{i=1}^n n_{ii} - (1/n_{..}) \sum_{i=1}^n (n_{i.} n_{.i})}{n_{..} - (1/n_{..}) \sum_{i=1}^n (n_{i.} n_{.i})} = \frac{(p_o - p_e)}{(1 - p_e)}$$

Onde $p_o = \sum_{i=1}^n n_{ii} / n_{..}$ mede a proporção de casamentos endogâmicos; e

$p_e = (1/n_{..})^2 \sum_{i=1}^n (n_{i.} n_{.i})$ mede a proporção de casamentos endogâmicos esperados, segundo um modelo ao acaso.

4 - Padronização ou Mostellerização é um método de ajuste proporcional iterativo proposto por Silva (1990) para controlar as diferenças nas distribuições marginais de uma tabela. Nas análises de seletividade conjugal, a padronização tem como objetivo evitar os efeitos do desequilíbrio na composição populacional, enfocando apenas as propensões endogâmicas intrínsecas.

Esse método iterativo visa gerar tabelas com marginais constantes sem alterar a estrutura original dos dados (Lazo, 1991). O processo de padronização utilizado neste trabalho foi realizado conforme descrito por Silva (1990, p. 63).

ANALISANDO A PNAD de 1982

Os dados da PNAD confirmam, em grande medida, os padrões de endogamia racial revelados pelo censo de 1980, analisados por Silva (1987) e Berquó (1990). De fato, a taxa geral de endogamia é de 81,5%, sendo o grupo branco o que apresenta maior proporção de casamentos endogâmicos (88%), seguido do grupo pardo (73,8%) e do grupo preto (60,8%). Esses percentuais permitem considerar a hipótese de Blau (1977) que atribui maior tendência à endogamia entre a maioria étnica.

Em relação às uniões exogâmicas, verifica-se que o padrão "homem mais escuro do que a mulher" prevalece, com uma proporção de 10,1% de casamentos inter-raciais. Para os casais em que a mulher é mais escura que o homem, a proporção é de 8,4%. Entretanto, quando a tabela de cor é padronizada, a fim de neutralizar as diferenças na composição da população, observa-se variações no padrão de seletividade. A taxa de endogamia entre brancos cai de 88% para 79,7% e aumenta tanto entre os pardos, de 73,8% para 74,6%, quanto entre os pretos, de 60,8% para 84%. Assim, uma vez controlados os efeitos do desequilí-

brio demográfico, o grupo minoritário preto se revela o mais endogâmico e o grupo majoritário branco o mais exogâmico, demonstrando que os dados brutos refletem um padrão determinado por características populacionais.

Com os dados padronizados, a proporção de casamentos entre homens mais escuros do que as mulheres se iguala à combinação exogâmica oposta, correspondendo a 10,5% e 10,1%, respectivamente. Esse resultado sugere que o padrão prevalecente nos dados brutos é efeito do desequilíbrio das razões entre sexos nos grupos de cor, desfavorável às mulheres brancas. Nesse sentido, é interessante resgatar a explicação de Berquó (1990) que supõe uma competição no mercado conjugal em que o excedente de mulheres brancas busca parceiros entre os homens mais escuros.

Para dados relativos à endogamia por instrução, o padrão brasileiro se assemelha ao constatado por Lazo (1991) em São Paulo. Para proceder a uma comparação mais específica com o padrão paulista, os dados referentes aos anos de estudo do chefe e do cônjuge foram agrupados a fim de reproduzir os mesmos parâmetros utilizados pela autora, quais sejam: "sem instrução" - com menos de um ano; um a três anos; quatro anos; cinco a sete anos; oito anos; nove a 11 anos; e 12 anos ou mais. A taxa geral de endogamia brasileira foi praticamente idêntica à paulista, indicando 43% e 43,5%, respectivamente. Também as TEAs foram próximas, com 77% no Brasil e 78% em São Paulo.

O padrão de casamento *para cima*, expresso pela proporção de mulheres que se casam com homens mais educados, predominou tanto em São Paulo (32%) como no Brasil (30%). Os casos inversos, isto é, aqueles em que a mulher é mais educada que o homem, tiveram proporções de 25% e 26%, na ordem.

Essas análises preliminares permitem avaliar algumas hipóteses colocadas. A primeira delas é que, embora as taxas de endogamia se revelem maiores entre os brancos e mais redu-

zidas entre os pretos, esse diferencial se inverte quando controladas as características da composição populacional.

Outra hipótese aceita é a de que o padrão "homem mais escuro do que a mulher" prevalece, embora reflita diferenças populacionais. Isso porque, uma vez controladas as diferenças nas razões entre sexos dos grupos de cor, as taxas de casamentos exogâmicos *para cima* e *para baixo* se igualam.

Além disso, os dados reproduzem o padrão de seletividade educacional verificado por Berquó (1990) e Lazo (1991), reforçando a noção de que prevalece entre os cônjuges a preferência por parceiros com níveis educacionais semelhantes ou próximos. Da mesma forma, reafirma-se nas uniões exogâmicas o predomínio de casais em que o homem é mais educado do que a mulher.

RAÇA, 'STATUS', ORIGEM E ESTABILIDADE TEMPORAL

A fim de testar as hipóteses que apontam correlação entre endogamia por cor e *status*, ou sugerem variações nos padrões de prefe-

rência racial ao longo do tempo, considerou-se as variáveis "anos de estudo", "instrução do pai" e "idade" referentes ao chefe do domicílio. O *status* pode ser inferido com base na instrução do chefe, assim como a educação do pai pode informar sobre origem e mobilidade social. Já idade se reporta às variações no tempo.

O objetivo é comparar as variações da seletividade racial de acordo com os diferentes níveis de *status* e as diferentes coortes de tempo, além de distinguir as características que correspondem aos fatores compositivos da população e aquelas que refletem as propensões intrínsecas às preferências. Para tanto, o trabalho inclui dados brutos e dados padronizados.

Nas Tabelas 1 e 2, os valores das TGEs registram uma correlação positiva entre anos de estudo e endogamia racial, embora sofram uma redução nos dados padronizados. Já entre os índices Kappa (Tabela 1), observa-se um movimento oposto ao das TGEs, pois eles diminuem nos níveis educacionais mais elevados, revelando nesses casos uma correlação negativa entre educação e endogamia racial. Essa tendência é efeito da composição populacional,

TABELA 1

Endogamia por cor, segundo os anos de estudo do chefe - Brasil, 1982
(dados em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO	TGE	KAPPA	CASAI	CASAI
			COM HOMENS MAIS ESCUROS	COM HOMENS MAIS CLAROS
<1	77,1	61,1	13,1	9,8
1 a 4	81,5	63,0	10,0	8,5
5 a 8	83,5	63,6	8,6	7,9
9 a 11	84,9	57,7	8,1	7,0
>12	90,5	52,1	5,1	4,4

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

já que nos níveis de instrução mais elevados a endogamia entre pardos e pretos é reduzida por estarem sub-representados.

Ao contrário da TGE, o Kappa não é influenciado pela super-representação do grupo branco, que apresenta taxas muito elevadas de endogamia. Dessa forma, o Kappa reproduz a tendência exogâmica das subpopulações, com nove a 11 anos e 12 anos ou mais, causada pelo desequilíbrio no mercado de casamento, que por contar com um número reduzido de pardos e pretos pressiona essas minorias para uniões com parceiros de raças diferentes. É importante ressaltar que a sub-representação de pardos e pretos reflete o número reduzido de indivíduos não-brancos que têm acesso aos níveis educacionais mais elevados.

Na Tabela 2, com as diferenças populacionais controladas – e, portanto, sem influência da composição demográfica –, há uma reversão na tendência dos índices Kappa, que passam a se correlacionar positivamente com os anos de estudo, comprovando que a baixa endogamia verificada nos grupos mais educados é um efeito da menor participação dos pardos e pretos.

A diminuição da TGE na tabela padronizada (Tabela 2) assinala o aumento da exogamia entre brancos, enquanto o aumento do Kappa retrata o crescimento da endogamia para as subpopulações preta e parda. Para esclarecer essa variação, é necessário comparar as taxas de endogamia para os três grupos de cor entre os casais com menos de um ano de estudo e para os que têm 12 anos e mais.

Para os indivíduos com menos de um ano de estudo, os dados brutos indicam as seguintes taxas de endogamia: 80,1% para brancos, 78,4% para pardos e 61,3% para pretos. Já entre os casais com 12 anos ou mais de estudo, os dados revelam proporções endogâmicas de 95,1% para brancos, 56,1% para pardos e 35,5% para pretos. Sem o efeito dos diferenciais demográficos, essas taxas se alteram, registrando 80,3% para brancos, 75,9% para pardos e 86,7% para pretos. Dessa forma, conclui-se que, se os grupos branco, pardo e preto tivessem o mesmo tamanho, os pretos mais educados seriam mais endogâmicos.

A relação positiva entre o índice Kappa, a taxa geral de endogamia e os anos de estudo observada na Tabela 2 parece confirmar a hi-

TABELA 2

Endogamia por cor, segundo os anos de estudo do chefe – Brasil, 1982
(dados padronizados e em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO			CASAIS COM HOMENS MAIS ESCUROS	CASAIS COM HOMENS MAIS CLAROS
	TGE	KAPPA		
<1	77,2	65,8	11,5	11,3
1 a 4	79,0	68,5	10,7	10,3
5 a 8	80,6	70,9	10,0	9,4
9 a 11	80,1	70,1	10,2	9,7
>12	81,0	71,5	10,1	8,9

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

pótese de que a endogamia está positivamente correlacionada ao *status*, na medida em que os casais mais educados apresentam maior propensão endogâmica. No entanto, como as diferenças entre os Kappa são reduzidas, é difícil afirmar a existência de uma variação significativa no padrão de seletividade por cor entre os diferentes níveis de instrução.

Nos casamentos exogâmicos, o padrão "homem mais escuro que mulher" prevalece em todos os níveis educacionais da Tabela 1. Entretanto, na tabela padronizada (Tabela 2), a diferença para o tipo oposto praticamente desaparece, sugerindo forte influência dos diferenciais nas razões entre sexos, o que remete à análise feita com base nos dados referentes à endogamia por cor.

A análise das informações sobre instrução do pai do chefe repete, em alguma medida, o padrão inferido da variável "anos de estudo do chefe". Nas tabelas 3 e 4, a taxa geral de endogamia é correlacionada positivamente com os níveis educacionais, isto é, quanto mais educado o pai do chefe, maior é a endogamia por cor. Todavia, como ocorre com a variável

"anos de estudo do chefe", as TGEs tendem a diminuir quando controladas as diferenças na composição da população (Tabela 4).

Analogamente ao que ocorreu nas tabelas sobre anos de estudo (Tabelas 1 e 2), os índices Kappa apresentam tendências opostas quando comparadas as tabelas não padronizada e padronizada. Na Tabela 3, o Kappa diminui com o aumento do nível educacional; já na Tabela 4, os índices são positivamente relacionados com a instrução. A explicação é semelhante à apresentada para anos de estudos, ou seja, os grupos pardo e preto são impelidos para a exogamia por possuírem uma quantidade menor de indivíduos nos graus mais elevados de instrução. Essa análise converge para a hipótese de Blau (1977) que relaciona tamanho do grupo e propensão à endogamia.

A Tabela 4 reproduz as propensões endogâmicas na ausência de diferenciais demográficos. Dela se pode inferir que, se não houvesse diferenças nos tamanhos dos grupos branco, pardo e preto, a endogamia tenderia a crescer em relação ao aumento da instrução do pai do chefe. Assim, a variável "instrução do

TABELA 3

Endogamia por cor, segundo a instrução do pai do chefe – Brasil, 1982
(dados em porcentagem)

INSTRUÇÃO DO PAI	CASAS COM HOMENS			
	TGE	KAPPA	MAIS ESCUROS	MAIS CLAROS
Não-alfabetizados	78,3	62,7	12,6	9,2
Alfabetizados	80,7	62,8	10,3	9,0
Primário	85,7	62,5	7,2	7,1
Ginásio	85,5	57,1	6,2	8,2
Secundário	89,5	56,1	4,5	6,0
Superior	91,6	52,2	4,4	4,1

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

TABELA 4

Endogamia por cor, segundo a instrução do pai do chefe – Brasil, 1982
(dados padronizados e em porcentagem)

INSTRUÇÃO DO PAI	TGE	KAPPA	CASAIS	CASAIS
			COM HOMENS MAIS ESCUROS	COM HOMENS MAIS CLAROS
Não-alfabetizados	78,0	67,1	11,1	10,8
Alfabetizados	78,8	68,2	10,9	10,3
Primário	81,8	72,6	9,4	8,9
Ginásio	79,7	69,5	10,3	10,0
Secundário	80,9	71,3	9,4	9,7
Superior	81,4	72,2	10,6	8,0

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

pai” indica o fortalecimento da endogamia racial entre os indivíduos com origem de *status* superior. Esse padrão se revela apenas quando controladas as diferenças na composição populacional, porque os grupos pardo e preto estão sub-representados nos níveis mais elevados de instrução.

As taxas de exogamia não apresentam um padrão definido, uma vez que na Tabela 3 os parâmetros “ginásio” e “secundário” contradizem os demais por apresentarem taxas maiores entre homens mais claros do que entre as mulheres. De qualquer forma, como havia sido ressaltado na análise da endogamia por cor segundo os anos de estudo, as diferenças entre os dois tipos de combinações exogâmicas são muito reduzidas e tendem a diminuir com o controle da composição populacional.

Na análise da endogamia segundo a idade do chefe, o objetivo é observar as variações do padrão endogâmico ao longo do tempo. Assim, verifica-se na Tabela 5 leve tendência ao aumento da endogamia entre os indivíduos mais velhos, embora a variabilidade seja reduzida.

Na Tabela 6, como na tabela anterior, a variação demonstra tendência reduzida, assinalando a correlação positiva entre endogamia e idade; assim, as tendências endogâmicas parecem mais fortes nas coortes mais velhas (conforme ilustra o Gráfico 2). Entretanto, a variação é muito modesta e não pode ser utilizada para afirmar uma mudança nos padrões de seletividade.

Da mesma forma, não é possível creditar a estabilidade temporal aos padrões endogâmicos de seletividade marital sem uma análise mais profunda que defina o nível de significância dos dados. Contudo, se considerados apenas os chefes inscritos nas duas coortes extremas da tabela, ou seja, aqueles com menos de 30 anos e com 50 ou mais, nota-se uma diferença maior entre as medidas de endogamia. Há um crescimento da endogamia entre os mais velhos em torno de 6% na Tabela 5 e em torno de 3,5% na tabela padronizada. Essa observação pode indicar uma diminuição da preferência por cônjuges da mesma cor num intervalo maior de tempo, correspondente à

década de cinquenta e ao início dos anos trinta. O padrão de casamento entre homem mais escuro e mulher mais clara prevalece em todas as coortes de idade, embora com diferenças reduzidas que tendem a ser ainda menores na tabela padronizada.

RELACIONANDO EDUCAÇÃO, ORIGEM E IDADE

Com a finalidade de observar as normas de seletividade racial em situações de mobilidade social, foram produzidas tabelas multivariadas que inserem informações sobre cor do chefe,

TABELA 5

**Endogamia por cor, segundo a idade do chefe – Brasil, 1982
(em porcentagem)**

IDADE DO CHEFE	TGE	KAPPA	CASAIS COM HOMENS MAIS ESCUROS	CASAIS COM HOMENS MAIS CLAROS
25 a 29	79,7	60,6	11,0	9,3
30 a 34	80,9	62,7	10,5	8,7
35 a 39	81,0	63,2	10,4	8,6
40 a 44	81,9	65,7	10,3	7,8
45 a 49	82,6	66,6	9,3	8,0
50 ou mais	82,7	66,9	9,4	7,9

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

TABELA 6

**Endogamia por cor, segundo a idade do chefe – Brasil, 1982
(dados padronizados e em porcentagem)**

IDADE DO CHEFE	TGE	KAPPA	CASAIS COM HOMENS MAIS ESCUROS	CASAIS COM HOMENS MAIS CLAROS
25 a 29	77,6	66,5	11,3	11,1
30 a 34	79,2	68,8	10,5	10,2
35 a 39	78,6	67,9	10,9	10,5
40 a 44	80,7	71,0	9,9	9,4
45 a 49	80,8	71,2	9,9	9,6
50 ou mais	80,6	70,8	9,9	10,0

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

cor do cônjuge, anos de estudo do chefe e instrução do pai do chefe.

Estudando os dados referentes à educação do pai e do filho, constata-se que há um número expressivo de indivíduos que não apresenta mobilidade (41,5%) ou que obtém mobilidade ascendente em relação ao *status* de origem (54,8%), representado aqui pela educação do pai. Em oposição, a porcentagem de chefes de domicílio com mobilidade descendente é muito reduzida (3,7%). Portanto, esta análise se aterá aos indivíduos *imóveis* ou *móveis para cima*.

Como os dados da PNAD relativos aos indivíduos com nove a 11 anos e com 12 anos ou mais de estudo cujos pais também tinham nove a 11 anos e 12 anos ou mais de estudo eram insuficientes para uma análise adequada, esses parâmetros foram agregados em cinco anos ou mais, abrangendo o ginásio, o secundário e o superior.

Destacando a diagonal da Tabela 7 e o triângulo superior a ela, observa-se um aumento nas TGEs refletindo correlação positiva entre endogamia racial e mobilidade social. Verifica-se que a endogamia cresce na medida em que aumenta o distanciamento entre o *status* do filho e o do pai, uma vez que as diferenças percentuais maiores estão no parâmetro

“menos de um ano de estudo”, enquanto o parâmetro “um a quatro anos” praticamente não apresenta mudanças nas proporções de indivíduos *imóveis* e *móveis para cima*.

A Tabela 8 repete o padrão observado na Tabela 7. As taxas de endogamia aumentam para os chefes com mobilidade ascendente e cujos pais têm menos de um ano de estudo. No parâmetro “um a quatro anos de estudo”, as TGEs praticamente se mantêm entre os filhos que não experimentaram mobilidade e os que tiveram mobilidade ascendente. Assim, o controle dos efeitos na composição populacional não modifica a tendência endogâmica, embora com os dados padronizados as diferenças nas taxas de endogamia sejam mais reduzidas.

As Tabelas 9 e 10 expressam as tendências da seletividade com base nos índices de endogamia Kappa.

Na Tabela 9, a endogamia racial e a mobilidade mantêm uma correlação negativa, uma vez que no parâmetro “menos de um ano” Kappa decresce quando o filho ascende ao nível do parâmetro “cinco anos ou mais”. O mesmo ocorre se o pai possui um a quatro anos de estudo e o filho experimenta mobilidade ascendente. A endogamia também diminui entre os chefes com cinco anos ou mais que permanecem no mesmo nível de instrução

TABELA 7

Taxa geral de endogamia por cor, segundo os anos de estudo do chefe e do pai do chefe - Brasil, 1982 (dados em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO DO PAI	ANOS DE ESTUDO DO FILHO		
	<1	1 A 4	5 OU MAIS
<1	77,3	80,1	81,4
1 a 4	76,7	87,1	86,7
5 ou mais	73,2	84,7	89,2

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

de seus pais, que nesse caso é o nível mais elevado. Contudo, as diferenças nas tendências da TGE e do Kappa desaparecem quando controlados os efeitos da composição populacional.

A Tabela 10 aponta as mesmas tendências observadas na Tabela 8. Como demonstrado na tabela de contingência relativa à endogamia racial segundo os anos de estudos do chefe (Tabela 1), a TGE sofre influência do elevado percentual endogâmico da maioria branca. Já o índice Kappa reflete as propensões exogâmicas entre os grupos minoritários pardo e preto.

Comparando as Tabelas 9 e 10, é possível concluir que a endogamia tende a aumentar

quando os grupos de cor têm o mesmo tamanho, isto é, são igualmente representados na população, e não há diferencial entre sexos. Reafirma-se aqui a influência da composição populacional e, principalmente, da sub-representação de pardos e pretos nos níveis mais elevados de educação, situação indicativa do menor acesso à mobilidade entre os não-brancos

As Tabelas 11 e 12 se referem à variação da endogamia entre diferentes coortes de tempo retratadas pela idade e controladas pelo nível de instrução do chefe.

Na Tabela 11 é possível identificar uma tendência para o crescimento da endogamia

TABELA 8

Taxa geral de endogamia por cor, segundo os anos de estudo do chefe e do pai do chefe – Brasil, 1982 (dados padronizados e em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO DO PAI	ANOS DE ESTUDO DO FILHO		
	<1	1 A 4	5 OU MAIS
<1	77,3	78,5	79,3
1 a 4	75,8	82,3	81,9
5 ou mais	72,0	67,6	81,4

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

TABELA 9

Índice de endogamia Kappa por cor, segundo os anos de estudo do chefe e do pai do chefe – Brasil, 1982 (dados em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO DO PAI	ANOS DE ESTUDO DO FILHO		
	<1	1 A 4	5 OU MAIS
<1	61,3	62,6	61,1
1 a 4	57,5	66,6	59,1
5 ou mais	47,3	63,6	55,7

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

TABELA 10

Índice de endogamia Kappa por cor, segundo os anos de estudo do chefe e do pai do chefe – Brasil, 1982 (dados em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO DO PAI	ANOS DE ESTUDO DO FILHO		
	<1	1 A 4	5 OU MAIS
<1	65,9	67,7	68,9
1 a 4	63,7	73,4	72,8
5 ou mais	58,0	67,5	72,1

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

TABELA 11

Taxa de endogamia por cor, segundo a idade e os anos de estudo do chefe – Brasil, 1982 (dados em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO	IDADE					
	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 OU MAIS
<1	75,5	75,3	75,6	76,1	78,9	78,4
1 a 4	77,9	79,9	80,5	83,3	85,1	82,8
5 ou mais	83,2	84,1	85,5	85,5	86,6	86,0

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

TABELA 12

Taxa de endogamia por cor, segundo a idade e os anos de estudo do chefe – Brasil, 1982 (dados padronizados e em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO	IDADE					
	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 OU MAIS
<1	75,5	75,6	76,2	77,4	78,9	77,6
1 a 4	76,1	78,4	77,3	81,0	82,2	79,2
5 a 8	79,2	80,6	80,9	81,8	82,1	81,8

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

em relação positiva com o aumento da idade, embora as diferenças nas TGEs sejam modestas. Examinando a coorte mais jovem, de 25 a 34 anos, pode-se verificar que indica taxas de endogamia menor que todas as outras. Dessa forma, pode-se prescrever maior maleabilidade no padrão de endogamia por cor entre os mais jovens, principalmente quando cotejados com as coortes relativas a 45 a 49 anos e 50 ou mais.

Com os dados padronizados (Tabela 12), nota-se maior estabilidade nos valores: a diferença entre os percentuais se torna ainda menor, indicando pouca variabilidade. Contudo, há uma diferença entre a TGE da coorte "25 a 34 anos" e as TGEs correspondentes às demais idades.

O exame dos índices Kappa remete à análise baseada nas TGEs, uma vez que os resultados são análogos. É possível distinguir uma correlação positiva entre endogamia racial e idade. Entretanto, a variação é muito reduzida, indicando a grande estabilidade dos padrões de seleção conjugal por cor.

Embora as coortes de idade mais jovens demonstrem medidas de endogamia menores, a diferença é muito pequena, impedindo qualquer conclusão no sentido de uma mudança nas propensões para o casamento racial tanto para dados brutos, que incluem os efeitos da

composição populacional, quanto para dados padronizados, que inserem apenas as propensões endogâmicas.

É interessante ressaltar a relação entre endogamia e anos de estudo. As proporções de uniões entre indivíduos da mesma cor tendem a crescer com o aumento nos anos de estudo do chefe, fenômeno que se repete em todas as coortes de idade. Esse fato revela um padrão que correlaciona *status* e endogamia racial e que permanece ao longo do tempo. Na Tabela 13, há uma exceção nos parâmetros de 40 a 44 anos, 45 a 49 anos e 50 anos ou mais, mas esse resultado é efeito da sub-representação de pretos e pardos nos grupos mais educados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das hipóteses sobre endogamia relacionadas no início deste trabalho revelou pontos relevantes. Todas as hipóteses enunciadas (p. 21-2) foram confirmadas, embora algumas delas devam ser avaliadas com cuidado, uma vez que seus resultados demonstram variações muito modestas. É o caso das análises baseadas na correlação da endogamia com educação e com idade, correspondendo a *status* e tempo, respectivamente.

TABELA 13

Índice de endogamia Kappa por cor, segundo a idade e os anos de estudo do chefe – Brasil, 1982 (dados em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO	IDADE					
	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 OU MAIS
<1	56,6	56,7	58,9	59,1	64,7	63,2
1 a 4	58,5	60,5	61,3	67,2	67,0	63,1
5 ou mais	59,7	60,7	61,8	62,7	63,0	57,3

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

Embora seja possível distinguir uma correlação positiva entre endogamia racial e educação, instrução do pai ou idade, os valores das TGEs e dos índices Kappa demonstraram grande estabilidade, denotando uma variação muito modesta. Isso implica reconhecer a rigi-

dez dos padrões de seletividade conjugal por cor, que tendem a se manter independentemente do *status* e do tempo. Essa constância no padrão endogâmico racial fica ainda mais explícita e pode ser melhor visualizada através dos Gráficos 1 e 2.

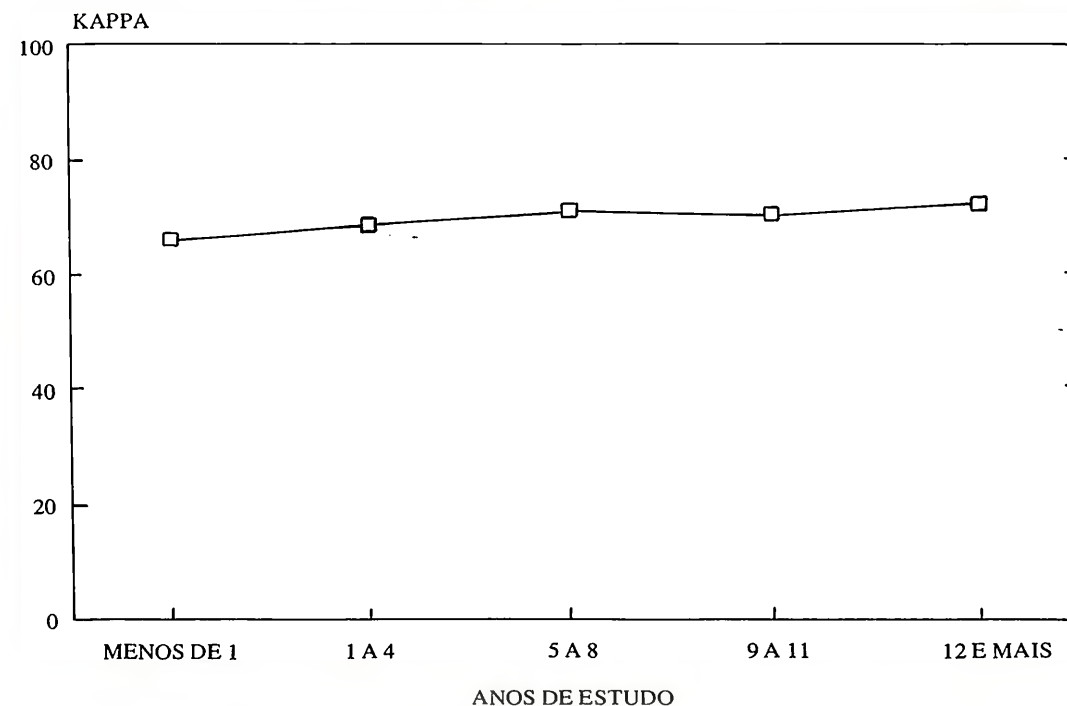
TABELA 14

Índice de endogamia Kappa por cor, segundo a idade e os anos de estudo do chefe – Brasil, 1982 (dados padronizados e em porcentagem)

ANOS DE ESTUDO	IDADE					
	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50 OU MAIS
<1	63,2	63,5	64,2	66,1	68,3	66,4
1 a 4	64,3	67,7	66,0	71,5	73,3	68,9
5 ou mais	68,8	70,9	71,3	72,7	73,1	72,7

Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

GRÁFICO 1
Endogamia racial segundo os anos de estudo do chefe



Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

No Gráfico 1, é possível perceber a estabilidade do comportamento endogâmico, mesmo quando considerados indivíduos com níveis de instrução diversos. A tendência dos pontos mostra grande fixidez, embora seja possível reconhecer pequena variação no comportamento das três primeiras coortes em relação às três últimas, isto é, entre as idades de 25 a 39 e as de 40 a 50 ou mais.

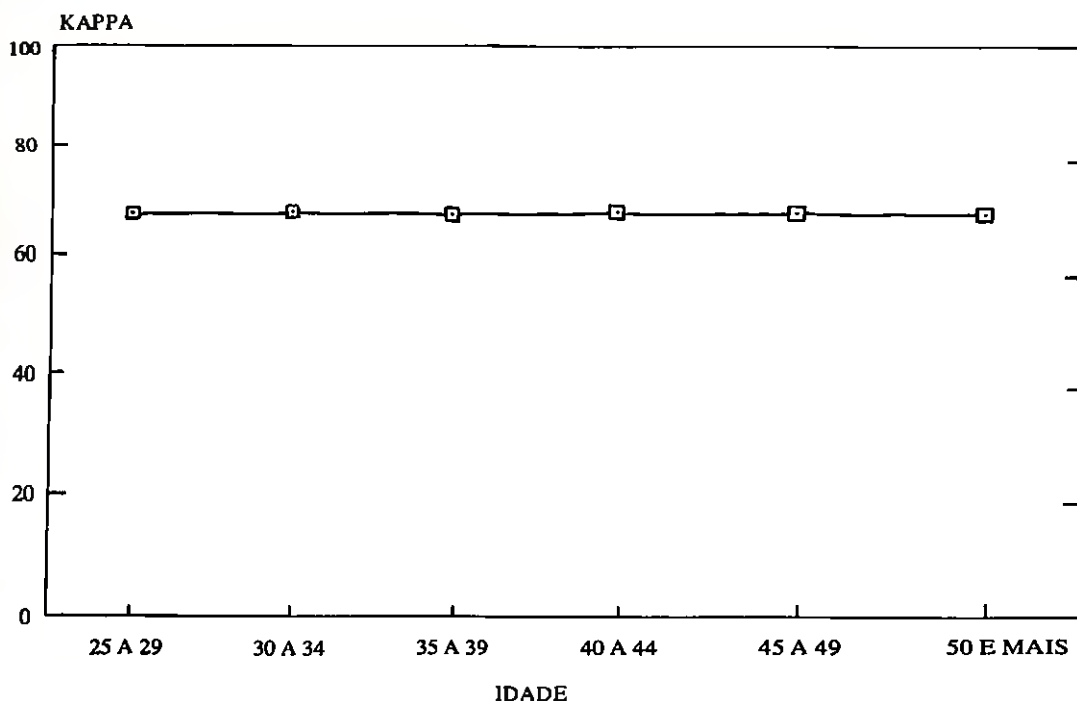
A análise da endogamia racial incluindo o cruzamento de duas variáveis estabeleceu um resultado semelhante. Apesar da dificuldade em definir uma tendência precisa com base em valores tão reduzidos, os dados indicam em princípio uma correlação entre mobilidade social e endogamia racial e entre idade e endo-

gamia racial. Assim, a ascensão de *status* social parece influir no sentido de aumentar as propensões endogâmicas.

Quanto à variável "idade" (Gráfico 2), percebe-se uma diluição dos padrões de endogamia racial com o passar do tempo, principalmente entre os mais jovens, nascidos na década de cinquenta. Entretanto, a variação é muito modesta, indicando rigidez nas normas de seletividade.

Em resumo, o padrão de seletividade conjugal por cor revela propensões fortemente endogâmicas e demonstra expressiva estabilidade, mesmo em face de variações no *status* e no tempo.

GRÁFICO 2
Endogamia racial segundo a idade do chefe



Fonte: Fita de dados da PNAD de 1982.

BIBLIOGRAFIA

- BENNETT, N. G.; BLOOM, D. E.; CRAIG, P. H. (1989). "The divergence of Black and White marriage patterns". *American Journal of Sociology*, 95:692-722.
- BERQUÓ, E. (1990). "Como se casam negros e brancos no Brasil". Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo-Horizonte, Cedeplar/UFMG, 6-9 de março.
- BLAU, P. (1977). "A macrosociological theory of social structure". *American Journal of Sociology*, 83:26-54.
- GOLDMAN, N.; WESTOFF, C. F.; HAMMERSLOUGH, C. (1984). "Demography of the marriage market in the United States". *Population Index*, 5(1):5-25.
- LAZO, A. V. (1991). "Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte". Tese de doutorado apresentada na Universidade de Campinas.
- LICHTER, D. T.; LeCLERE, F. B.; McLAUGHLIN, D. K. (1991). "Local marriage markets and the marital behavior of Black and White women. *American Journal of Sociology*, 96(4):843-67.
- MATRAS, J. (1973). *Populations and societies*. Prentice-Hall.
- MARE, R. D. (1990). *Five decades of educational assortative mating*. Madison, Center for Demography and Ecology, University of Wisconsin.
- SCHOEN, R. e KLUEGEL, J. R. (1988). "The widening gap in Black and White marriage rates: the impact of population composition and differential marriage propensities". *American Sociological Review*, 53:895-907.
- SILVA, Nelson do Valle (1987). "Distância social e casamento inter-racial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEEA, (14):54-84.
- (1990). *Introdução à análise de dados qualitativos*. São Paulo, Editora Vértice.
- (1991). "Estabilidade temporal e diferenças regionais no casamento inter-racial". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEEA, (21):49-60.

SUMMARY

Race and matrimonial selectivity in Brazil

An analysis of the marriage market in Brazil reveals racial patterns of selectivity indicating the tendency toward endogamy. Using the Deming and Stephan algorithm to standardize data, it was possible to investigate matrimonial tendencies among Whites, Mulattos and Blacks independent of the effects intrinsic to the composition of the population. This method permits comparisons of patterns induced by demographic factors with those strictly related to preferences inscribed in marital selection, which include both personal choice as well as the prevailing social and cultural norms.

Control of the effects of demographic composi-

tion permitted us to verify notable patterns of ethnic endogamy, as well as a greater endogamous tendency in the higher social strata. It became clear that racial endogamy increases in direct proportion to upward social mobility, or that racial endogamy increases as individuals rise in social status as compared to the status of their parents. However, there is also evidence that racial endogamy tends to diminish over time, as inter-racial marriages become more frequent among the young.

In all, the results of this study point to racial endogamy as a pattern which significantly influences selection of spouse in all social levels and time periods.

RÉSUMÉ

Couleur et selectivité conjugale au Brésil

L'analyse du marché du mariage au Brésil révèle l'existence de modèles sociaux de sélectivité conjugale qui indiquent de fortes tendances à l'endogamie. En uniformisant les données selon l'algorithme de Deming et Stephan, on a pu établir une recherche sur les tendances nuptiales des blancs, des métis et des noirs, indépendamment des effets intrinsèques à la composition de la population. Cette méthode permet de comparer les modèles induits par des facteurs démographiques et ceux strictement relationnés aux préférences inscrites dans la sélection maritale qui incluent aussi bien le choix personnel que les normes sociales et culturelles en vigueur.

Le contrôle des effets de la composition démographique a permis de constater des modèles plus évidents

d'endogamie ethnique ainsi qu'une plus grande propension à l'endogamie chez les couches sociales les plus élevées. On a aussi observé que l'endogamie raciale augmente en proportion directe avec la mobilité sociale ascendante, c'est à dire que l'endogamie croit parmi les individus qui ont obtenu une élévation de leur *status* social par rapport au *status* de leur père. Il existe toutefois des indications selon lesquelles l'endogamie tend à diminuer avec le temps car les mariages inter-raciaux sont plus fréquents chez les jeunes.

Toutefois, les résultats permettent d'affirmer que l'endogamie raciale est un modèle qui influence significativement la sélectivité conjugale à tous les niveaux sociaux et dans toutes les *cohortes* de temps.

Educação: um quadro de desigualdades raciais

Luiz Claudio Barcelos*

* Mestre em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Pesquisador do CEEA.

As desigualdades não têm sido a dimensão mais enfocada na literatura sobre relações raciais no Brasil. Particularmente, o tema educação, em seus vários aspectos, tem merecido a atenção de poucos estudos, que, em geral, reafirmam esta como mais uma esfera onde as desigualdades raciais são sistemáticas.

Vale ressaltar o impacto que a constatação dessas desigualdades tem causado no movimento social voltado para o combate à discriminação racial, que incorporou à sua agenda de reivindicações, de forma marcante, a preocupação com a questão educacional. Deve-se, sem dúvida, aos esforços do movimento social as ainda tímidas medidas, a nível de políticas públicas, destinadas a reverter tal situação. O mais atualizado levantamento dessas iniciativas data de 1989, quando a equipe do Projeto Negro-Ibase publicou, em meio a dados que procuravam configurar a situação sócio-econômica dos segmentos raciais da população, um sumário dos empreendimentos nesse sentido que se espalham pelo país.¹

Este artigo trata das desigualdades raciais relacionadas à educação. Visitaremos o que é conhecido sobre o desempenho dos grupos raciais frente ao sistema educacional, em termos seja dos fatores que envolvem o funcionamento da escola, seja dos índices sobre realização educacional. Traçaremos, então, um diagnóstico da situação atual, utilizando os dados das PNADs de 1987 e 1988 que estão publicados.

O QUE É CONHECIDO

1 - Sobre a escola

No quadro de relativamente poucos trabalhos voltados para os aspectos raciais na educação, destacam-se os estudos preocupados com mecanismos e processos que atuam no próprio sistema escolar, tais como recursos didáticos e práticas pedagógicas. Um panorama dos estudos sobre a questão racial no âmbito

educacional pode ser obtido através de "Raça negra e educação" (Fundação Carlos Chagas, 1987) e "Educação e discriminação dos negros" (Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, 1988). Produtos de encontros que reuniram pesquisadores e ativistas, respectivamente em dezembro de 1986 e outubro de 1987, essas publicações revelam o perfil dos estudos sobre a temática.²

A predominância do enfoque que se orienta para a análise do interior do sistema escolar certamente está relacionada ao fato de ser esse um campo temático quase completamente ignorado pelos sociólogos no Brasil. Entregue aos esforços dos pedagogos e educadores, a produção acadêmica traz a marca das mudanças ocorridas nesse campo. Presa ao princípio do direito universal à educação básica, a explicação do fracasso escolar de alguns em relação a uma progressiva carreira no sistema educacional se ateve alternadamente a diferentes fatores - das características físicas e psicológicas a dimensões culturais.

A teoria do capital lingüístico e cultural rejeitou tais explicações e revelou como a aparência democrática da escola apenas esconde seus verdadeiros vínculos, o que a faz operar uma seleção social segundo critérios culturais das classes dominantes. Dessa perspectiva resultaram várias abordagens que refletiram sobre o papel da escola como reprodutora, quando não geradora, das desigualdades.

O debate educacional foi fortemente influenciado por essa teoria, cuja repercussão foi interessantemente avaliada em "Educação e desigualdade social" (Rosenberg, 1981). A autora mostra como a acolhida à teoria, especialmente através da obra de Bourdieu & Passeron (1975), foi marcante no apoio àqueles que buscavam relacionar a dinâmica da escola à própria dinâmica da sociedade. No en-

tanto, a avaliação de que "os autores não deram a devida ênfase na força revolucionária contida na contradição básica da escola" (Rosenberg, 1981, p. 14) se mostrou uma crítica bastante generalizada, o que levou a investigação para *dentro* da escola.

A sensação entre educadores e pedagogos foi a de que a articulação entre funcionamento da escola e reprodução das desigualdades não dá conta de todas as nuances do processo pedagógico. E mais, é possível intervir sobre os meios que viabilizam à escola atuar como mecanismo de seletividade. Para tanto, é necessário identificá-los e sugerir alternativas.

Mais do que fazer o histórico do debate educacional, o que, de resto, foge aos nossos propósitos, esta breve panorâmica apenas procura levantar elementos que nos levem a melhor compreensão do que se passou especificamente na investigação do quadro educacional definido pelas relações raciais no Brasil. De fato, a pesquisa nesse campo privilegiou a análise de fatores intra-escolares, buscando, então, apontar em que a escola poderia ser modificada para atender diversificadamente aos diferentes grupos sociais.

Nesse contexto, as pesquisas que relacionam educação e dimensão racial se preocuparam em demonstrar em que medida a escola desenvolve mecanismos e institui práticas que têm um forte componente de discriminação racial.

Por ser recurso amplamente utilizado, o livro didático, em suas mensagens sobre papéis sociais e estereótipos, foi objeto principalmente das pesquisas de Negrão (1987), Pinto (1987) e Silva (1988). Leite (1975) se preocupou com o vasto campo de mensagens aberto pela interação professor-aluno. A prática disciplinar e o processo pedagógico foram investigados por Gonçalves (1985) e Leite (1987).

Finalmente, os motivos para a ausência de uma denominada "cultura afro-brasileira" dos currículos escolares foram levantados por Fontoura (1987), numa pesquisa junto a professores da rede pública de Porto Alegre.³

Essa abordagem da questão educacional recebeu, mais recentemente, novas contribuições. A pesquisa de Alves *et alii* (1989-1990) retomou o tema da interação professor-aluno - abordado anteriormente, como acentuam as autoras, por um único estudo (Leite, 1975) -, visando identificar o papel do professor na reprodução das desigualdades raciais. A literatura estrangeira sobre o tema constata o peso que as expectativas do professor em relação ao aluno exercem sobre o desempenho deste, quando diz que "a origem racial do aluno, juntamente com o rendimento escolar anterior e nível sócio-econômico, figura entre as variáveis mais freqüentemente identificadas como relevantes para a formação de expectativas" (Alves *et alii*, 1989-1990, p. 99). Através da observação do comportamento de professores e alunos em escolas do Rio de Janeiro, as autoras elaboraram uma tipologia onde são assinalados comportamentos, diferenciados racialmente, nas diversas situações da sala de aula.⁴

Já Vera Figueira (1990) procurou demonstrar a existência do preconceito racial na escola. Com a aplicação de uma série de testes entre professores e alunos e examinando livros didáticos, a autora constata que estereótipos negativos são sistematicamente relacionados aos negros. Fica, portanto, estabelecida a consistência do preconceito racial tanto por parte dos atores envolvidos no processo educativo, quanto nos recursos didáticos de que se utilizam.

"Racismo na escola" (França, 1991) é o resultado de pesquisa realizada por equipe da

Fundação João Pinheiro sobre conteúdos e práticas discriminatórias no ambiente escolar. Preocupada em elaborar uma grande síntese sobre os fundamentos teóricos e as raízes históricas do que chamou de "ideologia racista", as autoras em seu texto pouco falam dos achados específicos do trabalho de campo, realizado em uma escola da rede pública de Belo Horizonte. De qualquer forma, estão absolutamente convencidas das grandes dificuldades que os negros enfrentam no ambiente escolar e sugerem medidas para a "implantação de uma nova política anti-racista".

Nesse ponto, abriria parêntese para mencionar uma pesquisa que pode ser apontada como a tentativa de traçar uma ponte entre desigualdades educacionais e dinâmica escolar, embora a dimensão racial não esteja no foco central da análise. Dias (1979) se preocupou em verificar o mecanismo pelo qual a apropriação desigual, pelos diferentes grupos sociais, do produto do processo educacional reproduz as desigualdades sociais. Demonstrou, então, que a escola chega a tal resultado através da absorção seletiva do alunado, gerando elevada homogeneização sócio-econômica interna, e através do padrão de desempenho existente em cada estabelecimento de ensino, fixado, por sua vez, em função da clientela a que atende. Assim, escolas que atendem a classes populares apresentam baixo padrão de rendimento, ao contrário das escolas destinadas às classes não-populares. Testando a teoria do capital lingüístico e cultural, Dias constatou, diferentemente do que faria supor essa teoria, que crianças de um grupo que freqüentam escola destinada a outro grupo acompanham o padrão de desempenho da escola.⁵

Esses estudos gravitam em torno de um eixo da pesquisa raça-educação e se voltam para um aspecto da questão que poderia ser identi-

ficado como a preocupação com as possibilidades instauradas pela atuação dos componentes existentes no próprio sistema escolar. Embora poucos, tais estudos traçam um quadro bastante complexo que, sem dúvida, exige mais investigação.

II – Sobre os índices

Um segundo conjunto de pesquisas é aquele interessado na realização educacional dos diferentes grupos raciais. Nesse caso, são focalizadas as resultantes globais do processo educacional, tais como taxa de alfabetização, número médio de anos de estudo, total de séries concluídas e os índices que lhes são correlacionados – velocidade de progressão no sistema escolar, repetência e evasão –, bem como dados sobre a qualidade de ensino. Se os trabalhos do primeiro grupo são poucos, os do segundo são ainda mais escassos. É importante ressaltar que os indicadores educacionais devem ser constantemente atualizados, já que o sistema educacional, obviamente, não está à margem das mudanças ocorridas na sociedade brasileira

Passemos, pois, a resgatar alguns dos aspectos referentes às desigualdades raciais na educação, percorrendo os poucos trabalhos existentes.

No panorama educacional brasileiro, chama a atenção os sistemáticos índices de desigualdades entre os grupos raciais. Andrews (1992) analisa as desigualdades raciais no Brasil e nos Estados Unidos ao longo do século, tendo como base uma série de indicadores. Em alguns deles, a comparação de 1890 a 1960 favorecia o Brasil, mas, em 1980, a comparação estatística das diferenças raciais nos dois países pen- de favoravelmente para os Estados Unidos:

(...) Os indicadores de realização educacional (alfabetização, matrícula e diplomação), que haviam mostrado ser o Brasil mais desigual em 1950, apresentaram a mesma relação na década de oitenta (Andrews, 1992, p. 74).

As desigualdades educacionais se revelam mesmo em níveis mais elementares, como o da pré-escola, ou na dimensão mais elementar da questão, isto é, o ingresso no sistema escolar. Os índices sobre frequência à pré-escola dos grupos raciais foram tratados só muito recentemente em "Raça e educação inicial" (Rosemberg, 1991). Antes, contudo, de abordá-los cabe um comentário de caráter mais geral.

As finalidades da educação na primeira infância estão espalhadas num espectro que se estende de funções assistencialistas (ligadas à crescente participação da mulher no mercado de trabalho) a objetivos mais propriamente pedagógicos (preparação para a alfabetização),⁶ como demonstra Azevedo (1985).

Nesse estudo, a autora analisa o impacto da educação pré-escolar no sistema educacional, através da redução das chances de repetência, tomando como universo de análise o desempenho nas três primeiras séries do 1º grau. Paralelamente ao crescimento da pré-escola ao longo dos anos no Brasil, Azevedo, com dados de survey realizado em escolas de Fortaleza e São Luís, constata que a frequência à pré-escola aumenta à medida que se eleva o nível sócio-econômico das famílias. Todavia, a principal conclusão – a variável cor não foi considerada – é de que a frequência à pré-escola, ainda que controlado o nível sócio-econômico, significa menos repetência no 1º grau.

Nesse sentido, a pré-escola estaria efetivamente contribuindo para um melhor funcionamento do sistema educacional. No entanto, essa conclusão seria mais inquestionável se fi-

casas estabelecidas a relação entre idade, frequência e qualidade da pré-escola. Foi o procedimento adotado por Rosemberg (1991). Recorrendo a um conjunto de dados agregados, a autora relacionou essas três dimensões a fim de avaliar os resultados, para os grupos raciais, da educação inicial, assim definida como desempenho de crianças de 0 a 9 anos na pré-escola e três primeiras séries do 1º grau.

Com dados da PNAD de 1987, a autora constata que, em maior proporção do que as brancas, as crianças pretas e pardas de 7 a 9 anos ainda estão na pré-escola, especialmente no Nordeste. Esse desempenho certamente está relacionado à natureza da pré-escola freqüentada, muitas vezes sem os recursos humanos e pedagógicos adequados. Assim, estaria operando um efeito perverso dos programas pré-escolares de baixo custo, nos quais "usam-se espaços improvisados, empregam-se pessoas despreparadas para justificar baixos salários, sonega-se material pedagógico", criando-se, "assim, desde a creche, uma trajetória educacional dualista onde crianças negras iniciam uma história de experiências educacionais frustrantes e de segunda mão" (Rosemberg, 1991, p. 32).

Em estudo sobre os problemas que envolvem o ensino no 1º grau, Fletcher e Ribeiro (1987), utilizando dados da PNAD de 1982, fizeram um importante achado: 90% das pessoas ingressam na primeira série do 1º grau, tornando possível falar, sob esse aspecto, na quase universalização do ensino.⁷ No entanto, tal situação é bastante afetada por fatores regionais e de renda: enquanto nas regiões Sudeste e Sul mais de 95% têm acesso ao 1º grau, no Nordeste esse índice é de 79%, situação que se agrava no Nordeste rural de renda baixa (renda familiar *per capita* até um salário mínimo, segundo controle fixado pelos auto-

res), onde apenas 64% das crianças entram na escola. Por isso, "70% dos que não têm acesso à escola se concentram no Nordeste" (Fletcher e Ribeiro, 1987, p. 4).

Parte da explicação para os resultados obtidos por Hasenbalg e Silva (1990) se encontra certamente nessa distribuição regional dos segmentos raciais da população. Os autores mostram, com dados da PNAD de 1982, que aos 7 anos 39,2% de brancos, 54,7% de pretos e 55,6% de pardos não entraram na escola, índices que no limite de idade de escolarização obrigatória (14 anos) estão em 5% para brancos, 15,5% para pretos e 13,9% para pardos. Ora, dada a redução das possibilidades de ingresso no sistema formal de ensino após essa idade, é razoável afirmar que, em relação ao grupo branco, o triplo de pretos e mais do que o dobro de pardos sequer ingressam na escola.

Esse comportamento geral é fortemente atingido por variações de renda, persistindo, contudo, as desvantagens para os pretos e pardos: na faixa de até 1/4 de salário mínimo *per capita*, nunca freqüentaram a escola 12% de brancos, 22,5% de pretos e 21,7% de pardos com 14 anos, enquanto para a faixa de 1/2 a um salário mínimo esses números são, respectivamente, de 1,2%, 3,1% e 4,1%.

Já os índices sobre evasão são os mesmos para os três grupos de cor, devendo, no entanto, ser levados em consideração na análise desse dado o ingresso mais tardio e o menor rendimento escolar dos pretos e pardos. Assim, na idade de 14 anos, 20,8% de brancos, 4,6% de pretos e 6,1% de pardos experimentavam uma trajetória escolar sem atraso; com atraso de até duas séries, os números são, respectivamente, 38,4%, 18,2% e 24,6%; enquanto atrasados em mais de duas séries estão 40,8% de brancos, 77,2% de pretos e 69,3% de pardos. Além disso, os autores utilizaram

um modelo que permite identificar os ritmos de progressão dentro do sistema escolar para cada grupo racial. Várias conclusões enriquecem, então, o quadro traçado pelas tabulações anteriores, cujo resumo obtemos na afirmação de que "em todas as transições existe uma clara diferença entre indivíduos no grupo branco e aqueles nos outros grupos de cor. Brancos apresentam ritmos de transição significativamente mais rápidos do que os demais grupos de cor" (Hasenbalg e Silva, 1990, p. 88).

Ainda em relação ao ingresso no sistema de ensino, Silva e Hasenbalg (1992) estimaram as chances de acesso das crianças de 7 a 14 anos através de um modelo logístico cujas variáveis foram a idade da criança, renda familiar, regiões, situação do domicílio, cor da criança, chefia feminina, anos de estudo do chefe e número de membros na família. Os autores chegaram a índices que apontaram para as diferenças no ambiente e na estrutura familiar entre os grupos de cor como responsáveis, em parte, pelo resultado no que se refere ao acesso à escola das crianças brancas e não-brancas. No entanto, constatam, "o fato de que ainda ficamos com um coeficiente relativamente elevado e significativo para a variável cor implica a permanência de um resíduo não explicado substancial" (Silva e Hasenbalg, 1992, p. 11).

Ao analisar o panorama educacional na América Latina, relacionado às profundas transformações estruturais em curso, G. Rama (1989) dedicou especial atenção às clivagens de cor na distribuição das oportunidades educacionais verificadas no Brasil. Nesse processo de desenvolvimento e modernização no subcontinente, não têm faltado formas de discriminação e segregação sócio-cultural, que, variando em cada situação nacional, ora recor-

rem à cor ou origem étnica, ora estabelecem barreiras entre formas culturais urbanas e rurais, ora operam com base na diferença de organização familiar. Essas segmentações da estrutura social afetam fortemente o pobre quadro educacional latino-americano – poucos países conseguem assegurar escolaridade mínima de seis anos, nota o autor –, como é o caso dos diferenciais raciais no Brasil.

Com dados da PNAD de 1982 para São Paulo sobre o desempenho dos estudantes de 12 anos, Rama constata também o maior atraso escolar de pretos e pardos em contraposição aos índices obtidos por brancos e amarelos. Verifica, além disso, que os estudantes, de modo geral, obtêm melhor desempenho à medida que se eleva o nível de instrução do chefe da família, embora os diferentes grupos raciais não o consigam igualmente. Entre chefes de família que têm de um a três anos de instrução, 19,5% de brancos, 5,9% de pretos e 12% de pardos conseguem que suas crianças tenham uma trajetória escolar sem atraso; para aqueles chefes que têm quatro anos de estudos, esses índices são 33%, 10% e 22%, respectivamente.

Acesso, atraso escolar e evasão foram vistos ainda por Rosemberg (1990), numa avaliação, também com dados da PNAD de 1982, exclusivamente da situação no estado de São Paulo.⁸ Acrescente-se a esse quadro de crônicas desigualdades o pouco que se sabe sobre o comportamento dos segmentos raciais frente a variáveis que podem ser tomadas como indicadores da qualidade de ensino.

Espraia-se, até mesmo além do ambiente acadêmico, o consenso de que ensino eficiente está diretamente relacionado ao turno em que é ministrado, ao número de horas diárias de aula e ao tipo de rede – com vantagens para o turno diurno, para a maior carga horária e,

em função da aguda crise do ensino público, para a frequência à escola particular. Em relação a tais variáveis, Rosemberg encontrou significativas diferenças entre os grupos raciais. No estado de São Paulo, entre pessoas de 7 anos ou mais que freqüentam o curso regular de 1º grau, os brancos o fazem em 89,3% na escola pública, os negros (designação sob a qual a autora reúne os segmentos preto e pardo) em 97,1% e os amarelos em 78,5%. Em relação ao turno, 11,4% de brancos, 13,8% de negros e 2,7% de amarelos freqüentam o turno noturno. Quanto ao número de horas diárias de aula, 2,8% de brancos, 4% de negros e 0,6% de amarelos freqüentam curso de até três horas de duração, enquanto no outro extremo – mais de quatro horas – esses números são 22,2%, 13,2% e 33,6%, respectivamente, estando a maioria concentrada em cursos de três a quatro horas de duração.

Fúlvia Rosemberg não deixa dúvidas quanto à convicção do tratamento discriminatório oferecido pela escola. Ao observar a maior presença de negros em cursos noturnos da rede privada, comenta que isso se deve a um ingresso mais facilitado, nesse tipo de rede, nos cursos supletivos. São dados enfatizados, uma vez mais, da “perversidade do sistema de ensino, que, mesmo através das soluções alternativas criadas para suprir deficiências, ou as necessidades específicas da clientela (o turno noturno e o curso supletivo), desenvolve mecanismos que diferenciam e dificultam a educação da população negra”. Sobre a frequência a cursos com diferentes cargas horárias, afirma que “a população pobre freqüenta escola pobre, os negros pobres freqüentam escola ainda mais pobre”, deixando a impressão de que, “toda vez que o sistema de ensino propicia uma diferenciação de qualidade, nas piores soluções encontramos uma maior pro-

porção de alunos negros” (Rosemberg, 1990, p. 100-3).

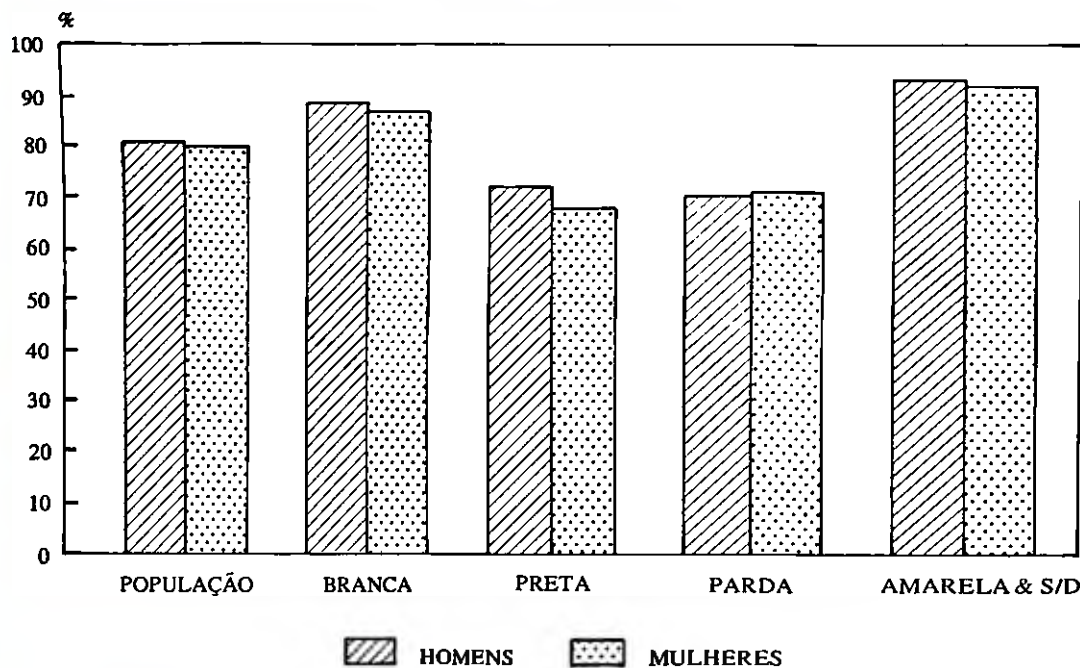
Qualificam ainda mais a conclusão de um ensino mais débil oferecido aos pobres e negros os resultados a que chegaram Silva & Souza (s./d.). Examinando as taxas de aprovação, repetência e evasão e as variáveis indicadoras da qualidade do ensino em escolas da rede pública e privada, os autores alertam:

[as] (...) escolas particulares obtiveram uma média de número de horas de aula algo maior e coeficiente de variação muito mais alto. Em termos de outras variáveis qualitativas, utilização de livro didático e frequência de dever de casa, elas também estão muito melhor do que escolas públicas. No geral, escolas particulares ajustam seus serviços à demanda de sua clientela, como pode ser visto através da relação entre variáveis qualitativas e educação do chefe da família ou mensalidade. (Silva e Souza, s./d., p. 23.)

Portanto, ao contrário de significar um ensino excelente, em qualquer circunstância, a escola privada se adapta às condições da clientela. Às vezes, ministra um ensino de pior qualidade que se expressa pelo alto coeficiente de variação do total de horas do período letivo, significando que na escola privada pode-se encontrar turnos menores do que na média das escolas públicas. Logo, surge como bastante razoável a conclusão de que, mesmo quando se dispõem a pagar, os negros têm acesso a uma escola privada de qualidade duvidosa.

Esses achados, mais do que conclusões, sugerem toda uma agenda de pesquisas. A atuação do diagnóstico e a descrição das especificidades regionais, entre outros aspectos, são requisitos imprescindíveis para se entender e intervir corretamente no quadro educacional,

GRÁFICO 1
Taxas de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais,
por cor e sexo – Brasil



Fonte: Tabela 1 no Anexo.

especialmente no que contribui para o pior desempenho dos negros.

ATUALIZANDO O DIAGNÓSTICO: OS DADOS DE 1987 E 1988

I – PNAD de 1987

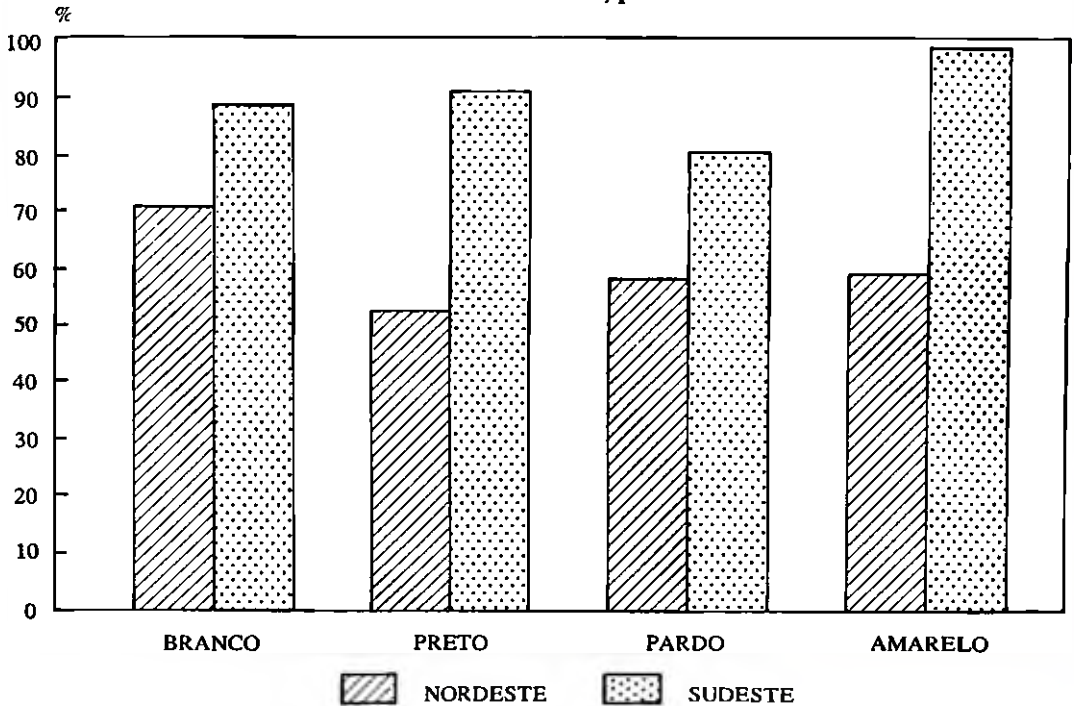
Os dados publicados da PNAD de 1987 trazem algumas informações sobre a situação educacional dos segmentos raciais. Antes de analisarmos esses dados, faz-se necessário ligeira consideração de ordem conceitual.

Há considerável polêmica sobre o conceito de alfabetização e o nível de conhecimento que implica. Na PNAD é perguntado ao entrevistado

sobre sua condição de alfabetizado ou não, sem relacionar com informações tais como anos de estudo ou capacidade de se expressar de forma escrita. Por outro lado, sabemos que na realidade brasileira a chance de uma pessoa se alfabetizar numa experiência alheia à inserção no sistema escolar é bastante reduzida. Portanto, a taxa de alfabetização, à parte controvérsia conceitual, pode ser tomada como um índice que corrobora a hipótese já apresentada do amplo acesso à escola.

O Gráfico 1 apresenta a taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos de idade ou mais. Nele percebemos que 80,7% da população atingiu o patamar mínimo de educação formal, não se registrando aí acentuadas diferenças entre homens e mulheres. Entretanto, entre os

GRÁFICO 2
Taxas de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais, nas regiões
Nordeste e Sudeste, por cor



Fonte: Tabela 1 no Anexo.

grupos raciais há notáveis diferenças: os pretos – os piores colocados – alcançam 70,5%, enquanto os amarelos – os de melhor desempenho – atingem 92,6%.

A regionalização do problema educacional é demonstrada de maneira significativa quando os dados são desagregados por região. O Gráfico 2 mostra as taxas de alfabetização para algumas regiões do Brasil, aquelas que apresentam os mais expressivos contrastes. Com efeito, no Nordeste se encontra o mais baixo índice de todo o conjunto de dados sobre alfabetização (52,1% para pretos), enquanto o maior índice (98,9%) reflete o desempenho dos orientais e seus descendentes no Sudeste.

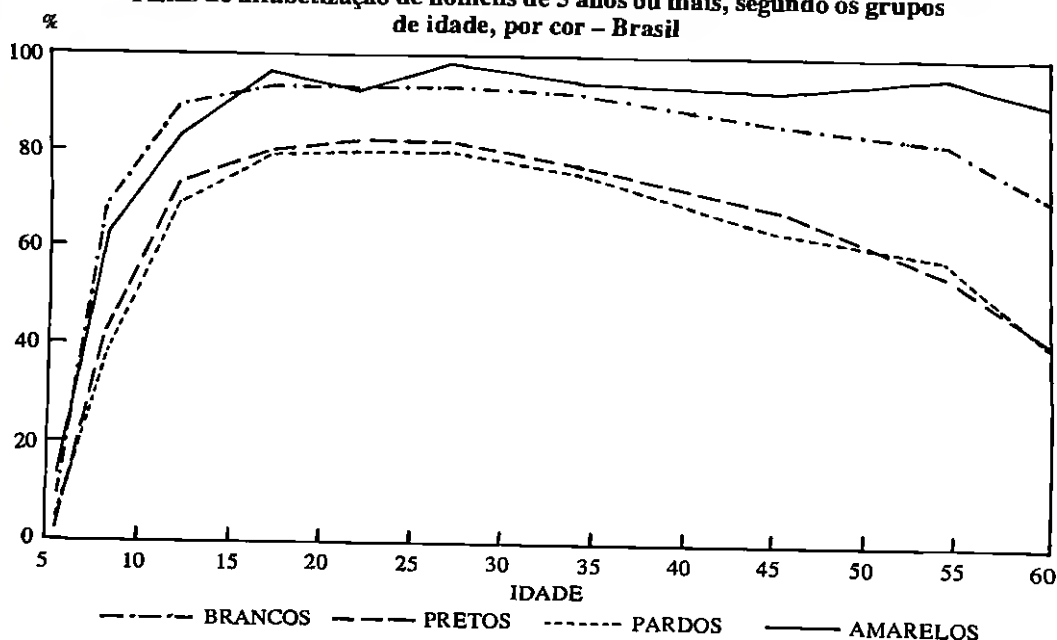
Fletcher e Ribeiro (1987) já haviam identificado os excluídos do sistema escolar como

sendo do Nordeste de baixa renda da área rural. Com os dados de que dispomos podemos agora identificar-lhes a cor: pretos e pardos.

Os Gráficos 3 e 4, que mostram as taxas de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais por cor e sexo, segundo os grupos de idade, refletem uma tendência geral no quadro educacional brasileiro. Contemporaneamente, o sistema educacional tem-se aberto à maior participação feminina, o que faz com que nos grupos mais jovens as mulheres apresentem melhores resultados, enquanto nas coortes mais velhas a situação se inverte.

A taxa de alfabetização atinge seu ponto máximo nas faixas etárias de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos, a partir das quais começa a declinar. Nessas três faixas, o desempenho das

GRÁFICO 3
Taxas de alfabetização de homens de 5 anos ou mais, segundo os grupos de idade, por cor - Brasil



Fonte: Tabela 2 no Anexo.

mulheres é melhor, com a única exceção para os homens amarelos, entre 25 e 29 anos, que apresentam um índice de 98,5% contra 95,6% das mulheres amarelas de mesma idade.

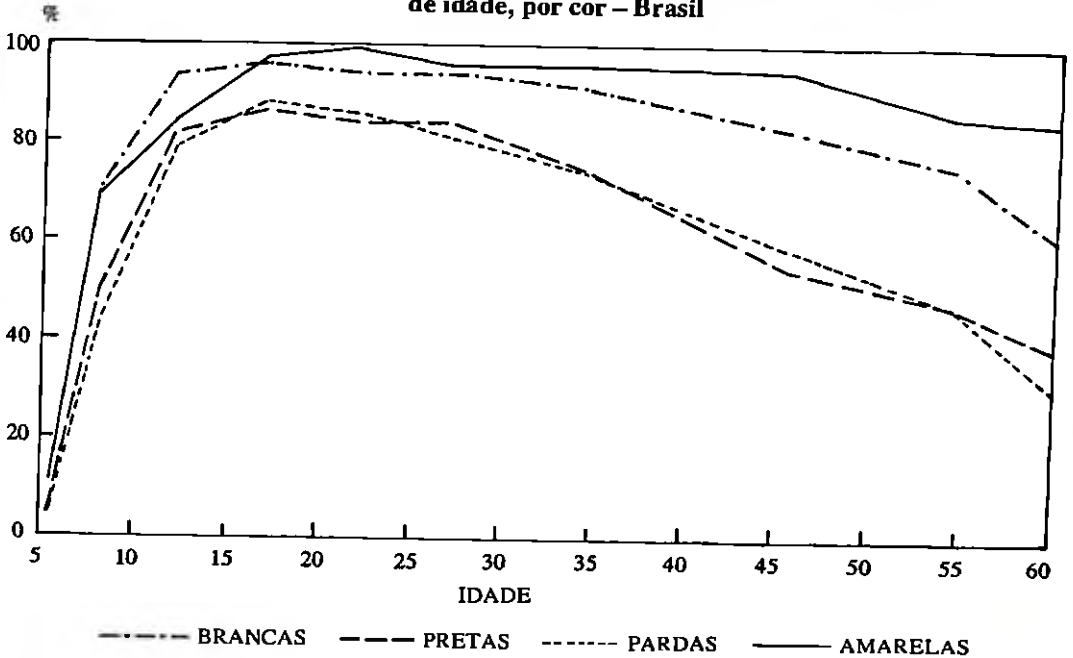
Se os índices de alfabetização poderiam nos deixar mais otimistas quanto à universalização do acesso, o quadro desenhado pelo número de anos de estudo novamente traz preocupações. Acesso generalizado está longe de significar a qualificação sequer ao nível do ensino elementar.

Anos de estudo, nesse caso, não indicam com precisão a série concluída, muito embora se possa tomar como a possibilidade-limite do nível atingido. O fato é que não é desprezível o contingente populacional na categoria "sem instrução" e "menos de um ano". São 19,8% os brasileiros aí situados. Os diferenciais ra-

ciais também são marcantes: o dobro de pretos e pardos em relação aos brancos se encontra nesse nível mínimo; já os amarelos estão aí representados com apenas 6,6%. Esses dados são apresentados no Gráfico 5.

Quase metade da população, ao passar pela escola, atinge apenas os quatro anos iniciais. Isso mostra que o antigo primário é um relevante ponto-limite, seja porque visto como suficiente, seja pela necessidade do jovem estudante de ingressar no mercado de trabalho. Não se deve esquecer, contudo, dificuldades impostas pela própria estrutura do sistema de ensino. Muitas escolas não oferecem todas as séries do 1º grau, obrigando o aluno a custosas transferências. Além disso, podem ocorrer possíveis efeitos desagregadores das mudanças de caráter pedagógico verificadas após a quarta série.

GRÁFICO 4
Taxas de alfabetização de mulheres de 5 anos ou mais, segundo os grupos de idade, por cor - Brasil



Fonte: Tabela 2 no Anexo.

O Gráfico 6 confirma esse quadro e mostra a situação daqueles que já não frequentam a escola em relação ao nível de ensino concluído. Os dados revelam o escasso número daqueles que chegam à universidade, contrapartida óbvia da concentração nos níveis mais baixos de ensino: 9,2% dos brancos concluem o curso de nível superior, enquanto para os negros o índice é extraordinariamente menor, ficando em 1,2% para os pretos e 2,1% para os pardos. Os amarelos com curso superior são 23%.

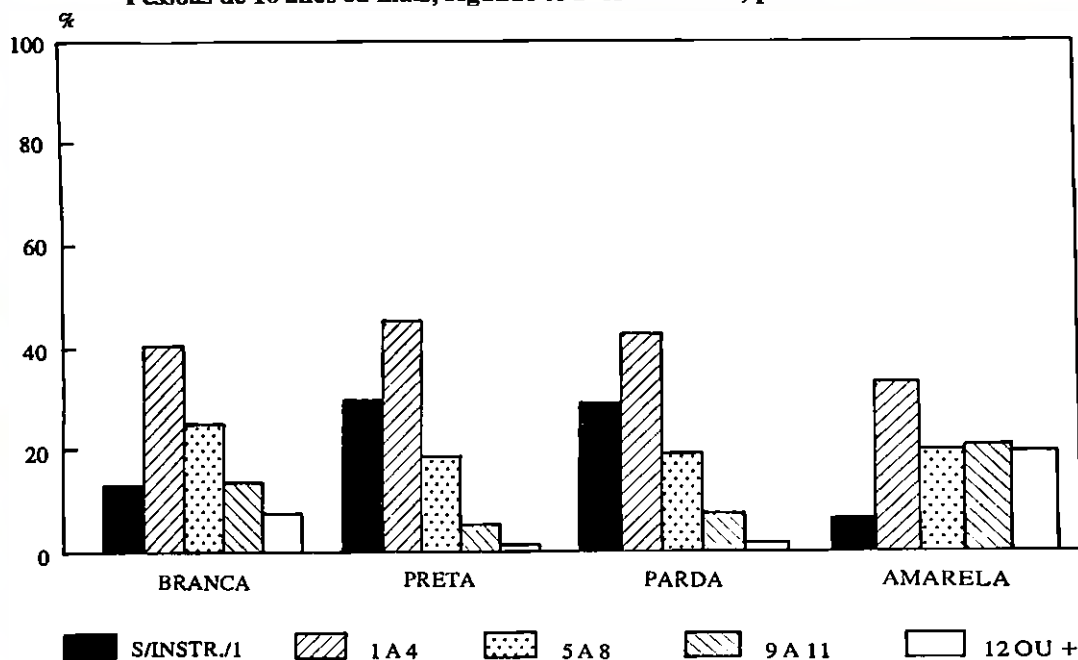
Os resultados publicados da PNAD de 1987 permitem desagregar os dados por grupos de idades. Os indivíduos situados entre 20 e 29 anos são os que apresentam desempenhos mais interessantes e, certamente, são também aqueles que primeiro usufruíram da recente expansão do sistema educacional. Por outro

lado, sabemos como é improvável o retorno ao sistema de ensino após essas idades.

O Gráfico 7 apresenta os dados para os grupos de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. É assinalável que os pretos e pardos das coortes de idade 20 a 24 e 25 a 29 anos ficaram retidos ao nível do primário incompleto - 26,2% e 26,9% para pretos e 27,1% e 26,6% para pardos, respectivamente. Para os brancos nessas coortes de idade, os maiores contingentes atingiram o 2º grau - 25,5% e 24,6%, na ordem. Esse desempenho é obtido, em maior proporção, pelos amarelos de 20 a 24 anos - 35,3% no 2º grau - e superado pelos amarelos de 25 a 29 anos, que chegam em 39,7% à universidade.

A descrição da situação educacional a partir dos dados publicados da PNAD de 1987 pode ser enriquecida recorrendo-se à obra

GRÁFICO 5
Pessoas de 10 anos ou mais, segundo os anos de estudo, por cor – Brasil



Fonte: Tabela 3 no Anexo.

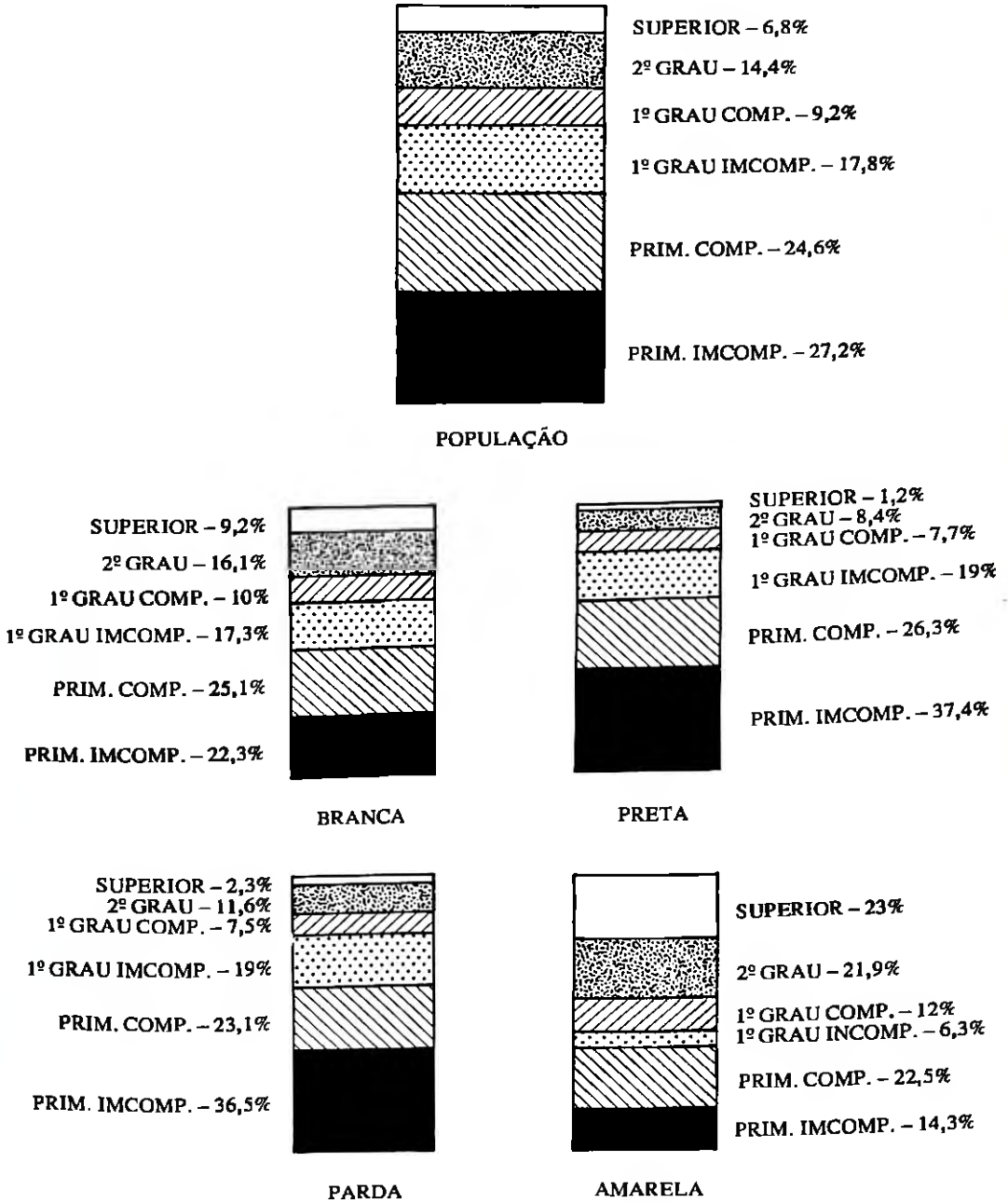
“Educação: indicadores sociais” (Cruz, 1990). Trata-se de uma publicação do Deiso/IBGE que se propõe acompanhar a situação educacional do país através das PNADs de 1981, 1983, 1986 e 1987. Algumas tabelas trazem a informação sobre educação relacionada aos segmentos raciais. Dentre estas, acrescentam ao que já foi descrito os dados reunidos no quadro a seguir (ver p. 51), que informa sobre o número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais de idade, com base na PNAD de 1987.

Comprovamos, então, que a população brasileira apresenta baixa média de anos de estudo, além de bastante diferenciada entre os grupos de idade e os grupos de cor. O grupo etário que obtém maior índice é o de 20 a 24 anos – com 6,9 anos para brancos, 4,4 para

pretos e 4,8 para pardos. Já os amarelos, mesmo obtendo nessa faixa índice maior, têm desempenho mais expressivo ainda com os indivíduos de 25 a 29 anos, atingindo 10,5 anos de estudo. Em outras palavras, pretos e pardos de 20 a 24 anos desfrutam de apenas 2/3 da média obtida pelos brancos e bem menos ainda daquela obtida pelos orientais.

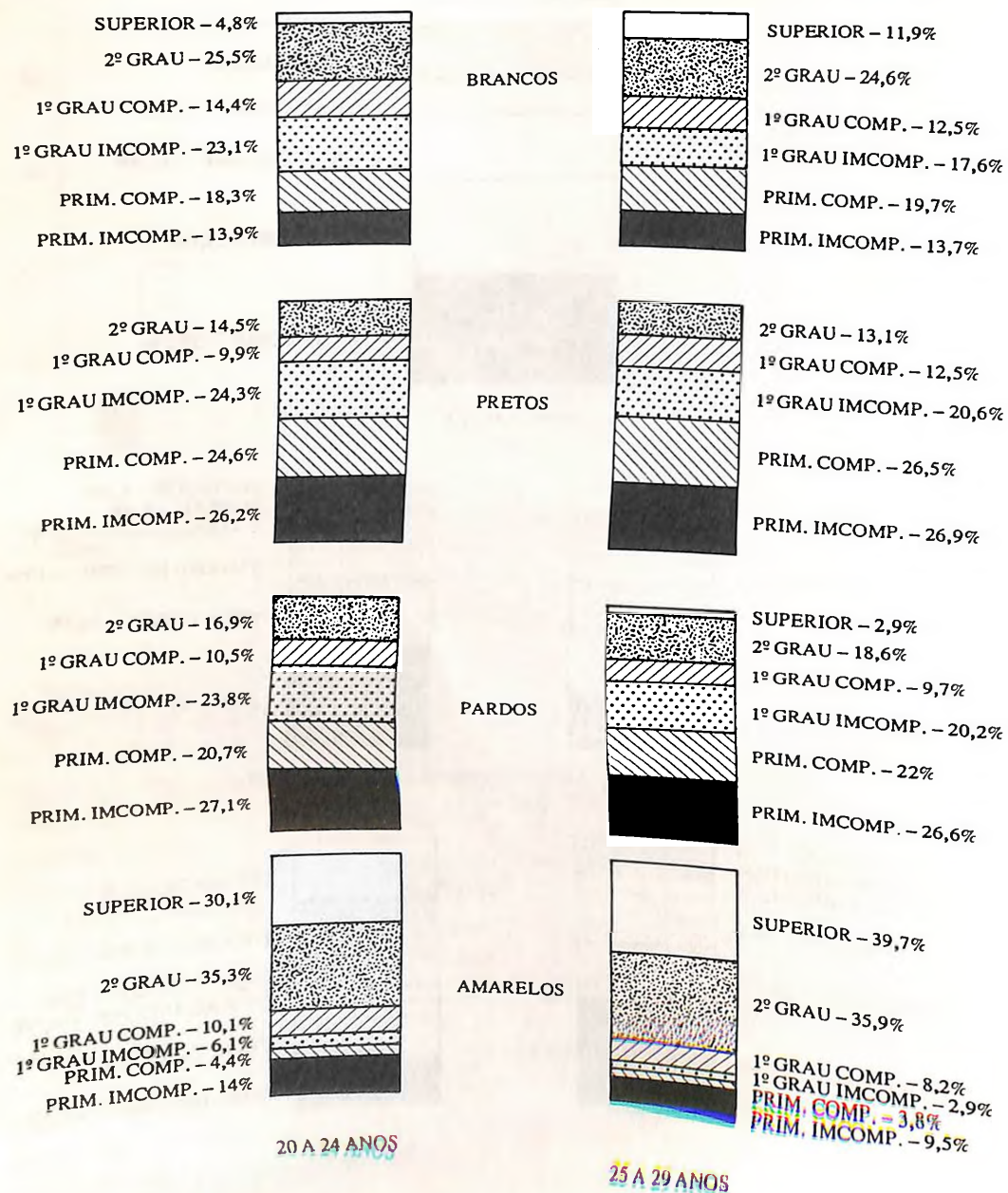
O quadro mostra que, embora persistam as desvantagens para os negros em termos do resultado final, os grupos que mais aproveitaram a melhoria do sistema educacional foram os pretos e os pardos. Entre a coorte de idade mais velha, pior posicionada, e a de melhor posição, os pretos experimentaram um crescimento da média dos anos de estudo de 2.100%, os pardos de 1.100%, enquanto bran-

GRÁFICO 6
Pessoas de 10 anos ou mais que não frequentam escola, segundo a última série e grau concluído, por cor – Brasil



Fonte: Tabela 4 no Anexo.

GRÁFICO 7
Pessoas dos grupos de idade de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos que não freqüentam escola, segundo a última série e grau concluído, por cor – Brasil



Fonte: Tabela 4 no Anexo.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais de idade, segundo a cor e grupos de idades – PNAD de 1987

IDADE	COR			
	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	AMARELOS E SEM DECLARAÇÃO
10 a 14 anos	3,2	2,1	2,0	3,9
15 a 19 anos	5,8	4,0	4,1	7,7
20 a 24 anos	6,9	4,4	4,8	9,8
25 a 29 anos	6,4	3,4	4,0	10,5
30 a 39 anos	4,5	2,0	2,4	7,6
40 a 49 anos	2,5	0,8	1,0	5,4
50 anos ou mais	1,3	0,2	0,4	1,8

Fonte: Cruz, 1990, p. 121.

cos e amarelos obtiveram aumento da ordem de 400%.

Não obstante, em todas as coortes de idade, as médias dos anos de estudo dos pretos e pardos são sempre menores do que a dos brancos, enquanto a dos amarelos supera as de todos os demais.

Esses são os resultados a que podemos chegar utilizando os dados publicados da PNAD de 1987. Mesmo não fixando controles que poderiam nos revelar maiores detalhes, eles já traçam um panorama educacional bastante sombrio.

II – PNAD de 1988

O suplemento da PNAD de 1988 investigou a participação político-social do brasileiro. Os dados foram apresentados segundo os temas escolhidos para expressar o grau com que no Brasil se usufrui de direitos civis, políticos e sociais. Esses temas foram: justiça, vitimiza-

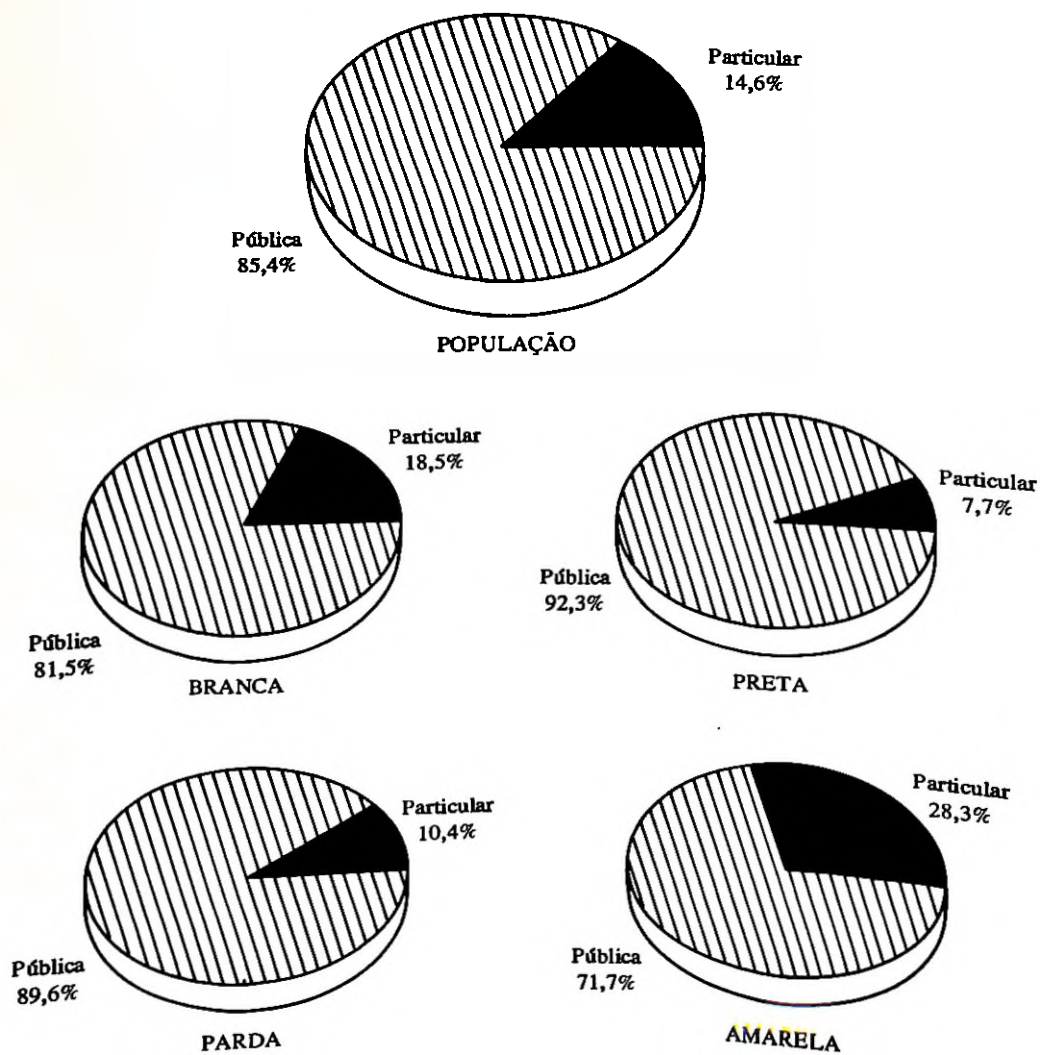
ção, educação, meios de transporte, cadastro e associativismo.

Para o que ora nos ocupa, foi apresentada apenas uma tabela, a que relaciona o tipo de rede e os anos de instrução do chefe da família, para as pessoas de 7 a 14 anos de idade.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição da população estudantil de 7 a 14 anos segundo o tipo de rede (particular ou pública) que freqüentam. De início, destaca-se o enorme peso da escola pública, à qual está entregue mais de 4/5 da educação de nossas crianças. Os pretos e os pardos, mais do que os outros grupos raciais, dependem do ensino ministrado por essa escola.

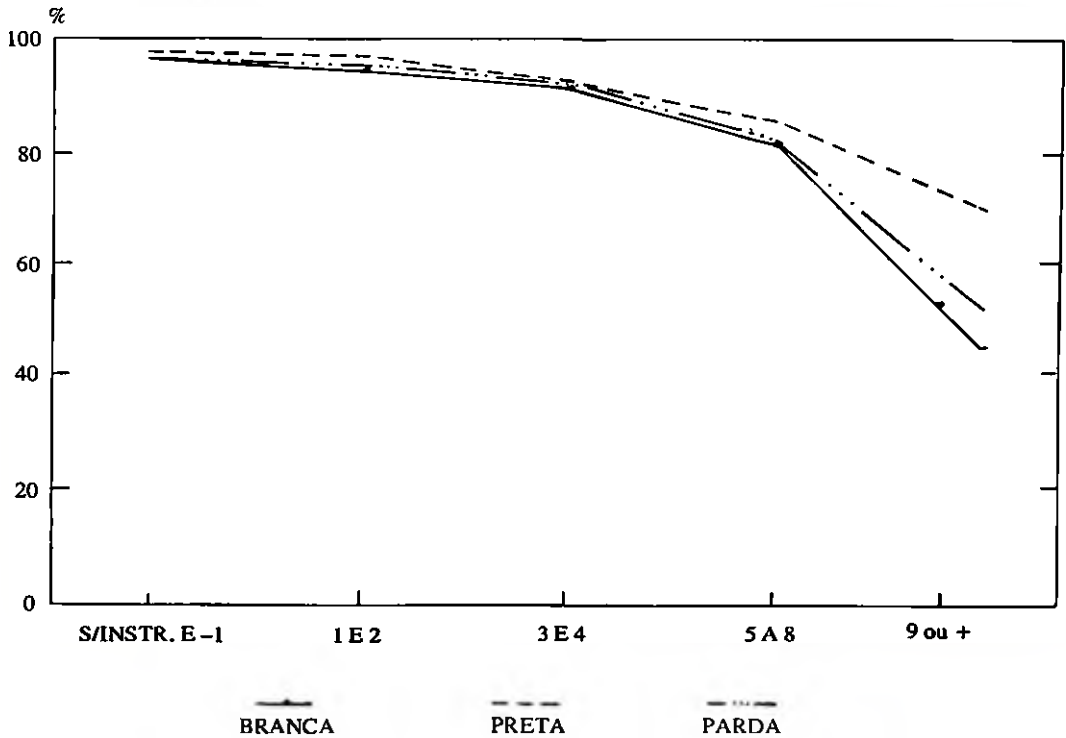
É possível desagregar tais dados segundo os anos de estudo do chefe da família. Seria de se esperar maior presença da criança na escola particular à medida que aumenta a escolaridade do chefe da família, refletindo expectativas bem como disponibilidade das famílias melhor situadas para arcar com os elevados custos da realização educacional de suas crianças.

GRÁFICO 8
Pessoas de 7 a 14 anos de idade que frequentam escola,
segundo a cor e o tipo de rede escolar – Brasil



Fonte: Tabela 3 do Anexo

GRÁFICO 9
Participação na escola pública das pessoas de 7 a 14 anos, por anos de estudo do chefe da família, segundo a cor – Brasil



Fonte: Tabela 5 no Anexo.

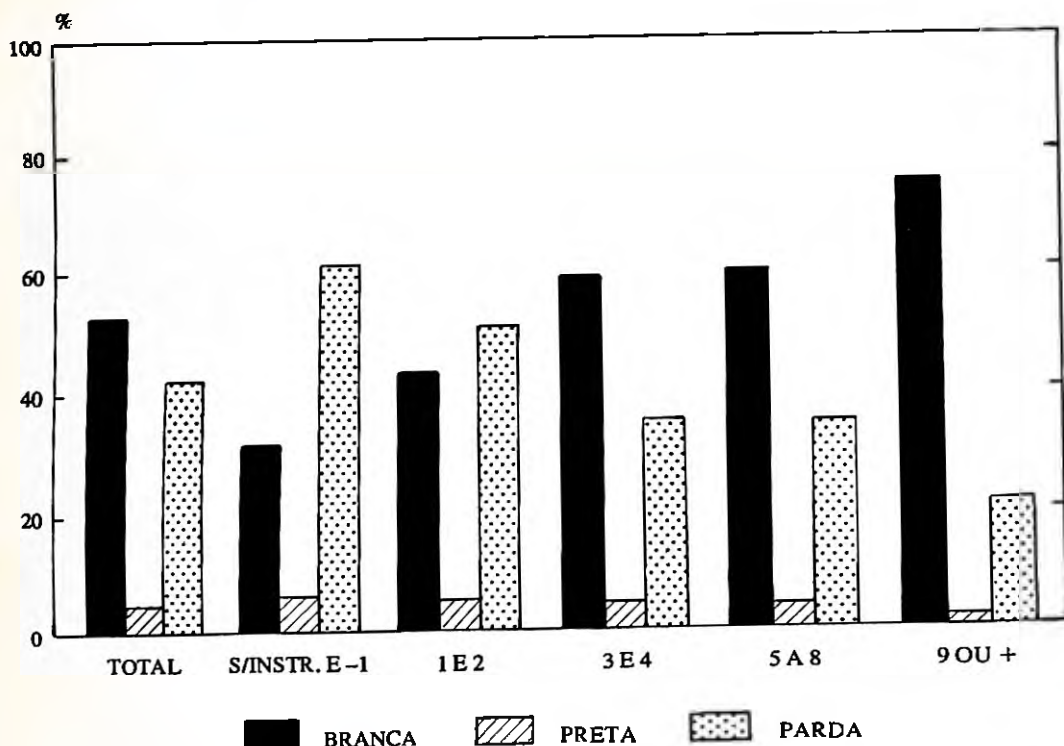
O Gráfico 9 mostra a distribuição da população estudantil na rede pública de acordo com os anos de estudo do chefe da família. De fato, ao aumento da escolaridade do chefe da família em todos os grupos raciais, corresponde maior participação da criança na escola particular.

Esse incremento é especialmente expressivo na categoria que registra os pais com 2º grau completo – nove anos ou mais. Pais com maior escolarização enviam seus filhos, com maior frequência, à escola particular. Mais uma vez são marcantes os diferenciais por grupos de cor: brancos sempre o conseguem

em maior proporção do que pretos e pardos. Nesse ponto, ressalte-se que o desempenho dos pardos está mais próximo do de brancos do que do de pretos, embora todos os grupos mantenham a mesma tendência.

Ainda assim, na análise desse dado está implícito que a presença na escola particular é sempre indicativa de uma opção por um melhor ensino. Tal pressuposto fica bastante comprometido quando se leva em conta variáveis que apontam para a qualidade do ensino. Com esses dados é impossível chegarmos a conclusões, mas não deve ser negligenciado o que foi apontado por Rosenberg (1990) e Silva e Souza (s.d.). Se a escola particular adequada

GRÁFICO 10
Pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam escola, por anos de estudo do chefe da família, segundo a cor - Brasil



Fonte: Tabela 5 no Anexo.

diferentemente seu desempenho em resposta às possibilidades econômicas de sua clientela, é possível que essa elite de pretos e pardos esteja desfrutando de uma educação pior, ainda que paga.⁹

Por último, é interessante a observação do que é apresentado no Gráfico 10. As primeiras colunas indicam, para cada grupo racial, a porcentagem na população - lembremos, de 7 a 14 anos. As colunas seguintes relacionam a porcentagem dos grupos raciais segundo os anos de estudo do chefe da família. Pois bem, os brancos estão representados entre aqueles com pais mais escolarizados em maior propor-

ção do que sua presença no total da população. Pretos e pardos têm comportamento inverso.

Chamo a atenção para um fenômeno parcialmente encoberto na representação gráfica, em função dos diferentes tamanhos dos grupos raciais. O desempenho de pretos é ainda pior do que o de pardos. Entre o nível em que estão mais representados - "sem instrução e menos de um ano": 7% para pretos e 61,4% para pardos - e aquele em que estão menos representados - "nove anos ou mais": respectivamente, 1,9% e 21,7% -, os pardos experimentam um decréscimo de 64%, enquanto os pretos, de 72%.

DESIGUALDADES: QUE QUADRO!

Nas últimas décadas o Brasil desfrutou de razoável crescimento econômico, trajetória interrompida pelos anos oitenta, a famosa "década perdida". A ampliação da rede de ensino acompanhou tal desenvolvimento, mantendo-se até mesmo durante esse período.

As mulheres foram as principais beneficiárias das oportunidades abertas pelo sistema educacional. Contudo, esses ganhos devem ser olhados através de uma análise mais cuidadosa. Fúlvia Rosemberg aponta para os efeitos de uma dinâmica que direciona a trajetória educacional, influenciando diferenciadamente não tanto o total de educação obtido, mas as carreiras escolhidas. Daí ser possível falar em "guetos sexuais" (Rosemberg, 1987).

Se levarmos em consideração que as posições no mercado de trabalho guardam estreita relação com a escolarização, essas conclusões são confirmadas por Quadros (1991). Ao analisar a expansão de ocupações no mercado de trabalho típicas de classe média, o autor mostra que os novos postos não foram ocupados indistintamente, ficando as mulheres retidas em certas categorias ocupacionais.

Logo, tudo indica que as mulheres conseguiram superar as barreiras quanto às chances de frequentar a escola, embora sujeitas a vários condicionamentos. O problema se transfere, então, para o mercado de trabalho, onde a remuneração das atividades produtivas muitas vezes se diferencia com base em atributos alheios ao processo produtivo. Isso, certamente, representa um agravamento da situação da mulher negra (sobre mulher negra e mercado de trabalho, ver o artigo de Lima e Silva, na p. 97). Os dados publicados da PNAD de 1987 sobre nível de ensino e série concluída

dos grupos raciais não estão desagregados por gênero, o que nos impede de tratar na presente abordagem homens e mulheres distintamente, quanto a esse tópico.

No entanto, o que os dados nos revelam sobre os diferenciais na realização educacional dos grupos raciais é alarmante. Menos alfabetizados, retidos em patamares educacionais mais baixos, poucos negros conseguem chegar à universidade. E tão poucos que sequer são suficientes para serem registrados no gráfico. Temos que consultar a tabela (Tabela 4 no Anexo) para saber que apenas 0,5% de pretos de 20 a 24 anos e 0,4% entre 25 e 29 anos têm curso superior completo. Para os pardos esses números são 1% e 2,9%, respectivamente. Um negro com curso superior completo é um "sobrevivente" do sistema educacional e, ademais, enfrentará sistemática discriminação no mercado de trabalho (sobre raça e mercado de trabalho, ver o artigo de Batista e Galvão, na p. 71).

Sabemos da importância da questão educacional para o desenvolvimento social. Nesse campo o Brasil ainda tem longo caminho a percorrer. É preciso eleger educação como prioridade absoluta e traçar, nas políticas públicas, propostas consistentes e duradouras. Dutra (1990) descreve, com riqueza de detalhes, alertando para a curta vigência, as atividades do Grupo de Trabalho de Alfabetização, desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro de 1983 a 1987. É um eloquente exemplo da dificuldade em implantar uma política educacional de caráter eminentemente pedagógico.

É indispensável reverter essa situação. Cumpre melhorar o desempenho educacional e transformar o quadro de desigualdades crônicas. Os dados são contundentes ao revelar a gravidade da crise da educação. É grave e tem cor.

ANEXOS

TABELA 1

Taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais, por cor e sexo – Brasil e regiões

	BRASIL		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
População total	80,7 (84.219.266)	81,1 (41.201.580)	80,3 (43.017.686)
Branca	87,8 (52.638.852)	88,7 (25.634.872)	86,8 (27.003.980)
Preta	70,5 (4.268.142)	72,3 (2.158.409)	68,8 (2.109.733)
Parda	71,0 (26.638.755)	70,5 (13.063.311)	71,4 (13.575.444)
Amarela e sem declaração	92,6 (673.517)	93,0 (344.988)	92,2 (328.529)
	NORDESTE		
População total	61,8	58,9	64,6
Branca	70,7	68,2	72,9
Preta	52,1	52,1	52,1
Parda	58,1	54,9	61,1
Amarela e sem declaração	58,9	57,8	60,1
	SUDESTE		
População total	88,5	90,2	86,8
Branca	91,2	92,9	89,6
Preta	80,1	85,5	77,7
Parda	83,2	85,1	81,3
Amarela e sem declaração	98,9	98,9	98,9
	SUL		
População total	88,7	91,1	87,3
Branca	91,0	92,1	89,9
Preta	78,9	83,4	74,5
Parda	75,9	78,7	73,0
Amarela e sem declaração	95,6	98,9	92,6
	CENTRO-OESTE		
População total	83,6	83,7	83,5
Branca	88,4	88,6	88,2
Preta	64,8	65,1	64,5
Parda	79,9	80,2	79,6
Amarela e sem declaração	94,5	94,0	95,1

Continua

TABELA 1 – Continuação

Taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais, por cor e sexo – Brasil e regiões

	TOTAL	NORTE	
		HOMENS	MULHERES
População total	87,4	97,8	87,0
Branca	91,2	91,5	91,0
Preta	73,7	71,9	75,5
Parda	86,3	86,9	85,7
Amarela e sem declaração	96,4	96,6	96,1

Fonte: PNAD de 1987 (IBGE, 1989. Tabela 2, exceto "5 e 6 anos", "7 a 9 anos" e "Idade ignorada").

TABELA 2

Taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais, por grupos de idade e sexo – Brasil

	POPULAÇÃO		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
5 e 6 anos	7,4 (539.362)	7,0 (255.615)	7,9 (283.747)
7 a 9 anos	55,7 (5.781.162)	53,6 (2.803.491)	57,8 (2.977.671)
10 a 14 anos	83,0 (12.861.663)	80,1 (6.259.936)	85,9 (6.601.727)
15 a 19 anos	89,4 (12.591.305)	86,8 (6.021.964)	92,0 (6.569.341)
20 a 24 anos	89,3 (11.641.609)	87,9 (5.606.724)	90,6 (6.034.885)
25 a 29 anos	88,8 (10.045.347)	88,5 (4.794.393)	89,1 (5.250.954)
30 a 39 anos	84,8 (15.749.414)	85,6 (7.700.391)	84,0 (8.049.023)
40 a 49 anos	75,5 (9.776.028)	77,6 (4.919.101)	73,5 (4.856.927)
50 a 59 anos	68,7 (6.248.618)	73,3 (3.224.021)	64,3 (3.024.597)
60 anos ou mais	54,3 (5.305.282)	59,6 (2.675.050)	49,8 (2.630.232)
Total	74,2 (90.539.790)	74,2 (44.260.686)	74,3 (62.283.809)

Continua

TABELA 2 – Continuação

Taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais, por grupos de idade e sexo – Brasil

	BRANCA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
5 e 6 anos	9,8	9,2	10,5
7 a 9 anos	69,5	68,3	70,7
10 a 14 anos	91,4	89,8	93,0
15 a 19 anos	94,3	93,2	95,4
20 a 24 anos	93,9	93,6	94,2
25 a 29 anos	93,9	93,7	94,1
30 a 39 anos	91,4	92,1	90,7
40 a 49 anos	84,6	86,1	83,1
50 a 59 anos	78,8	82,6	75,0
60 anos ou mais	65,7	71,5	60,9
Total	81,9	82,5	81,4

	PRETA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
5 e 6 anos	4,5	2,9	6,2
7 a 9 anos	47,7	42,6	49,1
10 a 14 anos	79,0	73,3	81,7
15 a 19 anos	83,3	80,4	86,5
20 a 24 anos	83,4	82,8	84,0
25 a 29 anos	83,3	82,6	84,0
30 a 39 anos	76,0	77,5	74,5
40 a 49 anos	61,7	68,5	54,9
50 a 59 anos	50,7	55,0	47,0
60 anos ou mais	34,3	41,2	38,3
Total	65,0	65,9	64,1

	PARDA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
5 e 6 anos	4,6	4,7	4,5
7 a 9 anos	39,8	36,9	42,7
10 a 14 anos	78,8	69,2	78,4
15 a 19 anos	83,5	79,3	87,8
20 a 24 anos	82,7	79,9	85,6
25 a 29 anos	80,6	80,1	81,1
30 a 39 anos	74,4	75,5	73,3
40 a 49 anos	61,2	63,9	58,5
50 a 59 anos	52,5	58,3	47,0
60 anos ou mais	34,5	39,6	29,7
Total	63,5	62,6	64,4

Continua

TABELA 2 – Continuação

Taxa de alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais, por grupos de idade e sexo – Brasil

	AMARELA E S/DECLARAÇÃO		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
5 e 6 anos	12,2	13,4	11,2
7 a 9 anos	66,1	62,6	69,3
10 a 14 anos	83,7	83,1	84,3
15 a 19 anos	96,5	96,2	96,7
20 a 24 anos	95,9	93,1	99,3
25 a 29 anos	97,0	98,2	95,6
30 a 39 anos	95,0	94,3	95,7
40 a 49 anos	93,6	92,9	94,4
50 a 59 anos	90,9	96,2	85,7
60 anos ou mais	87,7	90,7	84,8
Total	86,8	87,9	85,7

Fonte: PNAD de 1987 (IBGE, 1989. Tabela 2, exceto "Idade ignorada").

TABELA 3

Pessoas de 10 anos ou mais, por cor e sexo, segundo os anos de estudo – Brasil

	POPULAÇÃO TOTAL		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Sem instrução e menos de 1 ano	19,8	19,5	20,0
1 a 4 anos	41,5	42,1	40,9
5 a 8 anos	22,4	22,5	22,4
9 a 11 anos	11,1	10,4	11,8
12 anos ou mais	5,2	5,5	4,9
Total	100,0 (104.147.985)	100,0 (50.700.718)	100,0 (53.447.267)

	BRANCA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Sem instrução e menos de 1 ano	13,1	12,3	13,9
1 a 4 anos	40,4	40,9	39,9
5 a 8 anos	25,0	25,3	24,7
9 a 11 anos	13,7	13,2	14,3
12 anos ou mais	7,8	8,3	7,2
Total	100,0 (59.924.436)	100,0 (28.860.083)	100,0 (31.064.269)

Continua

TABELA 3 – Continuação

Pessoas de 10 anos ou mais, por cor e sexo, segundo os anos de estudo – Brasil

	PRETA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Sem instrução e menos de 1 ano	29,4	27,8	31,0
1 a 4 anos	45,2	46,7	43,7
5 a 8 anos	18,8	19,1	18,4
9 a 11 anos	5,7	5,5	6,0
12 anos ou mais	0,9	0,9	0,9
Total	100,0 (6.044.269)	100,0 (2.981.007)	100,0 (3.063.262)
	PARDA		
Sem instrução e menos de 1 ano	29,0	29,6	28,4
1 a 4 anos	42,7	43,3	42,2
5 a 8 anos	19,0	18,7	19,3
9 a 11 anos	7,6	6,8	8,4
12 anos ou mais	1,6	1,6	1,7
Total	100,0 (37.452.503)	100,0 (18.489.319)	100,0 (18.963.184)
	AMARELA E SEM DECLARAÇÃO		
Sem instrução e menos de 1 ano	6,6	5,1	8,2
1 a 4 anos	33,1	32,1	34,1
5 a 8 anos	20,3	23,2	17,3
9 a 11 anos	20,6	20,2	21,1
12 anos ou mais	19,4	19,4	19,3
Total	100,0 (726.777)	100,0 (370.309)	100,0 (356.468)

Fonte: PNAD de 1987 (IBGE, 1989. Tabela 3, exceto "Anos de estudo não determinados" e "Sem declaração").

TABELA 4

Pessoas de 10 anos ou mais que não freqüentam escola, por última série e grau concluído, segundo a cor e os grupos de idade – Brasil

	POPULAÇÃO TOTAL					
	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 a 29 ANOS	30 ANOS ou +
1ª série	5,9	15,3	5,3	3,9	3,9	6,7
2ª série	9,4	17,9	9,3	6,5	5,9	10,7
3ª série	11,9	20,5	13,4	8,7	8,7	13,0
4ª série	24,6	30,6	26,3	19,4	20,7	26,4
5ª série	10,2	11,4	15,4	10,0	8,9	9,5
6ª série	3,9	2,9	8,7	6,8	4,5	2,2
7ª série	3,7	0,9	5,7	6,5	5,0	2,3
8ª série	9,2	0,4	9,0	12,8	11,6	8,0
Suplet.	-	-	-	-	-	-
2º grau	14,4	0,1	6,8	22,0	22,2	12,3
Superior	6,8	-	0,1	3,4	8,6	8,9
Total	100,0 (63.471.724)	100,0 (1.677.319)	100,0 (6.769.135)	100,0 (9.760.242)	100,0 (9.493.001)	100,0 (35.772.027)
	BRANCA					
1ª série	4,3	9,9	3,5	2,5	2,3	5,1
2ª série	7,4	13,5	6,4	4,2	4,1	8,8
3ª série	10,6	18,0	10,5	7,2	7,3	12,0
4ª série	25,1	37,4	26,9	18,3	19,7	27,4
5ª série	9,8	14,9	16,4	9,6	8,5	8,9
6ª série	3,8	4,2	9,6	6,8	4,2	2,2
7ª série	3,7	1,4	6,3	6,7	4,9	2,3
8ª série	10,0	0,5	11,4	14,4	12,5	8,5
Suplet.	-	-	-	-	-	-
2º grau	16,1	0,2	8,9	25,5	24,6	13,5
Superior	9,2	-	0,1	4,8	11,9	11,3
Total	100,0 (40.440.342)	100,0 (859.306)	100,0 (3.701.107)	100,0 (5.830.916)	100,0 (5.936.669)	100,0 (24.112.344)

Continua

TABELA 4 - Continuação

Pessoas de 10 anos ou mais que não freqüentam escola, por última série e grau concluído, segundo a cor e os grupos de idade - Brasil

	PRETA					
	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 a 29 ANOS	30 ANOS ou +
1ª série	8,5	15,2	8,3	4,0	7,2	9,7
2ª série	14,0	26,0	10,7	9,7	9,0	16,8
3ª série	14,9	22,3	16,2	12,5	10,7	16,0
4ª série	26,3	25,2	27,0	24,6	26,5	27,7
5ª série	12,2	9,5	16,7	11,8	11,1	11,7
6ª série	3,5	1,3	7,3	6,2	4,1	1,7
7ª série	3,3	0,5	4,2	6,3	5,4	1,9
8ª série	7,7	-	5,9	9,9	12,5	6,6
Suplet.	-	-	-	-	-	-
2º grau	8,4	-	3,7	14,5	13,1	6,8
Superior	1,2	-	-	0,5	0,4	2,1
Total	100,0 (3.297.182)	100,0 (130.844)	100,0 (422.152)	100,0 (526.443)	100,0 (499.900)	100,0 (1.717.843)

	PARDA					
	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 a 29 ANOS	30 ANOS ou +
1ª série	9,0	21,8	7,5	6,3	6,4	10,3
2ª série	13,0	21,8	13,2	9,9	9,0	14,6
3ª série	14,5	23,5	17,0	10,9	11,2	15,5
4ª série	23,1	23,1	25,6	20,7	22,0	23,7
5ª série	10,9	7,3	13,8	10,5	9,7	10,9
6ª série	4,3	1,9	7,5	6,9	5,3	2,2
7ª série	3,8	0,3	5,1	6,4	5,2	2,3
8ª série	7,5	0,3	5,9	10,5	9,7	6,8
Suplet.	-	-	-	-	-	-
2º grau	11,6	-	4,3	16,9	18,6	10,3
Superior	2,3	-	0,1	1,0	2,9	3,4
Total	100,0 (19.213.685)	100,0 (683.935)	100,0 (2.628.191)	100,0 (3.357.139)	100,0 (2.994.566)	100,0 (9.549.854)

Continua

TABELA 4 - Continuação

Pessoas de 10 anos ou mais que não freqüentam escola, por última série e grau concluído, segundo a cor e os grupos de idade - Brasil

	AMARELA E SEM DECLARAÇÃO					
	TOTAL	10 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 24 ANOS	25 a 29 ANOS	30 ANOS ou +
1ª série	3,6	60,0	3,7	-	2,1	3,8
2ª série	4,9	20,0	13,0	8,7	1,0	4,6
3ª série	5,8	-	7,3	5,3	6,4	5,8
4ª série	22,5	20,0	11,5	4,4	3,8	28,1
5ª série	3,1	-	3,7	0,9	2,5	3,4
6ª série	1,4	-	3,7	2,8	0,4	1,3
7ª série	1,8	-	4,9	2,4	-	1,8
8ª série	12,0	-	21,9	10,1	8,2	12,5
Suplet.	-	-	-	-	-	-
2º grau	21,9	-	29,1	35,3	35,9	18,0
Superior	23,0	-	1,2	30,1	39,7	20,7
Total	100,0 (520.515)	100,0 (3.234)	100,0 (17.685)	100,0 (45.744)	100,0 (61.866)	100,0 (391.986)

Fonte: PNAD de 1987 (IBGE, 1989. Tabela 4, exceto "Sem declaração de grau").

TABELA 5

Pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam escola, por anos de estudo do chefe da família, segundo a cor e o tipo de rede escolar - Brasil

	POPULAÇÃO TOTAL		
	TOTAL	PARTICULAR	PÚBLICA
Sem instrução e menos de 1 ano	(5.400.575) 100,0	3,4	96,6
1 e 2 anos	(3.237.250) 100,0	5,0	95,0
3 e 4 anos	(6.557.866) 100,0	7,6	92,4
5 a 8 anos	(3.586.927) 100,0	17,4	82,6
9 anos ou mais	(3.308.889) 100,0	53,3	46,7
Total	(22.091.507) 100,0	14,6	85,4

Continua

TABELA 5 - Continuação

Pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam escola, por anos de estudo do chefe da família, segundo a cor e o tipo de rede escolar - Brasil

	BRANCA		
	TOTAL	PARTICULAR	PÚBLICA
Sem instrução e menos de 1 ano	31,6 100,0	1,2 3,7	30,4 96,3
1 e 2 anos	43,4 100,0	2,1 4,7	41,3 95,3
3 e 4 anos	59,1 100,0	4,1 6,9	55,0 93,1
5 a 8 anos	59,7 100,0	10,5 17,6	49,2 82,4
9 anos ou mais	75,0 100,0	41,7 55,6	33,3 44,4
Total	52,5 100,0	9,7 18,5	42,8 81,5
	PRETA		
	TOTAL	PARTICULAR	PÚBLICA
Sem instrução e menos de 1 ano	7,0 100,0	0,2 2,7	6,8 97,3
1 e 2 anos	5,5 100,0	0,2 3,3	5,3 96,7
3 e 4 anos	5,0 100,0	0,4 8,0	4,6 92,0
5 a 8 anos	4,7 100,0	0,7 14,2	4,0 85,8
9 anos ou mais	1,9 100,0	0,6 29,9	1,3 70,1
Total	5,1 100,0	0,4 7,7	4,7 92,3

Continua

TABELA 5 - Continuação

Pessoas de 7 a 14 anos de idade que freqüentam escola, por anos de estudo do chefe da família, segundo a cor e o tipo de rede escolar - Brasil

	PARDA		
	TOTAL	PARTICULAR	PÚBLICA
Sem instrução e menos de 1 ano	61,4 100,0	2,1 3,4	59,3 96,6
1 e 2 anos	51,1 100,0	2,8 5,4	48,3 94,6
3 e 4 anos	35,5 100,0	3,1 8,7	32,4 91,3
5 a 8 anos	35,1 100,0	6,1 17,5	29,0 82,5
9 anos ou mais	21,7 100,0	10,5 48,2	11,2 51,8
Total	42,0 100,0	4,4 10,4	37,6 89,6
	AMARELA		
	TOTAL	PARTICULAR	PÚBLICA
Sem instrução e menos de 1 ano	-	-	-
1 e 2 anos	-	-	-
3 e 4 anos	0,4 100,0	- 12,0	0,4 88,0
5 a 8 anos	0,5 100,0	0,1 15,1	0,4 84,9
9 anos ou mais	1,4 100,0	0,6 45,9	0,7 54,1
Total	0,4 100,0	0,1 28,3	0,3 71,7

Fonte: PNAD de 1988 (IBGE, 1990. Tabela 1.1, exceto "Anos de estudo não-determinados e sem declaração", "Sem declaração" - cor, "Rádio ou TV" e "Sem declaração" - tipo de rede).

NOTAS

1. Educação foi também tema de importante evento do movimento negro (Encontro de Negros do Norte e Nordeste, 1988). Igualmente, *A África na escola brasileira* (1991), publicação do gabinete do senador Abdias do Nascimento, pode ser tomada como indicador do interesse que o problema desperta.
2. Mais recentemente, foi publicado um conjunto de textos, quase todos voltados para o contexto gaúcho, sobre variadas temáticas relacionadas à questão racial (Triunpho, 1991). Entre os títulos que compõem o volume, alguns se ocupam do tema educação.
3. Não pode deixar de ser apontada uma produção que tem buscado introduzir no próprio ambiente da sala de aula o produto de todo um conjunto de reflexões e pesquisas sobre a questão racial, através, principalmente, de subsídios ao professor: Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros (1988), Santos (1990) e Negrão e Pinto (1990).
4. Acho importante registrar algumas das conclusões dessa pesquisa. Para as autoras, "levando-se em conta os resultados das duas etapas do estudo, pode-se concluir que a menor participação de alunos não-brancos em interações acadêmicas em que o professor solicita voluntários parece estar mais relacionada a inibições históricas ou relacionadas a situações extraclasse do que a uma discriminação direta por parte do professor durante o processo de ensino. Esta conclusão está em desacordo com as obtidas em estudos semelhantes realizados nos Estados Unidos (...)" (Alves *et alii*, 1989-1990, p. 107).
5. Como ressaltado anteriormente, a dimensão racial não constitui questão capital nesta pesquisa. De fato, os dados sobre desempenho não estão desagregados por cor. A autora, porém, demonstrou que mais do que seria esperado, uma vez controlados os efeitos da situação sócio-econômica, os negros frequentam escolas com pior padrão de desempenho.
6. Apenas duas observações: no Brasil a pré-escola é conhecida como creche, maternal ou jardim de infância, de acordo com a idade da criança que assiste; apenas em 1975 surgiu na esfera do MEC um órgão destinado à pré-escola: trata-se da Coordenação de Educação Pré-Escolar (cf. Azevedo, 1985).
7. Ingresso não significa conclusão com aprovação na primeira série; repetência e evasão são examinadas pelos autores em seções específicas do trabalho.
8. Esse trabalho, assim como os de Pinto (1987) e Negrão (1987), origina-se de amplo estudo desenvolvido por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (1986).
9. Esse aspecto certamente se conjuga com os menores rendimentos obtidos por pretos e pardos no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- A ÁFRICA NA ESCOLA BRASILEIRA (1991). Rio de Janeiro, Gabinete do senador Abdias do Nascimento.
- ALVES, Judith Alda *et alii* (1989-1990). "A questão das desigualdades raciais na escola: o papel do professor de primeiro grau." *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, 14(1):97-109, dez-fev.
- ANDREWS, George R. (1992). "Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (22):47-83.
- AZEVEDO, Maria Mazzarello (1985). "Pré-escola: repetência no 1º grau". Dissertação de mestrado em educação. Brasília, UnB.

- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude (1975). "A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino". Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CRUZ, Olga Lopes da (1990). "Educação: indicadores sociais". Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, v. 1.
- DIAS, Maria Teresa Ramos (1979). "Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso". Dissertação de mestrado em sociologia. Rio de Janeiro, Iuperj.
- DUTRA, Any (1990). "Alfabetização no Rio de Janeiro: elites políticas, conhecimento especializado e mediação da burocracia". Tese de doutorado em educação. Rio de Janeiro, UFRJ.
- ENCONTRO DE NEGROS DO NORTE E NORDESTE (1988). "O negro e a educação". Recife.
- FIGUEIRA, Vera Moreira (1990). "O preconceito racial na escola". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (18):63-72.
- FONTOURA, Maria Conceição Lopes (1987). "A exclusão da cultura afro-brasileira dos currículos escolares: uma questão só de desconhecimento histórico?" Dissertação de mestrado em educação. Porto Alegre, UFRS.
- FLETCHER, Philip e RIBEIRO, Sérgio Costa (1987). "O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje". Brasília, nov. (mimeo).
- FRANÇA, Jussara *et alii* (1989). "Racismo e sexismo nas escolas". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 70(166):463-6, set./dez.
- , coord. (1991). "Racismo na escola: a linguagem do silêncio". Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (1986). "Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo". São Paulo, FCC.
- , Raça negra e educação (1987). *Cadernos Carlos Chagas*. São Paulo, (63), nov.
- GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira (1985). "O silêncio; um ritual pedagógico a favor da discriminação racial; um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeira e quarta série". Dissertação de mestrado em educação. Belo Horizonte, UFMG.
- GRUPO DE TRABALHOS PARA ASSUNTOS AFRO-BRASILEIROS (1988). "Salve 13 de maio?" São Paulo, Secretaria Estadual de Educação.
- HASENBALG, Carlos (1979). *Discriminação e desigualdades no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- (1987). "Educação e raça no Brasil". Águas de São Pedro, Anpocs (mimeo).
- e SILVA, Nelson do Valle (1990). "Raça e oportunidades educacionais". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (18):73-89.
- IBGE (1989). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1987*; Cor da População. Rio de Janeiro, IBGE.
- (1990). *Participação político-social - 1988*. Rio de Janeiro, IBGE.
- INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO (1988). "Educação e discriminação dos negros". Belo Horizonte, FAE/IRHJP.
- LEITE, João Pereira. (1975). "Cor do aluno e reação da professora na escola primária de Salvador". Dissertação de mestrado em educação. Salvador, UFBA.

- LEITE, Ligia Maria Costa (1987). "A magia dos invencíveis". Dissertação de mestrado em educação. Rio de Janeiro, IESAE/FGV.
- NEGRÃO, Esmeralda (1987). "A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (63):86-7, nov.
- e PINTO, Regina Pahim (1990). "De olho no preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças". São Paulo, Fundação Carlos Chagas (Textos FCC, 5).
- PINTO, Regina Pahim (1987). "A representação do negro em livros didáticos de leitura". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (63):19-23, nov.
- QUADROS, Waldir José de (1991). "O milagre brasileiro e a expansão da nova classe média". Tese de doutorado em economia. Campinas, Unicamp.
- RAMA, Germán W. (1989). "Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (69):17-31, maio.
- ROSEMBERG, Fúlvia (1987). "Educação: Democratização e desigualdade". São Paulo, Fundação Carlos Chagas (mimeo).
- (1990). "Segregação espacial na escola paulista". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (19):97-107.
- (1991). "Raça e educação inicial". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (77):25-34, maio.
- ROSENBERG, Lia (1981). "Educação e desigualdade social: rendimento escolar de alunos de diferentes origens sociais". Dissertação de mestrado em educação. São Paulo, PUC.
- SANTOS, Joel Rufino dos (1990). *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo, Ática.
- SILVA, Ana Célia (1988). "O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1º grau, nível 1". Dissertação de mestrado em educação. Salvador, UFBA.
- SILVA, Nelson do Valle (1983). "Cor e processo de realização sócio-econômica". In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. *Ciências Sociais, Hoje*, 2. Brasília, Anpocs.
- e HASENBALG, Carlos (1992). "Família, cor e acesso à escola no Brasil". *Relatórios de Pesquisa e Desenvolvimento*, 15. Rio de Janeiro, LNCC/CNPq.
- e SOUZA, Alberto de Mello e (s./d.). "Family background, quality of education and public and private schools in São Paulo: relationships and effects on school transition" (mimeo).
- TRIUNPHO, Vera R. Santos, org. (1991). *Rio Grande do Sul; aspectos da negritude*. Porto Alegre, Martins Livreiro.

SUMMARY

Education: racial inequalities on the board

The literature on race relations in Brasil has focused little attention on racial inequalities. In particular, the area of education and its related aspects has been the object of few studies, which, in general, merely reaffirm that education is an area in which racial inequalities are systematic.

This article deals with racial inequalities in the field of education. It analyzes known studies and statistics on the performance of racial groups within the educational system both in terms of the factors involving the functioning of schools, as well as the indicators of educational achievement, thus offering a

diagnosis of the current situation, utilizing data from the IBGE Annual Household Survey of 1987 and 1988.

With the exception of the 80's, Brazil has seen reasonable economic growth during the past few decades. The school system grew along with this deve-

lopment and remained stable during the 80's.

However, we conclude that the differences in educational achievement of racial groups are alarming. With their higher illiteracy rate and stagnation of lower educational levels, few Blacks are able to go on to university-level studies.

RÉSUMÉ

Éducation: un tableau d'inégalités raciales

Dans la littérature concernant les rapports raciaux au Brésil, les inégalités ne constituent pas la dimension la plus soulignée. Très peu d'études, en particulier, sont consacrées au thème de l'éducation dans ses différents aspects. En général, elles réaffirment que celle-ci est un des domaines où les inégalités raciales sont systématiques.

Cet article a pour sujet les inégalités raciales face à l'éducation. Il analyse les études et les indicateurs connus concernant les performances des groupes raciaux face au système éducationnel et ce, aussi bien en ce qui concerne les facteurs touchant au fonctionnement de l'école qu'en ce qui concerne les indices de réalisation éducationnelle. L'auteur esquisse alors un diagnostic de la situation actuelle en se basant sur des données extraites de la Recherche Nationale par

Échantillonnage de Domiciles (PNAD) années 1987 et 1988.

Au cours des dernières décennies, le Brésil a bénéficié d'une croissance économique notable. Mais cette trajectoire a été interrompue au cours des années 80, lors de la célèbre "décennie perdue". L'augmentation du réseau scolaire a accompagné ce développement et s'est même poursuivie au cours de la présente décennie.

On en vient toutefois à conclure que les différentiels concernant la réalisation éducationnelle des différents groupes raciaux sont alarmants. Les noirs sont moins nombreux à être alphabétisés, ils sont retenus à des niveaux éducationnels plus bas et peu d'entre eux parviennent à l'université.

Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro

Marta Aimée Rangel Batista*
Olivia Maria Rodrigues Galvão**

* Mestranda em sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Pesquisadora do CEEA.

** Mestranda em sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da UFRJ. Pesquisadora do CEEA.

Os estudos sobre a questão racial no Brasil costumam ser agrupados em três correntes principais. A primeira enfatiza que há no país uma verdadeira democracia racial, ou seja, preconiza a inexistência de preconceito de raça.

A segunda corrente vincula estreitamente a questão da raça à de classe, dando à primeira uma posição subordinada à segunda. Nesse sentido, o preconceito contra pretos e pardos ocorreria devido ao fato de a maioria destes ser de classes sociais mais baixas e não por ter a pele mais escura. Essa vertente pressupõe que as desigualdades presentes refletem as passadas e não oportunidades atuais desiguais. Assim, o pleno desenvolvimento do capitalismo tornaria a raça um princípio inoperante na sociedade de classes.

A terceira vertente, pelo contrário, considera a raça um fator determinante na alocação das pessoas tanto na estrutura de classe quanto no sistema de estratificação social. Assim, a

raça, como critério de classificação, não deve ser explicada como legado do passado, mas sim como mecanismo eficaz na reprodução das desigualdades sociais dentro do sistema capitalista.

Neste texto analisaremos o mercado de trabalho brasileiro por cor,¹ tomando por base os dados da PNAD de 1987² publicados. A utilização desses dados é significativa em função da proximidade do ano da pesquisa com o do centenário da abolição, pois nos permitirá observar em que difere a inserção de pretos e pardos no mercado de trabalho quando comparada com a dos brancos, passados praticamente cem anos da abolição da escravatura.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os autores consultados se identificam com a terceira corrente e analisam os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais no âmbito do mercado de trabalho com base em dados agregados. Essas análises levam em

conta as transformações e a dinâmica do modelo capitalista de desenvolvimento brasileiro, efetuando recortes temporais e, algumas vezes, regionais, e verificam a variação, entre os grupos de cor, dos índices de realização sócio-econômica e/ou ocupacional, das taxas de retorno à educação e à experiência etc. Tais índices vão combinar variáveis do tipo *origem social* das pessoas, nível de instrução e acesso às melhores ocupações e, conseqüentemente, aos maiores rendimentos.

Hasenbalg e Silva (1988), por exemplo, analisam os efeitos da urbanização e do crescimento econômico na estrutura de emprego no Brasil no período de 1960 a 1980, concluindo que parte das mudanças ocorridas se refere à diminuição do setor primário, ao aumento dos setores secundário e terciário, à conseqüente expansão dos estratos não-manuais e ao esvaziamento da mão-de-obra rural, com a ocorrência de mobilidade social ascendente. Os autores enfatizam a importância do sexo e da raça como princípios classificatórios e destacam a desigual situação de negros e brancos na estrutura setorial de emprego. Eles observam a desproporcional concentração de negros nos setores agrícola, da indústria da construção e de prestação de serviços, isto é, nos empregos que requerem menor qualificação e têm mais baixo rendimento.

Já Silva (1983), ao avaliar o papel da variável cor no processo de estratificação da sociedade brasileira, mostra como o preconceito e a discriminação racial, na competição por melhores posições na estrutura social, se refletem em vantagens desiguais entre os grupos raciais. Examinando os fatores que determinam os níveis de realização, conclui que "negros e mulatos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias, desvantagens que se acumulam na geração de chances de vida

profundamente inferiores àquelas desfrutadas por brancos" (Silva, 1983, p. 163).

Oliveira *et alli* (1985) também trabalham com a mobilidade social, demonstrando que os padrões para brancos e negros são diversos:

A mobilidade dos brancos em alguns casos ultrapassa a barreira manual/não-manual, enquanto a mobilidade dos negros é predominantemente para os grupos ocupacionais vizinhos dentro do grupo de ocupações manuais. (Oliveira et alli, 1985, p. 76.)

Por outro lado, para o pequeno grupo de negros em ocupações não-manuais há maior possibilidade de mobilidade descendente na direção das ocupações manuais, o que demonstra que possuem menos condições de manter e consolidar posições de origem paterna, o mesmo ocorrendo com relação ao nível de escolaridade atingido.

Silva (1980) já havia chamado a atenção para essas desigualdades entre os dois grupos quando testou a hipótese da existência de discriminação no mercado de trabalho na análise dos diferenciais de renda entre brancos e não-brancos no Rio de Janeiro. Nesse estudo, o autor utilizou uma subamostra do Censo de 1960 relativa ao antigo estado da Guanabara e verificou que não só os brancos apresentam retornos à experiência maiores do que os dos não-brancos, como também são maiores os retornos à escolaridade para esse grupo, aumentando essa diferença quanto maior é o nível de escolaridade. O autor conclui que os dados não dão suporte à hipótese de que o investimento em educação para os não-brancos possa remover obstáculos a eles impostos.

A desigualdade quanto às taxas de retorno à educação e à experiência, sendo maiores para brancos do que para afro-brasileiros, também foi constatada num estudo de Dwyer e Webs-

ter (1987), que verificam ser o rendimento médio para os brancos quase o dobro do rendimento para os pretos e pardos. E, com base numa subamostra do Censo de 1980, mostram que os pretos e os pardos apresentam menores taxas de retorno para igual quantidade de educação e experiência que os brancos, com um aumento da diferença de rendimentos quanto maiores os níveis de escolaridade. Esses autores também consideram improvável que a igualdade racial seja obtida através da mobilidade social individual.

Miguel Chaia analisa a desigual situação de negros e brancos no mercado de trabalho na grande São Paulo. O autor demonstra a existência de discriminação racial utilizando os dados do Seade/Dieese sobre emprego, desemprego e ocupação (Chaia, 1986) e considerando também a situação dos não-brancos quanto à inserção no mercado de trabalho (Chaia, 1987). A partir da articulação dos indicadores de desemprego, ocupação e rendimento, verifica que hoje o negro é impedido de exercer plenamente as atividades do trabalho livre (Chaia, 1988).

Segundo esse autor, o trabalho assalariado, em vez de permitir a mobilidade profissional e social de pretos e pardos, torna-se um mecanismo de restrição ao espaço desse grupo na sociedade, uma vez que a cor funciona como um estigma seletivo para a inserção no mercado de trabalho. Os negros apresentam as maiores taxas de desemprego e estão localizados nos setores de menor remuneração e qualificação, de baixo nível de instrução e de jornada de trabalho mais longa. Dentro desse quadro de desigualdades entre negros e brancos, Chaia (1988) conclui que as famílias negras contam com recursos inferiores para se manterem e se reproduzirem.

Tal situação é mencionada também por Moura (1988), que destaca a desproporcional

distribuição das populações preta e parda na estrutura empregatícia. As diferenças quanto ao rendimento nas famílias urbanas são maiores entre brancos e negros nas faixas de renda acima de três salários mínimos. Moura indica ainda a coincidência entre a divisão social e racial do trabalho, reflexo da estrutura social rigidamente estratificada.

Oliveira, Porcaro e Araújo em trabalhos diversos (Oliveira *et alii*, 1985; Porcaro e Araújo, 1988 e 1988a; Porcaro, 1988) e utilizando fontes diversas (PNAD de 1976 – Suplemento Mobilidade e Cor; Anuário Estatístico de 1984; Censo de 1950; e Tabulações Especiais do Censo de 1980) mostram como as categorias “raça” e “classe” se articulam no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou seja, como essa questão aparece na esfera da produção, mais especificamente nas relações de trabalho. Nesse sentido, tentam identificar mecanismos de reprodução das desigualdades raciais no modelo brasileiro de desenvolvimento capitalista, revelando que há no país uma divisão racial bem como sexual do trabalho que se traduz em trajetórias ocupacionais diversas para raças e sexos. Como consequência de tal quadro, teremos uma distribuição de renda desigual entre brancos de um lado e pretos e pardos de outro, assim como entre os sexos (Oliveira *et alii*, 1985).

As autoras salientam que o negro não só auferir menores rendimentos que os brancos em todas as categorias sócio-ocupacionais, como esse diferencial é maior nas ocupações de nível superior. Portanto, a qualificação educacional tem retornos desiguais segundo as raças (Oliveira *et alii*, 1985).

Com relação ao mercado informal, Telles (1990) destaca a raça, juntamente com o gênero, a idade e a escolaridade, como elementos importantes para determinar a participação no

mercado de trabalho formal e/ou informal, a partir da utilização de dados do Censo de 1980 sobre as nove maiores áreas metropolitanas. De acordo com o autor, o setor informal se caracteriza, entre outras coisas, pela baixa remuneração, instabilidade e ocupações de baixa qualificação. A inserção nesse setor não ocorre somente por mera incapacidade da indústria moderna em absorver a força de trabalho, mas também por uma decisão de família ou individual em que as características sociais contribuem também para essa escolha. No que diz respeito à inserção no setor de emprego informal, as interações gênero-escolaridade e gênero-raça demonstram tendência maior por parte das mulheres não-brancas em se concentrarem nesse setor em relação aos homens não-brancos.

Porcaro e Araújo (1988 e 1988a) e Porcaro (1988) privilegiam o Nordeste e o Sudeste (com maior ênfase para São Paulo), por serem regiões polares no que diz respeito ao grau de desenvolvimento. O objetivo é demonstrar que a desigualdade racial no mercado de trabalho, em vez de se atenuar com o desenvolvimento do capitalismo, conforme muitos acreditavam, torna-se mais expressiva exatamente nos setores mais dinâmicos e modernos do setor terciário e nas categorias sócio-ocupacionais não-manuais. Ao lado disso, Porcaro (1988, p. 178) comprova que "há uma expressiva mudança na inserção da população negra, hoje mais concentrada nas áreas urbanas (62% em 1980 contra 36% em 1950) e com maior representação na região mais desenvolvida do país, isto é, região onde as transformações estruturais e o crescimento econômico foram mais intensos".

Com efeito, segundo as autoras, tanto em São Paulo como no Nordeste os negros se

concentram nas ocupações manuais e de menor nível de rendimento, quais sejam,

a Prestação de Serviços (destacando os Serviços Pessoais e Domiciliares e os Serviços Domésticos), a Construção Civil e a Indústria de Transformação Tradicional. Também a Indústria de Transformação Dinâmica absorve parcela significativa da força de trabalho negra, sendo, porém, um dos setores que apresenta um dos maiores diferenciais de rendimento (2,8 salários mínimos para os negros contra 5,1 para os brancos). (Porcaro e Araújo, 1988, p. 50.)

É nesta última – a indústria de transformação dinâmica – que encontramos os maiores diferenciais de renda. Inversamente, os brancos se encontram, de uma maneira geral, bem distribuídos em todos os setores, com uma participação maior nos ramos mais dinâmicos do setor terciário, os quais possuem os maiores níveis de rendimentos. As autoras constatarem que para ocupações semelhantes quanto ao nível de qualificação o negro recebe menos que o branco. Assim, demonstram que a uma inserção mais qualificada corresponde um retorno mais desigual para a força de trabalho negra e que a menor desigualdade racial está presente nos setores ou nas categorias menos qualificadas e de mais baixo nível de rendimento. Portanto, é nos setores de atividade com maiores níveis de rendimento médio que encontramos os maiores diferenciais entre brancos e negros.

Luiza Bairos (1988) tem por objetivo demonstrar a discriminação existente contra os negros no mercado de trabalho baiano. Saliênta a autora que a Bahia é um caso ímpar, por possuir em sua população percentual significativo de negros – 78%, segundo o Censo de 1980, contra 44% para o país – e também

por ter passado por transformações sócio-econômicas peculiares.

Com base nos Censos de 1950 e 1980, Bairros constata que "o mito da inferioridade do negro traz vantagens para amplas parcelas da população branca, que se beneficiam, material ou simbolicamente, da exclusão ou da inserção subordinada do negro na estrutura ocupacional" (Bairros, 1988, p. 44). Mostra ainda que o aumento da escolaridade e da especialização para o trabalhador negro nem sempre se traduz em maiores chances na competição com os brancos e que a discriminação racial se torna ainda mais dura quando articulada com o sexismo.

A autora também compara seus dados com os de Oliveira *et alii* (1985), salientando que a discriminação na Bahia possui especificidades. Como exemplos disso, diz que a diferença de rendimentos entre brancos e negros nos serviços não-manuais é maior na Bahia, que nas atividades manuais urbanas o negro se encontra mais próximo do branco e que a discriminação é maior nos níveis mais altos. Afirma ainda que "é possível que" na Bahia "as expectativas de ascensão do negro na educação encontrem menos respostas do que no resto do país" (Bairros, 1987, p. 44).

A questão da similaridade ou não dos perfis de pretos e pardos frente ao mercado de trabalho foi tratada por vários autores (Silva, 1980; Bairros, 1988; Dwyer e Webster, 1987). Silva (1980) observa que, contradizendo a suposição muito comum de que os mulatos possuem maior mobilidade social, os pretos apresentam taxas de retorno superiores aos mulatos nos níveis mais altos de escolaridade. E Dwyer e Webster (1987), apesar de considerarem que não há diferenças significativas entre pretos e pardos nas taxas de retorno à educação e experiência, advertem que esses gru-

pos devem ser analisados separadamente, o que confirma uma diferença quanto ao rendimento.

Os dados de Bairros (1988) indicam que os pardos "têm um padrão de inserção na força de trabalho muito mais próximo ao dos pretos do que ao dos brancos", sugerindo que "o processo de branqueamento, na mestiçagem, proporciona vantagens mais simbólicas que materiais para um amplo contingente da população negra" (Bairros, 1988, p. 69). Nesse sentido, ela demonstra que a diferença de rendimentos entre pretos e pardos, de uma maneira geral, é menor do que a existente entre pardos e brancos:

No que se refere à participação dos diferentes ramos de atividade, observamos que a posição dos pardos é relativamente melhor que a dos pretos, nos ramos de maior importância entre os brancos. É o que ocorre no comércio de mercadorias, nas atividades sociais, na administração pública e no comércio de imóveis e valores mobiliários. No interior do ramo de prestação de serviços observa-se o mesmo comportamento: os serviços de alojamento e alimentação, os pessoais e os técnico-profissionais têm maior importância para os brancos e para os pardos (...) Esta situação indica que, na atividade onde a preferência pelo trabalhador branco é mais evidente, os pardos aparecem, ainda que em menor proporção que os brancos, em melhor situação relativamente aos pretos. Mas o contrário também é verdadeiro: são proporcionalmente mais significativos que os brancos nas atividades de maior importância entre os pretos, como é o caso da indústria (especialmente na construção civil) e da prestação de serviços (os domiciliares). (Bairros, 1987, p. 69)

Por outras palavras, os negros permanecem em posições de baixos reconhecimento social, especialização e nível de rendimento.

ANÁLISE DOS DADOS

Em 1987 a população residente³ estimada do Brasil era de 138.500.429 habitantes, havendo mais mulheres (50,9%) do que homens (49,1%). A cor predominante da população era branca, com 56,6%, enquanto os pardos contabilizavam 37,2%, os pretos 5,6% e os amarelos apenas 0,6%.

Dentre as informações relacionadas ao mercado de trabalho contidas na PNAD de 1987, selecionamos aquelas que tratam da taxa de participação⁴ segundo a idade – Tabela 1 (ver esta tabela assim como as demais no Anexo), e os anos de estudo – Tabela 2; da estrutura setorial de empregos – Tabela 3; da distribuição das pessoas ocupadas⁵ por ramo de atividade segundo a contribuição para a previdência e a carteira assinada pelo empregador – Tabelas 4 e 5; e da taxa de participação por cor, sexo e a classe de rendimento médio mensal – Tabela 6.

a) Taxas de participação na PEA⁶ segundo a idade

A Tabela 1 agrupa as pessoas com 10 anos de idade ou mais, segundo os grupos de idade, a cor e o sexo. Dos 104.311.844 habitantes estimados para essa faixa de idade, aproximadamente 57,1%, (59.542.958) eram economicamente ativos à época da pesquisa. São os dados referentes apenas a estes últimos que servirão de base para as análises que seguem.

Tanto a Tabela 1 quanto os Gráficos 1 e 2 revelam que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho – muito embora

venha crescendo significativamente desde os anos setenta – é sempre muito menor do que a dos homens em qualquer faixa etária. Isso decorre, provavelmente, do fato de o homem, na nossa sociedade, ainda ser o principal provedor. A menor taxa de participação dos homens ocorre na faixa de 10 a 14 anos (25,8%) e a máxima na faixa de 30 a 39 anos (97,4%).

Também observamos que as mulheres têm uma participação mínima na faixa de 10 a 14 anos e 60 ou mais (11,3%) e máxima na faixa de 20 a 24 anos (52,9% – índice muito próximo ao da faixa 30 a 39, que é de 52,7%). Vale a pena observar que a participação dos homens é, de certa maneira, constante desde os 20 até os 49 anos, diferentemente das mulheres, que apresentam uma queda na taxa de participação na faixa etária de 25 a 29 anos, o que pode sugerir um afastamento – diferenciado segundo a cor – das mulheres do mercado de trabalho para ter filhos.

De fato, as amarelas, a partir dessa faixa, têm participação sempre declinante, evidenciando que parte delas não retorna ao mercado de trabalho. As brancas e pardas, depois de ligeiro declínio, voltam a aumentar suas taxas de participação, significando que voltam ao mercado de trabalho. O caso das pretas é diferente, pois mantêm uma participação constante, ou seja, têm taxas de participação crescentes a partir da primeira faixa etária e declinantes a partir dos 39 anos, sugerindo que elas não se afastam do mercado de trabalho para ter e/ou cuidar dos filhos.

Desconsiderando o gênero e continuando a observar a Tabela 1, vemos que os brancos entram mais cedo no mercado de trabalho do que os amarelos; por outro lado, pretos e pardos demoram mais para sair, em comparação aos outros grupos de cor. Isso pode nos levar a pensar numa sobrecarga maior de trabalho

para os pretos e pardos, o que nega o mito de que não seriam muito afeitados ao trabalho.

Um ponto que vale a pena ressaltar é que desde os 10 até os 19 anos brancos e não-brancos possuem taxas de participação semelhantes, enquanto os amarelos permanecem bem abaixo, sugerindo que os amarelos nessa faixa etária se encontram muito mais na escola – maior investimento em educação desse grupo – em vez de se inserirem no mercado de trabalho.

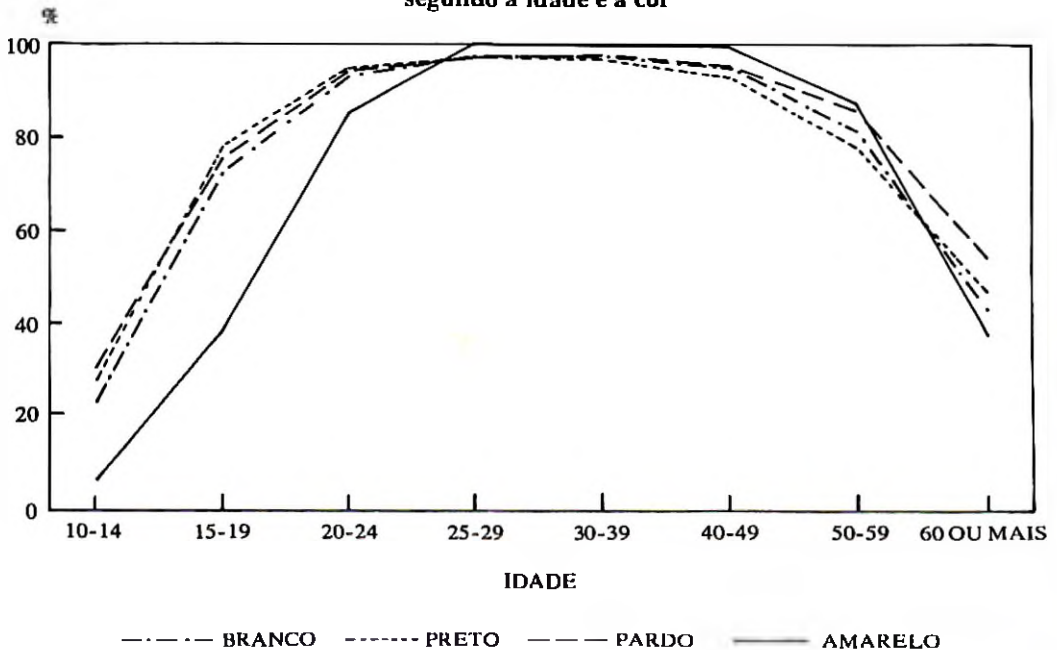
Dos 20 aos 49 anos, as taxas de participação entre brancos, pretos e pardos são semelhantes e sempre abaixo da dos amarelos, sendo que a diferença maior (entre amarelos e pardos) se encontra na faixa de 25 a 29 anos, chegando a atingir 16,7%. Na última faixa etária, brancos e amarelos têm participação

semelhante, sendo significativamente menor do que a participação de pretos e pardos. Tais diferenças podem refletir acesso diferenciado à aposentadoria.

Vale aqui observar a diferença entre pretos e pardos. Dos 15 aos 49 anos a taxa de participação dos pretos é sempre maior do que a dos pardos, a maior diferença sendo de 7,7% na faixa de 25 a 29 anos. Nas demais faixas etárias, a taxa de participação dos pardos é ligeiramente maior do que a dos pretos.

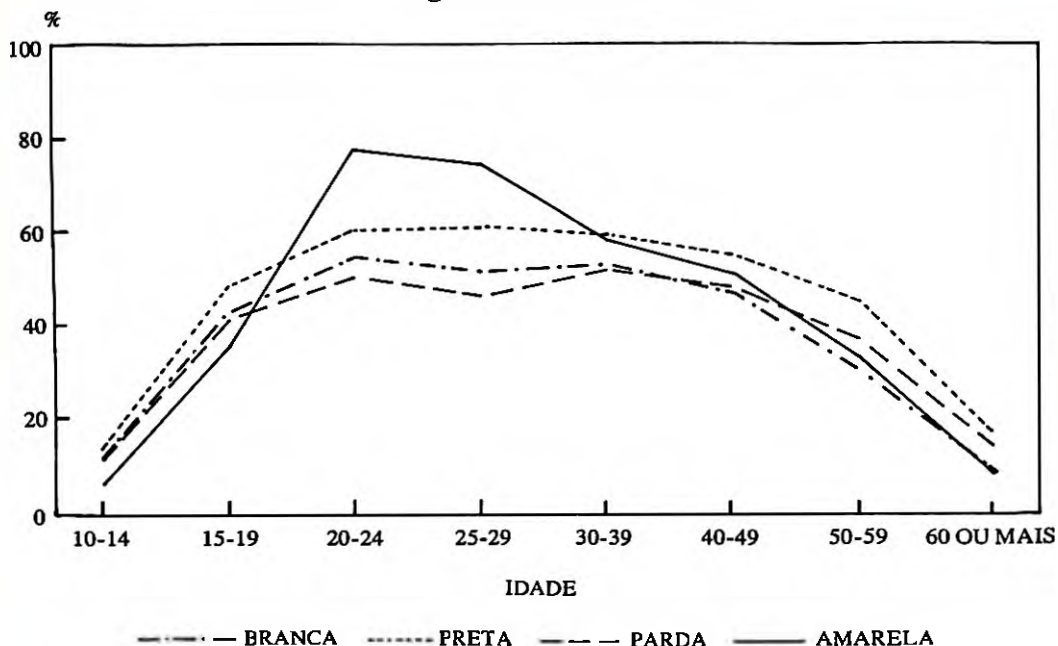
Especificamente quanto aos homens, podemos observar no Gráfico 1 que pretos e pardos entram ligeiramente mais cedo no mercado de trabalho do que os brancos – e muito mais cedo do que amarelos – e também demoram mais para sair. Dos 15 aos 24 anos os homens amarelos possuem taxas de participa-

GRÁFICO 1
Taxa de participação dos homens de 10 anos ou mais,
segundo a idade e a cor



Fonte: PNAD de 1987.

GRÁFICO 2
Taxa de participação das mulheres de 10 anos ou mais,
segundo a idade e a cor



Fonte: PNAD de 1987.

ção mais baixas do que brancos, pretos e pardos, que possuem taxas muito próximas. Entretanto, dos 25 aos 59 anos, os amarelos terão sempre taxas de participação maiores, sendo que até os 49 anos elas são de praticamente 100%.

As taxas de participação de homens brancos, pretos e pardos são muito semelhantes, ocorrendo diferença mais significativa na última faixa etária. Nessa faixa, a taxa dos amarelos cai de maneira expressiva, o que pode sugerir que possuem maior acesso à aposentadoria do que os brancos e bem menor que pretos e pardos.

Ainda com relação ao Gráfico 1, podemos ressaltar que as taxas de participação dos ho-

mens pretos e pardos são, de uma maneira geral, muito próximas, embora os últimos entrem ligeiramente mais cedo no mercado de trabalho do que os primeiros. As taxas começam a se distanciar a partir dos 50 anos, com a participação de pardos chegando a atingir 7,4% acima da dos pretos.

As mulheres também obedecem a um padrão semelhante ao masculino. Mulheres pretas e pardas, da mesma forma, entram ligeiramente mais cedo no mercado de trabalho do que as brancas e amarelas e saem mais tarde. Desde os 20 até os 49 anos, as mulheres brancas, pretas e pardas apresentam algumas diferenças quanto às taxas de participação, que são sempre menores que a das amarelas, valendo a pena chamar a atenção para o fato de que, dos

20 aos 29 anos, a diferença entre amarelas e pardas chega a ultrapassar 30%. Nas últimas faixas etárias (a partir dos 50 anos), as brancas e as amarelas possuem taxas de participação menores do que as pretas e as pardas, o que nos leva a pensar na hipótese de que o acesso à aposentadoria é diferenciado segundo a cor também para o grupo feminino.

Outro fato que ressalta nos dados são as diferenças entre as mulheres pardas e pretas, bastante significativas. As mulheres pretas entram mais cedo no mercado de trabalho do que as pardas e continuam tendo uma participação maior em todas as outras faixas etárias. A diferença maior ocorre na faixa de 25 a 29 anos, atingindo 15% - com as pretas tendo uma taxa de participação de 60,2% e as pardas de 45,7%. Na faixa de 60 anos ou mais a diferença cai para apenas 2,5%, tendo as pretas 16,6% e as pardas 14,1%, mostrando que o acesso à aposentadoria não é significativamente diferente para as mulheres desses grupos de cor.

Em resumo, podemos perceber que a taxa de participação no mercado de trabalho é sempre maior para os homens do que para as mulheres. Incluindo a variável cor, vemos que os pretos têm uma taxa de participação maior do que os brancos e pardos, sendo que estes possuem taxas muito próximas. Já os amarelos apresentam comportamento diferenciado, conforme já visto anteriormente. Ainda quanto à questão da cor, vale ressaltar que pretos e pardos entram mais cedo no mercado de trabalho e saem mais tarde (os pardos mais ainda do que os pretos). Pode-se dizer que, guardadas as devidas proporções, o mesmo padrão se repete quando desagregamos por gênero, sendo que as mulheres se afastam do mercado de trabalho na faixa de 25 a 29 anos de idade.

b) Taxas de participação na PEA segundo os anos de estudo

A Tabela 2 nos mostra as pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, segundo os anos de estudo, a cor e o gênero. Observando os Gráficos 3 e 4 e fazendo primeiramente uma análise por gênero, vemos que a taxa de participação das mulheres tende a aumentar abruptamente a partir dos cinco anos de estudo ou mais, principalmente se compararmos com os homens. Isso demonstra que o investimento em educação para as mulheres aumenta significativamente as suas taxas de participação no mercado de trabalho.

Levando-se em conta a cor, associada aos anos de estudo, podemos perceber que a participação dos pretos e pardos no mercado de trabalho é ligeiramente maior. Na faixa até dois anos de estudo, as taxas de participação são praticamente as mesmas para esses dois grupos. As diferenças aparecem a partir dos dois anos de estudo, com pretos tendo uma taxa maior do que a dos pardos, chegando a atingir 8,7% na faixa de cinco a oito anos de estudo.

Independentemente do gênero, as taxas de participação tendem a se aproximar à medida que a quantidade de anos de estudo aumenta, como mostram os Gráficos 3 e 4, principalmente na faixa de nove anos ou mais de estudo. Vale ressaltar que são mais próximas no caso dos homens do que no das mulheres. Os amarelos, todavia, se comportam de maneira diversa, pois possuem uma queda de participação entre as faixas de três a quatro anos e cinco a oito anos de estudo, sugerindo talvez que ainda estejam se preparando para entrar no mercado de trabalho.

O Gráfico 1 evidencia que na faixa de um a dois anos de estudo os homens amarelos pos-

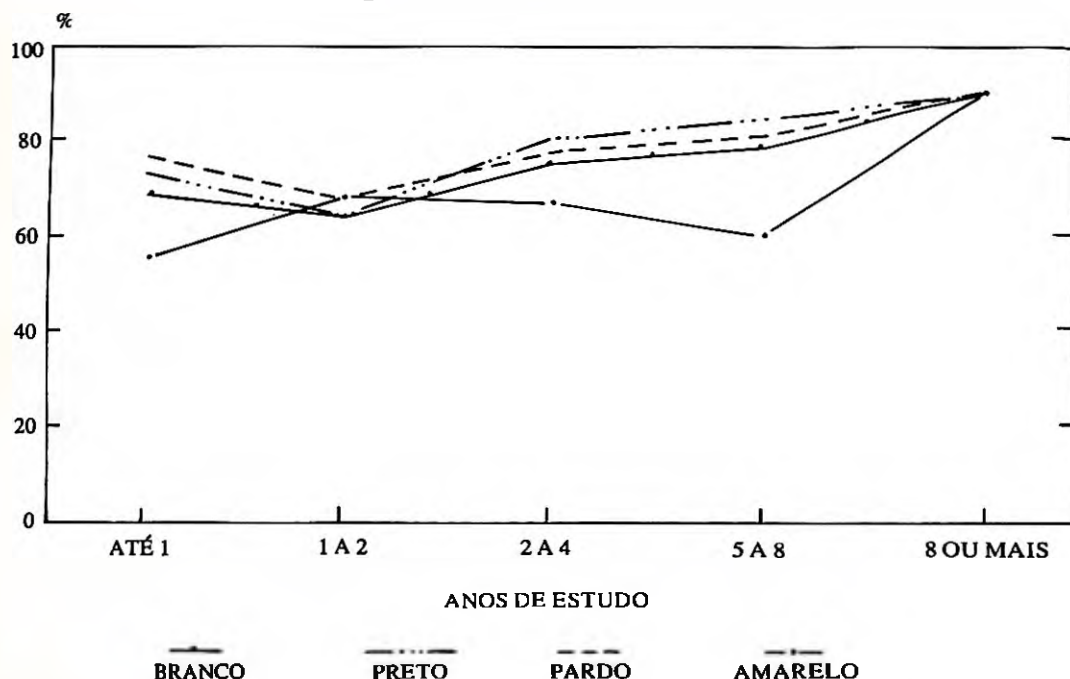
suem taxa de participação semelhante à de brancos, pretos e pardos. Entretanto, na faixa de três a quatro anos de estudo, possuem uma taxa de participação menor, que se acentua na faixa seguinte, de cinco a oito anos. Tais taxas só voltam a ser semelhantes novamente a partir de nove anos de estudo ou mais.

No Gráfico 2 observamos que padrão semelhante se repete para as mulheres. Tanto para as brancas quanto para as pretas e pardas, a taxa de participação aumenta significativamente a partir dos cinco anos de estudo ou mais. As taxas de participação das amarelas, que é semelhante à das brancas até um ano de estudo, diminuem ligeiramente na faixa seguinte, entre um e dois anos de estudo. Na faixa de três a quatro anos, volta a se igualar e

cai abruptamente na faixa de cinco a oito anos de estudo. Entretanto, na faixa de nove anos ou mais, as mulheres voltam a ter taxas de participação semelhantes segundo a cor (pouco mais de 60%). Vale a pena aqui notar as diferenças entre pretas e pardas, ou seja, as primeiras têm sempre uma taxa de participação maior do que a das últimas, qualquer que seja a quantidade de anos de estudo. A diferença varia de 5,9% a 12,1%.

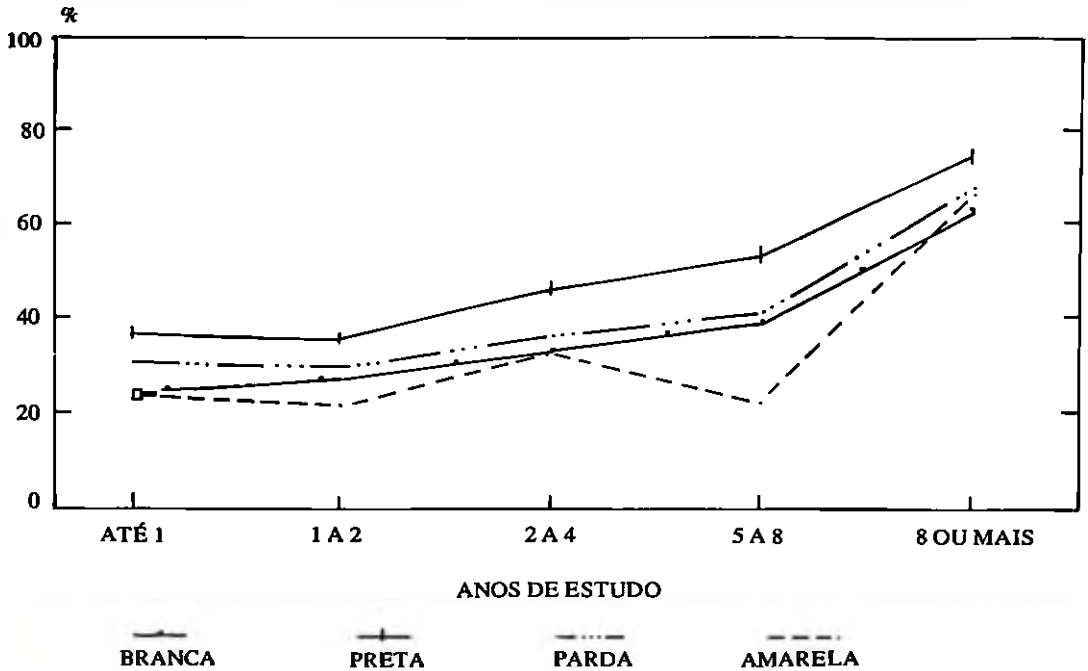
Em resumo, o que podemos observar é que quanto maior a quantidade de anos de estudo, maior a participação no mercado de trabalho, fato, entretanto, mais perceptível no caso das mulheres do que dos homens. Quando incluímos a variável cor, vemos que os pretos possuem as maiores taxas, vindo em seguida os

GRÁFICO 3
Taxa de participação dos homens de 10 anos ou mais,
segundo os anos de estudo e a cor



Fonte: PNAD de 1987.

GRÁFICO 4
Taxa de participação das mulheres de 10 anos ou mais,
segundo os anos de estudo e a cor



Fonte: PNAD de 1987.

pardos, brancos e, por último, os amarelos. As taxas só voltam a se aproximar a partir dos nove anos de estudo.

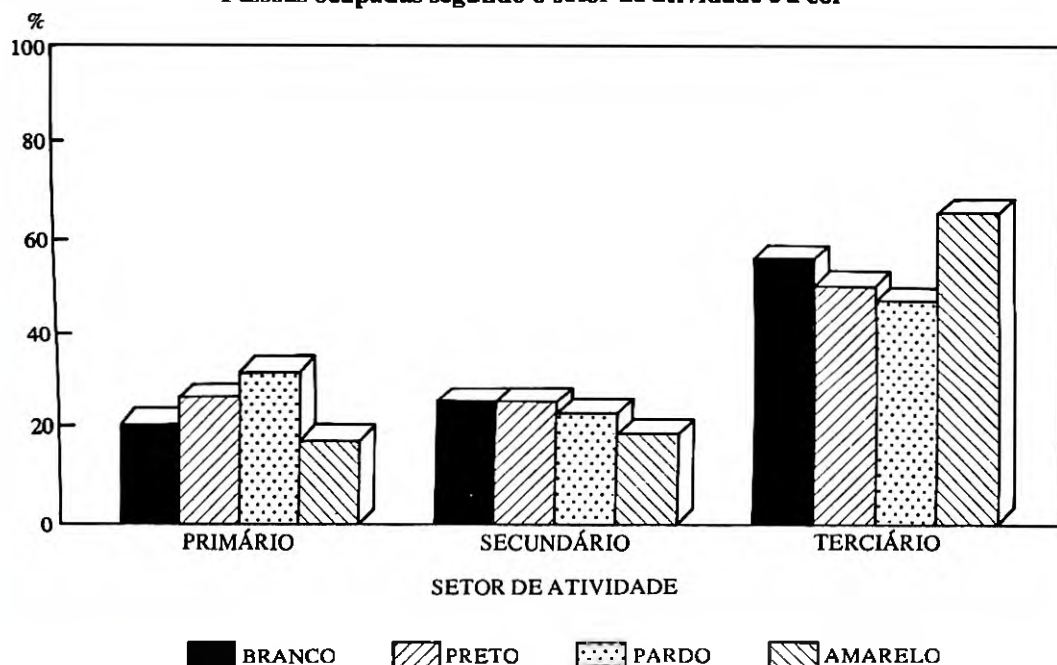
c) Estrutura setorial de empregos

A Tabela 3 mostra o número de pessoas ocupadas (57.409.975) desagregadas por cor, segundo o gênero e os ramos de atividade para o Brasil. Chamamos de estrutura setorial de emprego ao conjunto dos vários setores ou ramos de atividade que compõem o mercado de trabalho. A desigual distribuição dos indivíduos no interior dessa estrutura obedece a critérios de gênero e cor.

Assim, do número de pessoas ocupadas, 57,5% são brancas; 0,7%, amarelas; e 41,8%, negras, das quais 6% são pretas e 35,8%, pardas, o que praticamente reproduz a distribuição por cor da população total. Ainda sobre esse total de pessoas ocupadas, a distribuição por gênero é de 65,4% de homens e 34,6% de mulheres.

Na Tabela 3, verificamos que 51,6% da população ocupada se concentra no setor terciário, com destaque para os ramos de atividade da prestação de serviços e do comércio de mercadorias. O setor primário aparece representado por 24,6% das pessoas ocupadas e o secundário por 23,8%, sendo a indústria de transformação (15,7%) o ramo com maior

GRÁFICO 5
Pessoas ocupadas segundo o setor de atividade e a cor



Fonte: PNAD de 1987.

concentração nesse setor. A distribuição por cor do total das pessoas ocupadas por setor, de acordo com o Gráfico 5, se dá conforme o quadro a seguir:

	Br %	Pr %	Pa %	Am %
Primário	20,3	25,8	31,4	16,8
Secundário	24,6	27,2	22,4	18,3
Terciário	55,1	47,0	46,2	64,9

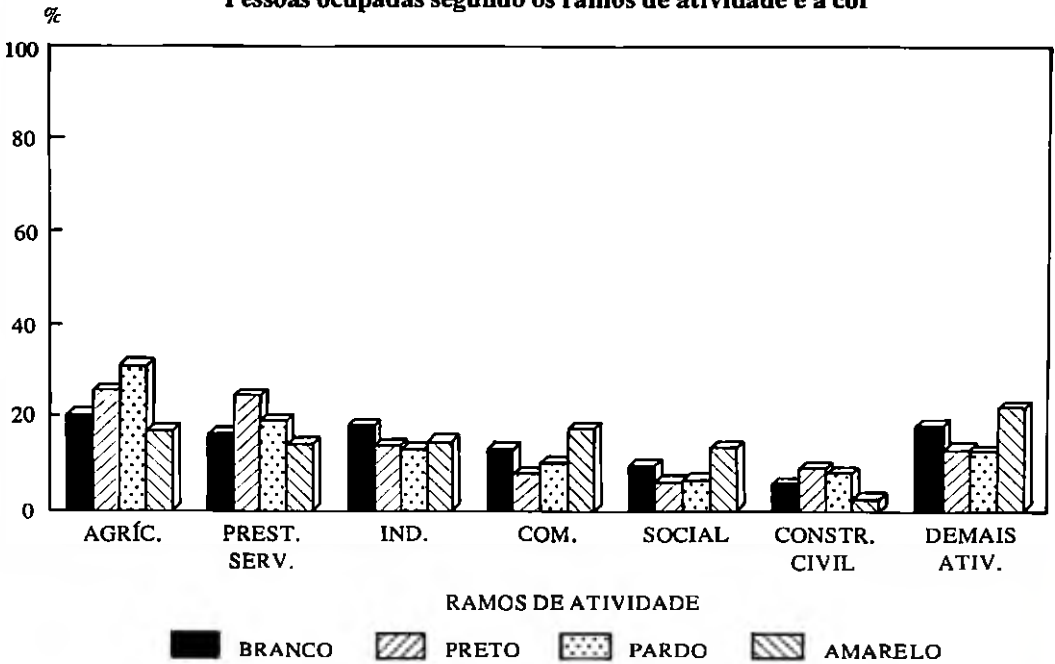
Ao analisarmos os dados por sexo, com relação aos homens, 29,4% estão no setor primário, 29,4% no setor secundário e 41,2% no terciário. Quanto à distribuição das mulheres, 15,4% estão no setor primário, 13,1% no secundário e 71,5% no terciário.

Na distribuição por cor, podemos destacar que os pretos e os pardos estão sobre-representados no setor primário (agrícola), estes mais que aqueles, apresentando ambos uma diferença de 10% em relação aos brancos.

Já no setor secundário, observamos que há maior concentração de brancos na indústria de transformação e de não-brancos na construção civil.

No setor terciário, por sua vez, pretos e pardos também aparecem mais concentrados que brancos e amarelos nos ramos de atividade que oferecem as ocupações menos qualificadas e de menor rendimento. Nesse setor, a prestação de serviços se caracteriza não só por ter grande proporção de mão-de-obra feminina, como também de não-brancos, em que os pretos (24,6%) estão mais concentrados que os pardos (18,8%).

GRÁFICO 6
Pessoas ocupadas segundo os ramos de atividade e a cor



Fonte: PNAD de 1987.

Se tomarmos os 11 ramos de atividade enfocados pelo IBGE, a maior parte da população ocupada (84,2%) se concentra nos seguintes seis ramos: agrícola (24,6%), prestação de serviços (17,6%), indústria (15,7%), comércio de mercadorias (11,6%), social (8,1%) e construção civil (6,6%), valendo notar que pouco mais da metade está concentrada nos três primeiros (agrícola, prestação de serviços e indústria).

Observamos que os homens apresentam as maiores concentrações nos ramos agrícola (29,4%), indústria (17,5%) e comércio de mercadorias (11,8%), enquanto as mulheres ocupadas se concentram mais nos ramos da prestação de serviços (33%), social (17,4%) e agrícola (15,4%).

Como podemos observar no Gráfico 6, os brancos, se comparados aos pretos e pardos,

apresentam maiores concentrações em ramos de atividade mais protegidos, ou seja, na indústria, no comércio de mercadorias e no social. Nesses dois ramos de atividade, por sua vez, a concentração de amarelos (17,2% e 13,1%, respectivamente) excede a dos brancos (12,9% e 9,4%), pretos (7,9% e 5,9%) e pardos (10,1% e 6,3%), considerados isoladamente.

Sintetizando, os dados quanto à distribuição das pessoas ocupadas na estrutura setorial de empregos demonstram o predomínio do setor terciário, onde observamos uma proporção maior de mulheres do que de homens. Os não-brancos apresentam maior desvantagem no mercado de trabalho em relação aos outros grupos de cor, uma vez que, além de apresentarem a maior concentração no setor primário, estão também concentrados nos ramos de atividade com menor rendimento e qualificação do setor terciário.

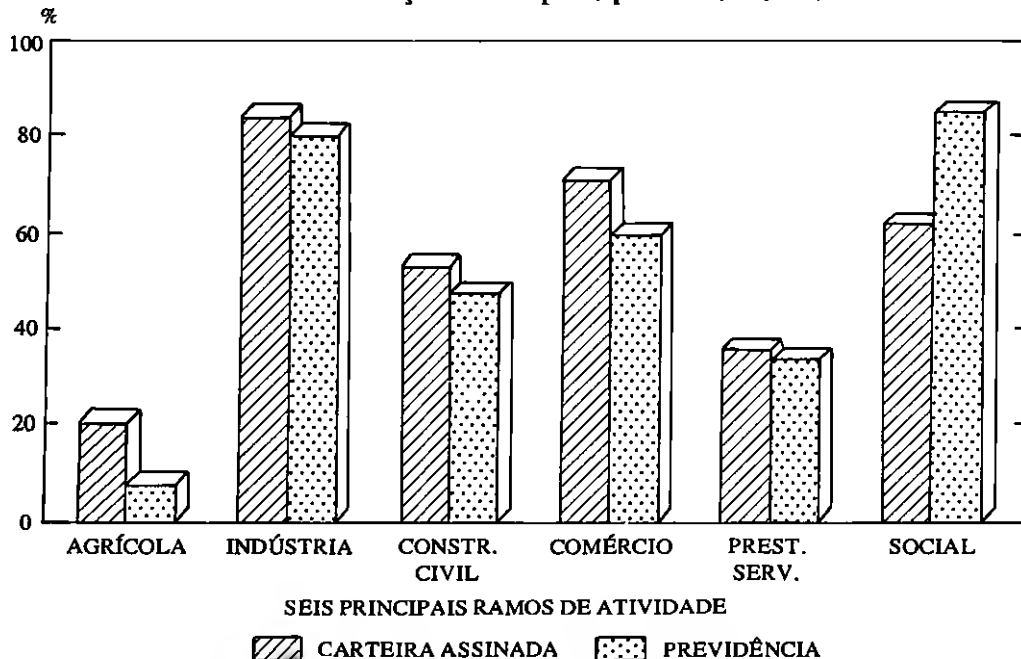
d) Indicadores de formalização do mercado de trabalho

A Tabela 4 nos mostra as pessoas ocupadas segundo os ramos de atividade que contribuem para o instituto de previdência (28.373.386), desagregadas por cor, e a Tabela 5 nos dá os empregados no trabalho principal por ramos de atividade que possuem a carteira de trabalho assinada pelo empregador (37.918.925), desagregadas por cor e gênero. Com isso, podemos demonstrar o grau de formalização e de proteção nos diferentes ramos de atividade. Tais dados permitem distinguir as desigualdades entre brancos e não-brancos quanto ao acesso aos direitos trabalhistas, bem como aos serviços de saúde e aposentadoria.

De início, podemos observar a partir do Gráfico 7 que os ramos de atividade menos protegidos, isto é, aqueles que apresentam os menores graus de formalização quanto à contribuição previdenciária e à posse da carteira assinada, são, em ordem crescente, o agrícola, o de prestação de serviços e a indústria da construção.

Com exceção do ramo social (educação e saúde) e a administração pública, em todos os outros nove ramos de atividade pesquisados pelo IBGE percebemos que a taxa de contribuição previdenciária em relação à da carteira assinada é sempre menor. Entretanto, devemos levar em consideração que o cálculo da contribuição previdenciária se refere às pessoas ocupadas (57.409.975), enquanto o da carteira de trabalho assinada pelo empregador

GRÁFICO 7
Grau de formalização nos seis principais ramos de atividade



Fonte: PNAD de 1987.

trata dos empregados no trabalho principal (37.918.925).

De uma maneira geral, conforme podemos observar no Gráfico 8, os pretos e os pardos apresentam baixo grau de formalização nas relações de trabalho em comparação aos brancos, se observarmos as taxas de contribuição previdenciária e de carteira assinada. Contudo, entre os não-brancos, os pretos apresentam graus de formalização maiores que os pardos em quase todos os ramos de atividade. Já os amarelos, quando comparados aos demais grupos de cor, apresentam as maiores percentagens no que se refere à contribuição previdenciária e à carteira assinada em todos os ramos de atividade.

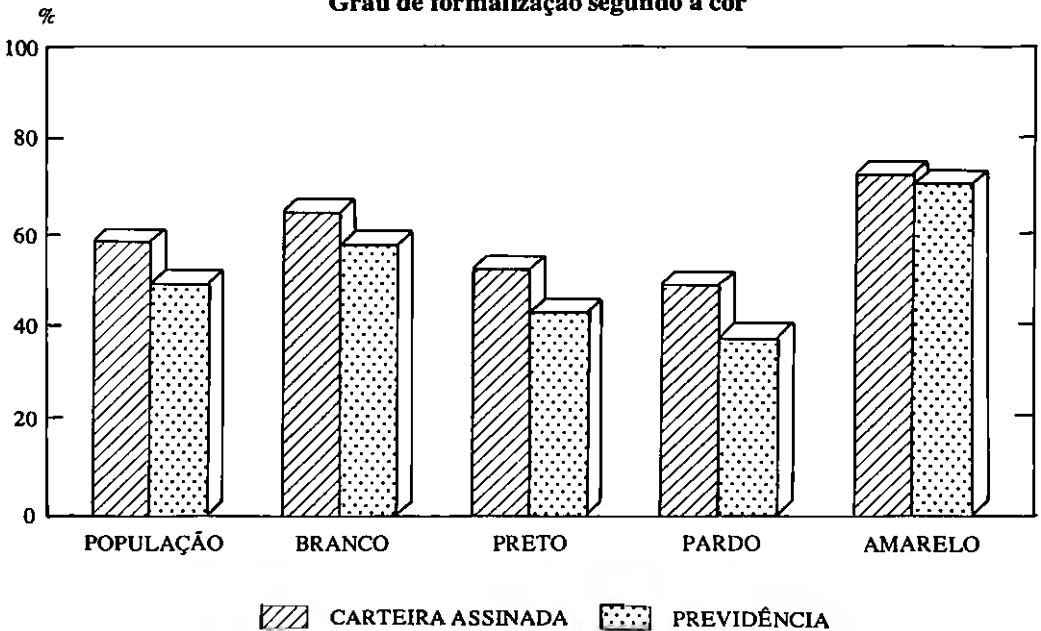
Podemos verificar no Gráfico 7 que os ramos de atividade agrícola, indústria da construção e prestação de serviços se apresentam não só como aqueles menos protegidos, mas

também onde os não-brancos estão mais concentrados. No entanto, mesmo nesses ramos, os pretos e os pardos apresentam graus de formalização menores se comparados aos brancos e amarelos. E, especificamente quanto à carteira assinada, as únicas exceções encontradas em que os pretos e os pardos apresentam taxas maiores que os brancos são em relação ao ramo social e serviços auxiliares da atividade econômica.

A distinção por gênero somente pode ser avaliada com relação à carteira assinada, uma vez que os dados sobre contribuição previdenciária não estão desagregados por gênero.

É interessante observar que, num ramo predominantemente masculino (indústria da construção), as mulheres apresentam índice maior de carteiras assinadas (73,9% contra 51,7%), enquanto, por outro lado, num ramo

GRÁFICO 8
Grau de formalização segundo a cor



Fonte: PNAD de 1987.

em que há predomínio de mão-de-obra feminina (prestação de serviços), são os homens que apresentam os maiores índices (54,2% contra 25,2%).

Os outros ramos de atividade em que as mulheres apresentam índices maiores de carteira assinada se comparadas aos homens são o comércio de mercadorias, transporte e comunicação e administração pública.

Em resumo, observamos que aproximadamente 1/4 da população ocupada se concentra no setor primário, que é menos protegido. O grau de formalização se constitui em mais um elemento a confirmar a situação de desvantagem da mão-de-obra não-branca no mercado de trabalho. Tal fato pode ser observado em função de serem os ramos de atividade em que percebemos as maiores concentrações de não-brancos aqueles que também apresentam os menores graus de formalização.

e) Rendimentos segundo a cor

A Tabela 6 apresenta o número de pessoas economicamente ativas segundo a cor, o gênero e as classes de rendimento mensal e nos oferece ao mesmo tempo um parâmetro em que se diferenciam homens e mulheres, brancos e não-brancos no mercado de trabalho.

Tanto a Tabela 6 quanto o Gráfico 9 mostram que aproximadamente metade da PEA (52,1%) ganha até dois salários mínimos (45,4% dos homens e 65,1% das mulheres), enquanto no outro extremo menos de 10% (7,7%) recebem acima de dez salários mínimos (9,6% dos homens e 3,9% das mulheres). A faixa que possui maior percentagem é a que compreende de um a dois salários mínimos (26,5% da PEA).

Até dois salários mínimos a proporção das mulheres é sempre maior que a dos homens, invertendo-se tal situação nas faixas seguintes, ou seja, nas faixas de rendimentos mais altos as mulheres têm um índice muito menor se comparado com o dos homens.

Ainda com relação à faixa salarial até dois salários mínimos, os não-brancos apresentam os maiores percentuais se comparados aos outros grupos - brancos (42,3%), pretos (69,3%), pardos (65,4%) e amarelos (18,5%) -, perdendo gradativamente essa posição na medida em que aumentam os rendimentos.

Vale a pena notar que os amarelos possuem pouca participação nas faixas salariais mais baixas - até três salários mínimos - e que apresentam os maiores percentuais a partir dessa faixa, ressaltando que no extremo, isto é, acima de dez salários mínimos, esse grupo se destaca (brancos com 11,2%; pretos com 1,5%; pardos com 3%; e amarelos com 30,2%). Na faixa de menor rendimento, ou seja, até 1/2 salário mínimo, os pretos (15,1%) e os pardos (16%) são os que apresentam os maiores percentuais de participação, se comparados aos brancos (7,5%) e amarelos (4,5%).

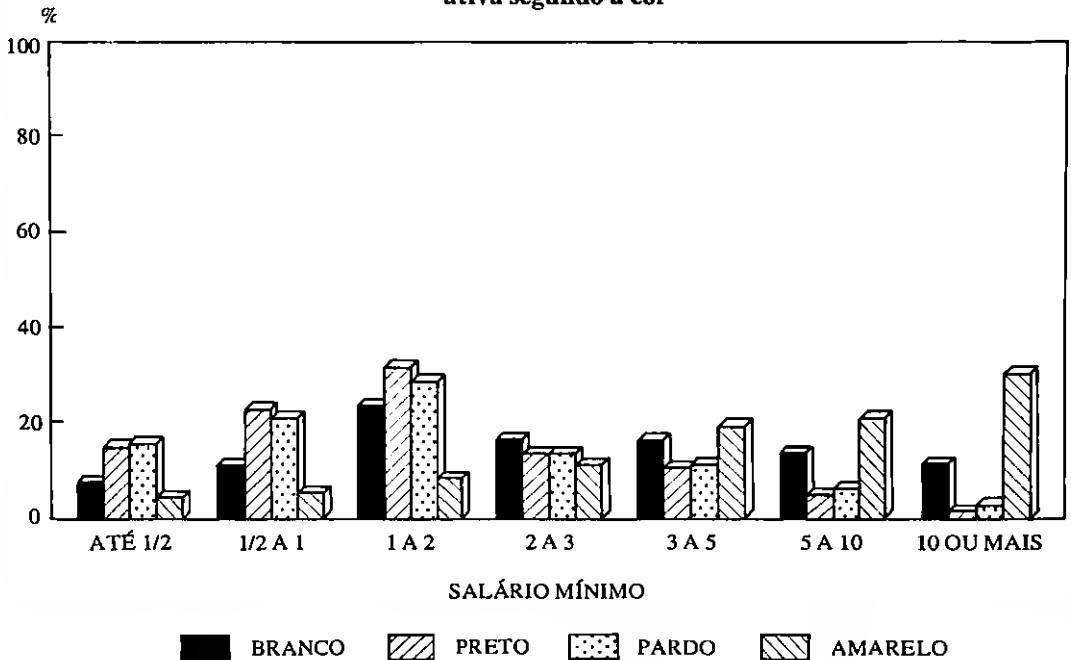
Em outras palavras, pouco mais da metade da população economicamente ativa ganha até dois salários mínimos (aproximadamente 1/4 da PEA ganha de um a dois salários mínimos) e desse contingente podemos dizer que ele é predominantemente não-branco e feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, destacaremos aqui algumas características apontadas pelos dados analisados sobre mão-de-obra, para tentar compor um perfil por cor do mercado de trabalho nacional. Desde já, podemos afirmar que tais dados confirmam o que assevera a bibliografia resenhada, que demonstra ser a raça um critério relevante para analisar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

De fato, os não-brancos, que em 1987 representavam em torno de 40% da população total, bem como das pessoas ocupadas, eram os que se encontravam na situação mais desvantajosa. Esse grupo possuía as maiores taxas de participação no mercado de trabalho se

GRÁFICO 9
Rendimento médio mensal da população economicamente
ativa segundo a cor



Fonte: PNAD de 1987.

comparados aos brancos, destacando que não-brancos entram mais cedo e saem mais tarde. Tal quadro não se altera se levarmos em conta os anos de estudo.

Quanto à localização na estrutura setorial, vimos que os não-brancos estão sobre-representados no setor primário (os pardos mais do que os pretos) e nos ramos de atividade menos protegidos dos setores secundário e terciário. A situação dos não-brancos pode ser resumida em baixos graus de formalização, ocupações menos qualificadas e de baixo rendimento. O reflexo disso pode estar representado na maior concentração desse grupo nas faixas salariais mais baixas, onde praticamente metade recebe até dois salários mínimos, quando no caso dos brancos se observa uma melhor distribuição em todas as faixas de renda.

Os amarelos, apesar de numericamente pouco representativos (apenas 0,6% da população total), possuem um perfil atípico quando comparados aos outros grupos de cor. Eles entram muito mais tarde no mercado de trabalho e saem mais cedo do que os pretos e os pardos. Entretanto, possuem as maiores taxas de participação no mercado de trabalho na faixa de 20 a 49 anos. Vale notar que as taxas de participação dos amarelos são as mais baixas até oito anos de estudo, mostrando que entram no mercado de trabalho com maior grau de escolarização e sugerindo que são mais qualificados. Com relação à estrutura setorial, esse grupo se apresenta como o mais protegido, isto é, com os maiores graus de formalização nas relações de trabalho. Os amarelos estão mais concentrados no setor terciário, bem como se situam nas faixas salariais mais altas.

TABELA 1

Taxa de participação das pessoas de 10 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA)
segundo a idade, a cor e o gênero

IDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS														
	POPULAÇÃO			BRANCO			PRETO			PARDO			AMARELO*		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
10-14	18,7	25,8	11,3	16,7	22,4	10,8	20,3	26,9	13,7	20,9	29,8	11,8	6,0	5,8	6,2
15-19	57,7	73,9	42,0	56,9	72,4	42,3	63,9	78,1	48,0	58,0	75,5	40,8	36,4	38,3	34,8
20-24	72,6	93,1	52,9	72,5	92,5	54,0	77,9	94,7	59,6	71,7	93,9	49,7	81,3	84,8	76,8
25-29	72,5	97,0	49,9	73,0	97,0	51,2	78,0	96,8	60,2	70,3	96,9	45,7	88,1	100,0	74,2
30-39	74,3	97,4	52,7	74,3	97,6	52,6	76,9	96,3	58,8	73,8	97,1	51,7	78,2	99,3	58,1
40-49	70,7	95,0	47,4	69,8	94,9	46,5	73,5	92,9	54,6	71,6	95,3	47,8	76,4	99,1	51,0
50-59	56,9	82,5	33,0	54,9	81,3	29,9	59,9	78,0	44,7	60,2	85,6	36,5	59,5	87,2	32,5
60 ou +	27,9	47,3	11,3	24,8	43,5	9,5	30,8	47,4	16,6	33,7	54,8	14,1	23,3	38,3	8,1
Total	57,1	76,5	38,6	56,9	76,5	38,6	60,2	76,3	44,5	56,8	76,7	37,5	58,1	73,0	42,5

(*) Inclui os "Sem declaração".

Fonte: Tabela 6 da PNAD de 1987, p. 11-2.

ANEXOS

TABELA 2

Taxa de participação das pessoas de 10 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA),
segundo os anos de estudos, a cor e o gênero

ANOS DE ESTUDOS	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS														
	POPULAÇÃO			BRANCO			PRETO			PARDO			AMARELO*		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
S/instr.-até 1 ano	49,9	72,9	28,5	44,0	68,1	24,1	53,3	72,4	36,6	53,6	76,2	30,7	35,5	54,4	23,5
1 e 2 anos	47,4	65,0	28,5	45,6	63,5	26,8	50,2	64,2	35,2	48,8	66,6	29,3	45,3	67,6	21,1
3 e 4 anos	54,7	76,2	34,6	53,2	75,2	32,9	62,9	79,6	45,8	56,2	77,5	36,1	48,9	66,0	32,6
5 a 8 anos	58,8	79,0	39,5	57,6	78,1	38,1	68,8	84,6	52,8	60,1	80,6	40,7	43,8	59,4	22,1
9 anos ou mais	75,5	88,6	63,6	74,8	88,4	62,2	81,5	89,2	74,6	77,0	89,5	67,1	77,2	88,4	65,8
Total	57,1	76,6	38,6	56,9	76,6	38,6	60,2	76,3	44,5	56,8	76,7	37,5	58,1	73,0	42,5

(*) Inclui os "Sem declaração".

Fonte: Tabela 7 da PNAD de 1987, p. 13.

TABELA 3

Pessoas ocupadas por cor, segundo o sexo e os ramos de atividade

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS														
	POPULAÇÃO		BRANCO		PRETO		PARDO		AMARELO*						
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher			
Agrícola	24,6	29,4	15,4	20,3	24,4	12,7	25,8	32,0	15,5	31,4	37,1	19,8	16,8	18,2	14,3
Ind. transf.	15,7	17,5	12,2	17,7	20,0	13,5	13,8	16,3	9,6	12,8	13,9	10,4	14,5	16,6	10,8
Ind. constr.	6,6	9,9	0,4	5,6	8,4	0,5	9,2	14,5	0,3	7,9	11,7	0,4	2,4	2,9	1,5
Outras ativ. ind.	1,5	2,0	0,5	1,3	1,8	0,5	1,7	2,5	0,4	1,7	2,3	0,5	1,4	1,6	1,1
Comércio	11,6	11,8	11,2	12,9	12,9	12,9	7,9	8,6	6,5	10,1	10,6	9,2	17,2	20,8	10,8
Prest. serv.	17,6	9,5	33,0	16,2	9,8	28,1	24,6	8,7	51,3	18,8	9,1	38,2	14,0	12,0	17,7
Serv. aux.	2,9	3,1	2,5	3,7	4,0	3,2	1,3	1,7	0,8	1,8	1,9	1,6	5,2	5,4	4,7
Transp./Comunic.	3,7	5,3	0,9	4,0	5,6	1,0	3,5	5,0	0,9	3,4	4,8	0,7	3,1	4,3	1,0
Social	8,1	3,2	17,4	9,4	3,7	19,9	5,9	2,6	11,5	6,3	2,3	14,4	13,1	6,3	25,1
Adm. pública	4,7	5,2	3,7	5,2	5,6	4,2	4,3	5,6	2,0	4,0	4,4	3,1	4,0	3,6	4,6
Outras ativ.	3,0	3,1	2,8	3,7	3,8	3,5	2,0	2,5	1,2	1,8	1,9	1,7	8,3	8,3	8,4

(*) Inclui os "Sem declaração".

Fonte: Tabela 11 da PNAD de 1987, p. 16.

TABELA 4

Pessoas ocupadas por cor, segundo a contribuição para a previdência

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS				
	POPULAÇÃO	BRANCO	PRETO	PARDO	AMARELO*
Agrícola	7,5	9,3	6,8	5,4	23,5
Ind. transf.	79,8	85,0	78,8	68,2	91,7
Ind. constr.	46,9	52,7	48,0	40,0	77,9
Outras ativ. ind.	75,6	85,6	81,3	61,9	94,3
Comércio	59,0	64,9	53,6	47,3	64,6
Prest. serv.	33,6	38,6	30,0	26,9	58,2
Serv. aux.	73,7	74,3	71,9	70,6	91,0
Transp./Comunic.	75,5	80,4	75,0	66,2	90,1
Social	84,7	86,3	83,7	80,9	88,5
Adm. pública	83,9	85,4	84,8	80,3	89,3
Outras ativ.	78,2	85,1	48,0	60,0	94,3
Total contrib.	49,4	57,3	43,1	37,4	70,2

(*) Inclui os "Sem declaração".

Fonte: Tabela 12 da PNAD de 1987, p. 17.

TABELA 5

Empregados no trabalho principal por cor e sexo, segundo a carteira de trabalho assinada pelo empregador e os ramos de atividade

RAMOS DE ATIVIDADE	EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL														
	POPULAÇÃO			BRANCO			PRETO			PARDO			AMARELO*		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Agrícola	20,4	21,2	16,0	24,8	25,4	21,0	20,4	22,4	10,1	16,7	17,4	13,0	30,7	39,6	-
Ind. tranf.	84,0	84,6	82,3	87,1	88,3	83,8	82,7	82,6	82,7	76,9	76,5	78,0	84,7	84,9	84,4
Ind. constr.	52,4	51,7	73,9	57,5	56,2	84,4	54,1	54,0	56,7	46,6	46,6	48,9	100,0	100,0	100,0
Outras ativ. ind.	80,4	80,3	81,4	88,7	88,2	91,9	84,1	82,2	100,0	68,5	69,4	61,9	94,3	100,0	79,9
Comércio	70,5	68,8	74,1	73,3	72,5	74,8	69,8	66,8	78,3	64,7	61,9	71,4	78,5	76,0	88,8
Prest. serv.	35,1	54,3	25,2	39,1	57,7	27,8	33,6	52,0	28,5	30,4	49,8	21,4	44,0	46,0	40,4
Serv. aux.	77,0	77,3	76,4	76,4	76,5	76,1	79,6	83,8	67,8	77,5	77,4	77,8	91,7	97,4	78,4
Transp./Comunic.	82,8	81,8	91,3	86,6	85,9	91,5	82,5	81,0	93,7	76,0	74,6	90,3	87,6	87,3	89,7
Social	61,5	67,1	59,7	60,4	67,6	58,1	71,6	80,3	68,2	62,7	64,0	62,3	50,9	53,1	50,1
Adm. pública	54,2	51,1	62,3	54,5	51,7	61,4	53,6	48,8	76,6	53,6	50,5	62,6	54,1	46,9	64,1
Outras ativ.	88,3	87,7	89,4	90,6	90,4	91,0	80,6	76,4	91,7	79,8	78,9	81,6	91,4	90,1	93,5
Total	58,2	60,8	53,6	64,5	67,8	58,8	52,1	55,7	45,6	48,8	50,5	45,6	71,9	75,3	66,7

(*) Inclui os "Sem declaração".

Fonte: Tabela 18 da PNAD de 1987, p. 23.

TABELA 6

Pessoas economicamente ativas por cor, sexo e as classes de rendimento mensal*

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (PNS)**	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS														
	POPULAÇÃO			BRANCO			PRETO			PARDO			AMARELO***		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Até 1/2	11,0	6,9	19,2	7,5	4,5	13,2	15,1	9,9	23,9	16,0	10,0	28,6	4,5	3,1	7,2
Mais de 1/2 a 1	15,5	13,8	18,6	11,4	9,4	15,5	22,8	20,5	26,9	20,9	20,2	22,4	5,6	4,3	8,2
Mais de 1 a 2	25,6	24,7	27,3	23,4	21,5	27,1	31,4	31,3	31,7	28,5	29,1	27,3	8,4	7,4	10,4
Mais de 2 a 3	15,4	16,3	13,7	16,6	16,9	16,2	13,7	15,8	10,2	13,7	15,4	10,1	11,1	9,4	14,8
Mais de 3 a 5	14,2	16,4	10,0	16,2	18,2	12,5	10,6	14,1	4,5	11,5	13,9	6,6	19,2	17,8	22,0
Mais de 5 a 10	10,6	12,3	7,3	13,7	15,7	10,0	4,9	6,5	2,1	6,4	7,7	3,6	21,0	21,6	19,7
Mais de 10	7,7	9,6	3,9	11,2	13,8	5,5	1,5	1,9	0,7	3,0	3,7	1,4	30,2	36,4	17,7

(*) Excluindo os "Sem declaração" e "Sem rendimentos".

(**) Por salários mínimos. PNS = Piso Nacional de Salários.

(***) Inclui os "Sem declaração".

Fonte: Tabela 9 da PNAD de 1987, p. 14.

NOTAS

1. Segundo a PNAD de 1987, "consideraram-se as seguintes alternativas para a investigação das características de cor: branca, preta, parda (incluídas neste grupo as pessoas que se declararam mulatas, índias, caboclas, mamelucas ou cafusas) e amarela (compreendendo-se neste grupo as pessoas que se declararam de raça amarela)" (PNAD de 1987, p. XX). No decorrer deste trabalho, pretos e pardos podem vir agrupados nas seguintes categorias: não-brancos, negros ou afro-brasileiros.
2. "A concepção do sistema PNAD, na década de 80, prevê a aplicação, juntamente com a pesquisa básica PNAD - Mão-de-Obra, de um suplemento contemplando temas específicos a cada ano. Entretanto, em 1987 não foi aplicado um suplemento; contudo, com a introdução da característica cor no questionário básico, gerou-se um plano tabular específico, constituído inteiramente por cruzamentos com esta informação" (PNAD de 1987, p. III).
3. Segundo a PNAD de 1987, "a população residente é composta pelas pessoas moradoras presentes (...) e pelas pessoas moradoras ausentes (...) e que, na data de referência, estavam ausentes temporariamente, por período não superior a 12 meses, em relação àquela data" (p. XIX).
4. Denominamos de taxa de participação (também chamada taxa de atividade) a resultante da divisão das pessoas economicamente ativas de 10 anos e mais pelo total da população de 10 anos e mais.
5. São consideradas pessoas ocupadas aquelas que na semana da pesquisa tinham algum vínculo de trabalho.
6. População economicamente ativa (PEA): conjunto que engloba não só as pessoas ocupadas mas também aquelas que na semana da pesquisa "estavam dispostas a trabalhar, tendo para isso tomado algumas providências" (IBGE, 1989, p. XXI).

BIBLIOGRAFIA

- BAIROS, Luíza Helena de (1988). "Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho na Bahia, 1950-1980". In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade - estudo sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- CHAI, Miguel (1986). "Discriminação racial". *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fund. Seade, 2(3/3):7-14.
- (1987). "Negro, mercado de trabalho e educação na Grande São Paulo". In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fund. Carlos Chagas, nº 63.
- (1988). "Negro: entre o trabalho forçado e o trabalho restrito". *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fund. Seade, 2(2):38-43.
- DWYER, Jeffrey W. e WEBSTER, Peggy Lovell (1987). "Income differentials and racial discrimination in Brazil". Mimeo.
- HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson do Valle (1988). "Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-1980". *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, Ed. Vértice.
- IBGE (1989). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios - 1987; cor da população*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LOVELL, Peggy (1989). "Racial inequalities and the Brazilian labor market". PhD Dissertation. Florida University, Gainesville.
- MOURA, Clóvis (1988). "Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho". *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fund. Seade, 2(2):44-6.

- OLIVEIRA, Lúcia Helena; PORCARO, Rosa Maria; ARAÚJO, Teresa Cristina N. (1985). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro, IBGE.
- PORCARO, Rosa Maria (1988). "Desigualdade racial e segmentação no mercado de trabalho". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (15):171-207
- PORCARO, Rosa Maria e ARAÚJO, Teresa Cristina N. (1988). "Mudanças na divisão social do trabalho e (re)produção da desigualdade racial". *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fund. Seade, 2(2):47-53.
- (1988a). "Crescimento econômico, segmentação do mercado de trabalho e reprodução das desigualdades raciais". *Anais ABEP*. Olinda, 16-20 out., (3):237-74.
- SILVA, Nelson do Valle (1980). "O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, 10(1):21-44.
- (1983). "Cor e processo de realização econômica no Brasil". *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. In: *Ciências Sociais, Hoje*. Brasília, Anpocs, (2):198-219.
- TELLES, Edward E. (1990). "Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas do Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (19):61-80, dezembro.

SUMMARY

Racial inequalities in the Brazilian labor market

Many studies of the racial question in Brazil have shown race to be a determining factor in the class definition and social stratification of individuals. Thus, race has become a criteria for classification, and functions as an efficient mechanism for reproducing social inequalities within the capitalist system.

With this in mind, this article analyses the participation of color groups in the Brazilian labor market,

1987 IBGE Annual Household Survey classifying individual labor participation by age, the number of years of schooling, the sectorial job structure, degree of contract legality, and monthly earnings.

This data demonstrates that race is a relevant criteria in analysing the way individuals participate in the labor market and points out the disadvantages faced by non-whites.

RÉSUMÉ

Inégalités raciales dans le marché de travail brésilien

Quelques-uns des études sur la question raciale au Brésil considèrent la race un facteur déterminant dans le placement des personnes aussi bien dans la structure de classe que dans le système de stratification sociale. Dans ce sens, la race, comme critère de classification, fonctionne comme un mécanisme efficace dans la reproduction des inégalités sociales dans le système capitaliste.

Dans cette perspective, cet article analyse le marché de travail brésilien par couleur, à partir des

données de la PNAD (enquête nationale effectuée sur un échantillonage de domicile) de 1987, qui traitent du taux de participation selon l'âge et les années d'étude, de la structure sectorielle d'emploi, du degré de formalisation et du revenu mensuel.

De telles données démontrent que la race est un critère important pour analyser l'insertion des personnes dans le marché de travail, ainsi que la situation de désavantage dans laquelle se trouvent les travailleurs non-blancs.

12
90

Raça, gênero e mercado de trabalho

Denise Ferreira da Silva*
Márcia Lima**

* Doutoranda em sociologia na Universidade de Pittsburgh.

** Bacharel em ciências sociais. Pesquisadora do CEEA.

O objetivo deste trabalho é apresentar um quadro da situação da mulher negra no ano imediatamente anterior ao centenário da abolição da escravidão no Brasil. Para isso, examinamos a reduzida literatura existente - aquela baseada em dados quantitativos e a que trata da participação da mulher no mercado de trabalho - e analisamos alguns indicadores das PNADs de 1987 e 1988.

Essa reduzida literatura sobre as relações raciais e de gênero no Brasil, quando se refere à mulher negra,¹ o faz de forma pouco sistemática, introduzindo ora a categoria raça ora a categoria gênero apenas com o intuito de acrescentar dados. Ela passa ao largo de uma análise da condição da mulher negra no Brasil com a complexidade e a atenção que o tema merece.

Ora, gênero e raça podem determinar não apenas uma situação subordinada no mercado de trabalho, podem significar também rendimentos menores e baixo retorno ao investimento em educação. Quando essas duas categorias estão definindo a situação sócio-econômica de um mesmo indivíduo, seus significados ganham uma feição específica.

É bem verdade que os pesquisadores que se propõem investigar a situação sócio-econômica da mulher negra encontram dificuldades quase intransponíveis. Carneiro e Santos (1985), por exemplo, apontam de início dois problemas: nem todos os levantamentos estatísticos oficiais realizados de 1872 até hoje introduziram a variável cor e a não-incorporação dessa variável aos estudos sobre a condição da mulher no país.

Nesse trabalho, as autoras lançam mão dos dados sobre a população economicamente ativa de São Paulo e Brasil segundo o censo de 1980, desagregados por sexo, grupos ocupacionais, rendimento médio mensal e educação, para fazer um estudo comparativo da situação dos grupos raciais (negros e brancos), das mulheres (negras e brancas) e dos indivíduos (homens e mulheres) no interior de um mesmo grupo (o negro), concluindo que racismo e sexismo atuam no sentido de reservar à mulher

negra o lugar de estrato mais subordinado na sociedade brasileira.

Já Oliveira *et alli* (1987) rediscutem duas teses clássicas sobre a condição da mulher negra – a questão da chefia feminina e a da insuficiência econômica do homem negro –, tendo em vista as teses de Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre o papel que a mulher desempenha no grupo negro.

Para rever a tese de Florestan – para quem as mulheres negras seriam o sustentáculo da família negra incompleta, dado o insuficiente desempenho do homem negro no seu papel de provedor – e a de Bastide – para quem a mulher negra teria o papel de mediadora entre os grupos raciais –, as autoras utilizam também dados preliminares do censo de 1980 sobre a participação da mulher negra no mercado de trabalho e sobre sua inserção na família. Observam, então, que a elevada proporção dessas mulheres economicamente ativas, comparativamente às brancas, não é sinal de que elas obtenham maiores rendimentos. Quanto à participação das mulheres negras no orçamento familiar, entendem que o salário auferido não cobre significativamente as necessidades da família, de modo que mesmo a mulher negra chefe de família conta com a participação de outros membros para completar o orçamento familiar. No que se refere à tese da insuficiência econômica do homem negro, constatam que este tem uma participação três vezes superior à da mulher de seu grupo na população economicamente ativa.

Luiza Bairos (1991), por sua vez, analisa a participação de mulheres brancas e negras nos setores e ramos de atividade econômica e nas categorias sócio-ocupacionais do mercado de trabalho baiano. A autora toma como base as transformações ocorridas na estrutura produtiva da Bahia entre 1950 e 1980, onde observa sensível crescimento da presença das mulheres na força de trabalho. Uma conclusão interessante de seu trabalho é a de que as mulheres negras só apresentam vantagem em relação às

brancas no caso do emprego doméstico, no qual, apesar de terem 85% da escolaridade destas, usufruem um rendimento médio 30% superior.

Por fim, temos o recente estudo de Lovell (1992) sobre raça, gênero e rendimentos no Brasil, com base nos censos de 1960 e 1980. Segundo Lovell, nesse período houve ganhos absolutos significativos para homens e mulheres dos grupos raciais branco e negro em termos de representação ocupacional e regional, sendo que, em casos como na educação, o grupo negro – e a mulher em particular – aumentou sua representação muito mais do que o grupo branco.

No entanto, nesses 20 anos que separam um censo do outro, a disparidade salarial entre os dois grupos raciais permaneceu praticamente inalterada; se se observa pequena diminuição dessa disparidade entre as mulheres – em 1960, o salário médio mensal das mulheres brancas era 2,5 vezes maior que o das negras, enquanto em 1980 essa diferença caiu para 1,89 –, o mesmo não aconteceu para os homens: em 1960, a vantagem do assalariado branco sobre o negro correspondia a 1,7 vez e permaneceu igual em 1980.

Lovell conclui que a raça exerce independentemente um efeito discriminatório no acesso das pessoas à educação, à renda e ao bem-estar. Mulheres e homens, negros e brancos com a mesma posição recebem salários desiguais.

EMPREGO FEMININO NO BRASIL

Ao longo das últimas décadas, a estrutura de emprego no Brasil sofreu profundas modificações, provocadas pela industrialização do país e traduzidas no aumento da participação da população brasileira na estrutura de emprego com algumas especificidades, como a significativa entrada de mulheres na força de trabalho, ocasionando substantiva alteração das

condições sócio-econômicas das mulheres brasileiras. No entanto, tal fato não operou grandes transformações na divisão sexual do trabalho e nos padrões de desigualdades econômicas entre homens e mulheres.

Madeira e Singer (1975), analisando a estrutura de emprego no Brasil no período de 1920 a 1970, observam que até a década de quarenta a força de trabalho feminina se concentrava na agricultura, onde havia possibilidades de a mulher exercer atividades produtivas sem deixar de desempenhar seu papel de dona-de-casa. Somente a partir dessa década é que se verifica crescente saída da agricultura tanto por parte das mulheres quanto dos homens. Ao se dirigirem para fora do setor primário, essas mulheres vão se concentrar em atividades determinadas pela sua condição feminina. Ou seja, ainda tentando combinar o trabalho assalariado com as tarefas domésticas. Em 1940, 55% das mulheres ocupadas no setor secundário se concentravam nos serviços de reparação – sobretudo costureiras, bordadeiras etc. –, trabalhando em suas próprias casas.

No período de 1940 a 1950 há significativo aumento da participação feminina no setor secundário. Confirmando a tese de que o desenvolvimento industrial favorece a absorção de maiores contingentes de trabalhadores do sexo feminino, nesse período é justamente o setor secundário o maior responsável pelo crescimento da força de trabalho feminina. A fase seguinte, 1950-1960, caracteriza-se por um momento de refluxo do emprego industrial, que cai tanto para os homens (-21%) quanto para as mulheres (-29%). Segundo os autores, para a queda maior do emprego feminino,

(...) deve ter pesado a crise da indústria têxtil, em cuja força de trabalho elas predominam. Este ramo passou por profundas transformações, a partir dos anos 50, que resultaram na queda de seu volume de emprego (...). Nesta década, portanto, o cará-

ter da industrialização, que acentuou a expansão de ramos que empregam pouca mão-de-obra feminina, como a metalurgia e fabricação de material de transporte, não ofereceu à mulher grandes oportunidades de participação na atividade produtiva (op. cit., p. 29).

Na década seguinte, 1960-1970, há um grande impulso para o emprego industrial masculino (80,2%), apresentando a mesma tendência de expansão dos ramos onde a presença feminina é reduzida. Quanto à participação feminina, houve significativo aumento no setor secundário, apesar de ter se apresentado bem inferior aos homens (48%). Uma explicação seria a de que essas mulheres foram absorvidas em funções administrativas e não diretamente na produção.

O desenvolvimento econômico e o crescimento urbano fizeram do setor terciário o empregador de grande contingente da força de trabalho feminina. Segundo ainda Madeira e Singer, uma das razões do intenso aumento do emprego feminino nesse setor se deve principalmente ao crescimento do número de mulheres ocupadas em serviços de consumo individual, em particular nos períodos de 1950 a 1960 e de 1960 a 1970 (71,5% e 71%, respectivamente). O aumento do emprego feminino nesses serviços indica uma possibilidade de as mulheres terem se tornado empregadas domésticas devido ao aumento da demanda por esses serviços.

No período de 1920 a 1970, o subsetor serviços absorveu significativas proporções da força de trabalho feminina ocupada em atividades não-agrícolas: em 1920, 37,4%; em 1940, 38,7%; em 1950, 40%; em 1960, 42,3%; e em 1970, 42%. Nos serviços de consumo coletivo (incluindo atividades sociais), a participação é menor, embora crescente: em 1920, 5%; em 1940, 9,3%; em 1950, 15,8%; em 1960, 18,3%; e em 1970, 22,8%. Para Madeira e Singer (1975, p. 37), a mulher conseguiu

“penetrar num setor extremamente dinâmico, onde os requisitos de qualificação são dos mais elevados”.

Esse crescimento nesses serviços tem provocado uma redefinição do emprego feminino no setor terciário. Ou seja, há menor proporção de empregadas domésticas entre as mulheres ocupadas na prestação de serviços, sendo que as que se encontram nessa ocupação são oriundas das classes populares, possuem baixos níveis de escolaridade e também são encontradas nos empregos ligados à produção na indústria. Já as mulheres de classe média, com níveis de instrução mais elevados, vão se empregar nos serviços de consumo coletivo.

Na verdade, pode-se afirmar que o significativo aumento da participação feminina na estrutura de emprego é acompanhado de uma mudança qualitativa, ainda que obedecendo às variações de estratégias de desenvolvimento e concentrado em determinados ramos de atividade e ocupações.

Hasenbalg e Silva (1988) confirmam essa tendência ascendente, quando discutem o impacto das transformações econômicas sobre o emprego feminino entre 1960 e 1980. Segundo os autores, na década de sessenta as mulheres contribuíam com 30,7% do aumento da população economicamente ativa total, sendo que a população feminina correspondia a 16,5% do total de mulheres com 10 anos ou mais. Vinte anos mais tarde esse percentual chega a 26,9%. Analisando a situação da mulher nos diversos setores da atividade econômica, observam que,

a redistribuição das mulheres entre os diversos setores de atividade acompanha de perto as transformações da estrutura global do emprego. Uma das mudanças mais significativas reside na rápida diminuição da participação relativa das mulheres no setor primário, que decresce de 30,1% em 1960 para 14,8% em 1980. Nas atividades industriais, onde houve uma queda na parti-

cipação relativa das mulheres na década de 1960 (de 12,1% para 10,3%), nota-se o fenômeno contrário na década seguinte: a participação relativa da mulher aumenta 4,9% e em termos absolutos o número de mulheres ocupadas na indústria triplica entre 1970 e 1980. Esta retomada do emprego na indústria está relacionada à reativação do emprego nas indústrias tradicionais (por exemplo, vestuário cresce de 422.000 para 857.000), ao aumento do número de mulheres ocupando funções burocráticas e administrativas e a um pequeno aumento do emprego feminino em algumas indústrias modernas como a eletrônica. O setor terciário constitui a principal fonte das mulheres, absorvendo 57,8% em 1960, 69,3% em 1970 e 70% em 1980. (Hasenbalg e Silva, 1988, p. 53-5.)

De qualquer forma, apesar da persistência da divisão sexual das ocupações, Hasenbalg e Silva (*op. cit.*, p. 55) afirmam que “a crescente divisão técnica do trabalho através da geração de novas posições ocupacionais levou a uma melhor distribuição da força de trabalho feminina na estrutura ocupacional e a uma diminuição da concentração de mulheres em grupos específicos de ocupação”.

No entanto, acreditamos, como Hasenbalg e Silva, que há uma diferenciação do mercado de trabalho para a mulher que se deve às múltiplas origens sociais das trabalhadoras. Daí a significativa representação da população negra nos patamares inferiores da sociedade, com a mulher negra compondo parcela importante da força de trabalho feminina empregada, por exemplo, nos serviços de consumo individual (empregada doméstica) e na produção industrial. Isso mostra como gênero e raça são, de fato, variáveis importantes para a discussão da composição da força de trabalho nos mercados formal e informal.

Telles (1990) analisa a importância de determinados atributos sociais como educação,

gênero, idade, raça e situação de migrante para a integração do trabalhador num ou noutro setor de trabalho nas áreas metropolitanas brasileiras. Utilizando os dados obtidos pelo censo de 1980 sobre a composição do mercado informal, observa que "o gênero parece explicar a maior parte da variação de participação no emprego do setor formal ou informal" (Telles, 1990, p. 67). Mesmo quando o gênero é correlacionado à variável educação, Telles afirma ter o gênero um efeito mais determinante: às mulheres é necessário uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens de obter emprego no setor formal. Quanto à raça, o autor assevera tratar-se de variável com efeito brando, embora "significativamente negativo, sobre a probabilidade de alguém ser um trabalhador do setor formal" (Telles, 1990, p. 69). Já quando cruza as variáveis gênero e raça, aumenta bastante a situação de desigualdade:

(...) as mulheres não-brancas são especialmente propensas a ter um emprego no setor informal, ainda mais do que seria de esperar a partir dos efeitos singulares tanto de raça quanto de gênero, indicando a existência de discriminação especialmente severa de que são vítimas as mulheres não-brancas.

Em suas conclusões finais, Telles aponta uma questão que consideramos fundamental para nossa discussão. A variável raça atinge mais determinantemente as mulheres não-brancas do que os homens no que se refere à menor probabilidade de se obter emprego no setor formal da economia. Resta saber se a análise dos dados obtidos pela PNAD de 1987 corrobora ou não essa hipótese no que diz respeito não exatamente à inserção no mercado de trabalho formal ou informal, mas, de maneira mais ampla, ao desempenho da mulher negra no mercado de trabalho como um todo.

Ainda sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil, Spindel (1991), através da análise de dados sobre a recessão que atingiu a economia brasileira na década de oitenta, contraria a tese clássica de que tanto nos períodos de crise quanto nos de crescimento as mulheres são a mão-de-obra mais prejudicada: nos períodos de crise porque as políticas de demissões tendem a atingir primeiramente as mulheres e na retomada do ritmo de crescimento porque são elas as últimas a serem reincorporadas à produção. A autora observa que há, na realidade, de 1980 a 1984, maior tendência de incorporação de mulheres no mercado de trabalho:

Em se tratando de emprego total, os argumentos explicativos quanto às tendências favoráveis às mulheres na evolução da curva de empregos durante a crise referem-se, em geral, ao fato de que as vagas ocupadas pela mão-de-obra feminina se caracterizam por baixos níveis de salários, por não formalização do emprego, por altas taxas de instabilidade etc., pressões competitivas que afetam o excedente masculino.

De fato, durante esse período de crise, 53,9% dos empregos criados no mercado formal foram ocupados por mulheres. No primeiro ano, 1980, as mulheres ocupavam 29,7% da oferta de empregos e em 1984 passaram a ocupar 32,2% das vagas abertas, particularmente no setor terciário – que para Spindel "parece ser a grande porta de entrada da mulher no mercado de trabalho" –, abrigo em 1984 69,2% das mulheres empregadas.

A autora aborda ainda uma outra discussão presente nas análises da força de trabalho feminina, "sua disponibilidade em aceitar baixos salários", que se baseia na idéia de que a renda do trabalho assalariado da mulher tem caráter complementar à renda familiar. Os dados da PNAD de 1984 confirmam, realmente, uma defasagem entre os salários de homens e mu-

lheres, com prejuízo para as últimas. Spindel pressupõe que isso seja decorrente de que "grande parte das vagas abertas [para mulheres] tenha sido em empregos temporários, intermitentes e/ou de baixos níveis de remuneração, disponíveis em setores marginais ao processo econômico central". Com efeito, algumas análises sobre o período apontam para maior informalização do mercado de trabalho em geral e do feminino em particular. No entanto, a autora não aprofunda essa discussão, já que está preocupada principalmente com o trabalho feminino no setor organizado da economia:

O processo sistemático observado nas últimas décadas de aceleração no ritmo de absorção de mão-de-obra feminina, que provocou alterações na distribuição estrutural dos empregos por sexo e ampliou a fatia reservada às mulheres, não é interrompido com a crise. Muito pelo contrário, as taxas de crescimento do emprego feminino se mantêm sempre mais altas, demonstrando um vigor maior sobretudo quando a análise é mais centrada especificamente no mercado de trabalho organizado. (Spindel, 1991, p. 49.)

As análises aqui apresentadas nos permitem avaliar que o processo de participação feminina na força de trabalho tem aumentado e se caracteriza pelo elevado grau de concentração das mulheres economicamente ativas em umas poucas ocupações, principalmente no setor terciário. Resta-nos, agora, avaliar como se dá essa inserção nos diferentes grupos de cor.

GÊNERO E DESIGUALDADES RACIAIS

Nesta seção, com base nos dados obtidos pela PNAD de 1987 sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, buscaremos isolar as características específicas da força de

trabalho feminina negra e compará-la com a situação da força de trabalho feminina brasileira total e das mulheres dos outros grupos de cor isoladamente.

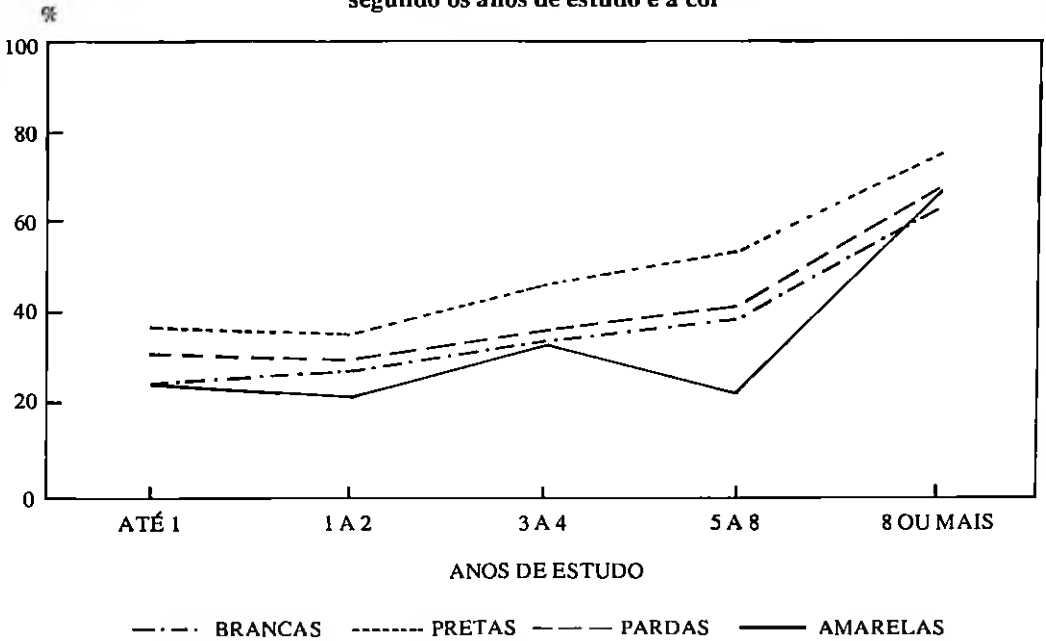
Discutiremos, de início, a sua participação na população economicamente ativa por anos de estudo, sua inserção ocupacional e rendimentos, para detectarmos as diferenças entre as trajetórias do grupo feminino por cor na PNAD de 1987 e, por último, nos dados mais recentes da PNAD de 1988.

O grupo feminino e a sua participação por cor e anos de estudo

A taxa de participação feminina como um todo cresce com o aumento de escolaridade, pois é na faixa de nove anos de estudo ou mais que se concentra o maior percentual de todos os grupos de cor. Consideradas isoladamente, porém, somente as amarelas não apresentam uma linha crescente de participação, demonstrando queda brusca na faixa de cinco a oito anos. Apesar de apresentarem as menores taxas de participação em todas as faixas anteriores, ao chegar na faixa de nove anos ou mais elas apresentam significativo aumento, elevando seu percentual total na população economicamente ativa para 42,5%, percentual só superado pelas mulheres pretas, com 44,5%.

A literatura sobre o trabalho feminino, em geral, aponta a escolaridade como um fator favorável à participação da mulher na população economicamente ativa, o que os dados acima comprovam. No entanto, os altos percentuais de participação do grupo feminino preto para todos os níveis parecem corroborar o argumento de que as razões econômicas são determinantes nesse caso. Ou seja, o grupo feminino preto entra no mercado de trabalho mesmo sem escolaridade, devido às dificuldades orçamentárias apresentadas pela sua família. O grupo pardo, apesar de apresentar per-

GRÁFICO 1
População feminina economicamente ativa,
segundo os anos de estudo e a cor



Fonte: PNAD de 1987 (ver Tabela A no Anexo.).

centuais inferiores ao grupo preto, também mostra percentuais mais altos em relação aos grupos branco e amarelo.

Os grupos de idade e o mercado de trabalho

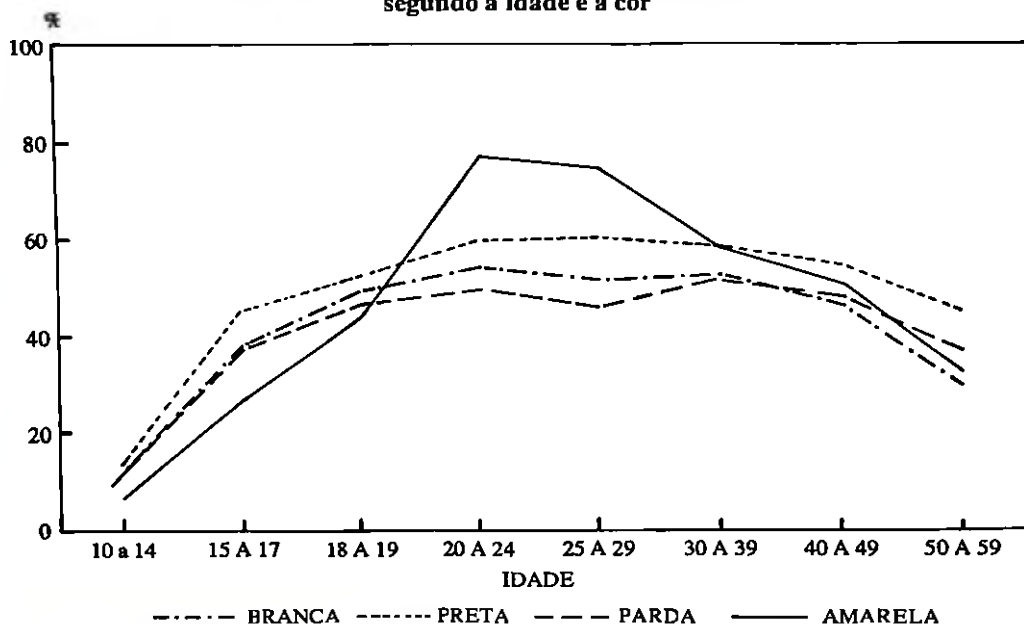
As mulheres pretas são as que apresentam as taxas mais altas de participação. Já na faixa dos 18 aos 19 anos de idade, 52,5% das mulheres pretas estão no mercado de trabalho. O percentual do total das mulheres brasileiras só se aproxima dessa proporção na faixa seguinte, dos 20 aos 24 anos, com 52,9%, enquanto as brancas apresentam um índice ligeiramente superior nessa faixa (54%) e as pardas só se aproximam desse percentual na faixa de 30 a 39 anos, com 51,7%.

As amarelas passam de uma taxa de 43,7% na faixa dos 18 aos 19 anos para 76,8% na faixa seguinte. Se atentarmos para os dados an-

teriores, poderemos compreender melhor essa especificidade: as amarelas só apresentam altos índices de participação na faixa de maior escolaridade, as com nove anos de estudo ou mais, com 65,8%, o que nos permite supor que as mulheres desse grupo de cor tendem a entrar na força de trabalho quando já atingiram o nível superior.

Outro dado relevante é que é na faixa dos 25 aos 29 anos – em geral aquela em que as mulheres tendem a sair do mercado de trabalho para casar ou ter filhos – que as mulheres pretas apresentam seu maior percentual de participação, com 60,2%. Já na faixa seguinte, 30-39 anos, quando a taxa de participação feminina aumenta para todos os grupos, as mulheres pretas sofrem ligeira queda, apresentando um índice de 58,8%. A partir dessa faixa, com a taxa de participação declinante para todas as mulheres, somente as pretas e amare-

GRÁFICO 2
População feminina economicamente ativa,
segundo a idade e a cor



Fonte: PNAD de 1987 (ver Tabela B no Anexo).

las na faixa dos 40-49 anos apresentam índices superiores a 50% (de 54,6% e 51%, respectivamente).

Taxas de participação e os ramos de atividade

Entre os diversos ramos de atividade, a prestação de serviços aparece como um ramo que absorve os maiores percentuais da força de trabalho feminina para todos os grupos de cor, exceto o grupo amarelo, com destaque para os grupos preto e pardo: mais da metade das mulheres pretas (51,3%) está ocupada no setor. Os outros setores que absorvem parcela significativa da força de trabalho feminina, embora com comportamento diferenciado para os grupos de cor, são o social (saúde e educação) e o agrícola.

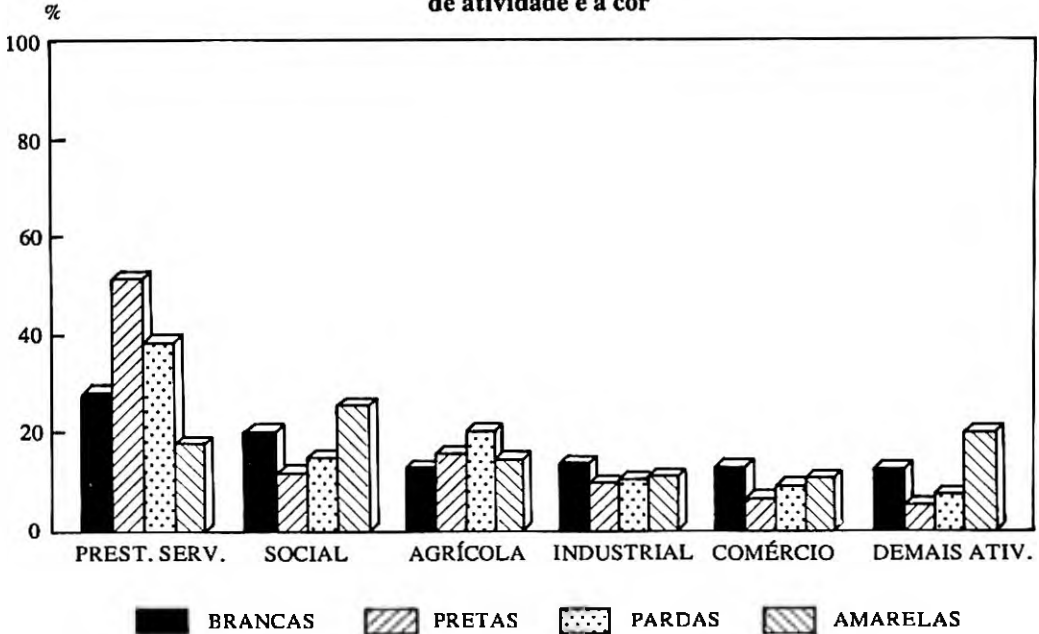
Enquanto as mulheres brancas e amarelas têm presença importante nas atividades so-

ciais, 19,9% e 25,1%, respectivamente, as pretas e pardas apresentam menor participação, com taxas de 11,5% e 14,4%. Já nas atividades agrícolas, são estas que apresentam maior percentual, com 15,5% para pretas e 19,8% para pardas, em contraponto às brancas e amarelas, com 12,7% e 14,3%, respectivamente.

A indústria de transformação e o comércio de mercadorias também manifestam percentuais significativos de participação feminina. Quanto ao engajamento dos diversos grupos de cor nesses ramos de atividade, as pretas e as pardas têm menor participação em relação às outras - respectivamente de 9,6% e 10,4% na indústria de transformação e 6,5% e 9,2% no comércio de mercadorias.

Na verdade, repete-se aí o mesmo padrão de concentração da força de trabalho feminina em determinados ramos de atividade, observando-se, entretanto, que nos setores urbanos

GRÁFICO 3
População feminina economicamente ativa, segundo os ramos
de atividade e a cor



Fonte: PNAD de 1987 (ver Tabela C no Anexo).

a população preta e parda se concentra na prestação de serviços, enquanto aquelas pertencentes aos outros grupos de cor se distribuem de forma mais homogênea pelos outros ramos de atividade.

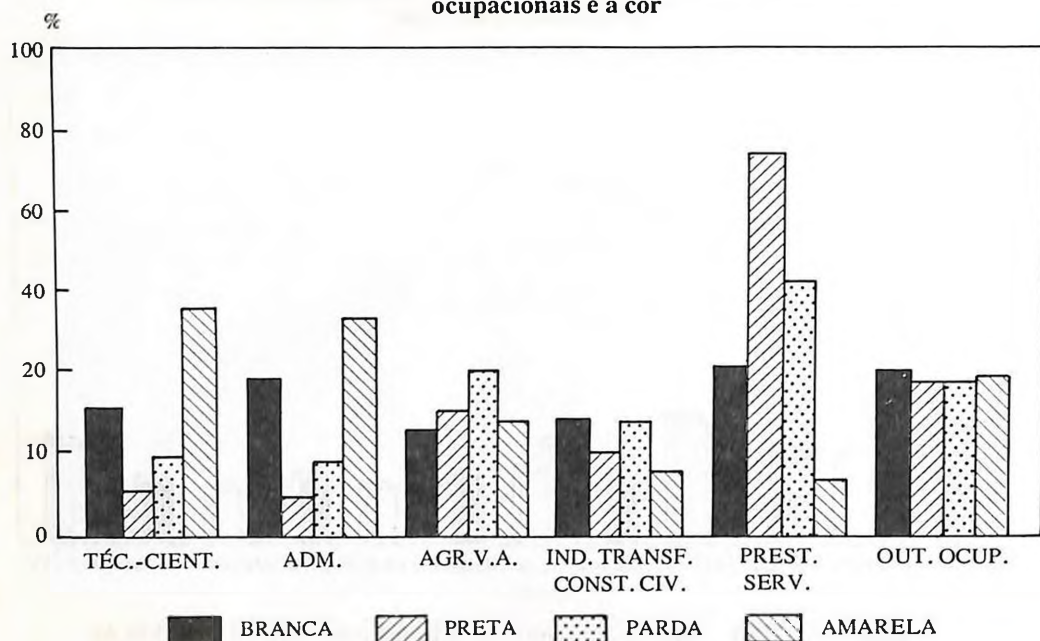
Os grupos ocupacionais

Se considerarmos os grupos ocupacionais em que as mulheres estão alocadas, observaremos o mesmo padrão de comportamento, com a parcela preta e parda da força de trabalho altamente concentrada na prestação de serviços, com 46,9% para as primeiras e 30,9% para as últimas. Em seguida, temos esse grupo bastante representado nas ocupações agropecuárias e na produção extrativa vegetal e animal, com 14,8% e 19,4%, respectiva-

mente. Já as mulheres brancas se encontram bem representadas na prestação de serviços (20,4%) e nas ocupações administrativas (18,6%), enquanto as amarelas apresentam um comportamento peculiar, concentrando-se nas ocupações do topo da hierarquia: as técnicas, científicas e assemelhadas (27,6%) e nas administrativas (26%).

É na representação de pretas e pardas nessas últimas ocupações que podemos ter uma idéia de como a introdução de um corte racial ajuda na compreensão do comportamento da força de trabalho feminina. São as mulheres desses grupos de cor que apresentam as menores taxas de participação seja nas ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas, seja nas administrativas – as pretas com 5,3% e 4,7% e as pardas com 9,5% e 8,8%, respectivamente.

GRÁFICO 4
População feminina economicamente ativa, segundo os grupos ocupacionais e a cor



Fonte: PNAD de 1987 (ver Tabela D no Anexo).

Os rendimentos

Os dados até aqui apresentados quanto à situação desvantajosa da inserção das mulheres pretas e pardas no mercado de trabalho ficam evidentes quando analisamos o rendimento mensal das mulheres. De fato, a cor irá afetar a sua situação de rendimento.

Na Tabela 1, podemos observar que mais de 50% das mulheres pretas e pardas recebiam até um salário mínimo em 1987; já as brancas e amarelas apresentam uma participação significativamente inferior nessas faixas salariais: 28,7% e 15,4%, respectivamente.

Apesar de todos os grupos de cor apresentarem uma queda a partir da faixa de dois salários mínimos, são as brancas e, principalmente, as amarelas que percebem os maiores percentuais, em detrimento das mulheres pretas e pardas.

Em suma, a análise dos dados da PNAD de 1987 corrobora a hipótese de que a cor funciona como um agravante nas dificuldades de inserção ocupacional das mulheres no mercado de trabalho.

Os dados de 1988²

Com os dados mais recentes das tabulações especiais da PNAD de 1988, veremos a situação do grupo feminino negro cem anos após a abolição. Esses dados dizem respeito à distribuição detalhada das ocupações que absorvem grande parte da força de trabalho feminina.

É na prestação de serviços que observamos serem as ocupações de menor prestígio – que requerem baixa escolaridade e determinam menores rendimentos – as de maior concentração de pretas e pardas: com 32,5% e 19,6%,

respectivamente no emprego doméstico; e 16% e 12,4%, como serventes, cozinheiras e lavadeiras/passadeiras. Nesses setores, as mulheres do grupo branco têm percentuais inferiores às mulheres pretas e pardas, com 12,7%, 7,6% e 1,7%, respectivamente (Tabela 2).

Por outro lado, as brancas estão mais representadas nas ocupações que exigem um pouco mais de escolaridade, algum treinamento e garantem rendimentos maiores: alfaiate e costureira, 5,9%; professor de 1ª à 4ª série, 4,8%; auxiliar de escritório, 5,4%. Nas

TABELA 1

Clases de rendimento mensal das mulheres, segundo a cor – 1987

CLASSES DE REND. MENSAL (SAL. MÍN.)	COR			
	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
Até 1/2	13,2	23,9	28,6	7,2
De 1/2 a 1	15,5	26,9	22,4	8,2
De 1 a 2	27,1	31,7	27,3	10,4
De 2 a 3	16,2	10,2	10,1	14,8
De 3 a 5	12,5	4,5	6,6	22,0
De 5 a 10	10,0	2,1	3,6	19,7
Mais de 10	5,5	0,7	1,4	17,7

Fonte: PNAD de 1987 (Tabela 9, p. 14, Volume 1).

TABELA 2

Distribuição ocupacional detalhada das mulheres, segundo a cor

OCUPAÇÃO	COR			
	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
Empregada dom.	12,7	32,5	19,6	3,7
Alfaiate/Cost.	5,9	3,3	4,9	6,7
Serv. coz., lav., pass.	7,6	16,0	12,4	1,7
Prof. 1ª a 4ª série	4,8	1,7	4,3	3,9
Aux. escritório	5,4	2,1	2,7	9,1
Vend., secr., recep.	8,9	2,2	5,1	11,0
Enf. não dipl.	1,7	3,0	1,8	-
Ocup. ambul.	1,6	1,8	1,6	0,6
Ocup. agrp./Ap. veg.	10,3	12,5	16,0	5,0
Comerc. cont. prop.	2,4	1,4	2,8	4,2
Outras	38,7	23,5	28,8	55,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1988.

ocupações que exigem a famosa *boa aparência* (secretárias, recepcionistas e vendedoras), encontramos também maior presença de brancas (8,9%), enquanto as pretas e as pardas apresentam participação bem menor, com 2,2% e 5,2%, respectivamente.

As ocupações agropecuárias constituem outra grande fonte de emprego feminino, demonstrando que a presença das mulheres no campo é bastante elevada. Isso nos leva a crer que, apesar do processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil, ainda existe uma grande massa de trabalhadores rurais, com os maiores índices para o grupo preto e pardo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados da PNAD de 1987 e das tabulações especiais da PNAD de 1988, segundo a distribuição setorial e ocupacional,

por cor, demonstra a existência de uma linha de cor no interior da parcela feminina da força de trabalho.

As mudanças ocorridas no processo de redistribuição das mulheres na estrutura ocupacional, ao longo da década de quarenta à década de oitenta, mostraram-se de forma diferenciada quando acrescentamos a variável cor. De fato, mesmo apresentando taxas superiores de participação, as mulheres negras são encontradas nos patamares inferiores da estrutura ocupacional, que requerem menor escolaridade e garantem baixos rendimentos.

Assim, para as mulheres negras, o processo de industrialização e urbanização não representou possibilidade de mobilidade muito significativa, em comparação com as brancas e amarelas. Ao saírem do setor primário, as mulheres negras se concentram nas ocupações mais baixas do setor terciário.

ANEXOS

TABELA A

Taxas de participação feminina na PEA, com 10 anos ou mais, segundo a cor e os anos de estudo*

ANOS DE ESTUDO	MULHERES				
	TOTAL	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
S/instr. até 1 ano	28,5	24,1	36,6	30,7	23,5
1 e 2 anos	28,5	26,8	35,2	29,3	21,1
3 e 4 anos	34,6	32,9	45,8	36,1	32,6
5 a 8 anos	39,5	38,1	52,8	40,7	22,1
9 anos ou mais	63,6	62,2	74,6	67,1	65,8
Total	38,6	38,6	44,5	37,5	42,5

(*) Excluindo os "Sem declaração".

Fonte: PNAD de 1987 (Tabela 7, p. 13, Volume 1).

TABELA B

Taxas de participação feminina na PEA, com 10 anos ou mais, segundo a cor e os grupos de idade

IDADE	MULHERES				
	TOTAL	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
10-14	11,3	10,8	13,7	11,8	6,2
15-17	38,1	37,8	45,3	37,6	26,6
18-19	48,2	49,3	52,5	46,2	43,7
20-24	52,9	54,0	59,6	49,7	76,8
25-29	49,9	51,2	60,2	45,7	74,2
30-39	52,7	52,6	58,8	51,7	58,1
40-49	47,4	46,5	54,6	47,8	51,0
50-59	33,0	29,9	44,7	36,5	32,5
60 ou mais	11,3	9,5	16,6	14,1	8,1
Ignorada	24,4	34,7	-	15,5	-
Total	38,6	38,6	44,5	37,5	42,5

Fonte: PNAD de 1987 (Tabela 6, p. 11-2, Volume 1).

TABELA C

Distribuição da PEA feminina por ramos de atividade e cor

RAMOS DE ATIVIDADE	MULHERES				
	TOTAL	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
Agrícola	15,4	12,7	15,5	19,8	14,3
Ind. transf.	12,2	13,5	9,6	10,4	10,8
Ind. constr.	0,4	0,5	0,3	0,4	1,5
Outr. ativ. ind.	0,5	0,5	0,4	0,5	1,1
Com. de mercad.	11,2	12,9	6,5	9,2	10,8
Prest. de serviços	33,0	28,1	51,3	38,2	17,7
Serv. aux. da ativ. econ.	2,5	3,2	0,8	1,6	4,7
Transp./Comunic. Social (Saúde e Educ.)	0,9	1,0	0,9	0,7	1,0
Adm. pública	17,4	19,9	11,5	14,4	25,1
Outras atividades	3,7	4,2	2,0	3,1	4,6
	2,8	3,5	1,2	1,7	8,4

Fonte: PNAD de 1987 (Tabela 11, p. 16, Volume 1).

TABELA D

Distribuição da PEA feminina por grupos ocupacionais e cor

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	MULHERES				
	TOTAL	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
Tec.-cient., art. e assemelhados	12,7	15,3	5,3	9,5	27,6
Administração	14,4	18,6	6,7	8,8	26,0
Agrp. e prod. ext. veg. e animal	14,9	12,3	14,8	19,4	13,5
Ind. transf. e const. civil	13,2	13,7	9,8	13,1	7,4
Comérc. e ativ. auxiliares	10,3	11,3	6,8	9,0	10,5
Transp./Comunic.	0,7	0,8	0,6	0,5	0,2
Prestação de serv.	25,6	20,4	46,9	30,9	6,6
Outras ocupações	8,2	7,6	11,1	8,8	8,2

Fonte: PNAD de 1987 (Tabela 13, p. 18-9, Volume 1).

NOTAS

1. Optamos por utilizar o termo negro para identificar a população preta e parda.
2. Os dados das tabulações especiais da PNAD de 1988 se referem ao percentual de mulheres em cada ocupação, dentro do seu grupo de cor. Essas ocupações foram escolhidas por serem as que empregam o maior contingente de mão-de-obra feminina, representando, em quase todos os grupos de cor, mais de 50% do emprego feminino, exceto para as amarelas. Por isso, a faixa "Outros" apresenta percentuais tão altos.

BIBLIOGRAFIA

- ANTHIAS, F. (1980). "Women and the reserve arm of labor: a critique of Verónica Beechey". *Capital and Class*, nº 10.
- BAIROS, L. (1991). "Mulher negra: reforço da subordinação". *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar.
- CARNEIRO, S. e SANTOS, T. (1985). *Mulher negra*. São Paulo, Nobel.

- HASENBALG, C. e SILVA, Nelson do Valle (1988). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj.
- HUMPRHEY, e HIRATA, M. (1983). "O processo de trabalho e reivindicações femininas". Anpocs, mimeo.
- LOVELL, P. (1992). "Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEAA, (22):85-98.
- MADEIRA, F. e SINGER, P. (1975). "Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil". *Cadernos Cebrap*. São Paulo, Cebrap/Brasiliense, nº 13.
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; ARAUJO, Tereza Cristina Nascimento; PORCARO, Rosa Maria (1987). "Repensando o lugar da mulher negra". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEAA, (13):87-99, março.
- SAFFIOTTI, H. (1981). "Industrialização e força de trabalho feminina". *Do artesanal ao industrial - a exploração da mulher*. São Paulo, Hucitec.
- SPINDEL, C. (1991). "A mulher frente à crise econômica dos anos 80 (algumas reflexões com base em estatísticas oficiais)". *IDESP*. São Paulo, nº 18.
- TELLES, Edward E. (1990). "Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEAA, (19):61-80, dezembro.

SUMMARY

Race, gender and the labor market

The objective of this study is to outline the situation of Black women in the labor market, using data from the 1987 IBGE Annual Household Survey to detect their distribution and the influence race has over their allocation. To this end we utilized quantitative studies of Black women and their participation in the labor market.

These studies outline feminine participation in the labor market by race, age, educational background,

and level of earnings as well as the distribution of women in different occupational groups. We also used data from the Detailed Occupation Distribution (1988 Census) to show which occupations are specifically feminine and to point out racial differences.

This data leads us to conclude that race introduces a division in the feminine labor force, channeling Black women into lower-level jobs with lower pay.

RÉSUMÉ

Race, genre et marché de travail

L'objectif de ce travail est de présenter la situation de la femme noire dans le marché de travail à partir des données de la PNAD (enquête nationale effectuée sur un échantillonage de domicile) de 1987 et d'essayer de détecter le lieu qui lui est destiné, ainsi que l'influence de la couleur dans son placement. Pour cela l'auteur a revu la littérature sur la femme noire basée sur des données quantitatives et celle qui traite de la participation de la femme dans le marché de travail.

Les données présentées montrent la participation féminine dans le marché de travail, par couleur, quant

à l'âge, l'éducation et le revenu, ou dans son insertion dans les groupes d'occupation et dans les branches d'activité. L'article présente aussi les données sur la Distribution d'Occupation Détaillée de la PNAD de 1988, dans le but de souligner les occupations spécifiquement féminines et ses différences par couleur.

Ces données permettent de conclure que la ligne de couleur introduit dans la partie féminine de la force de travail brésilienne une division racial qui place le groupe noir dans les occupations les plus basses et de pires revenus.



Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia*

Sheila Siqueira de Castro Faria**

* Pesquisa financiada pelo V Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA. Recebido para publicação em julho de 1992.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Esta pesquisa originou-se de indagações minhas sobre as grandes variações regionais em relação ao acesso de escravos ao casamento na Igreja Católica, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Dentro da aparente diversidade, creio que foi possível formar um quadro explicativo para o entendimento das diferenças não só regionais como também no tempo.

Os estudos sobre a escravidão no Brasil, apesar de ainda em número reduzido em relação a outras áreas escravistas, têm se preocupado com aspectos nunca antes questionados pelos que trataram do tema. Inovadores em certo sentido, tais estudos têm acompanhado as tendências historiográficas mais gerais relativas às Américas, principalmente no que diz respeito ao entendimento das dinâmicas internas coloniais, em detrimento dos determinismos externos unilaterais.

Pode-se considerar que essa tendência para observar o funcionamento interno colonial influenciou, entre outros aspectos, no redimensionamento das análises sobre as relações entre senhores e escravos, antes tidas como decorrên-

cia direta da vontade e atuação dos primeiros. A interpretação que considera o escravo como agente histórico ativo é relativamente recente no Brasil e é sob essa nova ótica que as fontes de pesquisa indicam pistas (nem sempre claras, é verdade) para a compreensão do mundo escravo. Este trabalho, desenvolvido nesse contexto, tem como objetivo contribuir para o entendimento da atuação dos cativos enquanto construtores, em conflito, de suas histórias de vida.

LEGITIMIDADE E ESCRAVIDÃO

Em uma petição enviada ao bispo visitador, em 1749, na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Capivari, Clemente, pardo, escravo de João José de Barcelos Coutinho, se expressou nos seguintes termos:¹

(...) que ele suplicante tendo-se unido em face da Igreja com sua esposa Rosaura do Desterro, que tendo [realizado] todas as di-

ligências que ordena o Sagrado Concílio Tridentino, assim esteve vivendo maritalmente em boa fé com ela sua mulher seis meses no fim do qual tempo os separou o seu Reverendo Pároco o Padre Manoel da Costa Moreira com o pretexto de um impedimento que pairão dizendo que uma escrava desta fazenda chamada Tereza jura que o requerente tivera antecedente ao matrimônio cópula ilícita com uma prima confirmada de sua consorte chamada Laureana e porque os suplicantes estão em boa consciência e verdadeiramente [illeg.] com sua esposa e padeça grave detrimento nesta separação em que estão vivendo há cinco meses (...).

São inúmeros os processos eclesiásticos envolvendo escravos que pretendiam se unir maritalmente ou manter um casamento, como no caso de Clemente e Rosaura. O que levava escravos a buscar o casamento na Igreja? O que os motivava a buscar instâncias superiores ao poder paroquial para continuarem casados? A visão que temos, hoje, do mundo (ou dos mundos) dos escravos é fragmentada e bastante nebulosa, principalmente depois que novos estudos vieram estremecer concepções amplamente aceitas, durante anos, pela historiografia brasileira (ver, especialmente, Slenes, 1988 e 1989; Fragoso e Florentino, 1987; Lara, 1988; e Chaloub, 1989).

Clemente, escravo, e Rosaura, cabra forra, ambos assistentes na fazenda de João José de Barcelos Coutinho, grande senhor de engenho da época, estavam em uma área onde o casamento e a família escrava eram práticas comuns. Eram, também, componentes de um grande plantel, o que se constituía numa especificidade. Nesse processo, a acusação foi de cópula ilícita com uma prima da oradora, o que evidencia uma ampla rede familiar que extrapolava a família nuclear.

Em um outro processo da mesma freguesia e envolvendo escravos desse mesmo plantel,

Henrique e Marcelina encaminharam pedido de dispensa de terceiro grau de consanguinidade, no ano de 1786, para poderem se unir legalmente. Tomásia e Maria eram irmãs. Da primeira, nasceu Francisca, mãe de Henrique, orador. Da segunda, nasceu Peregrina, mãe da oradora, Marcelina, todos escravos de João José. Num mesmo plantel, portanto, viviam escravos de uma família com pelo menos três gerações. Se supusermos que as irmãs Tomásia e Maria, avós dos oradores, também nasceram no plantel, pode-se pensar em até quatro gerações. A rede familiar era, evidentemente, extensa.²

O que salta aos olhos na leitura de processos como esses é a incapacidade de adaptar as informações contidas a afirmações historiográficas sobre a inexistência de relações familiares entre cativos. Poder-se-ia argumentar que, na realidade, existia a família, mas não sua legalização frente à Igreja. Outros dados, como se verá a seguir, colocam a questão da bastardia entre cativos em outros termos. Parto do pressuposto de que aos escravos interessava o casamento católico, mas dependiam de outras variáveis, principalmente as originadas dos interesses dos senhores, para realizar seus intentos.

Ao mesmo tempo, posso afirmar que o século XIX, longe de ser mera continuação do período anterior, teve inovações que tornaram seu perfil muito especial dentro da história do escravismo brasileiro, inclusive na perda do interesse dos escravos em buscar formas católicas de união matrimonial.

1 – Lugares da ilegitimidade no século XVIII

Quando eu pesquisava os registros paroquiais de batismos de escravos para a freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacases, no século XVIII – tendo encontrado taxas demonstrando que quase a metade dos batizados era de filhos de pais casados –, uma

frase do livro de Kátia Mattoso *Família e sociedade na Bahia do século XIX* me impressionou profundamente, pois contrariava o resultado de minhas pesquisas. Dizia a autora que os casamentos entre escravos "eram por certo tão raros que escaparam completamente a toda documentação que possuímos atualmente" (Mattoso, 1988, p. 112). Referia-se, obviamente, à Bahia do século XIX, mas dados de outras pesquisas pareciam indicar que tal situação era geral: Schwartz encontrou altíssima ilegitimidade para freguesias do Recôncavo Baiano, no século XVIII; Iraci Del Nero calculou em 98% a ilegitimidade em Vila Rica, em 1804; e Renato Pinto Venâncio somou 88,6% de filhos naturais na freguesia de São José, na Cidade do Rio de Janeiro, e 66,2% para a Freguesia da Sé, em São Paulo (Schwartz, 1988; Costa, 1979; e Venâncio, 1986).

Em princípio, portanto, achei que tinha encontrado somente uma grande exceção no que se referia à ampla prática de uniões legais entre cativos. O avanço da pesquisa indicou que estava enganada. Na verdade, os tipos de produção, as localizações das áreas, o tamanho dos plantéis e o período influíam, dependendo

de determinadas combinações, nas possibilidades de casamentos de escravos.

O Quadro 1 apresenta dados que demonstram as altas taxas de ilegitimidade em algumas freguesias brasileiras. Todas elas apresentaram taxas superiores a 66%, embora algumas diferenças ainda mais marcantes possam ser assinaladas. O que teriam essas áreas em comum? A resposta é simples: a proximidade de portos que recebiam africanos e de bispados.

As freguesias de Saubara, Rio Fundo e Monte se localizavam no Recôncavo Baiano e as de São José e Santa Rita, na cidade do Rio de Janeiro. Eram diferentes em termos de atividades. As de Rio Fundo e Monte, tipicamente açucareiras, com os maiores plantéis da região, tinham taxas de legitimidade maiores do que a de Saubara, caracterizada por um misto de atividade açucareira e lavouras de mandioca, com plantéis de pequeno porte.

A entrada de africanos possibilitava aos senhores uma renovação dos plantéis, através da incorporação de novos elementos e, provavelmente, da venda dos que já não lhes serviam. Não poderiam, por isso, sujeitar-se a empeci-

QUADRO 1

Legitimidade de escravos em algumas freguesias brasileiras (século XVIII)

PARÓQUIA	PERÍODO	ILEGÍTIMOS (%)	LEGÍTIMOS (%)	REGISTRADOS ANALISADOS
Saubara (BA)	1723-4	90,3	9,7	31
Rio Fundo (BA)	1780-1 e 1788	66,6	33,4	47
Monte (BA)	1788-9	73,7	26,3	57
São José (RJ)	1751	83,6	15,4	104
	1791-1795	88,6	11,4	866
Santa Rita (RJ)	1760	89,0	11,0	82

Fontes: Para a Bahia, Schwartz, 1988; para o Rio de Janeiro, Venâncio, 1986; Freguesias de São José, 1751, e Santa Rita, 1760 (ver Fontes Manuscritas).

lhos pela existência de famílias legalmente constituídas.

As freguesias da cidade do Rio de Janeiro, muito mais do que estarem situadas em um grande porto, tinham as atividades urbanas como base econômica, evidenciando pequeno número de escravos por proprietário. Efetivamente, nos anos que analisei, foram poucos os senhores que tiveram mais de um escravo batizado. A interdição, nesse caso, era relativa à impossibilidade de casamentos de escravos de plantéis diferentes.

2 - Impedimentos senhoriais

O grande impedimento à realização dos matrimônios se relacionava à união legal de escravos de plantéis diferentes. Nos registros paroquiais de batismos de várias freguesias, os casais eram, na esmagadora maioria dos casos,

de um mesmo dono, chegando algumas a não registrar um casal sequer de senhores diferentes (Quadro 2). A interferência dos senhores era nítida e existia desde pelo menos o século XVII, como mostram os dados da freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara, que teve 97,1% dos casais pertencentes a um mesmo senhor. As determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707,³ que prescreviam liberdade de escolha e de casamento entre escravos, só conseguiram piorar a situação, já que em nenhuma das outras freguesias citadas o percentual de casamentos interplantéis superou o de São Gonçalo no século XVII.

As explicações para a proibição parecem óbvias. Segundo Schwartz, "não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre

QUADRO 2

Casamentos de escravos interplantéis - freguesias do Sudeste (séculos XVII e XVIII)

FREGUESIAS	ANOS	Nº CASAIS	% CASAIS DE MESMO DONO
São Gonçalo (Recôncavo da Guanabara)	1645-1668	481	97,1
São Salvador (Campos dos Goitacases)	1753-1788	1.916	98,3
São Gonçalo (Campos dos Goitacases)	1771-1786	569	98,3
N. Sra. das Neves (Macaé)	1798-1809	334	99,1
N. Sra. da Conceição de Marapicu (Nova Iguaçu)	1760-1765	73	100,0
Jacarepaguá	1754-1755	55	100,0
	1784	48	100,0

Fontes: Registros paroquiais de batismo de escravos (ver Fontes Manuscritas).

tratamento humano e direitos de propriedade” (Schwartz, 1988, p. 313).

Podem-se acrescentar inúmeros outros problemas, não só para senhores como para escravos, principalmente se considerarmos que a fortuna, na colônia, era bastante instável. A população livre era essencialmente migrante e os escravos eram, mais do que tudo, um bem que acompanhava o dono para onde ele fosse. Facilmente descartáveis, apesar de muito cobiçados, eram o primeiro alvo dos credores na liquidação de dívidas. Ao mesmo tempo, podemos imaginar que, a exemplo de vários casos citados por Schwartz, os cativos não se resignariam com facilidade ao afastamento de sua família, mesmo não sendo legalmente casados.⁴

Se até os não-casados reivindicavam a companhia da família, que se diria dos legalmente unidos? Com certeza era do conhecimento de todos a existência de instâncias que, caso fossem acionadas, poderiam interferir na relação com os senhores. A Igreja representava um campo teoricamente neutro no conflito.

Acrescente-se a isso a indisposição do escravo para o trabalho caso estivesse descontente com uma situação que sabia ser do seu

direito, segundo as próprias normas dos homens livres. Em suma, era problemático demais deixar brechas legais que possibilitassem aos cativos questionar o poder de mando dos senhores.

O casamento de escravos com livres/forros foi mais bem visto pelos senhores. Deve-se ressaltar que só havia casos, nos registros de batismo agora analisados, de mães escravas com homens livres/forros, já que era a mulher a transmissora da condição de cativo. Filhos de escravos com mães livres/forras eram registrados em livros de livres. Em todas as freguesias analisadas, o número de mulheres casadas com livres/forros foi sempre maior do que com escravos de outros donos (Quadro 3).

Os registros de casamento, por outro lado, que contemplavam ainda mais os casais que não tiveram filhos, apontam dados também representativos. Em 2.244 registros de casamentos da paróquia de São Salvador dos Campos dos Goitacases envolvendo escravos, entre os anos de 1733 e 1802, 96 foram casamentos entre livres/forros e escravos. O número reduzido, representando somente 4,2% do conjunto, não espelha a realidade, já que havia 138 casamentos envolvendo um dos

QUADRO 3

Casamento de escravos interplantéis – freguesias do Sudeste (séculos XVII e XVIII)

FREGUESIA	ANOS	ESCRAVOS DE MESMO DONO	ESCRAVOS DE DONOS DIFEREN.	ESCRAVOS E LIVRES/FORROS
São Gonçalo (Guanabara)	1645-1668	442 (91,9%)	14 (2,9%)	25 (5,2%)
São Salvador (Campos)	1753-1788	1.751 (91,4%)	33 (1,7%)	132 (6,9%)
São Gonçalo (Campos)	1771-1786	569 (94,5%)	10 (1,7%)	23 (3,8%)

Fontes: Registros paroquiais de batizado de escravos (ver Fontes Manuscritas).

cônjuges escravos nos livros de casamentos de livres, no mesmo período e na mesma paróquia. Tomando-se a soma desses dados, o total sobe para 234, ou 9,2%. Em resumo, quase 10% dos casamentos de escravos eram com livres/forros, o que considero bastante significativo.

Pode-se entender, com facilidade, o casamento de escravos com mulheres livres em termos familiares, já que seus filhos nasceriam livres. Eram, entretanto, minoria: 43,2% dos matrimônios ocorriam entre homens escravos e mulheres livres/forras; 56,8% o eram entre escravas e homens livres/forros. Mais difícil, e considerando que era a relação predominante, é entender os motivos que levavam livres/forros a terem filhos escravos. Embora nada de definitivo se possa ainda afirmar, creio que algumas hipóteses podem ser levantadas: a primeira seria a presença do amor ou de preferências sexuais fortes; a segunda, e talvez a mais provável, seria o interesse de alguns homens, despossuídos, em ter acesso às terras dos donos das escravas; uma terceira, mas pouco convincente, poderia ser a existência de um mercado matrimonial restrito na população livre, com uma menor proporção de mulheres livres e disponíveis para o casamento.

A maior predisposição dos senhores a aceitar essas uniões pode ser atribuída à ausência relativa de problemas no caso de venda ou de mudanças no local de moradia dos escravos. Ao mesmo tempo, haveria interesse na ampliação do poder pessoal pela anexação de mais dependentes. Além disso – e talvez mais importante ainda –, alinhe-se o fato de os senhores poderem transferir a outros a responsabilidade de subsistência de alguns cativos e de sua prole.

A situação acima descrita não induz, entretanto, a que cativos de plantéis diferentes não se relacionassem. Muito ao contrário. O intercurso sexual e social entre eles era inten-

so, mesmo envolvendo escravos de grandes plantéis (Faria, 1992).

Os registros paroquiais da freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara, no século XVII, anteriores à tentativa de normatização das Constituições Primeiras, são absolutamente esclarecedores sobre o comportamento sexual e social dos escravos. Neles, a mulher solteira tinha a possibilidade de nomear o pai de seu filho. Havia três formas de identificação dos pais:

- 1) referência explícita à relação matrimonial sancionada pela Igreja (“casada com”, “mulher de” e, literalmente, “filho legítimo de”);
- 2) indicação do pai que não era marido (a forma era, via de regra, a seguinte: “João, filho de Maria, escrava de Manoel da Silva, que nomeou por pai Joaquim, escravo de José Dantas”);
- 3) referência só à mãe (quase sempre, nesse caso, o pai era designado como “incógnito”, obedecendo mais ou menos à seguinte forma: “Manoel, filho de Tereza, escrava de João de Abreu, e de pai incógnito”).

Em 996 registros, 373 batizando tiveram seus pais nomeados. Destes, 35,6% eram escravos de outros donos, situação radicalmente diferente dos legalmente constituídos, que contavam com somente 2,9% nas mesmas condições. Em relação a livres/forros, a diferença também era expressiva: 39,7% das mães nomearam pais livres/forros, enquanto 5,2% dos filhos legítimos possuíam pais livres/forros. Em resumo, 75,3% das mulheres solteiras tinham filhos com pessoas de fora do plantel, enquanto as casadas o tinham em somente 8,1% dos casos.

Nenhuma outra freguesia no século XVIII trouxe dados sobre os pais dos filhos naturais. A partir daí, havia a necessidade da declaração expressa do pai para a perfilhação. O poder de publicação da paternidade, muitas vezes inde-

sejável para o homem, foi perdido, o que para nós, historiadores (e creio que para as mulheres da época também) constitui grande perda.

Podemos perceber, de qualquer forma, as relações dos escravos por outros indícios. O compadrio é um deles. Em trabalho anterior (Faria, 1991), concluí que na freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara, no século XVII, os padrinhos e madrinhas de filhos legítimos eram, na sua grande maioria, escravos (85,7%); os batizados com pais nomeados eram escravos em 67,6% dos casos; já as mães solteiras tinham 53,4% de padrinhos escravos. No século XVIII, na freguesia de São Gonçalo dos Campos dos Goitacases, ocupada por grandes unidades escravistas, os filhos legítimos tiveram número expressivo de padrinhos escravos, 63,3%, embora só 29,1% fossem do mesmo plantel. Já as mães solteiras escolheram escravos em menos da metade dos casos, 40,5%. Na paróquia de São Salvador, em Campos, entre os anos de 1753 e 1788, 14,2% dos padrinhos de todos os batizados eram escravos do mesmo dono, enquanto 42% o eram de donos diferentes e 43,8% eram livres/forros.

Todos esses dados vêm demonstrar que as relações de compadrio eram definitivamente escolhidas pelos escravos entre as pessoas de fora dos seus plantéis, com forte e acentuada incursão no universo livre, principalmente em relação às mães solteiras. Apesar do evidente obstáculo imposto ao casamento interplantéis, o intercuro sexual era intenso e, em alguns casos, bastante duradouro, já que as mães escravas que, no século XVII, nomearam os pais de seus filhos o fizeram, em muitos casos, mais de duas vezes.

Escolher parceiros e compadres, creio, era da alçada dos escravos, mas nas condições impostas pelos senhores: liberdade de legalização das uniões nos relacionamentos internos e de relações sexuais e de compadrio com os de fora, escravos ou livres/forros. A interferência na vida dos cativos se resumia, portanto, ao

intuito de barrar a intromissão de terceiros na relação com seus cativos. O confronto e a adequação de interesses deveriam se restringir ao particularismo do cotidiano da vida dos envolvidos. Ao mesmo tempo, pode-se considerar que, mesmo no embate pessoal, inúmeras vezes os senhores tiveram que anuir aos desejos de seus escravos como estratégia de dominação.

3 - Lugares da legitimidade no século XVIII

Participar dos ritos e cerimônias católicas, principalmente do batismo e casamento, era fundamental para os escravos, enquanto tentativa de preservação de espaços conquistados no cotidiano. Representava, mesmo para os cativos, garantia de reconhecimento e de poder de barganha social. Sem essas condições, mínimas, os prejuízos seriam sem dúvida imensos. Parto do pressuposto, portanto, de que para os escravos era muito importante a constituição de famílias, de preferência nos moldes da legalidade dominante, ou seja, com as bênçãos da Igreja Católica. Em determinadas situações, entretanto, isso lhes foi vedado. O principal empecilho, indiscutivelmente, eram as barreiras impostas pelos senhores, que se tornavam ainda mais fortes em determinadas regiões.

A presença de bispados deve ter produzido maior interferência da Igreja na vida particular de escravos e seus senhores. O casamento de cativos na Igreja permitia que terceiros intercedessem por eles frente ao senhor, inclusive em relação à sua prole. Poderiam, por exemplo, reclamar que o senhor não permitia que tivessem vida marital normal, o que provocaria questões. Os casais não poderiam ser vendidos separadamente, assim como seus filhos menores. Ao senhor não interessava a intromissão da Igreja nos seus assuntos de cativo.

Já em áreas distantes de bispados, as visitas religiosas eram muito menos freqüentes e

os párocos possuíam maior liberdade na oficialização dos ritos e no atendimento dos interesses dos senhores locais, principalmente no que se referia a fechar os olhos a práticas teoricamente condenáveis. Era mais fácil aos senhores, por exemplo, vender separadamente escravos casados. A interferência de terceiros, nesses casos, atenderia a rivalidades pessoais, mais facilmente contornáveis com os *naturais* do que com clérigos estranhos, descompromissados com a comunidade e imbuídos de um espírito legalista.

O Quadro 4 apresenta freguesias rurais relativamente distantes de portos e de bispados, todas com mais de 40% de filhos legítimos; algumas chegavam a contar com mais de 83% de filhos de escravos casados, o que é uma proporção impressionante se comparada até mes-

mo com a de livres de regiões já estudadas. É bastante pertinente o fato de ter sido a freguesia de Santo Antônio de Jacarepaguá, bem próxima da cidade do Rio de Janeiro, a responsável pelas menores taxas de legitimidade entre todas as áreas agrárias.

Percebe-se, portanto, que a freguesia de São Salvador, tida inicialmente por mim como a grande exceção no mundo escravista, estava dentro de um contexto que pode ser explicado com base nas variáveis apresentadas.

Em São Paulo, a freguesia da Sé registrou, de 1760 a 1765, 33,8% de filhos legítimos, enquanto Vila Rica, em Minas Gerais, em 1804, possuía somente 2% (Venâncio, 1986; Costa 1979). A região das minas era particularmente pouco propícia ao casamento não só de escravos como também de livres. O crescente e

QUADRO 4

Legitimidade de escravos em freguesias rurais do Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)

PARÓQUIA	PERÍODO	ILEGÍTIMOS (%)	LEGÍTIMOS (%)	NÚMERO DE REGISTROS
São Salvador (Campos)	1753-1800	53,6	46,4	8.284
São Gonçalo (Campos)	1771-1786	54,1	45,9	1.314
Nossa Sra. Neves (Campos)	1798-1809	13,2	86,8	385
São Gonçalo (Guanabara)	1645-1668	52,5	47,5	996
Marapicu (N. Iguaçu)	1760-1765	16,1	83,9	87
	1767-1768	40,0	60,0	70
Jacarepaguá (RJ)	1754-1755	58,0	42,0	119
	1784	62,5	37,5	48
	1796-1799	59,9	40,1	254
	1804	47,8	52,3	23

Fonte: Registros paroquiais de batizados de escravo (ver Fontes Manuscritas).

contínuo fluxo populacional, até mesmo em incios do século XIX, impedia o estabelecimento de relações mais estáveis. Cidades ou vilas, caracterizadas por plantéis de pequeno porte, também eram lugares de poucos casamentos entre escravos, independentemente da região, mas as taxas nunca eram tão baixas quanto nas portuárias e, principalmente, mineradoras.

Tendo em vista os dados apresentados, concluo que se pode estabelecer, para os séculos XVII e XVIII, que o casamento entre escravos na Igreja só era possível entre membros de um mesmo plantel. Tendo esse parâmetro como base, podemos agregar outras variáveis que dificultavam a legalização das uniões, em particular as que dizem respeito à localização dos plantéis em áreas mineradoras, onde o fluxo populacional era intenso; em zonas portuárias e sua hinterlândia, recebedoras de africanos, onde a renovação e a ampliação dos plantéis se davam basicamente pela substituição física dos escravos; em centros urbanos, onde predominavam plantéis de pequeno porte; e, por último, nas regiões próximas a bispados, já que a possibilidade de interferência de autoridades religiosas destoantes das práticas locais era mais provável.

Nas áreas agrárias distantes de centros mineradores, portos e bispados, e posso afirmar que eram a grande maioria, predominou só a regra de proibição de casamentos interplantéis, sendo que em algumas os casamentos e a estabilidade das uniões eram requisitos básicos para o desenvolvimento das atividades econômicas, como no caso das que tinham atividades madeireiras e pecuaristas (Faria, 1991).

4 – Possibilidades de acesso ao casamento legal

Surpreendeu-me a composição étnica dos escravos que casaram na capitania da Paraíba do Sul entre os anos de 1733 e 1802. Foram realizados 2.244 matrimônios e, destes, a

grande maioria (81%) envolvia negros de origem africana. Não foi um fenômeno isolado. Numa amostra bem menor, mas significativa, de 79 casamentos da paróquia de São Gonçalo (Recôncavo da Guanabara) entre os anos de 1736 e 1739, 84% dos cônjuges eram naturais da África. Qual o motivo de africanos estarem mais propensos ao casamento na Igreja do que os crioulos?

Em primeiro lugar pode ser considerado um dado demográfico: os africanos eram um pouco mais numerosos do que os crioulos na região, em particular porque era uma área onde se montava a agroindústria açucareira. A expansão agrícola, via de regra, realizava-se através da utilização de mão-de-obra de origem africana. Mais numerosos, casavam proporcionalmente mais. Em uma amostra de 224 inventários *post-mortem* do século XVIII, entretanto, calculei 54% de africanos nos plantéis da região. A desproporção, portanto, não explica por si só os 81% de casamentos de africanos.

Esses casamentos evidenciaram a predominância do que podemos chamar de endogamia: angola casava com angola, mina com mina, guiné com guiné, e assim por diante. Dentro do padrão ocidental que lhes foi imposto, a legalização dos matrimônios era uma estratégia possível para tentar fazer com que os senhores respeitassem grupos familiares africanos. Os negros, habilmente, utilizaram o código social e ritual do homem branco para ter condições de estabilizar sua organização familiar.

No caso dos crioulos, a situação se complicava. Poderiam ter, no casamento com outros, a mesma origem, mas ter cor diferente. A cor, no Brasil, tinha um significado importante, já que afastava ou aproximava indivíduos da condição de cativo. Para crioulo, portanto, encontrar parceiros dependia também da cor como uma variável a ser considerada.

Os casamentos mistos eram mais frequentes do que entre africanos, mas as tendências gerais também eram endogâmicas: cabras com

cabras, mulatos com mulatos e assim por diante. Também era freqüente o casamento de pardo com pardo, mas o termo *pardo* não era uma referência à cor.⁵ A expectativa de crioulos/pardos era a de encontrar parceiros ainda mais distantes da condição de cativo, principalmente entre libertos e livres.

Um outro fator vinha complicar ainda mais a possibilidade de escolha de cônjuge dentro do mesmo cativeiro: a família. Nascidos provavelmente no mesmo plantel em que viviam no momento de casar, muitos deveriam estar interditados, para eles, não só pelas regras canônicas como, muito provavelmente, pelo sistema de parentesco de origem africana, tornando ainda mais complexa a escolha.

Os crioulos, portanto, casavam menos porque lhes era mais difícil encontrar parceiros: seus companheiros de cativeiro eram africanos, com tendências endogâmicas, ou, o mais comum, parentes próximos. Quando encontravam, de outros donos, o matrimônio estava impossibilitado por imposição senhorial. Respondiam, então, com a ilegitimidade.

Em 1798, foram batizadas 342 crianças na paróquia de São Salvador dos Campos dos Goitacases. Dessas, 49,4% eram filhas legítimas. As africanas foram as responsáveis diretas por essa proporção, já que em 60,4% dos casais a mulher era da África. As crioulas somavam só 18,9% entre as casadas e 20,7% eram indeterminadas. Foram as crioulas que mais tiveram filhos ilegítimos: quase 60% (59,5%) eram mães solteiras, enquanto entre as africanas uma proporção menor, 50,7%, não era casada.

No mundo livre, as forras tinham mais dificuldades para se casar do que as que sempre foram livres. O mercado matrimonial era parcialmente restrito na população livre e as mulheres forras se viam com problemas para conseguir parceiros estáveis. Os homens forros eram em menor número do que as mulheres, enquanto os livres - pardos e brancos - não tendiam a desposá-las com freqüência,

tendo em vista relações mais vantajosas.⁶ O casamento com escravos era uma solução mas, apesar de ter ocorrido muitas vezes e de o número de escravos ter sido, via de regra, maior do que o de mulheres cativas, não era uma situação desejada. O celibato era, então, o resultado mais comum, com eventuais gestações ilegítimas.

Já as mulheres de algum antepassado escravo, e que nos registros paroquiais foram indicadas como pardas livres, casavam numa proporção só comparada à das brancas. As descendentes de escravos, mas que nunca haviam sido cativas, tiveram entre 83,2% e 92,3% de filhos legítimos, já que as brancas somaram entre 90,1% e 97,9%. Os filhos de forras eram legítimos em, no máximo, 66,6% dos casos (Quadro 5). Esses números deixam claro que escravos e seus descendentes tentaram, tanto quanto lhes foi possível, regularizar a situação conjugal segundo os padrões dos grupos dominantes.

A primeira impressão que se nos apresenta é a de que tanto africanos quanto pardos livres deixaram de lado os costumes africanos de casamento. Creio que esse *aculturamento* pode ser relativizado. O negro africano estava numa situação imposta unilateralmente e a sua atuação enquanto grupo estava comprometida pela retirada abrupta do lugar de origem. Refazer as relações originais num contexto totalmente diferente era impossível e o que se produziu no contato com uma cultura absolutamente estranha variou de região para região e conforme as reminiscências africanas.

Ao se casarem, escravos e seus descendentes tinham em vista objetivos específicos, e não apenas a sacralização de um matrimônio. Antes, buscavam um reconhecimento social. Além disso, através do matrimônio havia a possibilidade de intervenção de terceiros na relação com o senhor. A Igreja impedia (teoricamente, pelo menos), por exemplo, que escravos casados e seus filhos menores fossem separados (por venda ou qualquer outra situa-

QUADRO 5

Legitimidade em relação à condição social das mães – freguesias do Sudeste (séculos XVIII e XIX)*

FREGUESIAS	MÃES		BRANCAS		PARDAS LIVRES		FORRAS	
	LEG.	(%)	LEG.	(%)	LEG.	(%)	LEG.	(%)
São Salvador	7.201	92,8	240	92,3	737	66,6		
N. Sra. das Neves	104	93,5	18	90,0	4	50,0		
Jacarepaguá	32	94,1	5	83,3	4	40,0		
Marapicu**	142	90,1	-	-	24	57,1		
São Gonçalo**	281	97,9	-	-	3	100,0		

(*) Os cálculos para a elaboração desse quadro foram feitos em relação aos filhos legítimos ou naturais das mães nas condições mencionadas. Lê-se, por exemplo: 92,8% das mães brancas da freguesia de São Salvador tiveram filhos legítimos.

(**) Não houve a referência "parda livre" nesses registros. Provavelmente essas mulheres foram consideradas como livres.

Fontes: Registros de batizado de livres (ver Fontes Manuscritas).

ção). Pregava, também, que escravos casados tinham direito à vida marital, ou seja, deveriam morar juntos. Tentar garantir esse mínimo de condições para a vida familiar se tornava importante para os escravos. Os párocos com frequência intervinham como mediadores entre escravos e senhores em conflito e a possibilidade de contar com um intermediador era, em suma, um dado que não deveria ser negligenciado.

Os dados conjugados apontam para o fato de que o casamento na Igreja Católica era, para todos os grupos sociais, uma prática corriqueira e desejada. Quando fosse possível, era realizado. A diferença existente entre os diversos segmentos da população em relação ao matrimônio legal se resumia na menor ou maior dificuldade de encontrar parceiros escolhidos por eles próprios ou por seus grupos familiares. Aliás, o casamento religioso possuía um sentido profundo na sociedade da época que ainda precisa de mais dados para ser completamente entendido.

5 – A especificidade do século XIX

O século XIX trouxe modificações fundamentais na vida da colônia brasileira. A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, os tratados com a Inglaterra daí decorrentes, em 1810, e as abolições do tráfico negreiro, em 1831 e 1850, mudaram o panorama colonial preexistente. Nos tratados, já havia uma tentativa da Inglaterra em restringir o tráfico, o que conseqüentemente reduziria a oferta de escravos no Brasil.

A Igreja elaborou leis que impediam, teoricamente, a separação de casais e de seus filhos, interferindo, dessa forma, na relação senhor-escravo. Num período em que a oferta de mão-de-obra era razoavelmente facilitada, essa interferência não significava muita coisa, principalmente em lugares distantes dos bispados. No entanto, quando houve a possibilidade de restrição da entrada de africanos, a situação mudou – e bem rapidamente. Muitos senhores

perceberam tal problema, principalmente após a lei de 1831.

Apesar de essa lei não ter sido efetivada na prática, os contemporâneos não sabiam disso, com certeza tomando, aí sim, medidas drásticas e restritivas quanto ao casamento dos escravos. A abolição efetiva do tráfico, em 1850, mesmo podendo ser outra vez uma lei *só para inglês ver*, cristalizou o processo de interferência direta dos senhores na vida particular dos negros cativos. Não se podia mais admitir que houvesse a possibilidade de a Igreja interferir, em hipótese alguma, nas relações com seus escravos. O mercado de escravos interprovincial, e mesmo intraprovincial, se intensificou, já que os senhores não dispunham mais da oferta externa.

No século XIX, as diferenças regionais encontradas nas taxas de legitimidade entre escravos tenderam a desaparecer. Em todas as regiões brasileiras, até mesmo nas possuidoras de alta legitimidade, as taxas passaram a ser decrescentes, com raríssimas exceções. Para isso, há que considerar, contribuiu a atitude dos escravos nessa grande modificação. Na primeira metade do século XIX, podemos dizer que houve verdadeira enxurrada de africanos entrados no Rio de Janeiro basicamente em direção às áreas cafeeiras. A população crioula diminuiu, em termos proporcionais, ao mesmo tempo que aumentou a influência de práticas africanas no cotidiano dos cativos, principalmente nos grandes plantéis, justo aqueles com mais possibilidades de terem casais legalmente unidos. A separação do cotidiano de escravos e livres, nas áreas de grandes produções, foi mais demarcada.

No Norte Fluminense, no século XVIII, os escravos habitavam geralmente o mesmo lugar de seus senhores, quase não havia senzalas. No século XIX, quando a agroindústria canavieira se tornou a atividade principal, enriquecendo homens e possibilitando a criação de grandes plantéis de escravos africanos, as senzalas se

tornaram comuns, até mesmo para os senhores menos abastados que, no século anterior, jamais pensariam em tê-las (Faria, 1992). Diferenciando-se os espaços, tornou-se menor o grau de contato e de influências culturais em ambas as direções. Tudo indica, portanto, que para os escravos o casamento na Igreja deixou de ter o significado que possuía anteriormente.

Nas regiões cafeeiras, a presença maciça de africanos, quase todos de um mesmo grupo étnico, possibilitou, além de inúmeros outros indícios, que Robert Slenes percebesse a formação do que chamou de uma "protonação banto" (Slenes, 1991-1992). Nessas áreas, a separação de escravos e livres parece ter sido muito mais dramática do que em outras, de ocupação mais antiga. Prevaleceram, acredito, os ritos africanos.

Não nos devemos, também, esquecer do perverso padrão demográfico do tráfico africano, que, ao despejar muito mais homens do que mulheres, restringia o mercado matrimonial para os homens, ao mesmo tempo que permitia maiores possibilidades de escolha para as mulheres (Florentino, 1991).

Tudo indica que também a Igreja Católica se tornou mais ciosa dos procedimentos para regulamentar as práticas religiosas da população, principalmente a livre. Há referências de que os entraves burocráticos à realização de casamentos se tornaram mais intensos na virada do século XVIII para o XIX (Silva, 1984). O Quadro 6 permite a visualização das proporções nas freguesias do século XIX. São absolutamente semelhantes, em contraste com as grandes variações do século anterior. O escravo deixou praticamente de ter acesso ao casamento religioso.

Na freguesia de São Salvador, na primeira metade do século XIX, a exemplo do que ocorreu em muitas outras, a entrada maciça de africanos foi impressionante. Em 1830, foram realizados 1.471 batizados, dos quais 1.059, ou

QUADRO 6

Legitimidade de escravos em algumas freguesias brasileiras (século XIX)

PARÓQUIA	PERÍODO	ILEGÍTIMOS (%)	LEGÍTIMOS (%)	REGISTROS ANALISADOS
São Francisco (BA - vila)	1816	100,0	0	21
São José (RJ - cidade)	1825	93,9	6,1	247
	1845	94,9	5,1	172
	1865	100,0	0	84
Santa Rita (RJ - cidade)	1817	93,2	6,8	146
	1840	95,6	4,4	137
	1855	97,8	2,2	184
	1865	99,0	1,0	104
	1875	100,0	0	75
Jacarepaguá (RJ - rural)	1814	70,7	29,3	58
	1860	93,6	6,4	110
	1870	98,7	1,3	77
Marapicu (RJ - Nova Iguaçu - rural)	1834-1840	67,3	32,7	667
	1849	72,4	27,6	98
	1851-1858	86,4	13,6	572
São Salvador (RJ - rural)	1830	59,2	40,8	412
	1860	81,1	18,9	281
	1870	70,9	29,1	275

Fontes: Registros paroquiais de batizados de escravos (ver Fontes Manuscritas).

72%, eram de adultos africanos. Havia registros de um mesmo senhor batizando mais de 30 cativos. Entre 1753 e 1788, ou seja, num intervalo de 35 anos, para se ter uma idéia do impacto dessa proporcionalidade, foram batizados na freguesia só 221 adultos, num conjunto de 4.558 registros. Com esse novo procedimento na renovação e ampliação dos plantéis, os casamentos foram cada vez mais desestimulados, significando que a venda de escravos deveria se dar com o pleno consentimento dos senhores.

Por outro lado, quando cessou a entrada de africanos, os padrões anteriores de casamento de escravos para reprodução interna devem ter sido retomados, já que foi a única localidade que marcou um aumento da taxa de legitimidade entre 1860 e 1870, passando de 18,9% para 29,1%. É necessário ressaltar que foi essa freguesia a que manteve atividades tipicamente agrárias, em comparação com outras, cada vez mais urbanizadas (como as de São Francisco, São José e Santa Rita) ou ligadas ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro (as de Jacarepaguá e Marapicu). Apesar dessa única exceção, todas as outras freguesias acompanharam a ordem decrescente de legitimidade entre cativos, até mesmo a freguesia de Marapicu, que chegou a se colocar no século XVIII como uma das que mais batizou filhos legítimos em termos percentuais, 83,9%, reduzidos, na década de 1850, para 13,6%.

Todos esses dados, conjugados, resultaram em quedas bruscas dos casamentos entre cativos. Pela primeira vez, creio, na história da escravidão, determinados procedimentos em relação a escravos se tornaram práticas que podem ser consideradas uniformes. Assim, e para o século XIX, pode ter um certo sentido generalizante a afirmação de que os casamentos entre escravos "eram por certo tão raros que escaparam completamente a toda documentação que possuímos atualmente". Eu diria a quase toda documentação.

A diminuição dos casamentos legais entre cativos não significou ausência de família escrava. Significou, isso sim, uma mudança formal, visando satisfazer interesses senhoriais, ao mesmo tempo que deixou a cargo dos escravos grande parte da organização da vida no cativo.

Trabalhos recentes sobre a família escrava são em bem maior número para o século XIX do que para os séculos anteriores. Os testemunhos de observadores contemporâneos, impressionados com a "promiscuidade" e bastardia dos filhos de escravos, já foram devidamente questionados por historiadores que demonstraram, estatisticamente, que "o desvio estava no olhar branco e não no lar negro" (Slenes, 1988, p. 194). Mas foi justamente nesses relatos que o próprio autor da crítica ao "olhar branco" do mundo dos escravos, Robert Slenes, buscou dados, segundo ele, nas entrelinhas, para escrever um dos mais belos textos sobre a história do cotidiano e da família escrava, no Sudeste, no século XIX, intitulado "Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava". À margem das práticas católicas, os escravos estabeleceram relações e, mais do que tudo, criaram espaços sociais e religiosos coerentes com a nova situação que se lhes apresentava. Segundo Slenes (1989, p. 5),

(...) podemos supor que os africanos trazidos ao Sudeste do Brasil, apesar da separação radical de suas sociedades de origem, teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar suas vidas, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família-linhagem. Encontrando, ou forjando, condições mínimas para manter grupos estáveis no tempo, sua tendência teria sido de empenhar-se na formação de novas famílias conjugais, famílias extensas e grupos de parentesco ancorados no tempo.

NOTAS

1. Petição de 1749 de Clemente, escravo, e Rosaura, cabra forra. Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Niterói.
2. Processo de dispensa de impedimento para matrimônio, de 1789, de Henrique e Marcelina, escravos. Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Niterói.
3. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. S.P., 1853, IHGB.
4. Schwartz (1988, p. 318) cita, entre outros, os seguintes casos: "Em 1745, por exemplo, uma escrava do Engenho Pitanga foi vendida a um lavrador de cana da vizinhança. Seu companheiro fugiu para juntar-se a ela, e o assunto não foi resolvido enquanto o lavrador não mandou em troca um outro escravo de igual valor. O casal cativo estava determinado a não ser separado. Henry Koster relatou uma outra 'negociação' desse tipo. Uma escrava procurou ser comprada por um certo senhor de engenho com a permissão do seu proprietário. Isso feito, no dia seguinte ela pediu ao novo senhor que comprasse um escravo de seu ex-dono, provavelmente seu parente ou amante. O novo senhor tentou comprar o escravo, mas o dono não quis vendê-lo. Três dias depois, porém, a venda foi efetuada, pois o cativo em questão recusara-se a trabalhar e ameaçara tirar a própria vida, e o dono, temendo o prejuízo, concordou em vendê-lo. Os cativos tinham, de fato, formas de tornar seus desejos conhecidos por seus senhores."
5. Dentro do universo escravo, preto/negro eram os africanos. Seus filhos eram crioulos. Estes, quando alforriados, eram "pardos forros". Filhos de crioulos escravos eram "pardos escravos". Em geral, a cor da pele pouco se relacionava a esses termos. A mestiçagem era, tanto quanto pode perceber, identificada por "mulato" e "cabra".
6. Deve-se ressaltar que comumente a mulher forra não tinha possibilidade de acesso à terra, como ocorria com as escravas, residentes nas propriedades de seus senhores.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Michael (1984). *Elementos para a história da família ocidental - 1500-1914*. Trad. Ana Falcão Bastos. Lisboa, Editorial Quercus.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de (1990). "Trabalho, família e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários post-mortem". In: "Estudos da Escravidão", nº 2. *Cadernos do ICHF*, nº 23. Niterói.
- CHALHOUB, Sidney (1989). "Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte". Tese de doutorado em história. São Paulo, IFCH/Unicamp.
- COSTA, Iraci Del Nero da (1979). *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE/USP.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro (1991). "Casamento e família escrava numa perspectiva comparada". Relatório apresentado ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Mimeo.
- (1992). "Casas de morada: a pluralidade da habitação na colônia brasileira". Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação da UFF. Mimeo.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. (1991). "Em costas africanas: um estudo sobre o tráfico atlântico de escravo para o porto do Rio de Janeiro (c.1790-c.1830)". Tese de doutoramento, UFF.

- FRAGOSO, João Lufs Ribeiro (1990). "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888". Tese de doutoramento, ICHF/UFF.
- e FLORENTINO, Manolo Garcia (1987). "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)". *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 17(2):151-73.
- LARA, Silva Hunold (1988). *Campos da violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queirós (1988). *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo, Ed. Corrupio.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1988) *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. Laura Motta. São Paulo, Cia. das Letras.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1984). *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, Editora de USP.
- SLENES, Robert W. (1988). "Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX". In: "Escravidão". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, 8(16):189-203, mar-ago.
- (1989). "Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava". *Mimeo*.
- (1991-1992). "Malungu, Ngoma vem!: África coberta e descoberta no Brasil". In: "Redescobrir os descobrimentos: as descobertas do Brasil". *Revista da USP*, nº 12. São Paulo, dez-jan-fev.
- VENÂNCIO, Renato Pinto (1986). "Nos limites da sagrada família". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Graal.

FONTES MANUSCRITAS

I – Arquivo da Cúria Metropolitana de Campos (RJ)

- 1 – Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacases (registros):
- batizado de livres – 1748-1798 – livros 1 ao 7 – 9.826;
 - batizado de escravos – 1753-1800 – livros 1 ao 6 – 8.284,
1830 – livro 14 – 1.471,
1860 – livro 23 – 281,
1870 – livro 26 – 275;
 - casamento de livres – 1754-1798 – livros 1 ao 3 – 1.966;
 - casamento de escravos – 1753-1802 – livros 1 ao 3 – 2.224.

II – Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Niterói (RJ)

- 1 – Freguesia de São Gonçalo dos Campos dos Goitacases (registros):
- batizado de escravos – 1770-1786 – livros 1 – 1.510.
- 2 – Freguesia de São Gonçalo (Recôncavo da Guanabara) (registros):
- batizado de livres – 1648-1664 – livro misto – 292;
 - batizado de escravos – 1648-1668 – 1.019.
- 3 – Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Capivary (Campos-RJ):
- banhos e dispensas matrimoniais – 1749-1793 – 14 processos.

III – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro**1 – Banhos e dispensas matrimoniais (locais variados):**

- 1793-1797 – 68 processos.

2 – Freguesia de Santa Rita – cidade do Rio de Janeiro (registros):

- batizado de escravos – 1760, 1817, 1840, 1855, 1865, 1875, 1885, 1887 – livros 1 ao 10 – 1.232;
- batizado de livres – 1810, 1831, 1852 – livros 3, 8 e 11 – 661.

3 – Freguesia de São José – cidade do Rio de Janeiro (registros):

- batizado de escravos – 1751, 1825, 1845, 1848, 1865 e 1885 – livros 1 ao 8 – 1.388;
- batizado de livres – 1794 – livro 3 – 309.

4 – Freguesia de Santo Antônio de Jacarepaguá – Rio de Janeiro (registros):

- batizado de escravos – 1754-1755, 1784, 1804, 1814, 1860, 1870, 1880-1881, 1887, 1888 – livros 1 ao 5 – 613;
- batizado de livres – 1795, 1810, 1830, 1850 – livros 3 ao 8 – 313.

IV – Arquivo da Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu**1 – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu – Nova Iguaçu (registros):**

- batizado de escravos – 1754-1755, 1767-1768, 1834-1840, 1849 e 1851-1858 – livros 1 ao 8 – 1.526;
- batizado de livres – 1779, 1789, 1799, 1849, 1869 – livros 2 ao 8 – 391.

V – Arquivo Particular**1 – Freguesia de Nossa Senhora das Neves – Campos, RJ (registros):**

- batizado de livres e escravos – 1789-1813 – 467;
- casamento de livres e escravos – 1789-1814 – 245.

VI – Cartórios do 1º, 2º e 3º Offícios de Notas de Campos (RJ)

- 1 – Inventários *post-mortem* da capitania da Paraíba do Sul, no século XVIII – 224 processos.

VII – Arquivo Godofredo Tinoco (Particular)

1 – Manoel Martins do Couto Reis, “Descrição geográfica, política e cronológica do Distrito de Campos dos Goitacases que por ordem do Exmo. Senhor Luiz de Vasconcelos e Souza, do Conselho de S. M. Vice-Rei e Capitão General da Terra e do Mar do Estado do Brasil, se escreveu para servir de explicação ao Mapa Topográfico do mesmo terreno que debaixo da dita ordem se levantou” (manuscrito de 1785). Consta de 1.488 registros de unidade produtivas, seus donos, respectivas colheitas, número de cabeças de gado e de escravos, além da situação dos ocupantes em relação à terra (se própria, arrendada ou “devoluta”), referindo o ano de criação das unidades, o valor dos aluguéis (quando havia) e o lugar de instalação (se em rios, estradas etc.). Acompanha um mapa da área.

SUMMARY**Legitimacy and the slave family: strategies for preserving autonomy**

Even the most recent studies of Brazil during slavery affirm that legal marriage was rare among slave families. These studies base their conclusions on documentation from areas of Brazil which show high numbers of illegitimate marriages, including the regions near seaports, in the mining districts, the urban centers, and those near diocese. Our study compares

this data with that of the rural populations living far from ports and diocese, and which demonstrate elevated numbers of legitimate marriages. In certain areas, as many as 83% of the children baptized were offspring of legally married parents, a surprisingly high proportion, even among the free population. In rural Brazil during the 17th and 18th centuries, only

slaves from the same plantations were permitted to marry, although this is not to say that relations between slaves from different plantations did not occur. Sexual and social intercourse were intense, even among those on large plantations.

This study attempts to explain regional variations as to the access slaves had to marriage under the Catholic Church. The opportunity to marry for slaves depended on certain combinations of factors including the time period, and the plantation's type of production, localization, and size. Illegitimacy was greater in the mining regions where there was a larger turnover in population; in the port zones and the surrounding areas which received large numbers of africans; and where the renovation and enlargement of plantations came about by the physical replacement of slaves; in urban centers, where smaller plantations were the rule (in this case heightening the influence of the rule against inter-plantation marriage); and finally, in the regions near the diocese, where there was greater intervention by dissenting religious authorities. In all other regions, it can be affirmed that only the restriction as to inter-plantation marriage was enforced.

Participation in the Catholic rites and ceremonies, in particular of baptism and marriage, was a funda-

mental goal of slaves as an attempt to preserve newly conquered autonomy in their daily lives. This study found that slaves gave great importance to the establishment of their families, preferring the predominant legal means, that is, the blessing of the Catholic Church as a guarantee of recognition and basis for their rights of social bargaining. These means, however, were denied them in situations and time periods where slave owners saw the need to restrict legal matrimony.

During the 19th century, regional differences in the levels of legitimacy all but disappeared. In all of Brazil, including those regions in which legitimacy had run high, levels began to decline. With the abolition of african slave trade (1831 and 1850), slave owners became increasingly cautious when it came to legal problems concerning their human possessions. Owners who allowed their slaves to marry were also forced to respect other norms imposed by the Catholic Church, including the cohabitation of spouses and the prohibition of splitting families and their children, which complicated the owner's autonomy in regard to sale. On the other hand, the intensification of african trade during the first half of the 19th century increased the influence of african habits in the daily lives of slaves. Both these facts contributed to the lower degree of religious marriage.

RÉSUMÉ

Les familles esclaves et la légitimité: stratégies de préservation de l'autonomie

L'historiographie concernant le Brésil esclavagiste, même la plus récente, considère que le mariage légal ne faisait pas partie de l'organisation familiale des esclaves. Plusieurs régions ont déjà été étudiées à ce sujet: les ports, les mines, les villes, les régions proches des évêchés. Ces études ont servi de base aux conclusions évoquées plus haut et ont révélé, effectivement des taux élevés d'illégitimité chez les esclaves. Dans la présente étude, l'auteur compare ces données avec d'autres, recueillies dans des paroisses de l'intérieur du pays et dans des paroisses de régions agricoles. Celles-ci se trouvaient éloignées des ports et des évêchés. Or on y trouve dans tous les cas, des taux élevés de légitimité. Dans certaines d'entre elles, le nombre des baptêmes de fils légitimes concernait jusqu'à 83% des enfants, ce qui est une proportion impressionnante, même pour la population libre. Aux XVIII^e et XVII^e siècles, seuls étaient permis les mariages entre esclaves appartenant au même cheptel. Cela ne voulait pas dire pour autant qu'il n'y avait pas de rapports entre esclaves de cheptels différents. Ces

derniers entretenaient au contraire des rapports sexuels et sociaux intenses, même quand ils appartenaient à de grands cheptels.

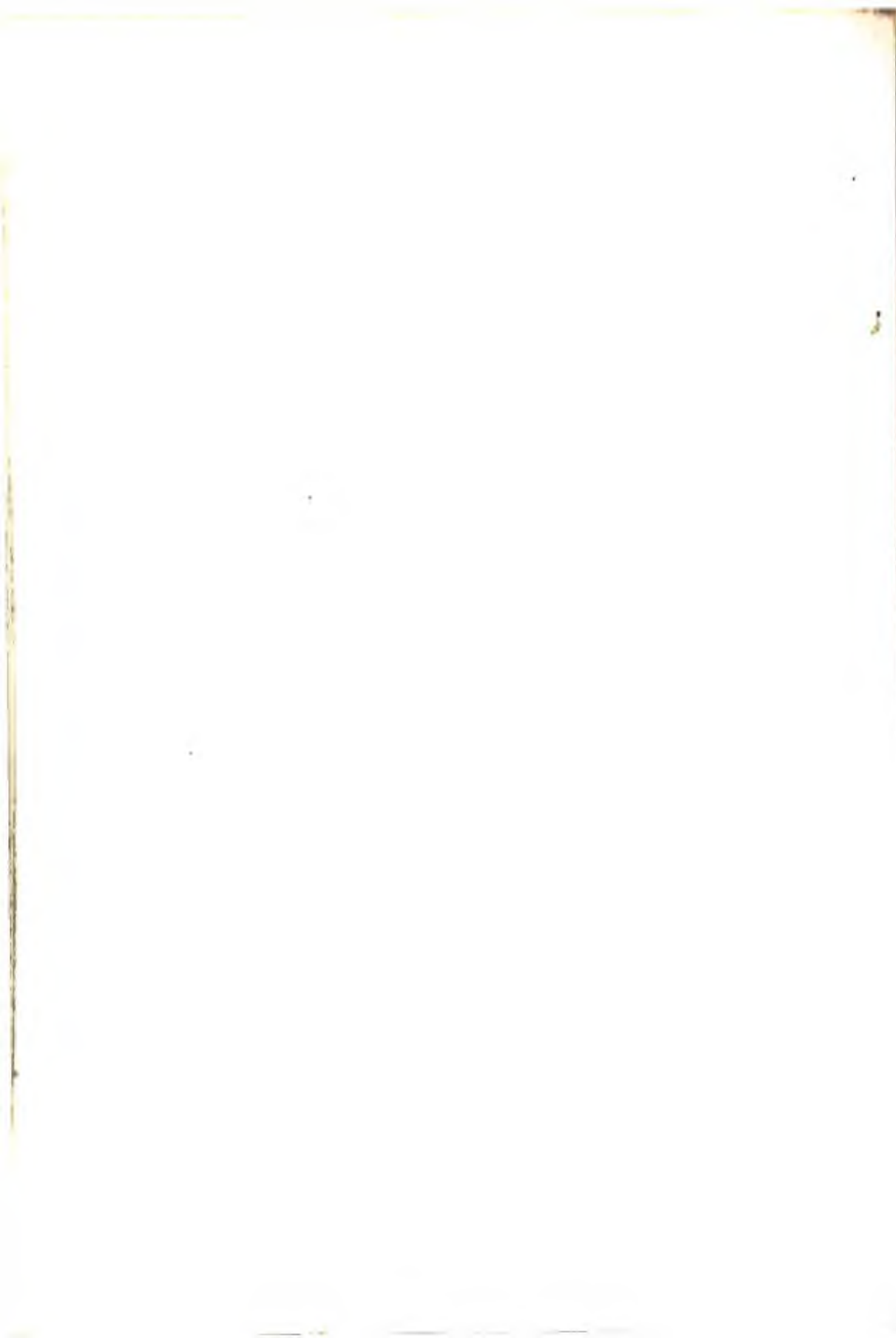
Cet article a donc pour but d'expliquer les variations régionales en ce qui concerne l'accès des esclaves au mariage religieux catholique au Brésil. Les facteurs qui influençaient, selon certaines combinaisons, les possibilités de mariage entre esclaves étaient les suivants: le type de production, la localisation et la taille des cheptels et la période. L'illégitimité était grande dans les régions minières où le flux populationnel était intense, dans les zones portuaires et leurs environs qui recevaient des africains et où la rénovation ainsi que l'augmentation des cheptels se faisait essentiellement par la substitution physique des esclaves, dans les centres urbains, où prédominaient les petits cheptels (l'interdiction des mariages inter-cheptels avait, en l'occurrence une répercussion sur les niveaux d'illégitimité) et, finalement, dans les régions proches des évêchés où il était plus probable que dans d'autres régions que les autorités religieuses s'oppo-

sent aux pratiques locales. Dans les autres régions, et l'on peut affirmer qu'elles étaient majoritaires, seule la règle qui interdisait les mariages inter-cheptels prévalait.

Pour les esclaves, il était fondamental de participer des rites et des cérémonies catholiques, particulièrement du baptême et du mariage. Il y avait là pour eux une façon de préserver les espaces conquis dans le quotidien. L'auteur présuppose donc que pour les esclaves il était essentiel de constituer famille, de préférence selon les règles de légalité prédominants, c'est à dire, avec la bénédiction de l'Eglise Catholique. Ils y voyaient une garantie de reconnaissance et un instrument leur donnant un pouvoir de négociation sociale. Le mariage leur a été cependant interdit dans certaines situations. Le principal obstacle, sans aucun doute, étaient les barrières imposées par les seigneurs. Elles se renforçaient à certaines époques.

Au XIX^e siècle, les différences régionales concer-

nant les taux de légitimité chez les esclaves tendent à disparaître. Dans toutes les régions du pays, et même dans celles où les taux de légitimité étaient très élevés, ces derniers adoptent une courbe descendante. L'abolition du trafic africain (1831 et 1850) incite les seigneurs à éviter les problèmes légaux avec leurs esclaves. Laisser ces derniers se marier légalement signifiait en effet devoir respecter certaines normes imposées par l'Eglise telles que la cohabitation des époux, l'interdiction de séparer les époux et leurs enfants mineurs. Ces exigences contrariaient les visées des seigneurs sur leurs esclaves, surtout quand il s'agissait de les vendre. Par ailleurs, l'augmentation du trafic africain dans la première moitié du XIX^e siècle fit croître les pratiques africaines quotidiennes chez les esclaves. Tout indique que ces deux facteurs ont contribué pour que les esclaves cessent d'avoir accès au mariage religieux.



Resistência negra e religião: a repressão ao candomblé de Paramerim, 1853*

Cecília Moreira Soares**

* Pesquisa financiada pelo VI Concurso Nacional de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA. Recebido para publicação em março de 1992.

** Aluna do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

(...) Mas o visto e ouvido eram a vida do povo-de-santo na Bahia. Sofrida. Complexa. Cheia de simbolismo e ação. Temida e privilegiada. Discriminada e procurada como a verdade e salvação para a insegurança e para a crise. E os terreiros de candomblé continuavam a se organizar em torno de fortes lideranças, como verdadeiras comunidades teocráticas em que os pais e mães de terreiros exerciam uma autoridade plena e indiscutível, legitimada pela vontade postulada dos santos – os orixás, os voduns, os inquices e os caboclos dos candomblés da Bahia.
(Lima, 1987, p. 39-40.)

I

Embora os estudos sobre candomblé tenham se desenvolvido muito nas últimas décadas, ainda há aspectos pouco conhecidos a serem pesquisados. Esse é o caso, por exemplo,

da história mais remota de homens e mulheres que lhe deram vida.

Uma das primeiras dificuldades encontradas pela historiografia para o estudo do candomblé é a pouca documentação escrita. Entretanto, durante o período em que vigorou a escravidão no Brasil, têm-se notícias, embora esparsas, dessas manifestações religiosas e de terreiros mais ou menos estruturados. As devassas policiais resultantes de denúncias e as informações registradas por cronistas, viajantes estrangeiros e nacionais constituem as principais fontes escritas para o estudo dessas instituições (Bastide, 1960, p. 114), fontes essas que vêm sendo resgatadas por estudiosos atentos à história do candomblé na Bahia.

Este trabalho pretende ser uma contribuição a esses estudos. Ele se baseia num desses documentos dispersos, que aparecem aqui e ali e que contêm informações acerca da estrutura e liturgia dessas sociedades religiosas, assim como do comportamento de seus participantes.¹

II

A violenta perseguição e os preconceitos de que no passado foram alvo as manifestações religiosas africanas tinham como respaldo a legislação. O poder eclesiástico, através das Constituições do Arcebispado da Bahia - 1707 (Vide, 1853), definia as práticas religiosas oriundas da África como feitiçaria. Dessa forma, predizer o futuro por meio de qualquer artifício, rezar para ídolos, fazer beberagens eram atividades que presumiam a intercessão de Satã; portanto, deveriam ser punidas severamente e extintas.

Já a Carta Constitucional de 1824 forçava os negros à prática de cerimônias religiosas às escondidas, revestidas muitas vezes de aparato católico, pois a Constituição apenas dava direito à liberdade religiosa dos brancos estrangeiros residentes no Brasil, em geral protestantes europeus e norte-americanos (Cavalcanti, 1958, p. 267-8).

Finalmente, temos o Código Penal de 1830, que previa a repressão policial a todo ajuntamento de negros, sob pretexto da manutenção da moral pública e da segurança do Estado (ver *Leis do Império do Brasil*, 1876). Para essas reuniões, pensava o legislador, aflua grande número de pretos, podendo dar início a uma revolta. Foi sob essa base legal que aconteceu o episódio aqui discutido. Trata-se de um auto policial de 1853, publicado em anexo, relatando a invasão de um candomblé no Engenho Paramerim, na então vila de São Francisco do Conde.²

A vila de São Francisco do Conde, ou melhor, São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, criada em 1698, localiza-se às margens do Rio Sergi do Conde - em terras que pertenciam ao conde de Linhares. Paramerim formava um de seus povoados, onde se encontravam as instalações do Engenho Paramerim. Hoje, Paramerim é um município independente, com cerca de 20 mil habitantes. Já São Francisco do Conde é uma cidade do Re-

côncavo ainda nitidamente marcada pela presença de negros e mulatos. O prefeito atual é negro. Ocorre anualmente na cidade, na noite de 31 de dezembro para 1º de janeiro, uma grande festa de candomblé dedicada à "rainha do mar".³

III

No dia 13 de março de 1853, o subdelegado da povoação de Paramerim recebeu a denúncia de que havia no pasto do engenho do mesmo nome "candomblé e reunião de pretos". Certamente, identificado com a política de repressão às manifestações culturais africanas e a pretexto de manter a ordem, o subdelegado logo se pôs a averiguar a denúncia.

Por sinal, não era a primeira vez que em Paramerim um candomblé seria objeto de investigação policial. O primeiro assalto a Paramerim de que temos notícia foi em 1807. O engenho fora invadido por policiais à procura de negros fugidos e candomblés. O saldo dessa batida foi a prisão de 22 pessoas (homens e mulheres) e a apreensão de objetos como prova da prática de candomblé. Na sua maioria, elas disseram ser de origem jeje.⁴ Algumas confirmaram em seus depoimentos a realização de "feitiçaria" e rezas proibidas. Dentre estas, destacou-se o preto Francisco Dossu, reconhecido como "insigne calundzeiro", ou seja, chefe de calundu, como também se conhecia o candomblé colonial. A fama de Francisco havia se espalhado por grande parte do Recôncavo, contando, inclusive, com variada clientela: "(...) a ele recorrião muitas pessoas, brancas, pardas, pretas de hum e outro sexo para dar venturas, e curar".* Assim como o li-

(*) N.E.: Tanto quanto possível, procurou-se manter a grafia das citações ao longo do texto assim como do Anexo conforme consta do original enviado pela autora.

berto Cipriano, que muitos anos mais tarde (1853) confessou sua religiosidade, o preto Francisco Dossu declarou com firmeza que organizava “dansa atabaques, e nestas ocasiões tem mimos de muitas pessoas, de frascos de vinhas, d’águas ardentes, dinheiros, galinhas, vivas e cozidas, e outros muitos brindes”.⁵

Mas uma outra experiência talvez fosse melhor lembrada em 1853. Foi em 1816, quando em São Francisco do Conde uma festa religiosa se transformou em revolta. Resta a dúvida se o episódio teve início nas terras de Paramerim. O certo é que os escravos incendiaram diversos engenhos, atacaram casas senhoriais e mataram vários brancos (Reis e Silveira, 1986, p. 257).

Esses acontecimentos, provavelmente, ficaram registrados na memória dos habitantes de Paramerim. O subdelegado, de 1853, escrevendo depois ao seu superior, justificava a invasão do engenho como decorrente do fato de “que tenha em vista e consideração o grande número de Affricanos que tem os Engenhos desta circunvisinhança e como a V.S. não será estranho e o mau resultado que por ventura possa apparecer de semelhantes Clubios”. E sugeria ao delegado a deportação dos negros livres e libertos envolvidos. As expulsões da província foram uma prática comum de repressão aos libertos africanos desde a Revolta dos Malês, em 1835, quando isso se tornou possível por meio de uma lei nitidamente discriminatória (Reis, 1987, p. 64).

Mas o que foi que o policial viu naquele dia de 1853? O terreiro de Paramerim estava bem montado, possuindo várias dependências anexas à principal (barracão), também invadidas, onde foram encontrados muitos objetos e utensílios relacionados com o culto. No local aparentava ter havido, ou em breve haveria, uma grande festa, diante do ambiente “estranhamente” decorado com que se depararam o subdelegado e seus auxiliares: “(...) achei com

efeito uma sala da d^a [dita] casa muito bem preparada e armada de fazendas de cores (...)”.

Procedeu-se à apreensão de tudo quanto foi encontrado no interior das casas. Nessa ocasião, obrigaram os detidos, Cipriano e Sofia, a desarrumar aquela “armação”, talvez camuflando dessa forma o medo do feitiço, ou o receio de mexer naquelas coisas, cheias de “mágicas diabólicas” que aterrorizavam brancos e não-brancos. Encontrava-se também no local o negro Venceslau, que junto com os outros dois foram recambiados para a vila, local em que Cipriano tinha outra casa, sendo nela encontrados comida e utensílios.

Mas onde estavam as outras pessoas que certamente frequentavam o candomblé de Paramerim? Escaparam da batida policial? A festa já havia terminado, ou ainda não tivera começado? Para esses questionamentos, não temos respostas, mas dadas as diversas dependências do terreiro e ao arsenal religioso encontrado, devia receber inúmeros crédulos. O documento apenas registra a presença de seus prováveis líderes, Cipriano José Pinto, Sofia da Matta e o velho Venceslau, aos quais retornaremos mais adiante.⁶

Qual o motivo da denúncia naquele momento, já que, pelo tamanho do empreendimento, tolerou-se por muito tempo a existência do candomblé no Paramerim? Sugerimos que o senhor e os negros do candomblé mantinham uma espécie de acordo tácito, rompido por algum tipo de conflito entre as partes. Pode ter sido tanto o abuso dos festejos, prolongando as horas a eles dedicadas em prejuízo do tempo de trabalho, ou o barulho excessivo, perturbando o sono dos moradores locais, ou ainda o medo da grande afluência de pretos ao lugar. Para quem conhece a ideologia do candomblé, pode-se também imaginar ter havido algum negócio (feitiço) malffeito de um cliente que, insatisfeito, vingou-se através da denúncia. Infelizmente, nunca saberemos ao certo porque um candomblé tolerado por longo

tempo – o suficiente para a montagem de uma estrutura ritual completa – foi subitamente considerado perigoso à tranquilidade pública.

IV

O “Termo de achada”, em anexo, é rico na descrição dos objetos apreendidos. A omissão ou imprecisão de alguns detalhes parecem apenas demonstrar a ignorância do escrivão quanto aos objetos encontrados. Os primeiros achados foram classificados como originários da Costa da Mina,⁷ enquanto outros foram arrolados sem que a procedência fosse estabelecida: “outros feitos q. não sabemos como intitule”.

A existência de penachos neste candomblé pode revelar uma contribuição indígena, mas também era comum o uso de penas na África, constituindo um elemento sagrado nos rituais de sacrifício às divindades. O uso de restos humanos – “caveira de gente toda espetada a alfinetes de encosto” – sugere que práticas mágicas européias, mais que africanas, haviam sido absorvidas e estavam sendo utilizadas pelo grupo (Mott, 1990, p. 2). Parte da multifacetada sociedade da época, a religião de origem africana inevitavelmente incorporou elementos culturais de outras procedências.

De característica mais original, ou melhor, que pode remeter com mais precisão à vida religiosa africana, foi terem sido encontradas no terreiro “duas peles de gibôas cheias de areia”. A presença das peles de jibóias pode estar ligada ao culto daomeano de Dan, a serpente sagrada. Ela corresponde a um vodum dos jejes de origem Mahi, representado por uma serpente, que simboliza força e movimento. A presença de uma cobra foi também registrada pela historiadora Maria Inês Oliveira em suas pesquisas sobre testamento de africanos libertos. Em 1843, uma africana deixou como legado “uma jibóia grande de oito palmos e meio de comprido” (Verger, 1957, p. 235; Oliveira, 1988, p. 48, 51).

Em 1853, há ainda a listagem de outros objetos comuns aos candomblés, como búzios, contas, corais, azeite, quartinhas, trono (cadeira), infusões de folhas etc. Fica, assim, confirmada a presença de elementos fundamentais para a realização do cerimonial completo. Esses elementos constituem, ainda hoje, a base sagrada dos candomblés baianos. O sacrifício encontrado – “varias cabeças e pés de galinhas, sangue do mesmo” – caracteriza a sacralização de componentes animais, colocados talvez no local considerado o mais sagrado do terreiro, que foi violado pelos policiais.⁸

Outros objetos são de difícil identificação. O que significavam os “paos mui bem enfeitados cobertos de fazenda com taixas douradas e ornadas com busios e contas”? Não encontramos dados que indicassem com precisão o simbolismo aí expressado, podendo ser a representação, o objeto-símbolo, de alguma divindade. Mas qual?

V

As atenções das autoridades se voltaram para Cipriano e Sofia, que foram logo interrogados. Cipriano falou que vivera apenas oito anos como escravo no Novo Mundo, prova de sua capacidade para reconstruir uma vida que lhe proporcionasse renda suficiente para a compra da liberdade. É menos provável que esse preto tenha conseguido alforria através de um ato espontâneo do senhor, pois era jovem, 28 anos, ainda podendo ser utilizado em diversas atividades. A não ser que seu proprietário o houvesse recompensado com a alforria por algum benefício espiritual dele recebido. Ou, ao contrário, as práticas mágicas de Cipriano tivessem apressado sua alforria por seu senhor temer ser vítima de seus malefícios e beberagens.

Segundo Oliveira (1988, p. 47), os libertos, embora em menor número do que as mulheres, possuíam bens que, no entanto, não chegavam a constituir grandes fortunas e sim “símbolos

de dignidade e distinção pessoal que os libertos faziam questão de externar". Esse foi o caso do liberto Cipriano, que diante das autoridades continuava de posse de seu "relógio com suas cadeas de metal amarelo", respondendo às perguntas com impressionante desembaraço.

De modo geral, o interrogatório não foi minucioso, priorizando informações pessoais dos envolvidos e sobre a finalidade daquela "armação". Mas, ainda assim, a sinceridade das respostas dadas por Cipriano, declarando que ali homenageava o santo de sua terra e vendia seus "serviços" a outros pretos, parece provar que naquele momento ele assumia convictamente seu papel, sem medo de punição. É mais uma evidência de que ele se acostumara a uma liberdade de ação religiosa.

O pai-de-santo Cipriano se mostrou inteligente ao omitir no seu depoimento informações que comprometessem outras pessoas. Lembramos que estas poderiam constituir seu grupo de apoio e que poderiam socorrê-lo no momento difícil. A aliança com homens livres, às vezes pessoas privilegiadas, talvez já fizesse parte das regras do jogo de sobrevivência do candomblé e seus adeptos.

Surpreende-nos, também, a forma encontrada por esse liberto para explicar o uso de suas duas casas, localizadas em lugares diferentes. Segundo ele, a do engenho era sua primeira residência, mas não servia para comercializar louças, atividade a que também se dedicava. Ele mantinha as duas moradas por motivos contratuais, pois esperava esgotar os meses pagos de aluguel por antecipação da primeira casa. É evidente que esse não era o motivo real, ou pelo menos não era o único. A casa do engenho e seus anexos indicavam esquema bem organizado para um fim determinado: a realização de candomblé. Ali funcionava o "barracão". Embora frequentemente terreiro e residência sejam conjugados, com os espaços profano e sagrado quase se superpondo, havia e há exceções. A esse respeito, escreveu Nina Rodrigues (1935, p. 62):

(...) nem sempre o terreiro é a residência do padre fetichista, que neste caso tem o domicílio dentro da cidade. O terreiro é então um sítio, chácara ou roça, alugada ou arrendada para a grande festa que se faz uma vez por ano.

Cipriano morava na segunda casa, onde, além de vender louça, tinha um ponto de referência central e de melhor acesso para aqueles que, na cidade, necessitassem de seus serviços espirituais.

Cipriano disse também ser de nação haussá, origem de negros cuja história de revolta marcaram as primeiras décadas do século XIX na Bahia. Esses africanos, na sua maioria, eram convertidos ao islamismo na África, mas muitos dos que aqui chegaram praticavam ao mesmo tempo cerimônias de cunho "fetichista", chamadas Bori entre os haussás (Reis, 1987, p. 116). A esses grupos de negros mal-islamizados deveria pertencer Cipriano. Em seu candomblé foram encontrados papéis escritos em caracteres árabes (malês). Esses escritos constituíam talismãs ou grigris, portadores de força mágica, capazes de proteger seu portador de malefícios e até da morte (Reis, 1987, p. 118-21; Querino, 1938, p. 118-9; Rodrigues, 1935, p. 31).

Já Sofia se declarou de origem "Efan", decerto uma referência aos povos fon do antigo Daomé, atual República do Benin. Foi interrogada logo em seguida, mas também de forma muito rápida. Ela era solteira e vivia de "gammella", ou seja, era vendedora. Declarou ter sido detida na casa de Cipriano, a quem chamava de "parente", dizendo ainda que ele a tinha forrado e que era o responsável por aquela "armação", sendo acostumado a fazê-la em sua terra para seu santo e aqui continuava, inclusive vendendo serviços a outros pretos. Ao confirmar o hábito do preto em lidar com aquelas coisas, Sofia reconheceu sua autoridade religiosa, considerando-o conhecedor do

culto e manipulador de seus elementos mágicos. Pela tranquilidade com que tanto Cipriano como Sofia se referiram à venda de serviços mágicos, eles pareciam sugerir que aquilo era como a venda de missas por padres católicos...

Quais os motivos que levaram Cipriano a comprar a alforria de Sofia? Tratava-se de alguma relação afetiva que, somada à aliança religiosa, explicaria seu interesse por ela? Possuía Sofia algum conhecimento religioso específico ou função naquele terreiro? Os dados de que dispomos não permitem responder a essas questões. Contudo, sob o ponto de vista étnico, havia uma distância entre os dois dilúda, talvez, pelo convívio na escravidão. Apesar de Sofia considerar Cipriano seu "parente", ou seja, pertencente à sua etnia, a procedência étnica revelada não o confirma. Um era haussá, outro era fon. Mas isso não impediria que se considerassem parentes num outro sentido,

no sentido ritual. Aliás, existiam outros laços afetivos que podiam criar no africano esse sentimento de parentesco, como o batismo católico, a amizade surgida a partir da viagem num mesmo navio (malungos) ou ainda alguma ligação de companheirismo que os unisse.

A presença de um homem haussá e uma mulher fon, bem como de elementos islamizados em meio ao grande arsenal religioso propriamente de candomblé, revela o comércio cultural, as trocas simbólicas e as alianças interétnicas havidas dentro dos terreiros. Temos aqui uma espécie de mestiçagem ritual a partir de elementos exclusivamente africanos. Essa maleabilidade cultural dos africanos constituiu um mecanismo importantíssimo de sobrevivência real e espiritual do povo negro. Ela explica por que o candomblé afinal conseguiu se legitimar como parte importante da cultura nacional.

ANEXOS

Illmo Snr.

Envio a V.S. os Africanos Cipriano José Pinto, e Sofia Matta, e Wenceslaó, que me foram remetidos pelo subdelegado Supplente da Freguesia do Monte, acompanhados do officio, termo de achada, e interrogatorio, que em seus originaes também envio, com os objectos achados, para que V.S. se sirva dar-lhes o destino que julgar conviniente.

Deos G^e a V.S. Villa de S. Fran^{co} 22 de março de 1853.

Illmo. Snr. D^r. Juiz de Direito
Chefe de Policia desta Provincia

*José (?) Pereira
Deleg^{do} da V^a de S. Fr^{co}*

Desp. Acusado em 1^o de abril 1853. Recolhidos os pretos ao [...]

– solto Wenceslaó em 6 de abril

– O Cipriano já responde a summario p^r. estelionato.

Illmo Snr.

Tendo em denúncia que em uma casa no pasto do Engenho Paramerim, alugada pelos Africanos Cipriano José Pinto e Sofia da Matta, havia nella candomblé, e reuniões de pretos, passei a cercar e correr na noite de sabbado 12 do corr^e, e achei com efeito uma sala da d^{ma} casa muito bem preparada e armada de fazendas de cores, como verá V.S. no termo de achada e interrogatório, assim como nesta m^{ma} noite passei a cercar mais duas outras cazas onde tive desconfiança e em huá déllas só encontrei dois tabaques, e trez cabazas enfeitadas, e na outra o velho Wenceslaó que igualm^e o envio a V.S. que se faz tão pe-

rigoso como os dois Affricanos Cipriano José Pinto e Sufia da Matta, os quais não processei por julgar que confiando-os a V.S. dará as melhores ordens afim de serem os d^{os} deportados ou terem o destino que melhor convier a V.S., levando porém ao conhecimento de V.S. que tenha em vista e consideração o grande número de Affricanos que os Engenhos desta circunvisinhança e como a V.S. não será estranho e o mau resultado que por ventura possa apparecer de semelhantes Clubios.

D^s G^e a V.S. Povoação de Paramerim 15 de março de 1853.

Il^{mo} Snr. D^{or} Del^o e J^s Municipal da Villa de São Francisco e seu Termo

*Gustavo Balbino de Moura e Camira
Subdelegado Suplente*

Resp. Respond^o em d^o (?) e exige-se a remessa dos objectos achados q^e será remetido ao Chefe de Polfcia, ficando recolhidos às cadeas os Affricanos.

Termo de Achada

Aos treze dias do mês de Março de mil oito centos cincoenta e trez, no citio do Engenho denominado Paramerim, Freguesia de Nossa Senhora do Monte, Termo da Villa de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, e caza da residencia de Cipriano José Pinto, Affricano liberto, onde foi vindo o Cidadão Gustavo Baldoino de Moura e Camera, Subdelegado do Supplente da mesma Freguesia commigo Escrivão do seu cargo, officiais de Justiça, Guardas e mais pessoas p^r denuncia, q. teve de ali haver hum candoblé, e dando-se a competente busca achou-se hum quarto ricamente armado com fazendas pelas paredes, armada de busios, contas, corais, e mais enfeites de pennas e outros ingredienties proprios

da Costa da Mina, hum trono, bancos e outros feitos q. não sabemos como intitule, e mandando por elle Cipriano José Pinto, e por Sufia da Matta, tâobem Affricana, que encontra-se dentro dezarromar e dismanchar aquelles armatas encontrou-se os seguintes objetos = Huma patrona de couro ricamente enfeitada por fora com huma coberta de fazenda ornada de busios e contas, dentro, hum pedaço de vella de sera, busios, contas e muitos ingredienties, seis penaxos mui bem enfeitados = quatro colheres de metal novos = trinta pedaços de panos de diferentes cores e alguns enfeitadas de busios = cinco chaves novas = quatro panos da costa novos = Huma caveira de gente toda espetada a alfinetes de encosto chamadas, e outros infeitos = Hum facão, e quatro pregos grandes = Duas pelles de gibôas cheias de areia = Huma encabada e enfeitada, Hum machado = Duas facas novas tudo em sima do trono = Huma vasilha com agua e muitas folhas, hum sacco com pozes, = vasilhas com azeite de dender, duas garafaz com vinho, outra com agoardente, = Dez quartinhas com agoa e postas em ordem no bancos e trono, = treze pedaços de paos mui bem enfeitados cobertos de fazenda com tairas douradas e ornadas com busios e contas, outras muitas tocas enfeitadas com penas = varias cabeças e péis de galinhas, sangue do mesmo = Huma campanha, e cuias bem enfeitadas = Tres enfeitos de contas buzias e outras couzas a imitação de lustre ou Alampadas depinduradas no telhado, = Hum sacco com papeis escritos com letras maleis = Pedras, assas e muitos outros ingredienties e miúdezas que senão pode escrever tanto p^r se ignorar os nomes como pelas quantidades = Muitas missangas = Dous péis de inhames da costa com grelos, barricas, caixões, o chão ornado de esteras da costa, e hum tapete ao pé do trono, varios escaninhos feitos de esteras em outros quartos = Hum bahu com ropa do mesmo preto, e preta, Hum relógio com suas cadeias de metal amarelo. E por nada mais ha-

ver nem se encontrar mandou o subdelegado lavar este digo, mandou embarricar tudo e conduzir para outra caza que o mesmo tem alugada dentro desta Povoação, onde dando-se busca achou-se cinco taías de louças caboculas, huma barrica com trez quartas de farinha de lamxa, quatro ilhargas de caixões e dous tampinhos postas a imitação de partileiras de venda, e ahi tramcou tudo mais e mandou lavar este termo em que assignou com os testemunhos presentes. Eu Jozé Joaquim Ramos Junior Escrivão o escrevi. Declaro que o relogio o preto leva no seu bolso comsigo e alguma roupa – Ramos J^{or} Ramos.

*Manoel Jozé da Encarnação
Jose Joaquim Roy Salo (?)
Fr^{co} Apolonio da França
Victorino Martisi dos S^{tos} B.
Ant^o J^e das Neves.*

Auto de Interrogação

Aos quatorze dias do mez de março de mil oito centos cincoenta e trez, nesta Povoação de Paramerim Freguesia de Nova Senhora do Monte Termo da Villa de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, e cazas da residencia do Cidadão Gustavo Baldoino de Moura e Camera, Subdelegado Supplente da mesma Freguesia onde eu Escrivão do seu cargo fui unido ahi por elle subdelegado foi interrogado o preto e preta Affricanos que se achavão prezos por denuncia e averiguação de Policia na forma seguinte.

Perguntado como se chama:

Respondeu que Cipriano José Pinto. Perguntado que idade tem? Respondeu que vinte e oito pouco mais ou menos, e desta terra oito.

Perguntado se he forro ou captivo? Respondeu que forro. Perguntado de onde natural? Respondeu que de Affrica e da nação Auçá. Perguntado qual o seu estado? Respondeu que aqui nesta terra solteiro.

Perguntado de que vive? Respondeo que de negócio.

Perguntado na occazião que foi prezo? Respondeu que estava na casa que tinha alugado no citio do Engenho Paramerim. Perguntado com que fim alugou aquella caza tendo outra alugada na Povoação? Respondeo que fora a primeira que elle alugou e como ali não corre negocio alugou a da Povoação para vender sua louça. Perguntado por que quando alugou a dicá não largou a de lá? Respondeu ter pago a de lá adiantado e estar deixando findar os mezes pagos.

Perguntado de quem hera aquella armação? Respondeo que delle, e que fez para seu Santo de sua terra, para seu brinquedo e para vender a outros prêtos e assim negociar. Nada mais disse nem se perguntou, e no mesmo acto foi perguntado a preta como se chama? Respondeo que Sofia da Matta. Perguntada que annos tem? Respondeo que não sabe.

Perguntada se he casada ou solteira? respondeu solteira.

Perguntada de onde natural? Respondeu que de Efan.

Perguntada de que vive? Respondeo que na gamella.

Perguntada onde estava quando foi preza? Respondeo, que na caza de seu Parente Cipriano e que foi preza com elle.

Perguntada o que estava ahi fazendo? Respondeo que morando com Cipriano seu parente que foi quem a forrou.

Perguntado de quem hera aquella armação? Respondeo que de seu parente, que fez com ella por ser acostumado de sua terra fazer para seu santo, e brincarem e fazer negocio vendendo a outros pretros. Nada mais se perguntou nem respondeo. Mandou o dito subdelegado lavar este auto em que assignou Manoel Jozé da Encarnação. Eu Jozé Joaquim Ramos Junior Escrivão o escrevi.

*Manoel Jozé da Encarnação
José Joaquim Rodrigues Sadd*

NOTAS

• Agradeço a João José Reis, pela leitura cuidadosa deste trabalho e pelas sugestões.

1. Dentre outros ver Reis, 1988, e Mott, 1986. A tradição oral, embora uma fonte problemática, pode e deve ser usada para fins específicos. Recorrem com frequência à pesquisa oral, na Bahia, os trabalhos de Lima, 1977, e Braga, 1986.
2. Segundo Verger (1981, p. 227), o termo *candomblé* aparece pela primeira vez num documento em 1826, designando o local de culto africano. Em recente pesquisa, porém, encontramos referência à palavra já em 1807. Trata-se de um documento policial onde se registra a prisão de um preto considerado "O prezidente do terreiro dos *candôbleis*" (APBA. *Capitães-móres - Santo Amaro (1807-1822)*, Maço 417-1. Agradeço a Judith Allen a indicação desta fonte).
3. O documento se encontra no Arquivo Público da Bahia (APBA), Série Polficia, Maço 1685. Sobre S. Francisco do Conde, ver a *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol XII - Bahia, p. 324-333; ver também Pinho, 1922, p. 221, e Schawartz, 1988, p. 81.
4. Africano de origem fon-ewe (Daomé) na Bahia.
5. APBA, *Capitães-móres - Santo Amaro*, Maço 417-1.
6. Venceslau foi solto em 6 de abril, sem que o motivo fosse declarado. Talvez por sua idade avançada.
7. Região correspondente hoje às Repúblicas do Togo, Benin (ex-Daomé) e Nigéria, antigos portos de embarque de escravos, habitada na sua maioria pelos povos iorubas e jejes (ver Viana Filho, 1988, p. 65; Verger, 1987, p. 19; e Carneiro, 1961, p. 16). Este autor inclui entre os grupos transportados da Costa da Mina, outrora composta também pelo Sudão islamizado, os haussás, tapas e outros.
8. Sobre a importância do sacrifício de sangue no *candomblé*, ver Lima (1990).

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, Roger (1960). *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira.
- BRAGA, Júlio (1986). *Ancestralité et vie quotidienne*. Estrasburgo.
- CARNEIRO, Edison (1961). *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro, Tecnoprint.
- CAVALCANTI, T. B. (1958). *Las Constituciones de los Estados Unidos del Brasil*. Madri, Instituto de Estudios Políticos.
- LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1830 (1876). Rio de Janeiro, Typografia Nacional, p. 142-200.
- LIMA, Vivaldo da Costa (1977). "A família-de-santo nos *candomblés* jeje-nagôs da Bahia; um estudo de relações intergrupais". Tese de mestrado. Salvador, FFCH/UFBA.
- (1987). "O *candomblé* da Bahia na década da trinta. In: OLIVEIRA, Waldir F. e LIMA, Vivaldo da C. (orgs.). *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos*. São Paulo, Corrupio.
- (1990). "A comida de Santo na Bahia". Comunicação apresentada ao I Encontro Esotérico. Salvador, mai-jun.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros (1986). "Acofundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, (31): 124-47.

- (1990). "Os restos mortais na feitiçaria afro-brasileira". *D.O. de Leitura*, 8(90), nov.
- OLIVEIRA, Maria Inês de (1988). *Os libertos: o seu mundo e os outros*. São Paulo, Corrupio.
- PINHO, Wanderley (1922). *História de um engenho no Recôncavo, 1552-1944*. São Paulo, Brasileira.
- QUERINO, Manoel (1938). *Ccstumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- REIS, João José (1987). *Rebelião escrava no Brasil* (2ª ed.). São Paulo, Brasiliense.
- (1988). "Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu no Pasto de Cachoeira, 1785". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, mar-ago, 8(16):57-81.
- e SILVEIRA, Renato da (1986). "Violência repressiva e engenho político na Bahia do tempo dos escravos". *Comunicação do Iser*. Rio de Janeiro, 5(21):61-6, out.
- RODRIGUES, Nina (1935). *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos internos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VERGER, Pierre (1957). *Notes sur le culte des orisa et vodum*. Dakar, IFAN.
- (1981). *Notícias da Bahia, 1850*. São Paulo, Corrupio.
- (1987). *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio.
- VIANA FILHO, Luiz (1988). *O negro na Bahia*. (3ª ed.) Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- VIDE, Sebastião Monteiro da (1853). *As constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo. Typografia 2 dezembro, de Antonio Louzados Antunes, Livro 5, Título II, p. 894-5, Título IV, n. 896-7, Título V, n. 889-90.

SUMMARY

Religion and Black resistance: the repression of Candomblé in Paramerim, 1853

This study is a further contribution to the understanding of religious resistance in 19th century Bahia. Based on documents found in the State Public Archives, it demonstrates the repression of Candomblé in

Paramerim in 1853, the political actions of religious leaders and of local authorities. It reveals aspects of the cultural dynamic and the inter-ethnic alliances made possible by these religious groups.

RÉSUMÉ

La repression au Candomblé de Paramerim, 1853

Cet article se veut une contribution à la compréhension de la résistance religieuse noire à Bahia au dix-neuvième siècle. L'auteur s'efforce, à partir d'un document découvert aux archives publiques de l'Etat et qui rend compte de la répression dont a été victime le Candomblé de Paramerim en 1853, de mettre en

évidence l'action politique des dirigeants de ce Candomblé et des autorités locales. L'article révèle en outre certains aspects de la dynamique culturelle et des alliances inter-ethniques que ces centres religieux ont permis.

Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões)*

Livio Sansone**

* Recebido para publicação em outubro de 1992.

** Pesquisador visitante do CNPq no Centro de Recursos Humanos e do Curso de Mestrado em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

I - TEMA

Será possível constatar uma intensificação da identidade étnica dos afro-brasileiros das classes populares nos últimos anos ou alterações na forma de identificação com o "sentir-se negro" ou no significado da cor? Em caso afirmativo, como essas alterações se constituíram? Essas são as duas questões principais enfrentadas por nossa investigação a respeito da relação entre cor e classe na Bahia contemporânea e do desenvolvimento da identidade étnica dos afro-brasileiros, como também das imagens sobre os negros. A investigação enfoca uma dimensão da vida diferente daquela tradicionalmente referida nos estudos sobre o espaço negro:¹ o dia-a-dia em dois bairros e a relação entre a cor e o trabalho ou a procura de uma remuneração financeira.

Os temas gerais da pesquisa são:

a) *A relação entre a cor e a classe na divisão do trabalho, na economia formal e informal* - Que relação existe entre a posição, a cor

e a identidade étnica? Que influência exerce essa relação sobre a estratificação social e as estruturas de trabalho existentes na zona de investigação?

b) *As tendências recentes nas relações entre brasileiros de diferentes cores, na terminologia ligada à cor e na identidade étnica de afro-brasileiros* - Terá a identidade étnica influência sobre o modo como se enfrenta o trabalho e sobre o modo como se reage, na vida cotidiana, à exclusão social, ao empobrecimento e à modernização? Ou a identificação com o sentir-se negro estará limitada ao "espaço negro" (no tempo do lazer e na prática dos rituais religiosos)? Qual é a influência das (novas) organizações negras sobre a massa dos afro-brasileiros? Há diferenças entre gerações e entre grupos sociais e profissionais?

No estudo das relações de cor me parece determinante ressaltar as especificidades brasileiras (muitas vezes exageradas por lusófilos como Freyre ou negadas por lusófbos como Skidmore) e similitudes com a situação do ne-

gro em outros países. O meu ponto de partida é que, de um lado, há muitos tipos possíveis de identidades étnicas e de racismo, mas que, de outro lado, entre o uso de símbolos étnicos e os estereótipos raciais criados por grupos diferentes em diferentes países há sempre mais aspectos parecidos devido ao processo de globalização das culturas.

A pesquisa de campo está sendo realizada entre os moradores de uma parte de um bairro na Cidade Baixa de Salvador e de algumas ruas em dois bairros de Camaçari.² Ela consiste numa primeira parte quantitativa, sobretudo, e uma segunda parte qualitativa.

Os dados a seguir se referem a Camaçari e Salvador. Esses dados resultam de uma primeira e provisória interpretação dos 850 questionários aplicados até o momento, referentes a um primeiro período de observação participante e de 40 entrevistas abertas, com duração entre 30 minutos e três horas, com informantes selecionados dos questionários. O objetivo principal da primeira parte da pesquisa (o levantamento de mil questionários e de 40 entrevistas-piloto) era mapear a relação entre cor e classe nas áreas focalizadas, a fim de ter uma base de dados quantitativos sobre a estratificação sócio-cultural no bairro (idade, composição dos núcleos habitacionais, moradia, escolaridade, emprego, desemprego, religião, redes de amizade e estilos de vida) e sobre o uso da terminologia da cor (definição e autodefinição e mudanças nesse uso). O segundo objetivo era selecionar cem pessoas a serem entrevistadas em profundidade na segunda parte (qualitativa) da pesquisa.

Antes de apresentar os primeiros resultados provisórios, é preciso definir o que nesta pesquisa se entende por identidade étnica e enfatizar algumas especificidades da identidade étnica negra.

Identidade étnica e globalização

A identidade étnica pode ser entendida como aquela dimensão da identidade social relacionada ao fato de pertencer a um grupo étnico. Além de sua dimensão social – a coesão étnica, a organização social de um grupo étnico –, ela contém uma dimensão de natureza ideológica. Esta consiste no uso simbólico de aspectos de uma cultura pelo qual um grupo étnico procura intensificar a sua coesão interna, assim como reforçar o que o distingue de outros grupos.

A criação da identidade étnica é uma resposta à crise de valores e à “grande confusão” da vida moderna e, ao mesmo tempo, pode ser algo instrumental – o discurso de um grupo étnico definido como grupo de interesse que está tentando adquirir *status* ou cidadania. Nesse sentido, essa identidade tem aspectos “racionalis” e outros “irracionalis” (Epstein, 1978) – tem a ver seja com a cabeça ou com o estômago. Como as outras identidades sociais, a identidade étnica é criada e faz sentido num contexto relacional. Sobretudo numa situação complexa, como a da grande cidade – onde a pessoa se (re)define perpetuamente espelhando-se em muitos outros estilos de vida, modas e “diversidades” –, a identidade étnica é forjada também em relação à redefinição das outras identidades sociais, fundadas sobre a classe, a profissão, o sexo, a idade, localidade ou território etc. Fazer parte de um grupo étnico particular (os índios, os negros, os gaúchos etc.) se relaciona com o fato de a pessoa ser – alternativamente ou até ao mesmo tempo –, por exemplo, jovem, mulher, pobre, “moderno” ou “tradicional”, crente ou não, de um bairro em lugar de um outro.

Assim, pertencer a um grupo étnico pode concorrer com a fidelidade a outras identidades sociais. Pertencer a um grupo étnico nunca – talvez sempre menos – define inteiramente uma personalidade. Em alguns momentos e aspectos da vida, o indivíduo e os grupos são in-

fiéis a todos os diferentes componentes da própria identidade social. A essa combinação de (in)fideliidades múltiplas acrescenta-se o ecletismo da identidade étnica. Ela não é, como tal, politicamente revolucionária ou simpática, mas geralmente de forma ambígua e mutável. Desse ponto de vista, pode-se talvez estudá-la como se fosse uma religião, um discurso ou uma ideologia política – tomando-a *cum grano salis*.

A variabilidade e ambigüidade são evidentes nas subculturas e identidades étnicas criadas por jovens negros e filhos de imigrantes dos países asiáticos ou mediterrâneos nas principais cidades européias na última ou nas duas últimas décadas (Wulff, 1988; Sansone, 1992). A identidade étnica muda naturalmente em relação ao processo de socialização e – no caso de imigrantes – ao processo de ambientação nas sociedades hospedeiras. Ela também muda, porém, em relação ao desenvolvimento da mídia e da indústria do lazer (Hebdige, 1987; Sansone, 1991). A experiência desses jovens mostra como a identidade étnica contém aspectos “revolucionários”, mas também “conservadores”, bem como pode estimular a consciência coletiva ou obstaculizar a ascensão social de tipo individual.

De qualquer jeito, a identidade étnica não é algo fixo. Ela deve ser renegociada no dia-a-dia – quanto mais essa identidade se desenvolve no meio urbano moderno e é baseada em tradições reinventadas e comunidades imaginárias (Anderson, 1983), tanto mais rápida é a mudança, a negociação, o sincretismo. No estudo da identidade étnica não são as hipotéticas originalidade e genuinidade que são interessantes, mas o estilo e o tipo de criação. Por exemplo, o jeito dos negros de usar e reinterpretar a África no Brasil é bem mais relevante do que identificar na cultura negra a porcentagem de África verdadeira – ou os africanismos, como os chamava Melville Herskovits (1941).

O recente aumento de vitalidade cultural de diferentes minorias étnicas e a maior popularidade de alguns símbolos étnicos em sociedades economicamente complexas (novos nacionalismos no Leste da Europa, cultura negra, imigrantes na Europa, América e Oceania etc.) se distinguem por não serem simplesmente a redescoberta de velhos símbolos e tradições, mas a redefinição, num novo contexto, daqueles símbolos e tradições étnicos que, segundo os indivíduos em questão, podem ajudar a dar *status*, créditos e dignidade na sociedade moderna. Trata-se, aliás, de um processo de reinvenção das tradições (Hobsbawm, 1983; Anderson, 1983). Muitas dessas que alguns chamam “novas etnicidades” (Novak, 1979; Reitz, 1980; Conzen *et alii*, 1990) testemunham, mais do que uma volta ao passado, um desejo de utilizar símbolos do passado para participar melhor do presente e para se *modernizar* sem perder a própria especificidade e, em alguns casos, a individualidade.

A situação moderna estimula um certo tipo de identidade étnica no qual a procura de símbolos que podem ser utilizados para se distinguir de outros grupos étnicos e a revitalização das tradições são mais relevantes do que a prática efetiva de uma cultura diferente. Trata-se de identidades étnicas que podem se combinar com a *modernidade* e outras identidades sociais e que permitem uma filiação em tempo parcial – durante a noite, no lazer e no fim de semana. São identidades étnicas que não atrapalham e podem até estimular a participação e mesmo a integração na sociedade metropolitana.

Mesmo que se apresentem como momento de heterogeneização da vida sócio-cultural, essas novas identidades étnicas refletem o processo de homogeneização cultural e social ao qual todos os grupos, de uma maneira ou outra, participam. O processo de assimilação do particular/local ao universal – a homogeneização – e a contemporânea (re)descoberta do particular e da adesão aos interesses particu-

lares, através da (re)invenção das tradições – a heterogeneização –, não estão em contradição, mas se desenvolvem sempre mais juntas, uma em função da outra.

O aumento da força de muitas identidades étnicas tem efetivamente a ver com algumas transformações universais e universalizantes:

1 – *O aumento da complexidade social e produtiva leva à crise da classe operária* – Isso está combinado com a crise, mais forte ainda, dos ideais e das organizações que explicavam o mundo prevalentemente em termos de classe. Quanto mais o mundo é complexo e o capitalismo demonstra ser um sistema produtivo elástico e sincrético, mais fica fácil classificar o mundo em termos culturais e sobretudo étnicos ou raciais. Chega-se, ao que parece, ao absurdo de, com o aumento da complexidade das sociedades, crescer a popularidade das explicações maniqueístas ligadas às polaridades de tipo étnico ou racial (sérvio e croata; cristão e islâmico; branco e negro). O maniqueísmo da classe está sendo substituído pelo da etnia.

Também entre antropólogos, historiadores e outros pesquisadores parece hoje haver um maior interesse pela identidade étnica, junto a uma perda de charme do conceito de classe. Pelo fato de publicarem e de serem, às vezes, personagens públicos, esses pesquisadores podem contribuir, consciente ou inconscientemente, para a nova vitalidade de alguns símbolos étnicos. A opinião de quem escreve é que, se no passado muitas vezes os pesquisadores exageraram tentando explicar todas as contradições só em termos de classe, hoje eles estão se adaptando rapidamente à nova popularidade de alguns símbolos étnicos. A consequência disso pode ser uma perda de curiosidade para o que de material – “de classe” – se esconde por trás do uso de símbolos étnicos.

2 – *A queda de fronteiras geográficas e culturais devido a migrações, viagens e turismo* (por exemplo, o efeito da agência de turismo

estadual, a Bahiatursa, sobre alguns aspectos da cultura negra).

3 – *A vida na grande cidade moderna tem profundas influências sobre as identidades étnicas das diferentes minorias e comunidades que a habitam* – De um lado, a metrópole – e a “vida moderna” mais geral – seculariza, dilui as comunidades tradicionais e despersonaliza; de outro lado, a metrópole – em particular aquela multiétnica e multicultural – oferece oportunidades para a criação de novas identidades, mais complexas e sincréticas (Hanerz, 1980 e 1990). Um conjunto de novas oportunidades é oferecido pelo grande número de pessoas, instituições, recursos etc. presente na metrópole, pelo surgimento de novos meios de comunicação de massa e pelo papel da indústria do lazer. Essa indústria, para crescer, estimula a agregação de grupos específicos, cria novidades – e então diferenças – e as distribui (Sansone, 1991).

4 – *A globalização cultural devido ao funcionamento da mídia, dos meios de comunicação de massa e da indústria do lazer* – TV, rádio, vídeo, fax e indústria musical globalizam, mas também veiculam as específicas reivindicações de grupos. Assim, por exemplo, Paul Simon e Sting se tornaram, provavelmente quase de modo inconsciente, mensageiros e *transponders* internacionais da situação do negro e do índio no Brasil. Dentro desse processo, globalizam-se também os sistemas intelectuais/culturais e as reivindicações e estratégias políticas – a idéia de nacionalismo se desenvolve junto com a idéia de internacionalismo e os primeiros acordos internacionais; quanto mais forte o fervor étnico ou nacionalista no mundo, mais os diferentes nacionalismos e discursos étnicos são parecidos, se imitam e se contagiam (Wallerstein, 1991).

5 – *A progressiva uniformização das expectativas em termos de consumo e qualidade de vida* – Essa uniformização dos (novos) desejos é muito mais forte que as possibilidades reais de realizá-los. Os desejos e os sonhos são

sempre mais parecidos: a diferença entre, por exemplo, um jovem de um bairro pobre de Salvador e outro de um bairro de classe baixa no Primeiro Mundo é a possibilidade de os realizar. Essa consciência dos próprios limites leva à frustração e insatisfação, que geralmente não se exprimem através das formas convencionais do protesto político.

O resultado de todas essas mudanças é que as comunidades étnicas são sempre menos "ilhas na cidade" (Steinberg, 1988) e hoje, em relação ao passado, têm, pelo menos no meio urbano, mais subculturas e identidades complexas, mas estas são mais interligadas e compartilham um núcleo de valores e símbolos com a cultura popular hegemônica (Hannerz, 1980). Trata-se de identidades ecléticas nas quais a auto-segregação se mistura com a procura da integração e da cidadania e o processo de secularização – *modernização* –, com a nostalgia do passado e das tradições. Todos esses desenvolvimentos demonstram como qualquer idéia de incompatibilidade intrínseca entre *modernidade* e (a revitalização de) sentimentos étnicos é hoje superada.

Cultura negra

A criação da identidade étnica negra e as dinâmicas internas à cultura negra são bons exemplos de como os símbolos étnicos podem mudar. A cultura negra pode ser definida como "a grande subcultura às nossas portas" (Whitten e Szwed, 1970), a subcultura no interior da cultura ocidental/metropolitana, que reúne, em alguns aspectos e momentos da vida, as pessoas de origem afro-americana, que vivem em uma sociedade cuja maioria é branca e cujo padrão de beleza hegemônico coloca o negroíde no fundo da escala das preferências. Não há *negros* sem *brancos* e vice-versa (Sansone, 1991).

Evidentemente, há grandes diferenças entre as culturas negras formadas nos países da variante anglo-saxônica e aquelas dos países da variante ibérica (Hoetink, 1972) e, em particular, do Brasil (onde em proporção há muito mais não-brancos do que nos Estados Unidos). Não obstante essas diferenças, as específicas culturas negras demonstram três características comuns que as distinguem da maioria das outras subculturas étnicas. Evidentemente cada específica cultura negra tem uma dosagem particular dessas características:

1 – As culturas negras tomam de empréstimo elementos e estratégias (de sobrevivência) das subculturas da classe baixa e do subproletariado (Cashmore e Troyna, 1982; MacDonald e MacDonald, 1978).

2 – Os negros têm uma história secular de interdependência com a cultura branca, antes como escravos, depois como pobres e, nas últimas décadas, também como pessoas que sobem socialmente. Entre brancos e negros há uma relação complexa de amor e ódio. Em alguns domínios – sobretudo no lazer, na música, na moda e na cultura de rua – há, entre brancos e negros, um processo de influência e sedução recíproco. Ao mesmo tempo, o negro é, normalmente, relativamente marginal no poder político e econômico.

3 – O aspecto físico joga um papel central, nos sentidos negativo e positivo. De um lado, os negros são discriminados racialmente em face do próprio aspecto físico; de outro, o aspecto negro pode funcionar como base e ponto de reconhecimento para a construção de uma identidade negra. Na *sociedade branca* o corpo é a vitrine da própria diversidade, mas também um laboratório para a manipulação da negritude (por exemplo, através de um tipo particular de cabelo ou modo de vestir-se). Mais do que na grande parte das outras minorias étnicas, os diferentes jeitos de viver a própria identidade étnica negra se refletem num uso particular do aspecto físico.

Os dois últimos pontos podem provavelmente explicar por que a cultura ocidental é mais capaz de incorporar e espalhar pelo mundo aspectos visíveis das culturas negras do que de outras culturas de minorias étnicas (por exemplo, daquelas criadas por imigrantes e minorias islâmicas na Europa).

Analicamente, a cultura negra pode ser abordada de uma maneira semelhante à da cultura operária. Ambas são subculturas de uma parte da população em questão – nem todos os negros e operários se reconhecem nessas subculturas. Para compreender a realidade dos negros na totalidade, é preciso estudar os momentos e as entidades através das quais a negritude se explicita e se manifesta para o exterior, como também a *normalidade* do cotidiano da maioria dos negros e os processos de negociação entre eles e os mais claros. Ademais, o desenvolvimento da identidade étnica negra e daqueles fenômenos que em parte a causaram (ideologia racial, preferência somática ou imagem da beleza) só pode ser estudado num contexto relacional no qual, por exemplo, ser negro se liga ao fato de ser jovem e, dependendo da situação, ser negro é mais ou menos relevante do que ser jovem; ou se cria novas combinações, como ser negro e jovem ou gostar de um particular estilo de música.

Mais ainda do que na maioria das outras identidades étnicas, a identidade negra é o resultado das relações raciais (Balibar, 1988) e inclui um processo de inversão do estigma em algo positivo (Hebdige, 1979) – a reinterpretação, *por dentro*, da auto-imagem, daquelas características negativas geralmente associadas com ser negro na sociedade brasileira. Dessa forma, por exemplo, “o negro preguiçoso” se transforma na essência do *homo ludens* – um ser mais musical e natural do que o branco.

A criação e a manutenção da identidade étnica negra, sobretudo num contexto urbano, é um fato complexo. Quanto mais as redes de contatos sociais se diversificam e o depósito de símbolos no processo de diversificação étnica

umenta em tamanho e variedade, mais se precisa redefinir a identidade étnica no dia-a-dia. Às fontes ditas tradicionais de inspiração simbólica e de transmissão das tradições, como a família e a turma, soma-se a socialização à distância, através das novas mídias e dos canais da indústria cultural. Às vezes, as novas fontes tomam o lugar daquelas tradicionais, mas freqüentemente se encontra uma mistura na qual em alguns âmbitos são hegemônicas as fontes tradicionais, enquanto em outros (por exemplo, no domínio do lazer e na vida de rua) a hegemonia é das fontes novas.

Concluindo, são mais a precariedade e o ecletismo que definem as “novas etnicidades” do que a rigidez e a continuidade das tradições. O caráter eclético das “novas etnicidades” no contexto brasileiro pode ser também fortalecido por alguns aspectos da sociedade brasileira. Os aspectos mais relevantes em relação ao desenvolvimento de uma (nova) identidade negra são:

- a) a presença de um grande mercado dos símbolos religiosos;
- b) a relativa fluidez dos campos políticos e a negociabilidade das simpatias políticas e dos votos (quantos dos eleitores do governador ACM [Antônio Carlos Magalhães] tinham votado em Lula?);
- c) uma tradição musical e carnavalesca que premia o sincretismo mais do que a pureza (ver, por exemplo, nomes de grupos como Mexe com Tudo e o fato de que na Noite da Beleza Negra 1992, do bloco *afro* Ilê Aiyê, a atração principal ter sido a cantora branca Daniela Mercury);
- d) a presença de uma forte identidade regional – a baianidade – com “campeões” também brancos (ACM, Caetano Veloso, Raul Seixas).

Esses aspectos, aos quais se pode, talvez, juntar a relativa elasticidade de umas barreiras sexuais (Parker, 1990) – que distinguem o

Brasil ou a Bahia aos olhos de muitos pesquisadores estrangeiros –, aliam-se evidentemente à relativa fluidez das relações étnicas e ao *continuum* de cor específicos não só do Brasil mas de toda a variante ibérica das relações entre brancos e negros nas Américas (Hoetink, 1972; Berghe, 1967), à presença do negro na auto-imagem nacional e nos mitos fundadores da sociedade brasileira (Da Matta, 1989), além de, enfim, a uma peculiar mistura de proximidade e preconceito entre brancos, mestiços e negros. Estes últimos aspectos, já bastante pesquisados por outros (entre os quais Freyre; Nogueira), contribuem para complicar ou, mais carinhosamente, para fazer bem específicas seja a identidade étnica dos negros no Brasil, seja a imagem que os mais claros têm deles.

II – PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE PESQUISA

A complexidade descrita no parágrafo antecedente parece corroborada pelos primeiros resultados da nossa pesquisa. Essa pesquisa é uma tentativa de ver como tal complexidade atinge as relações de cor e a cultura negra no caso de alguns pequenos fragmentos da realidade baiana.

As áreas da pesquisa

Os números do IBGE (Censo Demográfico de 1980) mostram importantes diferenças entre as cidades de Camaçari e Salvador, em termos de renda, nível escolar, crescimento demográfico e cor.

A polarização no tocante à renda é maior em Salvador, onde aproximadamente 6,25% dos moradores acima de 10 anos de idade ganham até meio salário mínimo (em Camaçari 4,1%), enquanto aproximadamente 10% ganham mais de cinco salários mínimos (contra 4,5% em Camaçari). No distrito soteropolitano

da Penha, que inclui as Zonas de Informação 47, 48, 49 e 38A (Caminho de Areia), 6,3% dos moradores acima de 10 anos de idade ganham até meio salário mínimo e 7,3%, de cinco salários mínimos para cima. No Caminho de Areia as famílias com renda até três salários mínimos são 24% do total de 2.595 famílias. No núcleo urbano central de Camaçari (Zona de Informação 93), 63% das 5.791 famílias têm renda de até três salários mínimos. Essa porcentagem é bem maior mesmo que os 50% registrados na Zona de Informação 47 – limítrofe ao Caminho de Areia –, que contém uma parte dos Alagados.

No município de Camaçari, as pessoas com mais de 11 anos de estudo são só 3,3%, em Salvador 14,5% e, no distrito da Penha, 13,6%. Os analfabetos declarados são 30% na zona urbana de Camaçari, 8,5% no Caminho de Areia e 10,5% na Zona de Informação 47. As pessoas sem instrução ou com menos de um ano de instrução são 47,5% em Camaçari, 23,5% em Salvador e 19,5% no distrito da Penha.

A taxa de crescimento geométrico entre 1970 e 1980 é de 10,4% no município de Camaçari – alcança 14,8% no núcleo urbano de Camaçari – e 4,1% no município de Salvador – 2,2% no Caminho de Areia e 0,5% na Zona de Informação 48.

Em comparação com Salvador, em Camaçari parece quase faltar uma camada de classe média alta e são menores as distâncias entre as camadas diferentes. Por exemplo, só em 2% das famílias de Camaçari mora uma empregada doméstica, contra 12% em Salvador. São ainda poucas as pessoas com renda alta que trabalham no Pólo e que escolhem Camaçari como lugar de residência. Segundo informações recentes, uma parte delas começa a residir na parte da orla do município de Camaçari. São sobretudo os trabalhadores menos remunerados e das empreiteiras que moram em Camaçari. Esse mecanismo, assim como as dinâmicas migratórias que levaram a Cama-

çari muitas pessoas do interior conduzem a uma diferente composição da cor em relação a Salvador. Como em muitas outras pequenas cidades do interior da Bahia, em Camaçari há menos brancos (17,8% contra 24,28%), menos pretos (11% contra 17,27%) e bem mais pardos (69,6% contra 58,35%) do que em Salvador. No distrito da Penha os brancos são 25,36%, os pretos 16,03% e os pardos 58,58%.

A forte e relativamente recente imigração do interior para Camaçari pode, em parte, explicar outra importante diferença: em Salvador, aproximadamente 23% das famílias são chefiadas por mulheres (no distrito da Penha quase 28%) enquanto em Camaçari, apenas 12%.

Entre as duas cidades existem também diferenças em termos de organização e *status* da comunidade negra. Essas diferenças não são só devido às diferentes composições de cor e ao tamanho muito menor de Camaçari, que então não permitiria a presença de grande variedade na vida associativa dos negros. As diferenças são também devido à existência, em Salvador, de uma tradição de cultura negra e ao reconhecimento institucional muito maior, decorrente do fato de que alguns aspectos da cultura negra estão presentes há décadas.

Nos anos a seguir é possível que a cultura negra e a comunidade negra se desenvolvam em Camaçari de uma forma parecida como ocorreu em Salvador, mesmo tendo em conta o tamanho bem menor e um certo provincianismo de Camaçari. Isso seria devido a dois fatores: à grande influência que Salvador tem, do ponto de vista cultural e do lazer, sobre o interior do estado (e em alguns estados próximos do Nordeste) e ao crescimento do reconhecimento institucional, por parte da prefeitura de Camaçari, de alguns aspectos da cultura negra.

Com efeito, a administração anterior de Camaçari – de esquerda – respaldou a criação de um bloco *afro* (os Filhos de Eolina – a mais

famosa mãe-de-santo da cidade) e de uma escola de capoeira. A atual – de direita – acabou com a ajuda ao bloco e à escola de capoeira, mas subvenciona outra escola de capoeira, uma banda de percussão de meninos (Olodum Mirim), a formação de uma federação dos pais e mães-de-santo de Camaçari e o Concurso da Beleza Negra (que também recebia ajuda da prefeitura anterior e que este ano teve a banda de Ilê Aiyê – em versão reduzida – como convidado especial).

Nos parágrafos seguintes segue uma breve descrição dos aspectos que mais chamaram a nossa atenção nas duas áreas da pesquisa.³

Salvador

A área escolhida em Salvador é uma rua larga, de 400 metros, com algumas travessas e avenidas, no bairro Caminho de Areia (CdA), na Cidade Baixa. Com pouco tráfego, a rua mais parece uma aldeia fechada em que todo mundo se conhece. Para simplificar a aclimação à área de pesquisa, mas também por algumas vantagens logísticas, decidi lá morar.

A rua compreende quatro tipos de habitações: o conjunto habitacional IAPTQ; uma pequena invasão já sedimentada; a Pompéia, uma ex-invasão um pouco maior; e uma quadra de casas de um velho conjunto de habitações populares chamado Barbato.

O tipo de habitação varia de apartamentos de dois quartos e sala no IAPTQ a casas do IAPTQ e outros institutos adaptadas, no curso do tempo, pelos moradores às próprias exigências, estendendo-se até casas menores e mais simples na invasão mais velha e barracos rústicos ainda numerosos na invasão mais recente. A maioria das pessoas tem moradia própria – frequentemente cedida pelos pais. Os moradores de aluguel se concentram no IAPTQ (onde muitos apartamentos já foram resgatados pelos moradores) e na invasão mais recente, onde alguns barracos são de aluguel ou sublocados.

A rua tem 55 casas, mais 172 na Pompéia e no Barbato, além de 120 apartamentos nos prédios do IAPTQ. O total é 347 núcleos habitacionais, com uma população de cerca de duas mil pessoas (aproximadamente seis por núcleo habitacional). A pesquisa pretende entrevistar pelo menos entre 500 e 550 pessoas acima de 15 anos.

As atividades comerciais *visíveis* são: 11 barzinhos (só dois e, às vezes, três com mesinhas, os outros *de pé*), um consertador de eletrodomésticos, três quitandas, uma lavanderia, dois bicheiros, um carpinteiro, um mecânico de automóvel, dois lanterneiros (chapistas), um "consertador de tudo", três cabeleireiras e manicures. Grande número de pessoas desenvolve atividades econômicas, a maioria de maneira informal, sem que tenham loja, estabelecimento ou laboratório (por exemplo, pintor, bombeiro hidráulico, catador de mariscos).

A rua contém pessoas de classe média baixa (funcionários públicos, pequenos comerciantes, policiais e militares, cinco ou seis taxistas), operários e técnicos especializados e com carteira assinada (a maioria trabalha no Pólo ou no Centro Industrial de Aratu), trabalhadores no setor informal da economia (sobretudo carpinteiros, pedreiros, encanadores, baianas de acarajé, lavadeiras, empregadas domésticas) e muitos desempregados (principalmente jovens em busca do primeiro emprego ou jovens que não conseguem *encaixar-se* num trabalho específico e, portanto, mudam de trabalho muito frequentemente – *job hoppers*) e inativos (*encostados* e aposentados).

O grau de mobilidade residencial é muito baixo: até poucos anos atrás, apenas parte dos moradores com mais recursos se mudou para o lado da orla – sobretudo aqueles que trabalhavam no Pólo (Agier, 1990). A grande maioria dos entrevistados abaixo de 40 anos de idade nasceu na rua. Até agora não ouvi falar de pessoas querendo se mudar para outro lado da cidade ou para outro bairro. O pessoal se diz orgulhoso de morar na Cidade Baixa: uma

parte da cidade com tradições, mas bem mais tranqüila do que, por exemplo, o Pelourinho. "Aqui todo mundo lhe respeita e até os ladrões não molestam ninguém que seja daqui." Os "ruins" – nas falas dos moradores – são quase sempre "pessoas de fora", sobretudo dos bairros Massaranduba e Uruguai, "quem vem para aqui para brigar ou roubar". Mesmo os moradores do IAPTQ, para quem uma parte dos mais pobres moradores da Pompéia é "um problema", respaldam a visão de que o *ruim* vem de fora. Então, nas palavras dos moradores, o CdA é um bairro com forte sentimento bairrista – "quem está fora está fora e quem está dentro está dentro". Mas, mesmo assim, há na rua algumas bem importantes subdivisões entre microzonas, com específicos sentido e "cultura".

A principal subdivisão é entre a Pompéia e os apartamentos do IAPTQ. Essas duas zonas representam os dois extremos – no meio fica a pequena e mais velha invasão sem nome e a parte do IAPTQ formada por casas. A maioria dos moradores da Pompéia acha que os moradores dos apartamentos se consideram superiores, pessoas de classe média, mesmo que não sejam efetivamente ricas, enquanto a maioria dos moradores dos apartamentos considera os moradores da Pompéia "baixaria". Os dois grupos admitem que existam exceções. Assim, tem quem "mexe [se relaciona] com os moradores da Pompéia mesmo que seja só para tomar uma boa cachaça de folha", num barzinho ao lado da Pompéia, ou para dançar nos sambões, que invariavelmente são realizados na Pompéia. Do mesmo modo, há também quem, mesmo morando na Pompéia, seja aceito por aqueles do IAPTQ por ser "gente fina" – trabalhador, honesto e educado. As turmas são prevalentemente formadas por pessoas de uma subzona, embora haja exceções (sobretudo de pessoas da Pompéia integradas ao pessoal do IAPTQ).

Essas pessoas, homens na faixa etária de 20 a 30 anos, passam o tempo livre nos barzinhos,

nos pontos de encontro informais (duas esquinas – uma das quais chamada “o muro da foca”, no IAPTQ, e a outra chamada de “lugar de vagabundo”, na Pompéia), no pedaço de calçada onde o mecânico Natal conserta os carros dos moradores da zona e nas duas quadras onde se joga o baba (uma como piso de cimento e a outra com piso de asfalto, ambas bem duras).

À noite, durante a semana, lá pelas dez horas, e no final de semana em torno de uma hora, as turmas se dividem. Os da Pompéia voltam para seus barracos e os do IAPTQ voltam para os relativamente mais confortáveis apartamentos ou para suas casas. Durante o Carnaval, no sábado, há uma “tradição de antigamente” para os jovens homens respeitáveis da rua: “sair de mulher”. Aí se forma um bloco espontâneo da cerca de 25 “gostasas”, que brincam juntas todo aquele dia mágico numa travessa da Avenida Sete de Setembro, ponto de encontro do pessoal do CdA e bairros limítrofes durante o Carnaval e, nessa época, chamado de “Beco da Ribeira”. Se “as gostosas”, o Beco da Ribeira e algumas turmas na rua são bastante integradas – no sentido de incorporar pessoas de diferentes origens –, os 11 barzinhos parecem mais segregadores.

Durante a minha primeira visita à rua, em junho de 1990, só havia cinco barzinhos. Os outros seis surgiram nos últimos dois anos – por causa da crise econômica, acham os moradores. Cada um desses barzinhos, na maioria dos casos lugares bem informais, tem um público específico formado por poucos fregueses fixos, principalmente os moradores mais próximos, de sexo masculino, além de alguns ocasionais amigos de fora. Cada barzinho parece se especializar num “gosto” particular, mesmo que à primeira vista todos pareçam iguais: tem aquele dos velhos, onde o som só é samba dos anos quarenta; há aqueles para quem gosta de dominó; aquele que só vende cachaça; aquele que só tem cerveja; ou aquele onde também se

acha maconha e que então só é freqüentado por jovens de *short* e sem camisa.

Entre a Pompéia e os apartamentos parece existir uma divisão de tarefas. As festas de largo (São João, São Pedro); a associação de samba e *samba-reggae* (não chega a ser uma verdadeira escola de samba); os sambões improvisados; as seis baianas de acarajé; o (extinto) terreiro de candomblé; a maioria dos “vagabundos” e “vagabundas”; as casas onde a água falta durante semanas inteiras; as empregadas domésticas e as lavadeiras estão concentrados na Pompéia. A “gente fina”; as famílias “certinhas”; os casais de quase-namorados, que “se cantam” segundo as regras “de antigamente”; o pessoal que tem trabalho certo; os carros (aqueles que funcionam e aqueles – muito mais – que estão constantemente em conserto); as pessoas que têm empregadas (paga uma “mixaria”, no máximo meio salário mínimo para cinco a seis dias de trabalho por semana), que têm banheiro e chuveiro que funciona; e, enfim, aquelas que dão festa, oferecendo cerveja e churrasco aos vizinhos, estão concentrados nos apartamentos do IAPTQ.

A essa divisão, evidentemente de classe, entre pobres urbanos, operários especializados e classe média baixa (os últimos dois concentrados no IAPTQ) soma-se uma bem mais sutil divisão, em termos de aspecto físico, e em última análise, de cor. Na Pompéia, os brancos são bem poucos (5% a 10%) e os mestiços uma minoria (25% a 30%). No IAPTQ, a maioria é mestiça, com 20% de brancos e 30% de pretos/negros.

Camaçari

Em Camaçari, a pesquisa escolheu algumas ruas em dois bairros: o Phoc 1 – um loteamento popular com aproximadamente 20 anos de vida – e a Bomba – uma das poucas partes antigas preservadas, crescida em torno do mais importante terreiro da cidade.

Hoje já não parece haver muita diferença entre os tipos de casas dos dois bairros (na grande maioria, pequenas com quintalzinho na frente e quintal maior no fundo), embora na Bomba a cor predominante seja a verde e as casas e as ruas sejam menos padronizadas. As casas de taipa estão quase ausentes na Bomba e estão desaparecendo rapidamente do Phoc 1 – em 1990, havia pelo menos duas vezes mais casas de taipa que hoje. A maioria absoluta das casas são próprias. Somente algumas das pessoas de renda menor nos bairros alugam uma casinha, geralmente construída num quintal de uma casa “certa” ou numa das raras “avenidas”, formadas por casinhas de um quarto só, de aluguel – os donos dessas “avenidas” moram no mesmo bairro, no qual eles representam a elite.

Não obstante esse aspecto parecido, os dois bairros contêm uma população com um perfil diferenciado. No Phoc 1, a esmagadora maioria é formada por imigrantes do interior da Bahia, de outros estados do Nordeste e do Recôncavo. Só uma parte dos jovens abaixo de 20 anos de idade nasceu em Camaçari. Na Bomba, não faltam os imigrantes, mas há um núcleo de moradores adultos que nasceu na mesma zona.

As diferenças não se limitam a isso, mas também ocorrem no tipo de trabalho e na preferência religiosa. No Phoc 1, predominam os trabalhadores das empreiteiras (“gatas”) do Pólo, enquanto na Bomba há, em maior número, pessoas que trabalham nas empresas-mãe, assim como um pequeno número de pessoas que ganham mais de dez salários mínimos. Quanto à preferência religiosa, na Bomba, o candomblé tem muitos mais adeptos e diversamente os “crentes” são menos do que no Phoc 1. Como já indicado por outros estudos sobre as camadas sociais que mais são atingidas pelas igrejas crentes, estas estão presentes sobretudo entre os imigrantes, embora nas duas zonas a comunidade católica seja

bastante forte. Ao todo, há uma igreja católica e uma igreja crente em cada zona.

Tanto no Phoc 1 quanto na Bomba, foram escolhidas três ruas paralelas. Nas três ruas do Phoc 1 – em duas delas moram dois dos entrevistadores –, há um total de 80 casas, enquanto nas três ruas da Bomba há cem casas, com respectivamente 500 e 600 pessoas. Como no Caminho de Areia, a maioria mora em casa própria, comprada geralmente por eles mesmos e, no caso de alguns jovens casais, adquiridas através dos pais. Nas ruas do Phoc 1, as atividades comerciais visíveis eram nove; nas ruas da Bomba, oito. Trata-se sempre de quintandas, freqüentemente com boteco anexo.

Não obstante os questionários não terem sido ainda analisados, pode-se desde já afirmar que, em termos econômicos, a renda é bem mais baixa nas duas áreas de Camaçari do que na rua pesquisada em Salvador. No entanto, em Camaçari, as pessoas conseguem mais facilmente incorporar ao orçamento familiar pequenos ganhos provenientes de hortas e da criação de pequenos animais. Semelhantemente a outras zonas semi-rurais ou onde os moradores têm uma origem rural próxima, o padrão de vida parece mais sóbrio do que na zona da pesquisa em Salvador, como ilustram alguns exemplos de tipo anedótico: o ritual de beber e oferecer cerveja entre homens nos barzinhos, que é tão importante na vida social no Caminho de Areia, é aqui menos forte (muitas vezes, para esse ritual, utiliza-se em Camaçari a bem mais barata pinga); as casas são mais simples (no Phoc 1, metade delas ainda precisa de acabamento); os meninos brincam na rua *seminus*; as mulheres espicham menos o cabelo e se preocupam menos com a “última moda”.

Em termos de composição social e de tipo de habitação, as ruas pesquisadas em Camaçari, sobretudo no Phoc 1, são bem mais homogêneas de que a rua do Caminho de Areia. Os habitantes se sentem no “mesmo barco” e com um destino parecido, particularmente os mais

velhos, ainda mais por serem imigrantes. A grande maioria tem consciência de ser dependente da sorte no Pólo. Quem é operário sente-se explorado e discriminado. Quando se fala de preconceito, as pessoas se referem geralmente à humilhação que os operários sofrem na fábrica por parte dos chefes. Ou ao tratamento preconceituoso recebido por trabalhadores das empresas-mãe (por exemplo, nos refeitórios).

O tema principal das conversas é o trabalho e o desemprego. "O problema" é o Pólo, as "gatas", talvez a prefeitura. Essa relativa homogeneidade produz bem menos "facções" entre moradores da mesma rua. Quando se fala de diferenças entre eles - algumas de nossas perguntas, com mais profundidade, fazem referências aos tipos ou aos estilos que o entrevistado identifica entre os moradores do próprio bairro -, estas existem sobretudo entre os crentes e os outros, ou entre o próprio bairro e outros bairros "marginais".

Embora o Phoc 1 e a Bomba tenham, em Camaçari, a fama de bairro "ruim", entre os moradores desses dois bairros há a tendência geral a recusar essa definição (cf. Zaluar, 1985). Assim, os marginais que agem na Bomba deveriam ser originários do limítrofe bairro do Parque Florestal, enquanto os que agem no Phoc 1 deveriam ser originários da zona limítrofe e recente invasão ou do bairro Rabo de Gata. É interessante sublinhar que também os moradores do bairro Parque Florestal (onde se decidiu levantar 20 questionários extras) recusam essa etiqueta de bairro marginal e acusam o pessoal de fora de lá se esconder quando a polícia os procura. Essa defesa da reputação do próprio bairro passa através da acusação, por quase todos os roubos e assaltos, a "aqueles de fora", da insinuação (por medo ou respeito?) de que os marginais "de dentro" são gente legal e da opinião de que os ruins são, em geral, as pessoas de fora. Essa tendência se constata também no Caminho de Areia.

A composição da cor entre os entrevistados no Phoc 1 e na Bomba é muito parecida: 35% pretos/escuros/morenos escuros/negros; 50% pardos/mestiços/morenos claros; 15% brancos/brancos da Bahia.

INTERPRETAÇÃO PROVISÓRIA DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO E O RESULTADO DA PRIMEIRA FASE DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nas duas áreas pesquisadas, são pouquíssimos os núcleos habitacionais compostos por pessoas que moram sozinhas. A maioria é formada por famílias nucleares, sobretudo nos apartamentos do IAPTQ e nas casas um pouco mais de luxo de Camaçari. Os núcleos habitacionais de renda menor, além dos componentes da família "central", reúnem normalmente mais pessoas adultas. São em geral outros jovens adultos provenientes do interior (em Camaçari), membros da família recém-casados ou separados, jovens mães solteiras e filhos de criação. Então, nos núcleos habitacionais de renda menor, geralmente situados nas casas menores, moram mais pessoas.

Em termos de nível escolar, o que mais surpreende é a grande diferença entre pais e filhos. Boa parte dos pais é analfabeta ou semi-analfabeta, enquanto o restante tem, na grande maioria, poucos anos de escola ou só o primário. Entre os filhos o nível escolar é muito maior, alguns dos quais - uma minoria, é verdade - chegaram pelo menos a prestar exames de vestibular. Os filhos analfabetos quase não existem e os semi-analfabetos são, inclusive entre os mais pobres, a minoria - embora a distinção entre analfabetos, semi-analfabetos e escolarizados com alguns anos de escola pública de um bairro popular seja pouco clara. Mesmo assim, cerca de sete entre dez jovens não concluíram o primeiro grau. Especificar o motivo do abandono escolar entre os jovens é bem complexo.

Entre os "velhos"/pais o motivo do abandono é simples: eles não concluíram os estudos por falta de condições. A resposta mais comum em Camaçari era que o pessoal morava na roça e tinha que ajudar na renda da família trabalhando a terra, enquanto em Salvador, onde a ligação com um passado de roça é menos comum ou já se perdeu há duas gerações, os velhos tinham que deixar de estudar para ajudar os pais geralmente em atividades informais (empregada doméstica, ajudante, vendedor na rua etc.).

Quanto aos jovens, tanto em Salvador como em Camaçari, só a metade dos que abandonam a escola o faz para trabalhar e ajudar no orçamento da família; a outra metade não sabe explicar como e por que abandonou a escola, simplesmente um dia se viu fora dos bancos escolares. Uma parte deles é vítima do mau estado da escola pública - faltam vagas e os alunos potenciais ficam um ano ou mais esperando até que muitos deles se sintam "adultos" demais para voltar a estudar. Mas, na maioria dos casos, sobretudo em Salvador, parece que é a descrença no investimento em educação, mais do que a necessidade de trabalhar, que tira os jovens da escola. Essa descrença parece estar ligada à situação do mercado de trabalho, que se encontra saturado para todas as categorias de diplomas escolares. Quantos amigos ou irmãos com um diploma acabam fazendo qualquer trabalho sem qualificação e com baixa remuneração?

O desemprego - elevadíssimo na faixa etária de 15 a 25 anos, com índices de até 75% entre os entrevistados pouco escolarizados -, a dificuldade em achar um biscoito que pague mais do que uma "mixaria" para quem não tem qualificação ou capital e a falta de crença no estudo deixam, por enquanto, grande parte dos jovens nessa faixa etária numa situação de inatividade de fato. Eles vivem esperando um trabalho, que não há, de acordo com seu grau escolar e evitam os trabalhos (ruins) disponíveis para pessoas pouco ou não qualificadas.

A dependência da renda baixa da família parece preocupar menos do que a possibilidade de exercer uma ocupação que possa implicar a perda de *status* entre os amigos, ou uma outra que não corresponda às expectativas criadas pela escola, pela mídia e pela turma.

Em relação ao trabalho, o quadro fornecido nas áreas pesquisadas é parecido com a situação de muitos bairros de classe baixa e média baixa. Uma minoria de adultos na faixa etária de 30 a 60 anos que tem trabalho fixo, com ou sem carteira assinada, sustenta, pelo menos em parte, uma grande maioria de desempregados, subempregados, empregados precariamente, inativos, aposentados, encostados e menores. Essa minoria é ainda menor nas partes das ruas onde se concentram as pessoas com renda mais baixa.

Entre as pessoas de renda "certa" e os outros, não há apenas uma relação de dependência, mas também de troca, na qual as pessoas de renda "certa" recebem serviços e *status* em troca do dinheiro. Essa troca acontece, evidentemente, no âmbito da família em primeiro lugar e, depois, entre os moradores. Assim, há na rua - em particular no CdA - toda uma rede de serviços que faz com que ela seja quase independente do resto da cidade em termos de alguns serviços. São lanterneiros, pintores de carros e paredes, mecânicos de automóvel, técnico de geladeiras e eletrodomésticos, limpadores de esgoto, locadores de telefone, transportadores de mercadoria e de pessoas (ao lado dos taxistas oficiais que moram na rua), cabeleireiras, manicures, costureiras, moambeiros (pessoas que revendem produtos - perfumes, aparelhos eletrônicos, roupas etc. - importados por contrabando do Paraguai e Argentina), agiotas (que também trocam cheques), bicheiros, empregadas, lavadeiras e bábás.

Através da prestação de serviços, empréstimos e presentes (inclusive em dinheiro e comida), os moradores de diferentes posições sociais e cor são interligados em complexas redes

de reciprocidades. Como o caso do mecânico negro sócio do Filho de Gandhi (no ano passado foi também sócio do bloco Ilê Ayiê) que conserta o carro do zelador branco de origem alemã, a quem ele já conhece desde menino e que, por enquanto, não tem que pagar em dinheiro, mas fazendo o favor de transportar com o seu carro umas peças de motor para o mecânico. Ou o caso do menino negro que quase não tem casa e, freqüentemente, recebe comida e roupa de uma família mestiça que o conhece desde pequeno, porque a mãe dele trabalhou na casa dessa família como empregada um tempo atrás: limpa, às vezes, o esgoto dessa mesma família sem esperar dinheiro em pagamento.

Em Camaçari também encontramos mutirão na construção e melhoramento das casas, unindo moradores da mesma rua, muitas vezes de cor diferente, numa rede de reciprocidade. O efeito dessas redes de serviços e reciprocidade não é só porque os moradores se sentem solidários uns com os outros, ou pelo menos dependentes um do outro, é porque, por fim, eles geralmente procuram "se dar bem com todo mundo na rua" e limitam o comentário negativo sobre outros moradores no âmbito da própria família e da fofoca entre os vizinhos e a turma. O outro efeito é que, em parte, a renda se redistribui dos núcleos habitacionais com renda "certa" para núcleos habitacionais mais "fracos".

Muitas das pessoas que trabalham, em particular aquelas sem trabalho fixo e sem carteira assinada, operam fora da própria profissão. Assim, há mulheres com diploma de contabilidade que, na verdade, trabalham como balconistas e homens com diploma do Senac ou conseguido através de uma empresa do Pólo que trabalham como vigilantes ou moambeiros. Essa perda de capital humano se refere tanto às pessoas que aprenderam a profissão na prática (por exemplo, como aprendiz numa empresa artesanal) quanto àquelas que obtiveram um diploma num curso.

Trabalhar de fato numa profissão inferior não é o único fator de frustração. A grande maioria dos trabalhadores vive no dia-a-dia a perda de valor do salário percebido no próprio trabalho. O desenvolvimento de segundas e terceiras atividades econômicas – biscates e, às vezes, outros trabalhos "certos" – acontece muito, sobretudo no CdA, onde há muitos funcionários públicos com horário de trabalho efetivo inferior a 40 horas e, portanto, com mais tempo livre e um mínimo de capital para investir num biscate.

Na economia informal reproduz-se uma hierarquia. O pessoal que tem trabalho "certo" – em particular um emprego público –, com bastante tempo livre, família "forte" (que pode ajudar, fornecendo capital ou pessoas de confiança, a quem se paga pouco por muitas horas de trabalho), competências técnicas, carro e capitalzinho, desenvolve biscates que produzem uma renda maior. Para eles, às vezes, o biscate é a renda principal, enquanto o trabalho "certo", mais do que uma fonte de renda, é importante porque garante a assistência médica e a aposentadoria.

A maioria do pessoal da invasão mais recente no CdA só consegue achar um lugar marginal no mercado formal e naquele informal. Assim, chega a ter, na mesma rua, hipereempregados (pessoas que desenvolvem um ou mais tipos de biscate, ao lado de um trabalho "certo", ou pessoas que têm dois trabalhos "certos"), empregados, subempregados e desempregados. Subempregados e desempregados são, sobretudo, pessoas pouco qualificadas e jovens – alguns diplomados.

A importância de uma "família forte" que funcione como respaldo fica também evidente nos casos de comerciantes, feirantes e autônomos (mecânicos e carpinteiros). Os negros, em algumas dessas posições, têm geralmente uma "família forte" atrás. Eles mesmos foram, muitas vezes, educados de forma quase espartana por pais que brilhavam em puritanismo e exigiam dos filhos o máximo em termos de

respeito à autoridade paterna e materna, dedicação à escola e “boa aparência”. Na grande maioria, trata-se de família na qual o pai tinha um papel central. Entre esses negros, a porcentagem de *peessoas de igreja* – católicas ou crentes – é maior. Para eles, numa posição autônoma ou de pequeno empreendimento, vale então o mesmo que no caso de pequenos empresários em geral e de empresário das minorias étnicas no particular: a dificuldade em achar capital econômico pode e deve ser compensada por parcimônia, sacrifícios e a *família-capital* (Bonacich, 1973; Boissevain e Grotenbreg, 1986).

Numa contagem dos feirantes da feira central de Camaçari, aparece relativa concentração de vendedores escuros em alguns setores: os vendedores não cadastrados de frutas e hortaliças, os camelôs que vendem produtos de moamba e as lojas de farinha e cereais, de produtos de comida típica baiana e de produtos e imagens sacros (para candomblé, umbanda, trabalhos etc.). São produtos, ao que parece, que qualquer camaçariense compraria sem problemas das mãos de um homem negro. Entre os donos das lojas de roupa, sapatos e produtos de beleza, há bem menos homens negros, enquanto são inúmeros os homens brancos, algumas mulheres negras e, sobretudo, bastante adolescentes negros que trabalham como assalariados. Outra possível razão da sub-representação dos homens negros nesses setores é que aí se necessita de mais capital inicial e os circuitos através dos quais se adquirem os produtos são mais fechados e industrializados – só uma minoria desses donos de venda negros são filhos de comerciantes, o que, pelo menos na feira de Camaçari, é muito mais o caso entre os vendedores mais claros.

É difícil dizer o número exato de desempregados, não só porque as contagens ainda não foram realizadas, mas também porque, como é sabido, a diferença entre desempregados e subempregados é relativa. De todo modo, os desempregados são principalmente jo-

vens, às vezes com qualificação ou diploma (em Salvador), e pessoas na faixa etária de 20 a 45 anos com pouca qualificação (em Camaçari). Estes geralmente já têm um passado de trabalho – seja na roça antes de migrar para Camaçari ou numa empreiteira do Pólo –, enquanto mais da metade dos primeiros nunca teve trabalho.

As pessoas pouco qualificadas procuram trabalho, na maioria das vezes, por meio de visita direta às empresas, quando possível sob indicação de uma pessoa conhecida na empresa, que “dá uma força”. Para as pessoas qualificadas, o caminho para o emprego passa pelo concurso público – sobretudo em Salvador – ou pela procura de entrada numa das empresas-mãe do Pólo. Amigos, parentes, (ex)colegas são determinantes na procura de trabalho – mesmo de trabalho pouco qualificado como balconista numa loja, na calçada, ou como empregada doméstica. Mais do que procurar trabalho, as pessoas procuram então um *pistolão*. Evidentemente, são aqueles com melhores ligações com políticos ou, pelo menos, com as famílias influentes da rua que têm acesso ao seletivo e nem sempre efetivo *mercado do pistolão*.

A política e as ligações influentes com prefeituras e empresas são representadas nas ruas por algumas famílias que funcionam como intermediárias para uma parte dos moradores alcançar o *pistolão* – aqueles com os quais eles “se dão bem”. Essas famílias são geralmente aquelas que se mobilizam para um ou outro candidato durante as campanhas eleitorais. Assim, as pessoas que pouco podem oferecer a esses intermediários na rua quase não têm acesso ao *pistolão* e, portanto, ficam confinados aos empregos precários. Trata-se, sobretudo, de jovens pouco escolarizados, membros de famílias conhecidas como pobres e/ou pouco “respeitáveis” e pessoas com reputação manchada na rua por serem alcoólatras, “maconheiros”, “lelés” ou “malucos” e inconfiáveis (quem não paga as dívidas, não

cumpra os deveres locais, como mutirão, e não mantém a palavra). Entre aqueles que não têm acesso ao mercado do *pistolão*, os moradores mais escuros são super-representados.

A diferença maior entre desempregados é aquela entre pessoas que perderam o emprego e jovens em busca do primeiro emprego. Em Camaçari os demitidos determinam a imagem pública dos desempregados, enquanto no CdA são os jovens em busca do primeiro emprego que determinam essa imagem. Em geral, quanto mais baixa a escolaridade tanto mais se procura qualquer tipo de trabalho, sendo que em Camaçari as expectativas dos desempregados são menores. No CdA há bastante jovens desempregados que não querem nem procurar trabalhos como gari, faxineira e empregada doméstica, preferindo trabalhar, por exemplo, como lojista ou biscateiro, mesmo que o pagamento seja menor, do que fazer um tipo de trabalho que afetaria o *status* na própria turma. Mais do que em Camaçari, parece haver também no CdA turmas de jovens nas quais o estilo de vida hegemônico é aquele do biscateiro de rua, do malandro e da menina que só "quer curtidão". Nessas turmas, um desempregado que vive da aposentadoria da mãe e que só procura trabalho "de nível" goza de mais respeito do que quem tem um tipo de trabalho considerado de "baixo nível". No âmbito da minoria das turmas, onde também há "vagabundos" (ladrões ou pequenos vendedores de maconha), a reprovação de trabalhos de "baixo nível" é mais forte ainda.

A renda média por mês dos entrevistados é de dois salários mínimos em Salvador e de um e meio em Camaçari. Em Salvador são mais numerosos os entrevistados que ganham mais, até 15 salários mínimos - na maioria donos de pequenas empresas, comerciantes e técnicos no Pólo. Cabe sublinhar que muitos dos que fazem biscate ou têm atividades autônomas declararam renda provavelmente inferior à real, com medo de possíveis conseqüências fiscais, enquanto quem só tem emprego assala-

riado geralmente declara a própria renda efetiva sem problema. Uma minoria das pessoas com renda muito baixa exagera na direção contrária. Elas declaram uma renda superior à real, seja por vergonha da própria condição, seja porque se sentiam pressionadas pela presença da patroa durante a entrevista. Assim, algumas empregadas domésticas que foram entrevistadas na presença da dona da casa declararam receber o salário mínimo, enquanto, interrogadas depois, apurou-se que elas recebiam a metade.

Cor e posição social

Sobretudo em Salvador, os entrevistados brancos e morenos claros são concentrados nos tipos de trabalho melhores. Há mais pessoas escuras (negros e morenos escuros) em posição de classe média (baixa) do que brancos e morenos claros numa situação de pobreza. Evidentemente, há também uma minoria de pessoas de pele clara que, nas ruas pesquisadas, são qualificadas entre os pobres - são principalmente imigrantes do interior em Camaçari e descendentes de imigrantes europeus (portugueses, espanhóis, italianos e, às vezes, alemães) em Salvador.

As pessoas escuras com uma renda melhor se encontram quase todas em setores como na função pública de ensino, da polícia, no porto, no Pólo Petroquímico, na Petrobrás e no pequeno comércio (feirantes), sendo que as únicas empresas privadas nessa lista são aquelas do Pólo. As demais empresas privadas e lojas de luxo são geralmente descritas como áreas difíceis e onde se registra a grande maioria dos casos de discriminação contados pelos entrevistados na procura de trabalho. A concentração de muitos negros na função pública, na polícia e nas empresas públicas e de capital misto não está justificada pelos entrevistados em termos de cor, nem está acompanhada de um discurso explícito sobre as áreas especifi-

cas do mercado do trabalho nas quais o negro teria fácil acesso – como acontece nos Estados Unidos, onde o efeito das medidas antidiscriminatórias do governo é muito mais forte no setor público do que no setor privado (Brooks, 1990; Wilson, 1987).

No CdA, quem faz os trabalhos geralmente considerados pesados ou “sujos”, como os de faxinas, de ajudante de pedreiro ou de limpeza de esgotos, são quase sempre negros ou mestiços (nesse caso, trata-se freqüentemente de pessoas originárias do interior, imigradas nos últimos anos). Muitos deles moram em outros bairros, geralmente no subúrbio ferroviário ou outros bairros mais pobres e afastados do Centro. A razão por que esses tipos de trabalho são feitos por moradores de outros bairros é que, segundo alguns informantes de classe média baixa, as pessoas de classe baixa que moram no CdA ou perto daí não seriam confiáveis e não queriam trabalhar duro. Uma contra-hipótese é que, por exemplo, algumas jovens da invasão do CdA preferem trabalhar de empregada longe dos olhos indiscretos e da fofoca forte do bairro. Outro ponto onde, pelo menos no CdA, não há brancos ou morenos claros são as turmas de jovens arruaceiros – grupo pequeno mas bem visível e relevante nas discussões entre moradores –, identificadas pelos outros moradores como “turmas de vagabundos”.

Apesar da concentração de negros nos trabalhos indesejáveis, as opiniões dos negros sobre o trabalho, sua forma de procurar trabalho e fazer biscate são muito parecidas com as dos não-negros. São os recursos que determinam que tipo de biscate conseguir e a forma de consegui-los. Não parece haver uma predileção específica dos negros para trabalhos e biscate de tipo “de rua” ou de tipo ligado ao contato com o público (assistente social, instrutor de ginástica, gerente de bar etc.), como há, por diferentes motivos, em muitas sociedades caribenhas de tipo pluralístico e entre os negros de classe baixa nas metrópoles norte-

européias e norte-americanas (Liebow, 1967; Hannerz, 1969; Eriksen, 1990; Sansone, 1992 e 1992a; Wong, 1977). Mesmo os tipos de empresas que as pessoas desejariam ter não são divididas em linhas de cor, mas de estilo de vida. Quem gosta de barzinho sonha um dia em ter um barzinho próprio. Quem gosta de moda sonha em ter uma boutique. Quem gosta de carros sonha com sua própria oficina mecânica. Se existe uma divisão étnica do mercado do trabalho, pelo menos nas zonas pesquisadas essa divisão ocorre mais discretamente do que em sociedades caribenhas de tipo pluralístico (onde aos negros “pertencem” quase somente certos tipos de trabalho, enquanto outras etnias têm outros tipos) ou naquelas cidades do hemisfério norte onde os negros são geralmente uma (pequena) minoria.

A impressão é que a complexidade da relação baiana entre cor e classe faz surgir uma divisão cultural do mercado de trabalho de tipo peculiar na qual cor, classe e estilos de vida (em boa parte inspirados por idade e sexo) criam, por um lado, um sistema de predisposições nas expectativas de trabalho e, por outro lado, o marco da sutil ideologia racial (o que Banton chama de racialismo) e da discriminação racial. Nessa ideologia há tipos de trabalho ideal para pretos (os negros sem qualificação), para escuros (os negros com qualificação) e para negros (os negros com qualificação e assumidos). O que é o trabalho ideal para um ou outro tipo de negros é evidentemente o produto arbitrário da combinação entre imagens que os outros têm dos negros e a auto-imagem dos próprios negros. Pode-se dizer que o discurso da cor na Bahia produz um discurso sobre quem pode ou deve fazer alguns tipos de trabalho. Esse discurso funciona também graças a um certo consenso entre os baianos mais escuros – esse consenso é em boa parte o produto de um processo de auto-exclusão de áreas do mercado de trabalho enraizado na história das relações de cor. Assim, se os estilos de vida não são definidos principalmente

com base em linhas de cor – que são muitas vezes pouco claras –, a cor acaba sendo uma categoria/signo que limita as opções de vida e que co-organiza a vida social dos entrevistados.

Mesmo não se podendo falar de uma efetiva divisão social e cultural do mercado de trabalho com base étnica, há duas atitudes características dos informantes mais escuros frente ao trabalho, que definem alguns possíveis percursos étnicos nesse mercado.

A primeira é o desejo, prevalecentemente entre os jovens do CdA, de achar trabalho naquela parte do espaço negro mais ligada ao turismo e à indústria cultural (capoeirista, grupo folclórico, bateristas, cantora).

A segunda característica presente entre muitos informantes, sobretudo aqueles pouco escolarizados, é a tendência à auto-exclusão dos tipos de trabalho nos quais o negro não é bem-vindo – segundo o próprio conhecimento pessoal e, mais freqüentemente, a suspeita gerada por história de conhecidos ou “aquelas coisas que todo mundo sabe”. Trata-se de trabalho que inclui muitos contatos de tipo subalterno com brancos e não-negros, ou trabalho que inclui expressividade verbal.

Excluir-se antes de ser excluído é um mecanismo já descrito por inúmeras pesquisas sobre as atitudes frente à educação escolar e ao trabalho em diferentes grupos de classe baixa, não somente fazendo parte de minorias étnicas, como entre filhos de operários na Inglaterra do norte (Willis, 1977) e entre negros nos Estados Unidos (Ogbu, 1978), Brasil (Hasenbalg, 1979) e Holanda (Sansone, 1992). Em todos esses casos, trata-se de se excluir de tipos de trabalhos que as pessoas julgam impossíveis de achar e que, portanto, elas chegam às vezes a chamar de trabalho indesejável, no final das contas, ou para o qual elas são inaptas. Trata-se da síndrome das uvas azedas – uma coisa fora do alcance é definida como pouco interessante.

Uma possível alteração do panorama da cor no mercado de trabalho pode ser levada a efeito pelo número sempre maior de jovens negros que contestam o bloqueio das próprias opções no mercado de trabalho através do mecanismo da “boa aparência”. Nas áreas da pesquisa, a maioria deles se opõe ao funcionamento desse mecanismo, não tanto contestando-o nos fundamentos, mas tentando driblar o obstáculo inventando novos jeitos de ter “boa aparência”.⁴

Tipos e polaridades internas

Um dos objetivos do questionário era mapear a presença de diferentes tipos de pessoas nas mesmas ruas. As perguntas, nesse sentido, concernem à religião, ao estilo de música preferido e àqueles que, para os moradores, são os problemas principais do bairro.

A grande maioria das pessoas se diz católica, sendo a metade não-praticante. Os ateus declarados contam-se nos dedos de uma mão. Os crentes são cerca de 20% dos entrevistados em Camaçari e 5% em Salvador. A porcentagem dos *candomblezeiros* é mais difícil de calcular, devido ao caráter sincrético do candomblé – em particular, nas versões pouco sofisticadas e longe do processo de *descatolicização* que atravessa a minoria dos terreiros mais “puros” e reconhecidos em Salvador e noutros lugares (Agier, 1992; Dantas, 1988) – e à possível resistência a se declarar integrante do candomblé respondendo a um questionário. Na prática da observação participante, nas conversas informais ao redor do levantamento do questionário, parece que muitas pessoas, mesmo aquelas que hoje xingam o candomblé como criação de Satã, na realidade passaram por terreiro, sobretudo para fazer um trabalho ou jogar búzios.

Na área pesquisada em Camaçari, ficam o terreiro principal da cidade e um outro terreiro momentaneamente desativado. A cerca

de 50 metros do bairro Phoc 1 há um terreiro onde vão muitos moradores desse bairro. Na rua no CdA há um terreiro desativado há anos; na esquina, há um terreiro de umbanda que funciona irregularmente. Em Camaçari parece que as pessoas são mais ativamente religiosas: nos dois bairros há duas comunidades católicas de base bastante ativa, três igrejas crentes, sempre lotadas, e umas famílias conhecidas por serem de candomblé. Pessoalmente, acho interessante que nas áreas da pesquisa os crentes sejam em maior número do que os *candomblezeiros* ativos. Duas mulheres negras, pobres e mães solteiras de Camaçari, membros da Assembléia de Deus, comentavam isso assim: "Todo mundo acha que a Bahia seja terra de candomblé, então a Bahia é também terra de crentes!"

Quase todos os jovens parecem gostar dos mesmos estilos de música: baiana, samba-*reggae* e lambada. Popular é também a MPB, que na sua vertente baiana (Caetano Veloso e Gilberto Gil) parece agradar a todos, até mesmo aos jovens e jovens adultos com baixo nível escolar. Um grupo de jovens no CdA gosta de *rock*, estrangeiro ou não. Outros, na grande maioria negros, em Camaçari e no CdA, preferem o *reggae* – entre eles, uns quatro ou cinco jovens homens usam cabelo *rasta*.

Mas, em geral, os jovens com gosto musical definido são uma minoria. Normalmente, o pessoal gosta de quase toda a música que se possa dançar ou que tenha letras fáceis de cantar. Os poucos discos que se acham nas casas dos entrevistados têm quase sempre histórias particulares: o *candomblezeiro* pode ter alguns discos de música de candomblé; os crentes, de música religiosa; os *rebeldes*, alguns clássicos de Bob Marley; alguns idosos compram velhos sambas que lembram a juventude e o Carnaval de antigamente, "antes que virasse nesta bagunça". As pessoas acima de 35-40 anos, na grandíssima maioria, gostam de *seresta* depois – na ordem seguinte, romântica, sertaneja e samba. Diferenças maiores

existem em relação ao Carnaval, o trio elétrico e o batuque. Nem todo mundo gosta de Carnaval. Pular atrás do trio elétrico é preferido por uma parte dos jovens e por uma minoria das moças, os mais "inquietos". Outros jovens só participam parcialmente no Carnaval e nas festas onde há trio. Mais do que pular atrás do trio elétrico, fazer batucadas é uma atividade para as pessoas das classes mais baixas, sobretudo homens – as mulheres que participam e sambam na rua nem sempre são bem consideradas. Diversamente de pular atrás do trio, os homens que gostam de fazer batucada são considerados na rua "tipos tranquilos" e são, em geral, respeitáveis.

Nas duas áreas da pesquisa as polaridades, as discussões e as ocasionais brigas não estão centradas, à primeira vista, sobre a cor e o racismo. No CdA, a polaridade mais relevante entre os moradores é aquela entre "batalhadores" e "vagabundos" – o que em parte corresponde a ser morador do conjunto habitacional ou da invasão. Essa polaridade parece ser uma versão menos extrema daquela entre "trabalhadores" e "bandidos", constatada entre moradores de um bairro de classe baixa no Rio (Zaluar, 1985). Em Camaçari a polaridade mais relevante é entre os crentes e os outros moradores. Os crentes vêem os outros como pessoas que ainda não acharam o caminho ou que nunca o vão achar; os outros moradores consideram os crentes como diferentes, pessoas que não querem se misturar com a vida no bairro e que se acham superiores.

O fato de as tensões explícitas não se cristalizarem em torno da cor, pelo menos em primeiro lugar, está corroborado pelas prioridades que as pessoas indicam respondendo ao questionário. Só um par de informantes aponta o preconceito de cor como um dos dois problemas principais do bairro. A maioria indica o trabalho (sobretudo em Camaçari) e os preços (sobretudo em Salvador). Uma minoria no CdA menciona a fofoca como um dos problemas do bairro. Em Camaçari, os moradores

relacionaram também a poluição e a falta de saneamento básico e de serviços de saúde.

Os moradores querem dar uma imagem bastante harmônica da vida na própria rua: não existem grandes conflitos entre moradores, todo mundo gosta do bairro (efetivamente são poucos aqueles que querem se mudar para outro bairro) e a rua onde eles moram é a melhor que eles se podem permitir. Na rua há aquela honestidade e hospitalidade que as pessoas consideram perdidas no Brasil em geral. Em particular no CdA, os moradores descrevem a própria rua como o *locus* da baianidade – daquela alegria bonita e desinteressada, marcadamente negra mas não antagonista, que distinguiria a Bahia do resto. A centralidade do próprio bairro, e do próprio “pedaço”, na vida dos entrevistados não é só cultural. A grande maioria das pessoas indica os próprios vizinhos entre as três pessoas mais próximas que moram no bairro.

A própria rua – um conceito que abrange “o pedaço”, a própria turma, a própria família e os vizinhos – é vista pela maioria dos moradores como um área na qual “a gente se sente à vontade” e bastante capaz de controlar os conflitos. Contrariamente a outros espaços, sobretudo aquele do trabalho, a própria rua é, nessa visão, uma coisa da qual se sente dono, uma espécie de território livre, um espaço limiar ou “antiestrutura” (Turner, 1969) – o espaço no qual em boa parte é o morador que determina os ritmos e a atmosfera.

Sistema de classificação da cor e norma somática

A relatividade da cor no próprio bairro, onde as diferenças sociais entre moradores não chegam a ser extremas, parece confirmada pela opinião sobre a amizade e pela efetiva composição das redes de amizade. Nenhum dos entrevistados declarou que a cor importa na amizade; quase todos declararam também ter amigos de cor diferente da sua (que para os

pesquisadores muitas vezes significa simplesmente uma tonalidade levemente diferente da cor do entrevistado).

Na amizade importa o tipo da pessoa, não a cor – era a resposta mais comum, até mesmo dos entrevistados conhecidos na rua como preconceituosos ou que declararam em outras conversas “não gostar de preto”. A maioria daqueles que declararam a mim – que sou geralmente definido como um dos “brancos legítimos” na rua – não gostar de preto continua a falar com negros na rua e às vezes mantém relações de amizade ou pelo menos de cordialidade com negros. Duas das três pessoas indicadas como mais próximas na relação de amizade são da mesma cor do entrevistado, mas são poucos aqueles que não indicam também pessoas de outra cor. Geralmente trata-se de cor cromaticamente próxima àquela do entrevistado: um “escuro” indica provavelmente uma ou duas pessoas também escuras e uma ou duas pessoas de cor morena (clara); um “moreno” (claro) indica provavelmente uma ou duas pessoas de cor morena (clara), uma pessoa “escura” e às vezes uma de cor branca; um entrevistado branco indica provavelmente um ou dois brancos e um ou dois morenos.

Misturar-se com pessoas de cor diferente mas próxima da sua parece ser também a regra nos casos de miscigenação encontrados nas duas áreas. São muito poucos os casos de casais de cores “opostas” – de “brancos legítimos” e “pretos retintos”; os que há têm histórias particulares e devem enfrentar racismo e ridicularização dentro e fora das famílias e da rua. Para serem aceitos, esses casais devem se comportar e se apresentar como casais exemplares com filhos exemplares.

A partir das falas das pessoas, delinea-se um quadro no qual a cor é vista como importante na orientação das relações sociais e de poder em algumas áreas e momentos, enquanto é desproblematizada noutras. Nessas outras áreas, as distinções são sobretudo o produto da classe, a idade, o sexo e o bairro.

As áreas *duras* pelas relações de cor são: (1) o trabalho e, em particular, a procura do trabalho; (2) o mercado matrimonial e da paquera; (3) os contatos com a polícia.

A primeira área é aquela indicada pelo maior número de pessoas; a segunda área abrange a criação do gosto e da noção de beleza em geral e ocorre no local específico das aulas, turmas, famílias e rua; a terceira área interessa exclusivamente a uma parte dos homens, em particular aqueles com um estilo de vida "arruaceiro".

As áreas *moles* pelas relações de cor são todos aqueles espaços nos quais ser negro não atrapalha e pode, às vezes, até dar prestígio. Há o domínio do lazer em geral – o boteco, o dominó, o baba, o bate-papo com os vizinhos na esquina, o sambão, o Carnaval, o São João (as quadrilhas, o forró, as visitas aos vizinhos), a torcida, a seresta e naturalmente a própria turma, grupo de "iguais" com o qual se compartilha uma boa parte do lazer em público. Há também a igreja católica e as igrejas de crenças, assim como os círculos espíritas. Esses espaços podem ser considerados espaços negros implícitos, lugares nos quais ser negro não deveria ser um obstáculo.

Depois vêm os espaços negros mais definidos e explícitos, os lugares nos quais ser negro pode ser uma vantagem: o bloco *afro*, a batucada, o terreiro e a capoeira – espaços frequentemente chamados pelo termo abrangente de "cultura negra". Nos espaços negros implícitos geralmente se evita falar em termos de cor e menos ainda de racismo: o importante é ser cordial e se dar bem com todas as pessoas, compartilhando o mesmo espaço. Os espaços explícitos funcionam ao redor daquelas atividades consideradas como típicas da "raça" (negra), nas quais desde sempre o negro pode e deve brilhar. São os momentos nos quais uma parte importante dos negros – sobretudo de classe baixa – mais se sente à vontade, capaz de manifestar abertamente umas características da própria personalidade e umas cria-

ções culturais que em outros momentos seriam consideradas fora de lugar. Nesses espaços é o negro que manda e são os não-negros que devem negociar a própria participação com os negros, que detêm a posição hegemônica. A presença dessa hierarquização dos domínios e espaços em relação à importância da cor – obra dos entrevistados de diferentes cores – cria um *continuum*: na procura de trabalho, há o máximo de racismo; nos espaços negros explícitos, o mínimo.

Não obstante a presença desse *continuum* na percepção dos entrevistados, segundo a perspectiva do pesquisador, a preferência somática pelo louro, cabelo liso e olhos azuis – muito forte entre brancos, mestiços e negros – é constatável em todos os domínios, os *duros* e os *moles*, com a parcial exceção dos espaços negros explícitos. Nas duas áreas da pesquisa, como em outros bairros urbanos de baixa renda (Pacheco, 1987), essa norma somática é veiculada pela família e pelas turmas, que absorvem e reinterpretam os estímulos que chegam de fora, em particular através da mídia.

Como eu mesmo pude observar muitas vezes, assistindo à televisão na casa dos entrevistados, por exemplo, o show da louríssima Xuxa (provavelmente de cabelo pintado) funciona como fonte de inspiração de beleza física para os meninos e adolescentes. Isso não quer dizer que as pessoas gostariam sempre de se casar com uma pessoa de cabelo louro e liso e de olhos azuis. O que as pessoas, comumente, não querem é "o preto mesmo" ou "aquele preto-preto". A grande maioria declara que o homem/mulher ideal é moreno. Quanto mais traços negróides uma pessoa possui (em particular, se ele ou ela não tem um corpo ou um rosto muito bonitos) mais, segundo tal ideologia racial, essa pessoa deve tentar compensar a conotação negativa desses traços com outras qualidades – elegância, cortesia, simpatia, bondade, bom papo, símbolos de *status* etc. Quer dizer: em geral, na paquera, uma menina

branca deve se esforçar menos do que uma menina negra.

Entre os informantes essa preferência por traços caucasóides claros, os olhos azuis e o cabelo liso, coexiste com um discurso sobre a cor articulado em três pontos. Primeiro, pelo menos na própria rua não existe – ou não deveria existir – preconceito de cor, porque a gente pobre não tem preconceito e é solidária. Segundo, na rua tem gente boa e gente ruim, não pessoas de cores diferentes. O terceiro ponto é forte sobretudo no CdA: ninguém se pode permitir não gostar de negros na Bahia. A mistura de cor é tão grande que, na Bahia, já não há brancos; “todo mundo tem um pé na cozinha” e mesmo os pretos têm sempre um branco/claro na família; os brancos “legítimos” vêm de fora. Se a democracia racial é um mito – como sem dúvida é –, trata-se de um mito fundante das relações sócio-raciais que é aceito por grande parte do povo, que o reproduz no próprio cotidiano. Como tal, esse mito tem uma parte de realidade e não pode simplesmente ser apagado da análise antropológica como sendo um disfarce, imposto de cima, de uma realidade de racismo. Em alguns âmbitos, como a família e o lazer, esse mito popular coexiste também com a relativização da cor nas práticas sociais, com momentos de intimidade extra-racial e com a produção de estratégias individuais de gerir o aspecto físico negro na vida cotidiana.

Essa relatividade da cor em áreas do dia-a-dia se reflete nos sistemas de classificação da cor. Na maioria dos casos não há uma consistência entre a cor na certidão, a cor declarada durante a entrevista e a opinião do pesquisador sobre a cor do entrevistado. A cor declarada pode não ser sempre a mesma em todos os domínios. Se quase todos os brancos se definem simplesmente como brancos – o mesmo termo indicado na certidão –, a grande maioria daqueles que na certidão são pardos e pretos prefere se autodefinir utilizando outros termos. O “moreno” e em medida menor o “es-

curo” e as possíveis combinações como “moreno-claro” ou “escurinho” são, sem dúvida, os mais populares. De fato, o termo “moreno” é tão popular que até pessoas que para o pesquisador e para outros entrevistados seriam brancas preferem se declarar morenas. A vantagem do termo “moreno” fica exatamente na sua ambigüidade: podem ser chamados de moreno um branco com cabelo escuro, um mestiço, um negro não muito escuro e até uma pessoa muito escura e negróide. Depende da situação.

Outros fatores complicam mais ainda o sistema de classificação da cor. O primeiro é a realidade de miscigenação em muitas famílias. São muito os núcleos habitacionais nos quais convivem pessoas de diferentes tonalidades de pele e com fenótipos mais ou menos caucasóides. Encontram-se até alguns casos de três irmãos dos mesmos pais que se declaram respectivamente branco, moreno e escuro. Outro fator é a subjetividade das definições de cor: um pai pode utilizar para a filha um termo, enquanto a mãe usa outro termo (Harris, 1969). O terceiro fator é a relatividade da cor: os termos, em particular aqueles utilizados para os não-brancos, mudam em relação aos modos de vida (“o jeito”, o nível escolar, simpatia/antipatia), ao estilo (o cabelo, a roupa, o carro) e à situação social na qual se utiliza a terminologia da cor.

Ivonne Maggie (1991) revelou três sistemas de classificação da cor: aqueles do IBGE – pretos, pardos, brancos e amarelos –, aquele do mito fundante da civilização brasileira descrito por Da Matta (1987) – branco, índio, negro – e aquele popular da vida cotidiana – de mais caucasóide a mais negróide. A esses três sistemas se junta a classificação de tipo polar proposta pela componente maior do movimento negro moderno – branco e negro.

A nossa pesquisa identifica, ademais, um número amplo de subsistemas no sistema de classificação da cor na vida cotidiana: a família (“eu sou mais ou menos escuro do que o meu

irmão"; "puxei para a parte branca/negra da família"), a rua e a vizinhança (moreno, escuro), a turma (negão), a briga ou insulto ("coisa de preto"), o Carnaval e o universo da música e da religião (a "cultura negra", o baiano e a baiana), e o namoro (neguinho e neguinha). É interessante ressaltar que a mesma pessoa pode utilizar termos diferentes durante a mesma entrevista, geralmente utilizando o termo "negro" somente no final da entrevista, depois que está claro para ele o marco anti-racista da pesquisa e o tipo de linguagem preferido pelos entrevistadores. De qualquer modo, a mesma pessoa escura pode ser vista e se sentir de diferentes maneiras em diferentes momentos. Ele pode ser operário na fábrica, preto na certidão, moreno ou escuro na turma e na própria rua e negro durante o Carnaval ou no bloco *afro*.

O termo "preto" faz parte da linguagem popular como um termo a se evitar sempre que for possível – usando no lugar dele outros termos, como os termos "escuro" e "moreno" – e que se deve normalmente usar para indicar uma cor no sentido propriamente cromático ou uma série de características negativas que deveriam ser típicas dos negros. Nesse segundo caso, o termo "preto" é quase equivalente a ruim, malfeito, aproximativo, sem educação, "brega", "cheguei" e, naturalmente, o que é visivelmente pobre e sem decoro. Nesse sentido, o preto "típico" é homem, muito escuro, sem traços caucasóides, de bermuda, sandália e sem camisa, fala alto demais e errado. Os muitos mendigos ou quase mendigos que se encontram nas calçadas da Cidade Baixa e que levam no corpo signos visíveis da marginalização (cicatriz, doença da pele, sujeira etc.) representam o exemplo mais extremo desse preto "típico". É evidente que, uma vez que o termo "preto" tem essa conotação, as pessoas evitam usá-lo e se identificar como preto.

A história e o sentido do termo "negro" são muito diferentes (Agier, 1992). A expressão "cultura negra" é utilizada pouco proble-

matizadamente, ou até com uma conotação explicitamente positiva por diferentes tipos de pessoas de diferentes cores. Nos contextos da cultura popular, da música e da religião, o termo "negro", associado à palavras religião, cultura e música, é muito utilizado e não tem conotação polêmica. A utilização do termo "negro" como tal pode ser mais problemática. Entre os informantes, "negro" é, em primeira instância, uma categoria político-cultural utilizada por uma minoria dos entrevistados. Na classificação da cor, o termo "negro" é uma categoria implícita ou explicitamente política que pode abranger pessoas que, por outros, seriam chamadas sobretudo com os seguintes termos: preto, escuro, sarará, mestiço, moreno e até moreno claro. Quando usado de um jeito explicitamente político, o termo "negro" introduz uma quebra no *continuum* da cor brasileira e acentua uma divisão polar entre brancos (a elite) e negros (a maioria do resto). As pessoas que se autodefinem negros e que utilizam esse termo para definir outros são quase sempre jovens. Elas chegaram a ter particular consciência da própria cor através de diferentes canais.

No CdA, o canal mais comum é a participação, geralmente não formalizada, em blocos *afro* e, em medida menor, em grupos de capoeira. Em Camaçari, as pessoas que se dizem negras têm se assumido através da participação nas comunidades de base católicas e em geral nas atividades da igreja. A partir daí e, às vezes, em cursos de formação estaduais e até nacionais – como os encontros nacionais da Pastoral de Juventude e da Pastoral Negra –, essas pessoas assumiram a própria cor negra. Em seguida, acrescentaram o interesse naqueles aspectos da cultura negra que, de uma forma geral, tinham ficado *escondidos* no âmbito da própria família (sobretudo o *candomblé*). Dentro desse processo de "se tornar negro" – que, como muitas das novas identidades étnicas, é em boa parte uma escolha entre outros estilos de vida possíveis (Roosens, 1989) –,

tais pessoas de Camaçari desenvolvem uma admiração por Salvador e a vitalidade da cultura negra dessa "Roma Negra" (em particular, os blocos *afro*, o Pelourinho e as atividades ao redor da valorização da beleza negra).

Outros dois canais através dos quais as pessoas se identificam como negro são os estudos superiores e a mídia, em especial alguns seriados televisados, como *Ratzes 1 e 2*, e os textos de música (samba, MPB, *samba-reggae* e *reggae*). Para uma pequena minoria de jovens, a redescoberta da negritude passa pela identificação, geralmente parcial, com o estilo *rasta* (Bacelar, 1988; Cunha, 1991). Entre os entrevistados nas duas áreas de pesquisa existem três jovens homens que se definem *rasta* e mais ou menos dez jovens com cabelo *rasta*.

Os entrevistados que usam o termo "negro" são normalmente aquela minoria que melhor consegue verbalizar a noção de preconceito e racismo e que tem idéias mais definidas e às vezes radicais a propósito disso. A maioria dos entrevistados se divide em dois grupos. Há os que acreditam que exista preconceito de cor no Brasil, embora geralmente não saibam dar um exemplo pessoal. Para eles o preconceito é discriminar, excluir sem razão, falta de respeito e ser mal-educado ou brutal com uma pessoa de aspecto negro. O outro grande grupo é formado por aquelas pessoas que acham que não têm preconceito de cor mas, no caso, preconceito de classe. Trata-se, na maioria, de pessoas idosas, dos pais dos jovens ou de pessoas com o mais baixo nível escolar, sendo mais presentes em Camaçari do que em Salvador. Em Camaçari, encontra-se entre eles a grande maioria dos imigrantes do interior.

Para neutralizar ou *driblar* os possíveis obstáculos apresentados pelo fenótipo negro no cotidiano, os informantes com traços mais negróides desenvolvem estratégias individuais e, em medida muito menor, coletivas.

A força das estratégias individuais e a fraqueza daquelas coletivas estão relacionadas

com o sistema de classificação da cor – que oferece possibilidades individuais para os negros adquirirem um certo respeito entre não-negros – e com a situação política brasileiro-baiana, caracterizada pelo desencanto político, a ambiguidade e a negociabilidade do apoio político e do voto. As pessoas vêem no próprio bairro que alguns negros que utilizam essas estratégias alcançam entre os moradores um certo *status* e conseguem não ser vistos como "pretos".

A única estratégia coletiva forte parece ser, sobretudo entre os negros mais pobres e menos escolarizados, se auto-excluir das eventuais oportunidades de ascensão social de tipo individual, renunciar a procurar um *status* melhor na sociedade em geral e procurar conforto e *status* entre negros numa posição parecida.

É evidente que soluções individuais centradas na manipulação da própria aparência em domínios *moles* apresentam limites, porque só se pode manipular a aparência física até um certo ponto. Mas o desenvolvimento de qualidades compensatórias, como vestir-se "certinho", simpatia, cordialidade ou brilhar na própria profissão – aquele jogo de cintura que permite conviver com o preconceito –, apresenta as grandes vantagens de oferecer muitas variações e de aparecer como coisas conhecidas ou experimentadas.

Essas estratégias individuais podem ser consideradas a versão moderna daquele "jeitinho negro", criado para resistir no dia-a-dia aos escravistas brancos ou para negociar com eles uma vida melhor a partir de uma posição de poder desfavorável (Reis e Silva, 1989). Ser hiperelegante, bom músico ou bom falador sempre foram maneiras de seduzir, iludir ou até mesmo enganar quem tinha em princípio o domínio absoluto sobre a vida e ou o corpo do negro, como também foram maneiras de adquirir *status* e dignidade (Genovese, 1974). Como em muitos outros aspectos da vida, nas relações de cor as soluções individuais pare-

cem mais fáceis e as pessoas acreditam que o jeitinho individual é o método mais eficaz.

No fundo, uma parte dos negros prefere um sistema de relação de cor confuso e não polarizado como aquele detectado nas duas áreas. O motivo disso é, de um lado, porque eles não acreditam que haja solução para o problema da cor e, de outro, porque, manipulando os próprios atributos físicos ou mesmo alterando-os (por exemplo, alisando o cabelo), eles conseguem deslocar e redefinir a própria posição nos sistemas de classificação racial e social – serem aceitos como não-negros/pretos ou como “pessoa legal”.

Pelo menos nas áreas da pesquisa, o desenvolvimento do movimento negro, no sentido mais amplo do termo, não reduz mas altera essas estratégias individuais, oferecendo, por exemplo, uma gama mais ampla de símbolos que podem ser utilizados para adquirir “boa aparência” em certos contextos, como roupas “africanas” e alguns cortes de cabelo para os quais já não é preciso espichar o cabelo. Assim, pode-se indagar, estariam as pessoas utilizando o movimento negro e os novos símbolos da negritude mais para acrescentar as próprias opções individuais do que para se organizar coletivamente?

A identidade étnica negra

De fato, a composição das redes sociais em termos de cor, a linguagem da cor, a própria ideologia racial e eventualmente a identidade étnica negra ou as práticas racistas não são sempre interligadas do mesmo jeito. Por exemplo, ser branco e ter amigos negros nem sempre acompanham uma imagem positiva dos negros. Assim, há velhos negros que se relacionam, em verdade, pouco ou quase nada com brancos e que têm uma imagem muito positiva de muitas coisas que eles reputam ser típicas dos brancos. Alguns dos pareceres mais duros sobre o racismo dos brancos vêm precisamente

daqueles jovens negros mais esclarecidos e que no trabalho, e muitas vezes também no lazer, freqüentam mais espaços onde há não-negros.

Na percepção do preconceito, como na terminologia da cor e na identidade étnica negra, a diferença maior entre os informantes é de idade entre pais e filhos, mais do que entre camadas sociais. Parece que o efeito combinado da escola e da mídia uniformizou bastante as opiniões entre os jovens nas duas áreas da pesquisa. Os pais que se criaram numa sociedade mais tradicionalmente hierarquizada também em termos de classe, na qual o racismo e as divisões de cor eram mais fortes do que hoje, parecem em geral se referir menos à cor e apelar menos à negritude dos jovens. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma identidade étnica negra pode ser visto como um co-produto da quebra das barreiras, mais do que como a expressão da persistência de velhas barreiras ligadas à cor na sociedade moderna.

A criação e a definição da identidade étnica negra nas duas áreas da pesquisa são complexas. A cor está sempre presente também nas camadas baixas, onde a diferença social é relativamente pouca. Mas ser negro não diz tudo nem é sempre a coisa principal. A identidade social não se reduz à cor e, para os negros, à prevenção do racismo. A origem social assim como a idade, o sexo e os percursos individuais determinam o jeito de viver a negritude. Mesmo nas camadas baixas, há formas diferentes de viver a negritude e de gerir o próprio aspecto negro. Entre os informantes, há filhas-de-santo que são “loucas por uma seresta”; capoeiristas, com cabelo *rasta*, que gostam de música *rock*; mulheres negras que espicham o cabelo, mas têm uma imagem clara do racismo; mulheres com cabelo *afro*, mas unicamente “porque está de moda”; Testemunhas de Jeová que se diziam “negro assumido”. Portanto, há diferentes tipos de negritude e vai haver mais ainda.

Hoje há, ao mesmo tempo, diferentes desenvolvimentos. Por um lado, há a recessão econômica, que há mais de uma década bloqueia a ascensão social entre aquelas camadas sociais de negros que tinham relativamente se aproveitado do crescimento das novas profissões na Bahia nos anos setenta (Agier, 1990). Por outro lado, continuam a aumentar e se democratizar as expectativas de consumo e de vida, em particular entre os jovens. A indústria cultural está "assumindo a negritude" mais do que antes. Essa ascensão inclui a comercialização de alguns espaços negros tradicionais, mas pode dar *status* e notoriedade à cultura negra e levar a uma maior tolerância com relação ao aspecto físico negro.

De outro lado, essa descoberta do negro no sentido cultural pode fortalecer estereótipos sobre os negros, como povo do lazer e como gente que é mais "natural" do que os brancos. O processo de globalização das culturas leva ao Brasil grande quantidade de possíveis símbolos negros novos. Em medida menor, algumas criações culturais dos negros brasileiros estão alcançando as capitais culturais do Ocidente (sobretudo o samba *reggae* e a capoeira). Nesse âmbito, desenvolve-se nova procura da pureza (Agier, 1992), mas também ocorrem novos sincretismos.

Numa minoria, simbolicamente importante, da comunidade negra – alguns líderes culturais (pais e mães-do-santo, cantores, artistas) e uma parte da nova intelectualidade negra – existe, faz tempo, uma atenção particular para a (re)descoberta das raízes culturais negras. Isso passa por uma releitura e reinvenção da África e pela elaboração de novos signos de distinção étnica que devem introduzir momentos de rigidez e confrontação no magma das relações de cor baianas. Uma parte desse esforço de redefinir e atualizar o que é negro e ser negro no Brasil de hoje alcança – frequentemente de forma indireta ou através da versão adoçada fornecida pela mídia – as camadas baixas. Dentro dessas camadas, são em

particular os jovens os mais atingidos, por serem os mais sensíveis aos estímulos culturais de fora e por experimentarem mais os estilos.

Hoje em dia, existe menor interesse pelo cabelo espichado – segundo declaração das oito cabeleireiras entrevistadas – e uma parte dos jovens negros, também nas camadas baixas, arruma o cabelo e se veste com maior criatividade e variedade. Isso, por um lado, se torna possível e acessível graças a novos produtos e técnicas de beleza e graças a desenvolvimentos na moda juvenil em geral. Por outro lado, essa mudança no gosto pode ser considerada um co-produto dos esforços dos intelectuais e militantes negros de redefinir e fortalecer o conceito de beleza negra. Jovens mulheres negras com cabelo em tranças e jovens homens negros com cabelo cortado de um jeito inspirado pelos grupos *hip hop* norte-americanos ou, em medida menor, com cabelo *rasta* não são uma raridade, em particular no Cda.

Ao lado dessa criação de novos jeitos de se distinguir como negro, continua o processo de miscigenação biológica e o processo muito mais rápido – e antropológicamente interessante – de sincretização da cultura negra. Esse processo leva hoje a cultura negra a ser bem mais sincrética do que antes. É o caso em particular da versão da cultura negra criada por jovens, porque esta atinge diferentes fontes (sobretudo a cultura dos próprios pais, a cultura de bairro ou de classe e as subculturas juvenis).

De fato, pode-se dizer que nas localidades da Bahia estudadas, como no caso de culturas negras de outros países (Mintz e Price, 1977; Mercer, 1990), o desenvolvimento da cultura e identidade étnica negras acontece ao longo de duas vertentes: pureza e manipulação. A pureza sendo, muitas vezes, o resultado de recentes produções culturais baseadas na redefinição e reinvenção seletivas numa situação moderna de tradições e traços culturais. Nem tudo do passado se redescobre, somente aqueles as-

pectos que podem ajudar o grupo étnico a adquirir *status* ou coesão interna num contexto no qual o uso de símbolos étnicos se torna interessante e possível.

Para os negros, hoje, há mais opções culturais – a indústria cultural, o lazer e a cultura juvenil oferecem novos espaços para a negritude e para sonhar com uma sociedade mais justa e menos discriminatória. Mais do que antigamente, hoje ser ou se tornar negro pode ser uma escolha, além do que símbolos pelos quais se pode atingir a criação da própria identidade social e da própria identidade étnica são muito mais do que há uma geração.

Para uma parte da comunidade negra que se vem constituindo em grupo étnico, a assunção explícita de alguns traços visíveis da cul-

tura negra, e seu uso como emblema de uma nova negritude, é uma escolha. À frente dessa vitalidade cultural, a situação, em termos de condições materiais e de trabalho, parece ser muito menos dinâmica. Provavelmente, a distância entre as expectativas de vida, de cidadania e de consumo e a concreta possibilidade de realizá-las é mais ampla do que há uma geração. Essa contradição entre desejos e possibilidades materiais junto com aquela entre a procura de novas purezas negras e a contínua *creolização* descrita antes definem os marcos entre os quais se desenvolvem uma nova identidade étnica negra e novos jeitos de ser negro. Nessas criações, caracterizadas por polifonia ou mesmo cacofonia, é difícil achar coerência e continuidade.

NOTAS

1. Por espaço negro tradicional entende-se os rituais religiosos e algumas ocupações de tempo livre, domínios que foram até agora mais focalizados pelos pesquisadores da identidade étnica dos afro-brasileiros.
2. No mês de abril surgiu a possibilidade de ampliar a pesquisa a um bairro da cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo baiano. Nessa cidade estão sendo levantados mais 500 questionários. A ampliação da pesquisa acrescenta o aspecto comparativo entre Salvador (a "Roma Negra", uma grande cidade com fortes tradições de movimento negro e uma cultura negra às vezes até reverenciada) e duas realidades do interior – uma hem industrial (Camaçari) e outra com uma função de centro terciário e com fortes ligações com a agricultura (Santo Antônio). A inclusão de Santo Antônio na pesquisa se tornou possível graças a um convênio com o professor Gino Trapparelli, da Uneb de Santo Antônio.
3. A comparação sistemática entre Salvador e Camaçari (e eventualmente Santo Antônio) será realizada na segunda parte da pesquisa.
4. Esses novos jeitos vão ser estudados na segunda parte da pesquisa, no âmbito da qual Ângela Figueiredo desenvolverá uma subpesquisa sobre o cabelo negro – o biscate de alisar e trançar o cabelo e as mudanças no gosto e na demanda.

BIBLIOGRAFIA

- AGIER, M. (1990). "Espaço urbano, família e status social. O novo operariado baiano nos seus bairros" *Caderno CRH*. Salvador, (13):39-62.
- (1992). "Etnopolítica. A dinâmica do espaço afro-baiano" (artigo para a Conferência de LASA, em Los Angeles, 1992).
- ANDERSON, (1983). *Imagined communities*. London, Verso.

- BACELAR, Jeferson (1988). *Etnicidade: ser negro em Salvador*. Salvador, Ianamá.
- BALIBAR, E. (1988). "Y a-t-il un néo-racisme?". In: BALIBAR, E. et WALERSTEIN, I. *Race, nation, classe. Les identités ambigües*. Paris, La Découverte, p. 27-41.
- BERGHE, P. Van Den (1967). *Race and racism. A comparative perspective*. New York, Jonh Wiley & Sons Inc.
- BOISSEVAIN, J. and GROTENBREG, H. (1986). "Culture, structure and ethnic enterprise: the Surinamese of Amsterdam". *Ethnic and Racial Studies*, 9(1):1-23.
- BONACICH, E. (1973). "A theory of middleman minorities". *American Sociological Review*, 38:583-94.
- BROOKS, R. (1990). *Rethinking the American race problem*. Los Angeles, University of California Press.
- CASHMORE, E. and TROYNA, B. (1982). "Black youth in crisis". In: CASHMORE, E. and TROYNA, B. (eds.). *Black youth in crisis*. London, Allen & Unwin, p. 15-34.
- CONZEN, K. et alii (1990). "The invention of ethnicity: a perspective from the USA" *Altreitalia*. Torino (Itália), Fondazione Giovanni Agnelli, (3):37-63.
- CUNHA, O. Gomes da (1991). "Corações rastafari. Lazer, política e religião em Salvador". Tese de mestrado apresentada ao Museu Nacional, Rio.
- DA MATTA, R. (1987). "A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira". *Relativizando. Uma introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 58-85.
- (1989). *O que faz Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco.
- DANTAS, B. Góis (1988). *Papai branco, vovô negro. Uso e abuso da África no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- EPSTEIN, A. (1978). *Ethos and identity. Three studies in ethnicity*. London, Tavistock.
- ERIKSEN, T. (1990). "Liming in Trinidad: the art of doing nothing". *Folk*, 32:23-43.
- GENOVESE, E. (1974). *Roll Jordan Roll*. New York, Pantheon.
- HANNERZ, U. (1969). *Soulside; inquire into ghetto life and community*. New York, Columbia University Press.
- (1980). *Exploring the city*. New York, Columbia University Press.
- (1987). "The world of creolisation". *África*, 57(4):546-59.
- (1990). "Cosmopolitans and locals in world culture". In: FEATHERSTONE, M. (ed.). *Global culture. Nationalism, globalization and modernity, a theory and society special issue*. London, SAGE, p. 237-52.
- HASENBALG, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- HARRIS, M. (1970). "Referential ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity". In: WHITTEN, N. and SZWED, J., *op. cit.*, p. 76-86.
- HEBDIGE, D. (1979). *Subculture. The meaning of style*. London, Methuen.
- (1987). *Cut 'n' mix. Culture, identity and Caribbean music*. London, Comedia.
- HERSKOVITS, M. J. (1941). *The myth of the Negro past*. New York, Harper and Brother.
- HOBSBAWM, E. (1983). "Introduction: inventing traditions". In: HOBSBAWM, E. and RANGER, T. (eds.). *The invention of tradition*. Cambridge, University Press.
- HOETINK, H. (1972). *The two variants in Caribbean colonization*. The Hague, Mouton.

- LIEBOW, E. (1967). *Tally's corner. A study of Negro street corner men*. Boston, Little Brown and Company.
- MACDONALD, J. and MACDONALD, L. (1978). "The Black family in the Americas: a review of the literature". *Race Relations Abstracts*. London, SAGE, 3(1).
- MAGGIE, Ivonne (1991). "A ilusão do conceito; uma introdução à discussão sobre o sistema de classificação racial no Brasil". Caxambu, Anpocs.
- MERCER, K. (1990). "Black hair/style politics". In: FERGUSON, R. (ed.). *Out there. Marginalization and contemporary culture*. Cambridge (Mass.), The Mit Press, p. 247-64.
- MINTZ, S. and PRICE, R. (1977). *An anthropological approach to the Afro-American past: a Caribbean perspective*. Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues.
- NOGUEIRA, O. (1985). *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, Queroz.
- NOVAK, M. (1979). "The new ethnicity". In: COLBURN, D. R. and POZZETTA, G. E. (eds.). *America and the new ethnicity*. London, Kennikat Press, p. 15-28.
- OGBU, J. (1978). *Minority education and caste*. New York, Academic Press.
- PACHECO, M. de Poli T. (1987). "A questão da cor nas relações de um grupo de baixa renda". *Estudos Afro-Asiáticos*, (14):85-97.
- PARKER, R. (1990). *Pleasure and bodies. Sexual life in Brazil*. London.
- REIS, J. e SILVA, E. (1989). *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Schwarcz.
- REITZ, J. G. (1980). *The survival of ethnic groups*. Toronto, McGraw-Hill.
- ROOSENS, E. (1989). *Creating ethnicity. The process of ethnogenesis*. London, Sage.
- SANSONE, L. (1991). "A produção de uma cultura negra. Da cultura 'creole' à subcultura negra. A nova etnicidade negra dos jovens 'creoles' surinameses de classe baixa em Amsterdam". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEEA, (20):121-34.
- (1992). *Brilhar na sombra. Estratégias de sobrevivência, subcultura e etnicidade entre jovens 'creoles' de classe baixa em Amsterdam, 1981-1991*. (Em holandês, tradução inglesa em curso.) Amsterdam, Het Spinhuis.
- (1992a). *Hangen boven de oceaan. Het gewone 'overleven' onder Creoles jongeren in Paramaribo*. Amsterdam, Het Spinhuis.
- (1992b) "La circolazione delle persone in un'area della periferia: tre casi nei Caraibi". *Studi Migrazione/Études Migrations*. Roma, (105):134-47.
- STEINBERG, S. (1988). *The ethnic myth*. New York, Atheneum.
- TURNER, V (1969). *The ritual process*. London, Routledge and Kegan Paul.
- WALLERSTEIN, I. (1991). "The national and the universal: can there be such a thing as world culture?". In: KING, A. (ed.). *Culture, globalization and the world system*. London, Macmillan, p. 91-106.
- WHITTEN, N. and SZWED, J. (1970). "Introduction". *Afro-American anthropology*. New York, The Free Press, p. 23-62
- WILLIS, P (1977). *Learning to labour. Why working-class kids get working-class jobs*. Westmead (England), Saxon House.
- WILSON, J. (1987). *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago, University of Chicago Press.
- WONG, C (1977). "Black and Chinese grocery stores in Los Angeles Black ghetto". *Urban Life*, 5(4):439-64.

WULFF, H. (1988). *Twenty girls. Growing up, ethnicity and excitement in a South London microculture*. Stockholm, Studies in Social Anthropology 21, University of Stockholm.

ZALUAR, A. (1985). *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense.

SUMMARY

Colour, class and modernity in two areas of the Bahia

Anthropological studies about colour and race relations in daily life and in the arena of work are scarce in Brazil. This research tries to fill this lag by focusing on two different cities in the State of Bahia. Salvador and Camaçari. Fieldwork is carried out in one single road in Salvador and in eight alleyways in two neighbourhoods in Camaçari. The methods are 1000 questionnaires collected among all the people over the age of 15 living in these road and alleyways, interviews in depth with 100 people and participant observation. The questionnaires show that there is a great variety of lifestyles and that there are very different ways of relating to colour. Such variety and difference seem to be defined more by age and sex than by colour or class – fieldwork is carried out in areas which are predominantly lower-class and black. The young generation – young women in particular – is in general much better educated than the older generation. The young generation, however, is also more often out of work. Among the blacks, young people seem to be more racially conscious, but also more aware of the opportunities and limitations of “white society”, than their parents. The relativity of colour difference in the areas of the research, and the fact that social groups and tensions do not seem to be organized in the first place along colour lines, goes together with the omnipresence of colour in discourses and preferences. The Brazilian colour continuum, together with the Baian specificity, produces a complicate and changing system of racial classification. This system reflects the

possible existence of “tough” and “soft” areas for race relations. In the first ones – looking for work, the marriage market and for a minority of young men contacts with the police – colour is a key discriminating element, whereas in the “soft areas” difference and polarization seem to be organized by class, age and gender, and blacks do not feel discriminated against. Most “soft” areas are located in the arena of leisure – such as “liming” with peers on street corners and bars, playing and watching football, dancings and playing domino. There are, furthermore, areas in which being black can even be a potential advantage what is usually called the “black space”, e.g., Afro-Brazilian religion, samba sessions, the capoeira game.

The article starts by presenting an approach to ethnic identity in modern society and by pointing out the specificity of black culture and ethnic identity. Then, the areas of the research are described, followed by a first interpretation of the data as to colour and social position. The last two paragraphs deal with the complex Baian system of classification of colour, the somatic norm and change in black ethnic identity. These paragraphs show why and under which condition the same black person can be “moreno”, “coloured person” or “black person”. They also single out a number of – mostly individual – strategies which are developed to counteract or neutralize racism, and to achieve status. Such strategies reveal some of the specificity of race relations in the Brazilian-Baian context.

RÉSUMÉ

Couleur, classe et modernité dans deux régions de l'état de Bahia

Les études anthropologiques concernant les rapports de couleur et de race au jour le jour et dans le monde du travail sont rares au Brésil et la présente recherche s'efforce de combler cette lacune. Elle se concentre sur deux différentes villes de l'état de Bahia, Salvador et Camaçari. Une étude de terrain a été réalisée sur une unique route à Salvador et sur huit

voies auxiliaires situées dans deux quartiers de Camaçari. Les méthodes utilisées ont été les suivantes: 1000 questionnaires auprès de personnes de plus de quinze ans, vivant sur cette route et sur ces voies auxiliaires; des entrevues en profondeur auprès de cent personnes et des techniques d'observation participante.

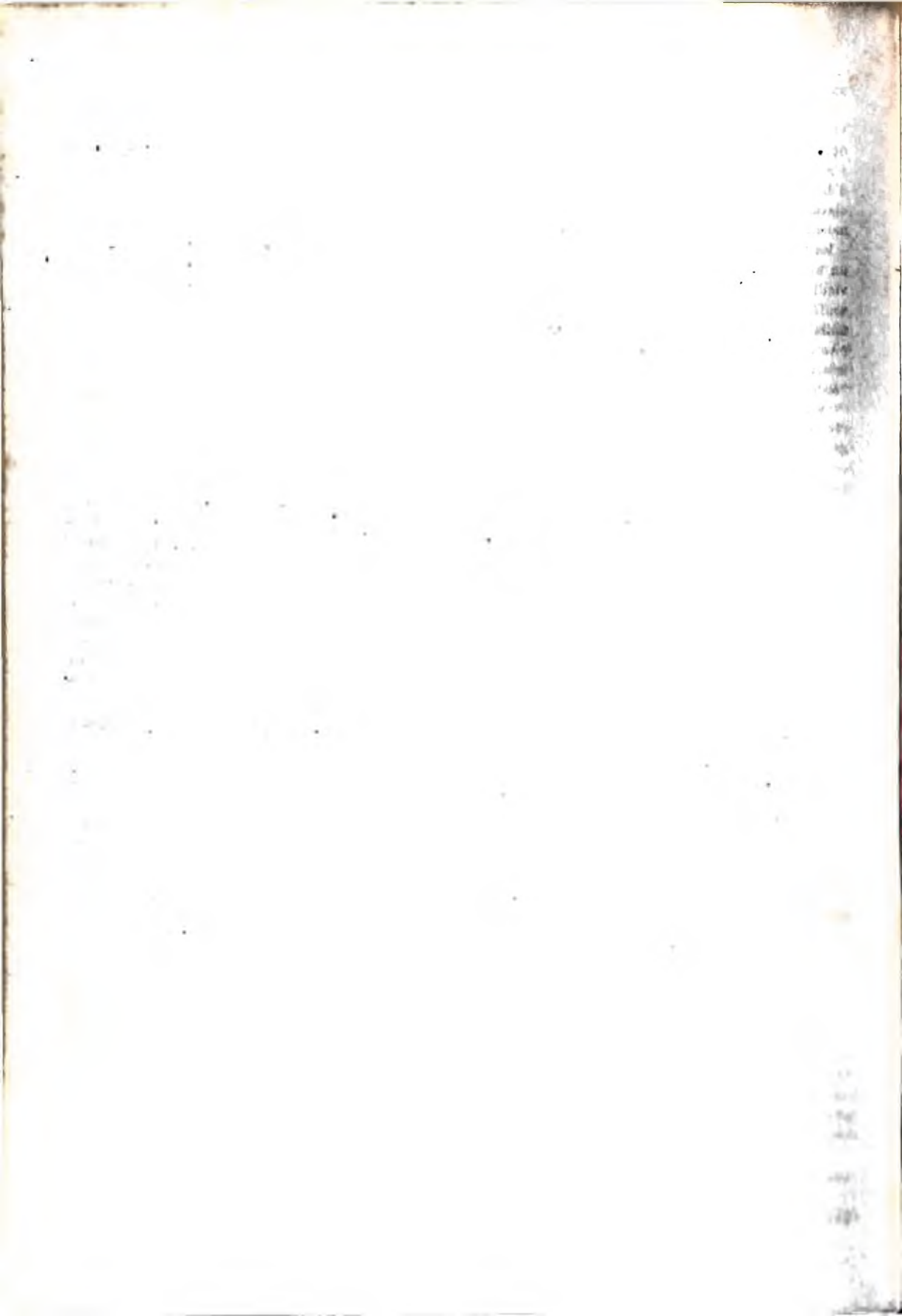
Les questionnaires montrent qu'il y a une grande

variété de styles de vie et que le rapport à la couleur obéit à des modes très divers. Cette variété et ces différences semblent se conformer plutôt à des critères d'âge et de sexe qu'à des critères de couleur ou de classe – la recherche a touché des régions où prédominaient la basse classe et les noirs. La jeune génération – les jeunes femmes en particulier – a généralement un niveau d'instruction beaucoup plus élevé que la vieille génération. La jeune génération, toutefois, souffre bien plus souvent du chômage. Parmi les noirs, les jeunes semblent avoir une conscience raciale plus élevée que celle de leurs aînés mais ils sont également plus au fait des opportunités et des limites de la "société blanche" que ne le sont leurs parents.

La relativité des différences de couleur dans les régions où a eu lieu la recherche et le fait que les groupes sociaux et les tensions ne semblent pas obéir en premier lieu à des critères de race se doublent d'une omniprésence de la couleur dans les discours et dans les préférences. Le *continuum* des couleurs au Brésil, auquel s'ajoute la spécificité bahianaise a pour effet de produire un système de classification raciale à la fois complexe et changeant. Ce système reflète l'existence possible de domaines "durs" et de domaines "flexibles" dans les rapports de race. Dans la première catégorie – où on peut situer la recherche d'un emploi, le marché du mariage et, pour un petit nombre de jeunes hommes, les contacts avec la police – la couleur est un élément de discrimination alors que dans les domaines "flexibles" la différence et la polarisation semblent

être organisée selon la classe, l'âge ou le genre: les noirs ne s'y sentent pas discriminés. La plupart des domaines "flexibles" se situent sur le terrain des loisirs: "bavarder" entre pairs au coin des rues ou dans les bars, jouer ou regarder jouer au football, danser et jouer aux dominos. Il y a en outre des domaines dans lesquels être noir peut constituer un avantage éventuel. C'est ce qu'on désigne usuellement sous le nom d'"espace noir". On peut y situer, par exemple, la religion afro-brésilienne, les sessions de samba et le jeu de la capoeira.

L'article débute sur une présentation de l'approche de l'identité ethnique dans la société moderne et sur l'exposition des aspects spécifiques de la culture noire aînée que de l'identité ethnique. Puis sont décrites les régions où a eu lieu la recherche. Cette description est suivie d'une première interprétation des données ainsi que de la position de couleur et de la position sociale. Les deux derniers paragraphes concernent le système complexe selon lequel on classifie, à Bahia la couleur, la norme somatique et les changements dans l'identité ethnique noire. Ces paragraphes montrent pourquoi et sous quelles conditions les mêmes personnes noires peuvent tour à tour être "brunes", "gens de couleur" ou "noirs". Ils sélectionnent aussi un certain nombre de stratégies essentiellement individuelles servant à contrer ou à neutraliser le racisme, voire même à augmenter le *status*. Ces stratégies révèlent une partie de la spécificité des rapports de race dans le contexte du Brésil et de Bahia.



Artes negras: uma perspectiva afrocêntrica*

Alejandro Frigerio**

* Traduzido do original em espanhol "Artes negras: una perspectiva afrocéntrica" por Juarez Coqueiro. Recebido para publicação em abril de 1992.

** Doutor em antropologia pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, e professor adjunto de sociologia da Universidade Católica Argentina.

A unidade assim como a diversidade de características que podem ser encontradas nas culturas afro-americanas têm preocupado muitos estudiosos do tema, desde Herskovits (1945), com sua escala de retenção de *africanismos*, até os últimos esforços de Thompson (1983) em identificar as influências africanas na arte e na filosofia dos povos negros das Américas. Para compreender esse fenômeno, os estudos mais recentes parecem coincidir na necessidade de uma perspectiva afrocêntrica (Uya, 1989 e 1990), que, neste trabalho, entenderei como a importância de reconhecer características comuns das culturas africanas para explicar as semelhanças em determinados aspectos das manifestações culturais afro-americanas. Proporei, da mesma forma que Mintz e Price (1977, p. 5-6), que

a herança cultural da África Ocidental, amplamente partilhada pelos africanos levados para qualquer nova colônia, terá que ser definida em termos menos concretos, concentrando-se mais sobre os valores e

menos sobre formas sócio-culturais, e até tratando de identificar os princípios gramaticais inconscientes que devem sustentar e marcar a resposta comportamental (...) Só recentemente os estudiosos começaram a tratar seriamente de definir as perceptíveis similaridades existentes no estilo da canção, na arte gráfica, nos hábitos motores etc. da África Ocidental e da Afro-América (...) Se as semelhanças perceptíveis são reais, devem existir princípios subjacentes (os quais seriam frequentemente inconscientes) acessíveis à identificação, à descrição e à confirmação.

Portanto, mais que o enunciado ou a descrição de traços culturais concretos, o importante seria a identificação desses princípios, valores ou regras tácitas, que permaneceriam em distintas manifestações culturais afro-americanas em função de sua origem comum africana.

A enorme variedade de grupos étnicos, idiomas e manifestações culturais existente na

África não pode ser menosprezada. Contudo, vários estudiosos encontraram semelhanças gerais em certos domínios da cultura, pelo menos naqueles grupos situados na África Ocidental e Central, de onde teria vindo a maior parte dos escravos trazidos para a América (para um panorama geral dessas semelhanças ver Uya, 1989; em relação à religião, Parrinder, 1970, e King, 1986; à música, Chernoff, 1979; à dança e critérios estéticos e filosóficos, Thompson, 1974).

Da mesma maneira, vários estudiosos perceberam a continuidade existente entre essas características africanas¹ e as que podem ser identificadas em certas manifestações culturais afro-americanas. Abrahams (1970) encontra uma estrutura profunda (*deep structure*) que torna a *performance* verbal dos negros americanos semelhante à dos do Caribe anglófono. Kochman (1981) propõe a existência de um "estilo étnico" que se evidencia em diferentes áreas da cultura dos mesmos grupos aludidos por Abrahams. Lomax (1970) ressalta a continuidade do estilo musical africano em toda a Afro-América. Sobel (1988) manifesta que, para entender a religião dos negros norte-americanos, é necessário fazer alusão aos conceitos subjacentes que têm sua origem na África.

O que esses estudos têm em comum é que ressaltam não tanto os traços concretos (como faz Verger, 1981, ao comparar a religião de origem ioruba na América e a original na África) mas as regras, estruturas, princípios ou valores (quase sempre inconscientes) que estruturam a produção de certas manifestações culturais afro-americanas e que seriam equivalentes às que operam na África. Essa perspectiva permite uma melhor visão da mudança e da readaptação cultural, salientando a africanidade de manifestações que, de acordo com visões anteriores que enfatizavam determinados itens como palavras, canções, nomes de deidades, aspectos dos rituais, traços materiais, não eram consideradas muito africanas. Assim,

por exemplo, as igrejas protestantes negras mostram uma forma ou um estilo de devoção nitidamente africano, por mais que se dirijam em inglês a um deus ocidental (Sobel, 1988). Essa observação também vale para a umbanda brasileira, freqüentemente subestimada como uma religião branca (Ortiz, 1978).

Neste trabalho, proporei seis qualidades que caracterizam a *performance* artística afro-americana, com base sobretudo nas regras sociais que parecem reger sua produção e o desempenho dos participantes na mesma. Embora os diferentes (para nós) gêneros como o canto, a música, a dança tenham suas técnicas ou características enquanto gêneros diferentes – que derivam muitas vezes de sua raiz africana² –, sua produção conjunta em eventos sociais parece ter similitudes em quase toda a Afro-América, as quais, por sua vez, parecem derivar das culturas africanas que lhe deram origem. A *performance* africana é, segundo proporei aqui, multidimensional, participativa, onipresente na vida cotidiana, basicamente coloquial, ressalta o estilo individual de cada participante e cumpre nítidas funções sociais.

Minha caracterização da *performance* afro-americana deriva, em grande parte, da compreensão experimental, originada da prática, por nove anos, de uma arte caracteristicamente afro-americana – a capoeira angola brasileira.³ Também realizei trabalho de campo sobre religiões afro-brasileiras em Salvador (no Brasil), onde participei, paralelamente, de múltiplas manifestações da cultura popular, e em Buenos Aires.⁴ Nos Estados Unidos, onde vivi quatro anos, tive acesso a manifestações da cultura negra americana, caribenha e africana. A constatação experimental das similitudes entre essas manifestações culturais foi confirmada pela escolha da bibliografia que citarei ao longo do trabalho. Assim como Chernoff (1979) e Salamone (1989, p. 135), considero que a participação e o conhecimento experimental facilitam a análise posterior do material etnográfico. Como Chernoff, que foi

discípulo de mestre de tambor na África, posso afirmar que, “enquanto não posso dizer, atinjo a plena aptidão, chego muito próximo de reconhecer o quanto estaria envolvido” (1979, p. 21).

1 – MULTIDIMENSIONALIDADE DA 'PERFORMANCE' AFRO-AMERICANA

Uma das características principais – aliás, a principal – das artes negras é seu caráter multidimensional, a densidade de sua *performance*. É uma *performance* que ocorre em vários níveis sucessivos, misturando gêneros que para nós seriam diferentes e separados. Encontramos um claro exemplo disso na capoeira tradicional (capoeira angola), que é ao mesmo tempo luta, jogo, dança, música, canto, ritual, teatro e mímica. É a interpenetração, a fusão, de todos esses elementos que faz dela uma forma artística única.⁵ O todo que se consegue a partir da fusão dessas diferentes artes é maior que a soma de suas partes constitutivas e tem como resultado formas artísticas que são novas, diferentes do somatório das que a constituem. Por essa razão, várias manifestações artísticas afro-americanas são geralmente difíceis de serem classificadas de acordo com as rígidas categorias a que fomos condicionados pela cultura ocidental.

Essa multidimensionalidade na *performance* africana e afro-americana foi observada por outros estudiosos. Diz Storm Roberts:

A música africana constitui só uma parte de um todo artístico maior. Os africanos pensam que não deveriam ser feitas distinções entre a música e a dança, que se deveria evitar o costume europeu de separar as duas e passar a falar como se uma acompanhasse a outra. O som da música não é mais que um elemento de uma experiência total que pode incluir disfarces, dança etc. A música é uma atividade com

orientação dramática que engloba atitudes, movimentos do corpo, vestuário, resposta do auditório etc. (Roberts, 1978, p. 14.)

De modo similar, Thompson expressa, no seu clássico livro *African art in motion*, que:

a famosa unidade das artes na performance africana sugere uma abordagem sensível em que um meio nunca é absolutamente enfatizado em relação aos outros. A escultura não é a arte central, mas tampouco o é a dança, visto que ambas dependem de palavras, música e até mesmo de sonhos e advinhação. (Thompson, 1974, p. XII.)

Contudo, o fato de a própria multidimensionalidade, ou *performance* simultânea em diferentes níveis sucessivos, também poder ser observada na maioria das manifestações culturais afro-americanas não tem recebido uma atenção igual por parte dos estudiosos. O caso mais claro em que se pode verificar essa multidimensionalidade é o das religiões de origem *afro* na América, onde a devoção se expressa através da música, do canto, da dança, da mímica, que freqüentemente os dançarinos realizam, e na necessidade de roupas especiais. Todos esses aspectos não só são a forma de render culto a um ou vários orixás, mas também constituem um todo simbólico que através desses diferentes meios permite aos assistentes apreender a idéia do que significa cada orixá (Segato, 1988). Contudo, essa multidimensionalidade da *performance* artística também pode ser observada em manifestações profanas, como a rumba cubana (Argeliers, 1984), o carnaval baiano, o *candombe* uruguaio, o *electric boogie* americano (Thompson, 1985) ou no repertório gestual que acompanham as interações verbais negras (Kochman, 1981; Smitherman, 1988). Outra expressão acabada dessa característica são as formas de luta/diversão negras do Novo Mundo: o *mani* cubano (Ortiz, F., 1985); a *lagya* da

Martinica (Thompson, 1987); o batuque ou pernada brasileira (Carneiro, 1974) e sobretudo na forma mais popular desse país, a capoeira (Frigerio, 1989b).⁶

Pode-se melhor observar, talvez, a origem afro dessa densidade ou multidimensionalidade na *performance* ao verificar que é uma das primeiras características a desaparecer quando essas manifestações são praticadas por grupos que não estão acostumados a ela em seu repertório cultural. Em outro trabalho, analisei com mais profundidade como a capoeira, em sua expansão para outras regiões geográficas brasileiras e para outros estratos sociais, vai perdendo sua densidade ou complexidade como arte e vai sendo praticada cada vez mais como um esporte ou arte marcial, através do qual seus aspectos de luta são enfatizados, em detrimento da gestualidade, a ritualidade, a mímica e até de aspectos musicais (Frigerio, 1989b).⁷ De fato, a contínua discussão no Brasil sobre se a capoeira é arte marcial, esporte, arte ou folclore indica não só as diferentes concepções sobre sua natureza, mas a dificuldade que tem grande parte dos praticantes originários da classe média em lidar como uma manifestação cultural que não se encaixa exatamente em nenhuma das categorias reconhecidas pela cultura ocidental.

2 – A QUALIDADE PARTICIPATIVA DA 'PERFORMANCE' AFRO-AMERICANA

Do mesmo modo que não há uma rígida separação nas culturas afro-americanas entre o que consideramos como distintas formas artísticas, não existe uma separação tão rígida, como há na cultura ocidental, entre os *performers* e o público. A assistência geralmente participa, às vezes animando, batendo palmas ou cantando, inclusive no caso das religiões, onde a iniciação constitui uma linha divisória mais rígida entre os que podem cumprir de-

terminados papéis e os que não podem. No caso de manifestações profanas, a demarcação será ainda menos rígida e estará mais relacionada com a rivalidade no desempenho. Essa característica também se encontra presente na África. Segundo Storm Roberts,

a música está inserida em todas as partes da vida africana. Ao crescer numa sociedade onde a música é tão fundamental, a maioria dos africanos adquire considerável sentido rítmico (...) Mas isso não significa que todos ou qualquer um possa tocar o principal tambor na dança (...) Por outra parte, na maioria dos lugares, o público não se limita a admirar os profissionais (...) Estes tocam e dirigem o canto, enquanto o público faz o coro e incentiva os efeitos rítmicos batendo palmas, dançando etc. (Roberts, 1978, p. 15.)

A participação mais ou menos intensa, segundo o caso, do público se relaciona com o fato de que a maior parte da *performance* artística afro-americana (profana) não está ligada a, nem se desenvolve em, situações de representação (Barba, 1987), mas é produzida mais ou menos espontaneamente em contextos festivos ou recreativos.⁸

É tão só com o correr do tempo, e a crescente folclorização da cultura afro-americana, que apareceu um marco mais formal e rígido para a *performance*, aumentando a quantidade de artistas *profissionais* que vivem de apresentar sua arte em diferentes cenários (ou pelo menos tratam de). Esse processo, que geralmente é interpretado como fruto inevitável do progresso, ou do destino da tradição *folk*, quando chega a contextos urbanos (apesar de grande parte das manifestações afro-americanas ter nascido num contexto urbano), encobre na realidade, entre outros processos sociais, a passagem de um tipo de *performance* participativa (com maior enraizamento afro) a outro mais afinado com o ocidental, onde existe se-

paração entre o público e os *performers*. Exemplos desse processo seriam as numerosas escolas de capoeira que atualmente se expandem por todo o Brasil; os numerosos grupos de dança *afro* de Salvador, que, com o objetivo de satisfazer ao turismo ou realizar um trabalho *cultural*, estabelecem uma diferenciação entre *performers* e espectadores; ou a realização, de forma periódica e fixa, de eventos tais como o *sábado da rumba* em Cuba, que provavelmente conspiram contra a realização espontânea e participativa de atividades populares. Uma análise profunda de tais fenômenos ainda está por ser realizada.

dos negros americanos. Ao escrever o livro, ele recorda que,

o mundo da rua era um teatro de ficção contínua, onde o menor momento, o último gesto era uma obra de improviso e esmero teatral. A esquina da 14st com a Carpenter era um espaço de 24 horas de performance (...) O mais curioso é que não havia dicotomia entre atores e audiência, eles estavam constantemente mudando os papéis (...) Imagine a vida dos negros na esquina da 14st com a Carpenter como parte de uma contínua corrente de performance com outros (...) (Rose, 1987, p. 36-37, grifos do autor.)

3 – A UBIQUIDADE DA 'PERFORMANCE' NA VIDA COTIDIANA

Nas culturas onde não existe rígida separação entre as formas artísticas, em que todo canto implica música e esta, por sua vez, dança, que inclui também elementos de mímica, na qual também não existe uma rígida separação entre *performers* e o público, nem separação muito marcada entre situações de representação e a vida cotidiana, não deveríamos estranhar que cada indivíduo seja um *performer* em potencial e cada situação da vida cotidiana brinde a possibilidade de oferecer uma pequena *performance*. A onipresença da teatralidade nas artes africanas tem sido assinalada, por exemplo, por Fernando Ortiz, que não em vão intitulou seu famoso livro como *Los bailes y el teatro de los negros en el folklore de Cuba*. Já a teatralidade nas interações da vida cotidiana dessas populações também tem sido identificada mas pouco analisada.⁹

Uma exceção a isso é o livro de Dan Rose onde relata sua experiência de dois anos realizando trabalho de campo *camuflado* (sem revelar que era antropólogo) num bairro negro da Filadélfia. Suas observações denotam a ubiquidade da representação na vida cotidiana

Essa qualidade *de representação* da vida cotidiana também pode ser vista na descrição que Kochman realiza do “estilo étnico” dos negros americanos. Estilo que, como afirma o autor, também pode ser observado entre os caribenhos e que, portanto, provavelmente seria derivado da África (Kochman, 1981, p. 14). Durante os aproximadamente 18 meses que passei em Salvador, Bahia, principal repositório e núcleo gerador da cultura afro-brasileira, pude observar a mesma textualidade “representativa” na vida cotidiana dessa cidade (para uma observação semelhante, ver Wafer, 1991, p. 8).

A mesma densidade da *performance* que caracteriza a vida cotidiana se estende, ou se correlaciona, às artes. Da mesma forma que Rose e outros americanos, apesar de falarem a mesma língua, não podiam *jogar* verbalmente ou manter interações jocosas com seus pares afro-americanos (Rose, 1987, p. 74, 135), visto que é necessário algo mais que dominar uma técnica corporal para ter um desempenho correto em uma roda de capoeira, num samba de roda ou quando se rompe uma rumba, deve-se dominar as regras que regem a interação da situação social onde se realiza a *performance* e estar preparado para saber desempenhar seus vários níveis ao mesmo tempo.

Grande parte das atividades da vida cotidiana está sujeita à *performance*. Tanto a roupa cotidiana como o simples fato de caminhar se transformam em atividades que manifestam “fortes enunciados visuais” (*strong visual statements*) sobre o indivíduo (Kochman, 1981). Referindo-se ao modo de caminhar fortemente gingado do jovem negro, Johnson afirma que “aonde o jovem negro vai não é tão importante quanto *como* ele chega lá” (Johnson, 1971, p. 19, grifo seu).¹⁰ De modo semelhante, no inglês dos negros americanos (*black vernacular english*), “o som do que está sendo dito é tão importante quanto o sentido (Smitherman, 1987, p. 135).¹¹ Em todos esses casos, o estilo transmite uma mensagem sobre o que se está dizendo, uma mensagem sobre os valores da pessoa que está fazendo a *performance*. O seu caráter multidimensional (mesmo na vida cotidiana) permite que sejam transmitidas mensagens em vários níveis ao mesmo tempo.

4 – A IMPORTÂNCIA DO COLOQUIAL DURANTE A 'PERFORMANCE' AFRO-AMERICANA

O caráter multidimensional e participativo da *performance* afro-americana, juntamente com sua significação grupal (que tratarei posteriormente), contribui especialmente para que o modo coloquial caracterize as várias artes africanas e de origem africana. A conversação entre os diferentes *performers* pode estar presente das seguintes formas:

1 – *A interação entre solista e coro* – A ubiquidade do estilo de chamada e resposta (*call and response*) tem sido assinalada várias vezes para a África e Afro-América. Neste,

o cantor principal canta uma linha ou frase e o grupo lhe responde. Isso é diferente da forma européia comum de uma estrofe ou versículo seguido (ou não) por um coro. O versículo ou a estrofe européia se com-

pletam em si, enquanto o africano, que só é metade da equação, necessita de uma resposta antes de se completar (Roberts, 1978, p. 17).

2 – *Entre tambores* – Ao caracterizar a música africana, Chernoff (1979) enfatiza a importância da conversação entre diferentes tambores. Devido à importância da polirritmia, os tambores, mais que “tocar juntos”, devem dialogar, devem conversar. Desde o *candombe* uruguaio até a rumba cubana, a polirritmia também é uma característica principal da música afro-americana (Roberts, 1978; Ayestarán, 1990; Argeliers, 1984; Metraux, 1972).

3 – *Entre o solista e a resposta instrumental* – Na *performance* musical afro-americana, é freqüente que o solista cante ou diga uma frase e uma parte da orquestra lhe responda. Isso pode ser verificado nas formas tradicionais, como a capoeira angola, em que, quando o solista finaliza a ladainha (canção introdutória), vários dos instrumentos de percussão começam a tocar. O mesmo acontece nas formas mais modernas, como a música *funk* americana e a salsa caribenha, quando os trompetes respondem e realçam as frases do solista.

4 – *Entre o dançarino e o tambor* – Argeliers (1984, p. 159), na sua descrição da *rumba columbia* cubana, oferece um belo relato do diálogo entre o dançarino (solista, neste caso) e o tamborileiro. Tal descrição ilustra também a natureza multidimensional da *performance*:

O dançarino estabelece um diálogo com o tamborileiro que executa no quinto. Este marca os passos e os gestos que o dançarino deve responder figurativamente. O dançarino, ao responder assim com seus movimentos aos toques do quinto, realiza conseqüentemente outros que este último deve contestar, estabelecendo-se uma espécie de diálogo ou controvérsia rítmica na qual as propostas de um e as respostas do outro vão se tornando mais precisas, rápi-

das, breves, até que um ou outro chegue a pegar o seu interlocutor desprevenido. Enquanto dura a dança, o solista não cessa de cantar, alternando com o coro e desafiando com o canto o dançarino. O dançarino, por sua vez, vai incorporando à dança gestos e posturas miméticas, fazendo várias figuras em que imita um coxo, um epilético, ou ações como tourear, pescar, jogar bola (...), sem deixar de responder com gestos precisos aos toques do quinto. Além disso, costuma fazer outros passos acrobáticos, como colocar-se um chapéu enquanto dá cambalhotas ou agarrar um lenço com a boca enquanto dá um giro sobre o solo ou quando finge cair, instante de que se aproveita o quinteador para executar uma figura rítmica que lhe obrigue a responder.

Storm Roberts oferece um exemplo muito semelhante para a bomba portorriquenha (1978, p. 35). Essa interação entre o músico solista e o/ou os bailarinos não se restringe ao tamborileiro: tanto Duke Ellington como Charlie Parker estabeleciam esse sutil intercâmbio com os dançarinos. Recordo o primeiro desses gigantes do jazz que

eram os dançarinos que puxavam a orquestra e o baterista. Você começa a tocar, os pares começam a dançar e têm um ritmo tão extraordinário que basta segui-los. (Billard, 1989, p. 129.)

O mesmo diálogo é produzido nas modernas discotecas de Gana, entre os músicos de *highlife* e os dançarinos (Chernoff, 1979, p. 147).

5 – *Entre um cantor e um tambor* – Novamente é Argeliers quem nos fornece um excelente exemplo do diálogo que se estabelece entre dois intérpretes. Referindo-se à religião afro-cubana, a *santería*, relata que com o *iyá* (tambor mais grave) os tarimbados tocadores de há 40 anos podiam bater os tambores de di-

versas formas, obtendo dessa maneira diferentes sons que imitavam os tons da língua ioruba. Imitavam assim, com o toque, a inflexão de uma breve frase em língua ioruba que era respondida pelos cantores solistas (*akpwons*), os quais sabiam falar tal língua (1984, p. 45).

6 – *Entre dançarinos* – Falando da África, Chernoff assinala que

os dançarinos se relacionam ritmicamente tanto entre si quanto com a música (...). Se você quiser se comunicar com seu parceiro, deve dançar com ele ou ela. O que importa é a relação de movimento e o seu parceiro será mais facilmente atraído quando você for sutil, talvez mesmo quando apenas se movimentar, do que quando estivesse se exibindo, gingando ou fazendo passos ensaiados. (Chernoff, 1979, p. 147.)

Também existem exemplos desse tipo de atitude no Novo Mundo, na rumba cubana ou na salsa caribenha (Thompson, 1966, p. 95). A capoeira tradicional foi definida por um mestre como “a conversa de corpos” (Ken Dossar, comunicação pessoal) e por um estudioso como “uma espécie de conversa em movimento, um diálogo que pode ser agressivamente quente ou insensivelmente frio” (Lewis, 1986, p. 124).

7 – *Entre o cantor e o principal dançarino, os dançarinos e outros ‘performers’* – Argeliers, no exemplo anteriormente mencionado da rumba *columbia* cubana, faz referência ao desafio do cantor ao dançarino. O mesmo acontece na capoeira, em que o cantor pode fazer menção (geralmente irônica) ao que acontece no jogo, ou no candomblé de caboclos, quando um dos caboclos presentes (no meio de um transe) canta uma cantiga que faz alusão a algum dos participantes (Ribeiro, 1983; Wafer, 1991). As referências geralmente são metafóricas, como quando se canta ao *manisero* cubano (participante da dança/

luta denominada *mani*) que está cansado: "o astro madrugada, muda de cor" (Thompson, 1989).

Numa determinada *performance* podem acontecer varias dessas "conversações", às vezes simultaneamente, às vezes se alternando. Isso é o que dá à *performance* um caráter denso. Com isso quero dizer que é uma *performance* de entendimento complexo para o neófito, já que não só implica conhecer as técnicas de cada forma artística separadamente (música, canto, dança, mímica), mas também e principalmente sua interrelação. Ao mesmo tempo, é necessário conhecer as regras implícitas que regem a interação entre os diferentes *performers*.

Como exemplo disso posso apresentar minha experiência com a aprendizagem das artes afro-brasileiras fora desse país, na Argentina ou Estados Unidos. Uma pessoa que aprende a sambar ou jogar capoeira fora do Brasil e domine a técnica e os movimentos corporais não necessariamente saberá se comportar ou dar uma *performance* satisfatória numa roda de samba ou de capoeira.

É muito difícil apreender a multidimensionalidade da *performance* se ela não se faz em seu contexto social. Seu caráter coloquial (e, reitero, multidimensional) necessita que estejam todos os atores presentes para poder realizar uma *performance* completa e complexa. Não só isso, mas também é necessário ter tido uma certa experiência em várias dessas situações, além de ter sido exposto a diferentes conversações com diversos atores para estar mais familiarizado com a gama de respostas possíveis. Fora desse contexto social, somente se aprende a, por exemplo, interagir com a música ou com algum outro dançarino.

Uma *performance* bem realizada e complexa precisaria de vários participantes suficientemente tarimbados nas distintas possibilidades interpretativas e que por sua vez tenham tido

bastante experiência em *performances* para estar familiarizados com as possibilidades de respostas.¹²

5 – A IMPORTÂNCIA DO ESTILO PESSOAL

A importância da conversação ressalta ainda mais o caráter "emergente" (criativo, único) de toda *performance* ("the emergent quality of all performance" – Bauman, 1977, p. 37). Seja tocando, dançando, cantando ou interagindo verbalmente, o contraponto com um interlocutor tarimbado leva ambos *performers* a maiores e melhores desempenhos. Nesse sentido, é ilustrativo o exemplo de um mestre de tambor africano citado por Chernoff (1979, p. 55) de que "não poderia nem mesmo pensar na ampla variação de estilos que deveria tocar sem a batida de um segundo tambor".

Um sentimento igual expressa um mestre de capoeira ao comentar comigo que, realizando um jogo lento com um companheiro, analisando cada ação e resposta que produziam, chegavam a situações e movimentos novos que logo poderiam ser incorporados à aprendizagem.

Se o modo coloquial remete (como veremos logo) a um melhor desempenho grupal, ainda assim o estilo pessoal de cada intérprete é de suma importância. Na Afro-América (como também na África – ver Chernoff, 1979, para uma discussão em profundidade a esse respeito), espera-se que um *performer* não só seja competente mas que também possua um estilo próprio, o que pode ser observado na cultura negra urbana contemporânea (por exemplo, em todos os aspectos do *hip hop* – Hager 1984; para melhor discussão sobre o tema ver Kochman, 1981, p. 134-52), na música afro-caribenha (Hebdige, 1987, p. 12) ou na capoeira brasileira, para dar alguns exemplos.

Essa ênfase no estilo pessoal produz mudanças contínuas que abrem caminho para inovações que podem, com o tempo, dar lugar a novas manifestações artísticas (Chernoff, 1979, p. 61 e 65). Isso ajuda a explicar a quantidade de diferentes manifestações artísticas afro-

americanas, que acontecem sem parar (estilos e subestilos de músicas, danças, canções que vão sendo criadas e recriadas) especialmente nos Estados Unidos (Roberts, 1978; Billard, 1989; Hobsbawm, 1989; Hager, 1984); no Caribe (Hebdige, 1987; Bergman, 1985a; Argeliers, 1984; Orovio, 1981); na África (Graham, 1988; Bergman, 1985b) e, em menor medida, no Brasil.¹³ Numa reveladora comparação entre o jazz americano e o inglês, Salamone (1989) enfatiza que é justamente a ênfase no estilo pessoal o que permite a continuidade e finalmente o desenvolvimento de novas formas estilísticas num país e o estancamento do gênero em outro.

... a *performance* penetra todos os aspectos da vida cotidiana afro-americana, é de se esperar que a importância de um estilo pessoal também se manifeste nela. Kochman afirma que

o estilo penetra cada aspecto da vida, desde quando se nasce até quando se morre (...) Os negros conquistaram a admiração mais ampla da sociedade com a performance nas artes: na música, na dança, no teatro e nos campos de esporte, onde eles também "atuam". Cotidianamente, o modo de se vestir, caminhar, posicionar-se, falar, saudar e assim por diante produz cada vez mais reações mistas. (Kochman, 1981, p. 131.)

Como afirmei anteriormente, atividades cotidianas como certa forma de caminhar, a roupa que se usa e um sem-número de elementos adicionais (óculos, bonés, relógios e pulseiras) se transformam em fortes enunciados visuais que transmitem significados sobre o indivíduo. Isso se percebe claramente na importância da roupa e acessórios nos mundos do *hip hop* americano (Hager, 1984), do *black Rio* (Vianna, 1988) ou na importância que os jovens baianos dão ao que chamam de "o visual".

6 – A 'PERFORMANCE' AFRO-AMERICANA CUMPRE FUNÇÕES SOCIAIS

Outro elemento-chave – apesar de ter sido considerado aqui em último lugar – para a caracterização e a compreensão da *performance* artística afro-americana, e estritamente ligado à multidimensionalidade, qualidade participativa e onipresença na vida cotidiana, é seu caráter, sua funcionalidade social. Parafraseando Chernoff (1979, p. 3), quando se refere à África, posso afirmar que foi minha participação pessoal em situações sociais que me permitiu compreender a importância da *performance* artística na Afro-América. Segundo Chernoff,

a integração de todos esses interesses artísticos e sociais em um único e integrado evento é a inspiração essencial de uma performance musical africana (...) A performance de maior sucesso envolverá cada um dos presentes nos vários níveis de participação e apreciação e o prazer deles é o principal critério de excelência. (Chernoff, 1979, p. 87.)

Esse caráter, essa função social da *performance* pode ser observada claramente nas cerimônias religiosas afro-americanas, assim como na maior parte das manifestações culturais profanas.

As *performances* artísticas afro-americanas são quase sempre realizadas pelo grupo ou comunidade e para si mesmos. A qualidade participativa permite que os papéis do *performer* e do membro da audiência sejam praticamente intercambiáveis e que cada um possa mostrar o seu papel e usufruir das *performances* dos demais. Através dessa *performance* coletiva, o grupo se reconhece como tal, mostra alianças (e conflitos) com outros e são expressados, através das canções, do gestual e do pantomímico, pontos de vista do indivíduo e da coletividade. A *performance* atua na Afro-

América como principal elemento socializador e aglutinador (Smitherman, 1988, p. 79-80).

Não é por acaso que a *performance* artística sempre foi e continua sendo fundamental na variada gama de associações comunitárias negras que existiram e existem no continente americano. Agrupações que, sem importar qual fora seu propósito declarado, cumpriram ao mesmo tempo funções religiosas, comunitárias e recreativas (Roberts, 1978, p. 76). Exemplos claros disso podem ser encontrados nas inúmeras confrarias do século XVIII, nas nações ou cabidos do século XIX, nas associações comunitárias do século passado e deste, nos templos religiosos afro-americanos e nas numerosas agremiações de carnaval. Em todos os lugares onde tenham subsistido esses agrupamentos, a cultura negra tem sobrevivido. Apesar de os estudiosos ressaltarem mais o papel das associações religiosas ou étnicas (Bastide, 1973; Andrews, 1980; Sobel, 1988; Davis, 1988), é tempo de reconhecer a importância das associações meramente recreativas para a manutenção não só de um *ethos* negro, mas também como lugares onde os membros da comunidade negra podem se agrupar e continuar criando cultura negra. Risério (1981, p. 76-89) mostra a importância delas na Bahia. Uma situação semelhante se dá no Uruguai, onde as *comparsas* conseguem aglutinar com mais êxito a comunidade negra que as agremiações com fins políticos ou sociais (Frigerio, 1990a). Na Argentina as *comparsas* de carnaval, da mesma forma que as associações recreativas como o Shimmy Club, permitiram a reunião periódica e a manutenção dos traços culturais afro-argentinos, geralmente ignorados pelos estudiosos (Frigerio, 1991).

A *performance* artística afro-americana, devido às suas qualidades anteriormente mencionadas, não só tem uma função geradora de *communitas* (no sentido de Turner, 1969), mas também permite que o grupo como um todo (os seus diferentes membros) realizem comentários sociais sobre os temas que lhes in-

teressam e que possam expressar, se for o caso, os conflitos internos da comunidade. A função de sátira e de crítica social que cumprem os diferentes gêneros da música afro-americana já foi assinalada por vários autores (Roberts, 1978; Courlander, 1985; Bergman, 1985a; Mc Lane, 1987; Hebdige, 1987). Contudo, através da *performance* grupal podem ser expressos não só os conflitos com outros grupos sociais, mas também (às vezes, resolvendo-os; às vezes, exacerbando-os) os que dizem respeito a subgrupos ou indivíduos dentro da comunidade.

Os cantos de disputa ou de desafio, mediante os quais um indivíduo faz referência satírica a outro que dança, canta, toca ou simplesmente se encontra presente, são verificados em múltiplas expressões culturais afro-americanas. No Brasil, por exemplo, encontram-se no candomblé de caboclos (ver Wafer, 1991, para uma excelente discussão), na capoeira (Lewis, 1986; Rego, 1968), no samba de roda e na quase já extinta pernada (Carneiro, 1974). Argeliers (1984) e Ortiz, F. (1985) dão exemplos no *mani* e na rumba de Cuba. Nos Estados Unidos, os concursos de *break dance* entre diferentes grupos substituíram ou atenuaram, ao menos por um tempo, as brigas de rua entre as gangues (Hager, 1984).

A multidimensionalidade da *performance* permite que as tensões criadas por conflitos entre indivíduos sejam geridas pelo grupo através da própria *performance*. Temos um exemplo disso quando se trata de acalmar os dois jogadores de capoeira que estão incrementando a violência de seu jogo tocando música mais lenta, apelando a certas canções ou a artifícios ritualísticos como interpor o berimbau entre ambos os lutadores, dando por terminado o jogo. No caso do Carnaval da Bahia e nos bailes *funk* do Rio de Janeiro (Vianna, 1988), há uma relação direta entre o agito da música, do baile e da violência que pode ser provocada. Em ambos os exemplos, na maioria dos casos a interrupção da música ou a passa-

gem a uma música lenta freia imediatamente a violência. A complexa interrelação entre os indivíduos que ocorre numa *performance* (e os distintos níveis desta) é percebida no fato de que quando o grupo não pode gerar a violência através de elementos da *performance* (mudança de música, certos cantos e gestos), esta se interrompe e não se reata até que a violência tenha terminado

CONCLUSÕES

Neste trabalho tentei, baseado, por um lado, no trabalho de campo realizado sobre diferentes manifestações afro-americanas e, por outro, no conhecimento experimental e no levantamento bibliográfico, postular seis qualidades que caracterizam a *performance* artística afro-americana, considerando sobretudo as regras sociais que parecem reger sua produção e o desempenho dos participantes em relação a ela. De acordo com o postulado anteriormente, a *performance* artística afro-americana se ca-

racteriza por ser multidimensional, participativa, presente na vida cotidiana, basicamente coloquial, além de ressaltar o estilo individual de cada participante e cumprir sempre nítidas funções sociais.

Ainda que algumas ou várias dessas características se encontrem presentes em manifestações culturais de outras sociedades, em seu conjunto configuram e dão um caráter único à *performance* artística própria das culturas afro-americanas. Essas regras tácitas que parecem estruturar a interação na *performance* derivariam das raízes culturais africanas, especificamente daqueles povos do Oeste e do Centro (ocidental) da África.

A ênfase em regras ou princípios gerais que estruturam a interação, em vez de em determinados traços pontuais, dá uma perspectiva mais adequada para tratar a questão dos "africanismos", já que permite entender melhor a mudança e a readaptação cultural, e por sua vez ressalta a africanidade de manifestações que, para as análises teóricas anteriores, não existiam.

NOTAS

● Agradeço à Dra. Maria Julia Carozzi pela leitura crítica e sugestões apresentadas às versões anteriores deste trabalho. Ele foi escrito durante o período em que fui beneficiado por um financiamento para a pesquisa de pós-doutoramento concedido pela Fundação Antorchas.

1. Recordemos que, de agora em diante, *africanas* fará referência aos grupos da África Ocidental e Central, especialmente os do Congo e Angola, pertencentes ao grupo lingüístico banto.
2. Ver Roberts (1978, p. 36 e 43-4) para uma enumeração das características técnicas africanas no canto e na música afro-americanos.
3. Fui aluno do mestre João Pequeno em seu Centro Esportivo de Capoeira Angola (Salvador, Bahia) por um período de dez meses (em 1983, 1985, 1986, 1987 e 1991). Também estive envolvido com a prática e o ensino de capoeira em Los Angeles e Buenos Aires de 1982 até 1991.
4. Em Salvador, realizei trabalho de campo sobre religiões afro-americanas durante 13 meses, entre 1982 e 1991. E participei de diversas manifestações da cultura popular durante 18 meses (em fevereiro de 1979 e 1980; janeiro e fevereiro de 1981; junho, julho e agosto de 1982, julho e agosto de 1983; dezembro de 1984; janeiro e fevereiro de 1985, 1986, 1987 e 1991). Em Buenos Aires, realizei três anos de trabalho de campo (1985-1987) em templos que praticavam religiões afro-brasileiras (ver Frigerio, 1989a) e depois em dois templos, de 1989 a 1991. Também em Buenos Aires, estive envolvido, durante 1969, com grupos que tocavam *candombe* uru-

guaio, experiência que me levou a assistir às *Chamadas* do Carnaval de 1990 em Montevidéu e às apresentações dos *comparsas* negros no Teatro de Verão dessa cidade, durante o mês de fevereiro (ver Frigerio, 1990a).

5. Ver também Lewis (1986), para uma excelente discussão sobre a complexidade da capoeira tradicional como arte e da sutil integração de seus diferentes aspectos.

6. Para uma sumária mais interessante resenha sobre as "artes marciais negras", ver Thompson (1987).

7. A cultura ocidental separa as atividades humanas em diferentes categorias. Certas atividades são catalogadas como artes, outras como esportes. As formas artísticas, como se lamenta Barba (1987, p. 209-10), estão divididas em diversas categorias, da mesma forma que há diferentes tipos e subtipos de esportes. Isso nem sempre foi assim. Barba afirma que até o século XVI a divisão entre as diferentes artes pareceria ridícula a um artista dessa época (1987, p. 210).

8. Nisso também se diferenciam de formas artísticas de culturas orientais, por exemplo, onde a situação de representação adquire características mais formais e existe uma demarcação notória entre *performers* e o público (Barba, 1987; Schechner, 1985).

9. Com exceção da *performance* verbal dos negros americanos, que têm dado lugar a uma copiosa bibliografia (ver Kochman, 1972; Smitherman, 1988).

10. Citado em Kochman, 1981, p. 131.

11. Uma concepção estética similar aplicada ao visual se encontra nos grafites de rua dos negros americanos, onde o estilo da escrita é tão ou mais importante do que a mensagem. De fato, os vários estilos dos bairros são tão complexos que se tornam quase indecifráveis, mas o impacto visual transmite um significado (sobre o artista) tão importante como o textual (ver os exemplos em Hager, 1984, p. 28-9). O contexto cultural diferente ressalta imediatamente se realizamos uma comparação com os grafites de rua que se encontram em Buenos Aires. Nessa cidade, o mais importante é o que se diz, o gracejo ou a frase engenhosa, enquanto a forma em que estão desenhados é secundária.

12. Para os grupos de capoeira que se formaram nos Estados Unidos, por exemplo, foi de grande importância o fato de que vários dos primeiros alunos visitaram o Brasil e ali praticaram; de que brasileiros visitaram o país do Norte para ajudar a criar uma *performance* adequada; e de que se formou um grupo suficientemente numeroso que permitiu criar (recriar) o ambiente adequado para uma *performance* bem realizada (e complexa). Os testemunhos que recolhi dos praticantes americanos indicam que a segunda geração de alunos que aprendeu com um grupo já estabelecido o fez com muito mais rapidez. O mesmo processo assim como os problemas podem ser notados no desenvolvimento da capoeira na Argentina (ver Frigerio, 1990b).

13. Aqui convinha traçar uma diferenciação entre a África e a Afro-América, e ainda entre diferentes regiões da Afro-América, especialmente entre o que acontece na América do Norte, no Caribe e a situação da América do Sul. Nos países de língua espanhola e no Brasil, as manifestações de origem *afro* parecem não dar lugar a mudanças tão notáveis como as que acontecem mais ao norte. Isso tem levado estudiosos como Bastide (1973, p. 120-4) a afirmar (referindo-se às religiões, mas sua afirmação poderia ser aplicada a outros aspectos da cultura) que certas religiões, por exemplo, estariam vivas (sujeitas a inovações) e outras estariam "em conserva" (seriam nitidamente conservadoras).

Na minha opinião, esse tipo de diferenciação derivaria não das características das culturas (ou sociedades), mas sobretudo das perspectivas teóricas empregadas para analisá-las. Na América hispânica e no Brasil, tem predominado entre os estudiosos uma ótica folclórica que tende a ver grande parte das manifestações de origem *afro* como sobrevivências que se imobilizaram e mantiveram suas características africanas, ou mudaram para necessariamente perdê-las. A influência dos estudiosos na certificação da "pureza africana" (que logo teriam um grande impacto entre os próprios praticantes, afetando todo o futuro desenvolvimento das religiões) foi demonstrada acertadamente por Dantas (1988) para o caso das religiões afro-brasileiras. Quase todos os estudiosos das culturas afro-hispânicas e afro-brasileiras têm tido um papel similar no congelamento das características culturais desses povos (para as consequências desse tipo de análise no caso do *candombe* argentino, ver Fri-

gerio, 1991). Fenômenos como os do *black Rio* ou o surgimento dos blocos *afro* do carnaval baiano, que têm afetado profundamente a cultura afro-brasileira, começam recentemente a chamar a atenção dos estudiosos (Vianna, 1988; Bacelar, 1989). Ao passar cinco dos últimos dez carnavais na Bahia, posso afirmar que durante esse período ocorreram numerosas mudanças nos padrões musicais, nas danças e nos numerosos elementos da cultura negra baiana. Infelizmente, uma análise profunda desse tema escapa, apesar de sua urgência, aos limites deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMS, Roger (1970). "Patterns of performance in the British West Indies". In: WHITTEN, Norman and SZWED, John (eds.). *Afro-American anthropology: contemporary perspectives*. New York, Free Press, p. 163-80.
- ANDREWS, George Reid (1980). *The Afro-Argentines of Buenos Aires: 1800-1900*. Madison, University of Wisconsin Press.
- ARGELIERS, León (1984). *Del canto y el tiempo*. La Habana, Letras Cubanas.
- AYESTARÁN, Lauro; AYESTARÁN, Flor Rodríguez de; y AYESTARÁN, Alejandro (1990). *El tamboril y la comparsa*. Montevideo, Arca.
- BACELAR, Jefferson (1989). *Etnicidade: ser negro em Salvador*. Salvador, Ianamá.
- BARBA, Eugenio (1987). *Mas allá de las Islas Flotantes*. Buenos Aires, Firpo y Doba.
- BASTIDE, Roger (1973). *As Américas negras*. São Paulo, Difel/Edusp.
- BAUMAN, Richard (1977). *Verbal art as performance*. Illinois, Waveland.
- BERGMAN, Billy (1985a). *Hot saucers: Latin and Caribbean pop*. New York.
- (1985b). *Goodtime kings: emerging African pop*. New York, Quill.
- BILLARD, François (1989). *No mundo do jazz*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARNEIRO, Edison (1974). *Folgedos tradicionais*. Rio de Janeiro, Conquista.
- CHERNOFF, John Miller (1979). *African rhythm and African sensibility: aesthetics and social action in African musical idioms*. Chicago, University of Chicago Press.
- COURLANDER, Harold (1985). *The drum and the hoe: life and lore of the Haitian people*. Berkeley, University of California Press.
- DANTAS, Beatriz Góis (1988). *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- DAVIS, Wade (1988). *Passage of darkness*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- FRIGERIO, Alejandro (1989a). "With the banner of Oxalá: the social construction and maintenance of religious reality". Tesis doctoral, Depto. of Anthropology, University of California. Los Angeles.
- (1989b). "Capoeira: de arte negra a esporte branco". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (10):85-98.
- (1990a). "Oye mi tambor: la imagen del negro en las comparsas lúbulas del Carnaval montevideano". Trabalho apresentado no II Congreso Nacional da Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos. Tucumán, septiembre de 1990.

- (1990b). "El desarrollo de la capoeira en Argentina: cómo surge y qué nos puede enseñar sobre la capoeira en general". Manuscrito inédito.
- (1991). "Una evaluación crítica del candombe en el Río de la Plata". Trabajo presentado no III Congreso Nacional da Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos. La Plata, octubre de 1991.
- GRAHAM, Ronnie (1988). *The da Capo Guide to contemporary African music*. New York, Da Capo Press.
- HAGER, Steven (1984). *Hip hop: the illustrated history of break dancing, rap music and graffiti*. New York, St. Martin's.
- HEBDIGE, Dick (1987). *Cut and mix: culture, identity and Caribbean music*. New York, Methuen.
- HERSKOVITS, Melville (1945). "Problem, method and theory in Afroamerican studies". *Afroamérica*, (1):5-24. México.
- HOBBSAWM, Eric (Francis Newton) (1989). *História social do jazz*. São Paulo, Paz e Terra.
- KING, Noel Q. (1986). *African cosmos: an introduction to religion in Africa*. Belmont, Wadsworth.
- KOCHMAN, Thomas (1972). *Rappin' and stylin' out: communication in urban Black America*. Urbana, University of Illinois Press.
- (1981). *Black and White styles in conflict*. Chicago, University of Chicago Press.
- LEWIS, John Lowell (1986). "Semiotic and social discourse in Brazilian capoeira". Tesis doctoral, Depto de anthropology, University of Washington.
- LOMAX, Alan (1970). "The homeogeneity of African - Afro-American musical style". In: WHITTEN, Norman and SZWED, John (eds.). *Afro-American anthropology: contemporary perspectives*. New York, Free Press, p. 181-201.
- MÉTRAUX, Alfred (1972). *Voodoo in Haiti*. New York, Schocken.
- MINTZ, Sidney and PRICE, Richard (1977). *An anthropological approach to the Afro-American past: a Caribbean perspective*. Philadelphia, ISHI.
- Mc LANE, Daisanne (1987). "Contemporary music in Trinidad." *Latin American Literature and Arts*, 37:48-51.
- OROVIO, Helio (1981). *Diccionario de la música cubana*. La Habana, Letras Cubanas.
- ORTIZ, Fernando (1985). *Los bailes y el teatro de los negros en el folklore de Cuba*. La Habana, Letras Cubanas.
- ORTIZ, Renato (1978). *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis, Vozes.
- PARRINDER, Geoffrey (1970). *West African religion*. New York, Barnes and Noble.
- REGO, Waldeloir (1968). *Capoeira angola: ensaio sócio-emográfico*. Salvador, Itapuã.
- RIBEIRO, Carmen (1983). "Religiosidade do índio brasileiro no candomblé da Bahia." *Afro-Ásia*. Salvador, (14):60-80.
- RISÉRIO, Antonio (1981). *Carnaval Ilexá*. Salvador, Corrupio.
- ROBERTS, John Storm (1978). *La música negra afro-americana*. Buenos Aires, Victor Leru.

- ROSE, Dan (1987). *Black-American street life*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- SALAMONE, Frank (1989). "Boppers and moldy figs: a tale of two cultures". *Anthropology and Humanism Quarterly*, 14(4):135-42.
- SCHECHNER, Richard (1985). *Between theater and anthropology*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- SEGATO, Rita (1988). "Una canción de Iemanjá: antropología interpretativa y música en el culto afrobrasileño de Recife". Trabajo presentado no 46º Congreso Internacional de Americanistas. Amsterdam, agosto de 1988.
- SMITHERMAN, Geneva (1988). *Talkin and testifyin: the language of Black America*. Detroit, Wayne State University Press.
- SOBEL, Mecha (1988). *Trabelin' on: the slave journey to an Afro-Baptist faith*. Princeton, Princeton University Press.
- THOMPSON, Robert Farris (1966). "An aesthetic of the cool: West African dance". *African Forum*, 2(2):85-102.
- (1974). *African art in motion*. Berkeley: University of California Press.
- (1983). *Flash of the spirit: African and Afro-American art and philosophy*. New York, Random House.
- (1985). "Hip hop 101". *Rolling Stone*, (470):95-100.
- (1987). "Black martial arts of the Caribbean". *Latin American Literature and Arts*, 37:44-7.
- (1989). "Notas introductorias". In: *Capoeira: Afro-Brazilian art form* (disco gravado por mestre Jelim). New York, Capoeira Foundation.
- TURNER, Victor (1969). *The ritual process: structure and anti-structure*. Ithaca: Cornell University Press.
- UYA, Okon Edet (1989). *Historia de la esclavitud negra en las Américas y el Caribe*. Buenos Aires, Ed. Claridad.
- (1990). *Historia africana y afroamericana: cinco problemas de metodología y perspectivas*. Buenos Aires, Ed. de Belgrano.
- VERGER, Pierre (1981). *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador, Corrupio.
- VIANNA, Hermano (1988). *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WAFER, Jim (1991). *The taste of blood: spirit possession in Brazilian candomblé*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

SUMMARY

The Black arts: an Afrocentric perspective

Based on field work concerning different African-American cultural expressions, on experimental knowledge gained from the practice of an African-American popular art, and on a broad bibliographic survey, the author identifies six qualities that charac-

terize African-American artistic performance, mainly from the perspective of the social rules that appear to govern this production and of participants' performance: it displays a multidimensional and participative character, is ubiquitous in everyday life and basi-

cally colloquial, stresses the individual style of each participant, and always follows clear social functions.

Although some or several of these characteristics may be found in the cultural expressions of other societies, *as a set* they configure and lend a unique character to the artistic performance of African-American cultures. These tacit rules which appear to structure interaction in this kind of performance derive from African cultural roots, specifically from the

peoples of Western and Central (western) Africa.

The emphasis on general rules or principles that structure interaction, rather than on certain aspects, offers a more suitable approach in dealing with the question of Africanisms since it permits a better understanding of cultural changes and re-adaptation and underscores the African-ness of expressions which, according to earlier theoretical approaches, did not possess this quality.

RÉSUMÉ

Les arts nègres: une perspective afrocentrique

L'auteur de cet article se base sur un travail de terrain concernant les différentes manifestations culturelles afro-américaines, sur des connaissances expérimentales acquises lors de la pratique d'un art populaire afro-américain et sur une ample recherche bibliographique pour mettre en évidence six caractéristiques de la *performance* artistique afro-américaine. Il prend essentiellement comme point de départ les règles sociales qui semblent régir cette production et les réalisations des participants. La *performance* artistique afro-américaine a pour caractéristique d'être multidimensionnelle, participative, omniprésente dans la vie quotidienne, essentiellement colloquiale. Elle met en valeur le style individuel de chaque participant et remplit toujours des fonctions sociales claires.

Mêmes si quelques unes ou plusieurs de ces caractéristiques

sont présentes dans des manifestations culturelles d'autres sociétés, elles donnent *dans leur ensemble* une configuration et un caractère spécial à la performance artistique propre aux cultures afro-américaines. Ces règles tacites qui semblent structurer l'interaction au cours de la *performance* dériveraient des racines culturelles africaines, principalement de celles des peuples situés à l'Ouest et au Centre de l'Afrique.

En soulignant les règles et les principes généraux qui structurent l'interaction et non certains de ses aspects, on peut atteindre une perspective mieux adaptée au traitement de la question des *africanismes* car cela permet de mieux comprendre le changement et la réadaptation culturelle tout en soulignant l'africanité de manifestations que d'autres perspectives théoriques antérieures n'avaient.

Novas direções na história etnográfica*

Richard Price**

* Traduzido do original em inglês "New directions in 'ethnographic history'" por Carlos Alberto Medeiros. Recebido para publicação em abril de 1992.

** Professor da Universidade de Princeton.

O perspicaz estudo de Teresa Caldeira (1988) sobre o pós-modernismo na antropologia analisou um de meus livros afro-americanistas, *First-time* (Price, 1983a), como um exemplo das possibilidades de "reinventar a etnografia". Tendo desde então escrito uma seqüência a esse trabalho (um livro intitulado *Alabi's world*, ganhador dos prêmios Albert J. Beveridge, da Associação Americana de História, e Gordon K. Lewis, sobre estudos caribenhos), pensei que poderia ser o momento adequado para descrever aos intelectuais brasileiros a continuação de alguns experimentos iniciados em *First-time*. Como ambos os livros, embora mostrem um interesse metodológico mais geral, têm como foco de seus dados uma determinada população de escravos fugidos, pode ser útil apresentar alguns antecedentes históricos para preparar o cenário.

SOCIEDADES 'MAROONS': UM PANORAMA¹

Por mais de quatro séculos, comunidades formadas por escravos fugidos pontilharam as

fímbrias da América das *plantations*, do Brasil ao Sudeste norte-americano, do Peru ao sudoeste do continente. Essas novas sociedades variavam de minúsculos bandos que sobreviviam menos de um ano a poderosos Estados englobando milhares de pessoas e sobrevivendo por gerações ou até séculos. Hoje seus descendentes ainda constituem enclaves semi-independentes em várias partes do hemisfério, guardando o impetuoso orgulho de suas origens *maroons* e, ao menos em alguns casos, a fidelidade a tradições culturais singulares forjadas durante os primeiros dias da história afro-americana.

Muitas décadas de produção acadêmica em várias línguas demonstraram a difusão da resistência ao escravismo - das revoltas abertas nos entrepostos de escravos da África Ocidental e dos vários motins a bordo dos navios em demanda do Novo Mundo ao notável caráter costumeiro das diversas formas de resistência no dia-a-dia, fosse a simples simulação de doença ou atos sistemáticos de sabotagem.

No entanto, dentro dessas formas de resistência, a *marronage* e as comunidades *maroons* têm significado especial para o estudioso da escravidão. Pois, embora elas tenham sido, de um ponto de vista, a antítese de tudo o que a escravidão representava, foram ao mesmo tempo e em toda parte uma parcela embaraçadamente visível desse sistema. Do mesmo modo como a própria natureza da escravatura de *plantation* implicava a violência e a resistência, o cenário ermo das primeiras *plantations* do Novo Mundo fez da *marronage* e da existência de comunidades *maroons* uma realidade ubíqua. Por toda a Afro-América, tais comunidades representaram um heróico desafio à autoridade colonial e uma prova viva da existência de uma consciência escrava que se recusava a ser limitada pela concepção ou manipulação que os brancos tinham dela.

Foi a *marronage* em grande escala, com fugitivos isolados juntando-se em grupos para criar comunidades independentes (chamadas *palenques*, mocambos ou quilombos), que atingiu diretamente as bases do sistema de *plantation*, apresentando ameaças militares e econômicas que freqüentemente punham à prova os colonizadores até seus limites. Num grande número de casos através das Américas, os brancos foram forçados a se convencerem da necessidade de propor a paz a seus antigos escravos. Em sua forma tópica, tais tratados – que sabemos terem acontecido no Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Hispaniola, Jamaica, México e Suriname – ofereciam aos *maroons* a liberdade, reconheciam sua integridade territorial e continham cláusulas voltadas para a satisfação de suas necessidades econômicas, exigindo em troca o fim de todas as hostilidades em relação às *plantations* e um acordo no sentido de devolver os futuros fugidos.

Foi na América espanhola que a *marronage* começou e terminou, abrangendo quatro séculos tumultuados. Foi lá que os *maroons* estabeleceram as primeiras alianças com índios e piratas e que foi fundada a maioria dos pri-

meiros grandes reinos – por Yanga no México, Bayano no Panamá, Miguel na Venezuela e Domingo Bioho na Colômbia.

No Caribe francês, os *maroons* foram particularmente ativos em São Domingos, onde desempenharam papel-chave nos primeiros anos da Revolução Haitiana (hoje, a magnífica escultura de Albert Mangore em memória do Maroon Desconhecido continua em pé, triunfante, em frente à residência do presidente do Haiti).

O mapa do Brasil colonial também era literalmente salpicado de comunidades *maroons*, das grandes florestas do interior – onde freqüentemente se fundiam a grupos indígenas – aos arredores dos centros urbanos, como Salvador; o de Palmares, em Alagoas, o mais famoso de todos os quilombos, contava mais de cinco mil habitantes e floresceu durante a maior parte do século XVII.

Os *maroons* da Jamaica, que ainda vivem em comunidades distintas nos planaltos oriental e ocidental desse país, ganharam sua liberdade em 1739. Em tempos recentes, seus líderes do século XVIII foram proclamados “heróis nacionais” e reconhecidos como os primeiros lutadores da liberdade na Jamaica do período colonial.

Mas é nas Guianas, particularmente no Suriname, que se encontra o ambiente clássico das comunidades *maroons* do Novo Mundo. Os *maroons* do Suriname, que hoje somam cerca de 60 mil pessoas, vivem em seis comunidades politicamente organizadas – Estados dentro de um Estado – e possuem as sociedades e culturas independentes mais desenvolvidas de toda a Afro-América. Eles ganharam a liberdade na década de 1760, depois de muitos decênios de uma sangrenta guerra de guerrilhas. Atualmente, continuam profundamente conscientes de seu passado heróico e orgulhosos de sua herança *maroon*. Meu trabalho é a respeito da história do povo saramaka, um dos dois maiores grupos *maroons* do Suriname.

 ENCONTROS COLONIAIS E HISTÓRIA
 ETNOGRÁFICA

Os momentos etnográficos nunca são tão picantes para a poética da história quanto o são no contato de nativos e estrangeiros. A natureza compósita das histórias, as auto-imagens do outro nos cartuns, os processos da cultura e das culturas expressas são simplesmente registrados de maneira ampla em circunstâncias de extravagante ambigüidade. (Dening, 1988.)

Já há alguns anos, tenho explorado formas alternativas de escrever sobre os antigos *maroons* saramakas. Motivado em parte pela preocupação de antropólogo de que a visão do outro povo sobre sua própria história encontre espaço nos registros escritos, tenho feito experiências com a justaposição das vozes de colonizadores e colonizados, do historiador nativo e do intelectual ocidental. O primeiro produto desses esforços foi *First-time: the historical vision of an Afro-American people*, devotado aos anos de formação dos *maroons* saramakas.

Esse livro tentava expor o passado dos saramakas em termos saramakas, baseando-se fortemente nas formas especiais que eles desenvolveram para manter viva sua própria história. Com foco em dezenas de eventos dos séculos XVII e XVIII recordados pelos saramakas de hoje, ele expunha as versões destes sobre seu passado (em traduções *verbatim* na parte superior de cada página) e (numa coluna em corpo diferente na parte inferior de cada página) apresentava relatos dos mesmos eventos extraídos de documentos holandeses contemporâneos hoje armazenados em arquivos nos Países Baixos.

No novo livro – *Alabi's world* –, levo adiante esse experimento de multivocalidade. Gostaria de dizer alguma coisa sobre sua for-

ma e sua motivação intelectual, de vez que, de uma perspectiva metodológica e teórica, sua abordagem seria aplicável ao estudo do passado colonial em qualquer parte das Américas. (Neste ponto eu deveria acrescentar que Alabi, cujo mundo o novo livro tenta evocar, viveu na segunda metade do século XVIII, foi chefe tribal dos saramakas e o primeiro deles a ser convertido ao cristianismo.)

Embora em *Alabi's world* eu novamente tente manter-me fiel aos modos de compreensão histórica dos saramakas, esse trabalho acrescenta diversas camadas novas de mediação e interpretação àquelas usadas em *First-time*. Aqui, há uma intersubjetividade consideravelmente maior, mudanças mais rápidas de perspectiva e mais grãos para o moinho hermenêutico. O leitor é deliberadamente convidado a participar de maneira mais ativa que de costume do ato da imaginação histórica. Por meio do uso insistente da multivocalidade e da apresentação de grandes quantidades de extratos relativamente brutos do registro histórico, faço um esforço consciente para evocar um mundo antigo em vez de simplesmente representá-lo.

O momento de Alabi no tempo e no espaço, ainda que obscuro à primeira vista, é privilegiado do ponto de vista da investigação da história e da consciência afro-americanas e para a experiência colonial de modo mais geral. *Alabi's world* se ocupa do tipo de confrontação intercultural que deve ter ocorrido dezenas de milhares de vezes sobre a face das Américas, mas que raramente legou esses ricos traços à posteridade. Os documentos disponíveis – as inscrições manuscritas de missionários e funcionários coloniais do século XVIII e os testemunhos orais dos saramakas de hoje – têm como foco precisamente a fundamental negociação de significado entre euro-americanos e afro-americanos em relações de poder diferenciadas. Através desses múltiplos e ambíguos registros, em alemão, holandês e saramaquento, temos o privilégio de testemunhar,

nas profundezas da floresta úmida do Suriname, a continuada invenção da cultura.

Há quatro vozes distintas presentes em *Alabi's world* e minha aposta é de que a compreensão histórica possa surgir melhor ouvindo-se atentamente suas *interações*. (Como nos lembra James Clifford, “a cultura” é sempre relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem, historicamente, *entre* sujeitos nas relações de poder [1986, p. 15].) Ora, como afirma James Boon,

as culturas se encontram indiretamente, segundo expectativas convencionais das próprias culturas. (...) Uma 'cultura' pode se materializar apenas em contradistinção com outra cultura. (1982, p. ix.)

No caso presente, saramakas do século XVIII, missionários morávios alemães, funcionários coloniais holandeses e eu próprio como autor somos os atores relevantes; minhas três fontes tinham agendas contrastantes, que se refletem brilhantemente nos registros que cada uma inadvertidamente me deixou.

Por pouco mais de três anos, desde 1966, eu vivi nas aldeias saramakas, tendo visitado mais recentemente a Guiana Francesa com refugiados da guerra civil surinamesa no verão de 1990. Meu fascínio pelo seu conhecimento coletivo dos primeiros anos da vida de seus antepassados como *maroons*, protegido como é por seu caráter extraordinariamente sagrado e secreto, acabou resultando em *First-time* (devotado, em parte, à investigação das formas pelas quais o conhecimento histórico dos saramakas se entrelaça com o processo social em marcha).

Aquilo a que os saramakas se referem como “*First-time*” [primeiro momento] – *fësi-ten*, os anos de formação de sua sociedade, os quais correspondem, *grosso modo*, à morte de Alabi – é um período que possui esmagadora força própria. É o manancial de sua identidade coletiva. Contém a verdadeira raiz do que sig-

nifica ser saramaka. Uma vez ouvi um homem que relembra um outro: “Se esquecermos os feitos de nossos antepassados, como poderemos ter esperança de evitar que nos façam voltar à escravidão dos brancos?” Ou, como uma vez me contou um outro homem: “Essa é a coisa em que os *maroons* realmente acreditam. É mais forte que tudo mais (...). Este é o maior medo dos *maroons*: que aqueles tempos [os dias da escravidão e da luta pela liberdade] possam voltar.” É dentro dessa mesma teia complexa de preocupações epistemológicas, morais e ideológicas, discutidas em certa medida na introdução de *First-time*, que as vozes dos saramakas que falam em *Alabi's world* foram registradas e agora se apresentam impressas.

Os textos alemães que aparecem em *Alabi's world* foram, na maior parte, produzidos sistematicamente como parte de um plano-mestre mundial dos morávios para converter os gentios. (A confraria Morávia foi a seita evangélica protestante que enviou mais missionários *per capita* a terras estrangeiras do que qualquer competidora do século XVIII.) Os missionários morávios eram exortados a manter um registro detalhado de suas atividades diárias, com atenção ao mesmo tempo a “assuntos externos e internos”, e milhares de páginas de tais diários do Suriname, mais uma série de cartas e livros manuscritos registrando temas congregacionais, estão espalhadas pelos repositórios morávios em Herrnut (Alemanha), Zeist e Utrecht (Países Baixos), Paramaribo (Suriname) e Bethelhem (Pensilvânia).

O registro escrito dos missionários que viveram nas aldeias saramakas se estende de 1765 a 1813 e constitui um relato pormenorizado de seu fracasso geral em ganhar almas de Satã, assim como um retrato tocante da resistência saramaka. Os textos foram escritos ao mesmo tempo para a Congregação na Europa, enquanto registro inspirador dos sofrimentos e êxitos dos missionários, e como confissão pessoal a Deus, o forte sentido cuja imanência

emerge de cada página. Esses textos dos morávios, ricos e teologicamente exóticos, colocam um desafio sinalizador ao intérprete que busca compreender o encontro entre europeus e africanos deslocados na América colonial. Pois eles abordam, ainda que de forma oblíqua, alguns processos básicos desse encontro, o que Michael Taussig – escrevendo sobre o confronto de índios e colonos perto das cabeceiras do Amazonas (num livro também examinado em profundidade no ensaio de Caldeira sobre o pós-modernismo na antropologia) – explicou como

novos rituais, ritos de conquista e formação de colônias místicas de raça e poder, pequenas derramas da civilização talhando a selvageria que não misturam nem homogeneizam ingredientes dos dois lados da linha divisória colonial, mas em vez disso ligam as visões dos índios sobre as visões dos brancos a respeito dos índios às visões dos brancos sobre as visões dos índios a respeito dos brancos. (Taussig, 1987, p. 109.)

Os textos holandeses que constituem a terceira voz em *Alabi's world* são, da perspectiva de um historiador, os mais convencionais. Consistindo amplamente em diários e cartas escritos por funcionários coloniais encarregados de observar e fazer relatórios sobre a vida dos saramakas (especialmente no que dizia respeito à segurança da colônia) e de fazer cumprir as ordens do Tribunal de Polícia colonial de Paramaribo, esses documentos pretendiam focalizar a vida política. Como tal, formam um complemento quase perfeito aos registros contemporâneos dos morávios, na medida em que lidam amplamente com os assuntos aparentemente seculares que interessavam menos à Congregação, mais ligada à vida espiritual.

Os diários e cartas desses funcionários holandeses entre os saramakas foram escritos tanto para os membros do Tribunal colonial,

para os quais constituíam quase a única fonte de informações sobre o comportamento coletivo dos recém-“pacificados” saramakas, quanto para os Diretores da Sociedade de Fretadores do Suriname na Holanda, cujos interesses comerciais estavam muito à mercê das decisões políticas dos *maroons*. Tais funcionários, em geral, eram militares por treinamento, tinham ordens específicas de manter diários sistemáticos – e há uma forte continuidade estilística entre os diários dos comandantes de campo nas expedições militares durante as guerras contra os saramakas no início do século XVIII e os escritos posteriores ao tratado de autoria dos funcionários (ver Price, 1983b). Como servidores civis isolados, estacionados em postos distantes, relatando suas atividades aos superiores (que lhes controlavam as promoções, os salários e outros emolumentos), os funcionários evidentemente tinham seus próprios escritos e – como no caso dos documentos dos morávios e dos testemunhos dos saramakas – seus registros devem ser lidos com todas as nossas faculdades críticas.

A última e controladora voz em *Alabi's world* é a minha, a de um pretense “historiador etnográfico”. (Embora “etno-historiador” possa parecer um rótulo mais simples, receio que o termo “etno-história” tenha sido entendido com demasiada frequência como pouco mais que “a história dos destituídos” – e, a propósito, a única descrição de Alabi, no livro de um morávio, mostra-o precisamente nessa condição.)

Em seus melhores momentos, a etnografia transmite uma perspectiva social, uma forma de ver e escrever que é igualmente apropriada para o estudo de uma corporação industrial moderna ou de um grupo de índios do Xingu. A prática da história etnográfica, da mesma forma, não precisa conhecer fronteiras geográficas ou tipológicas: estudos históricos de *primitivos* ou *civilizados*, dos nativos das ilhas Trobriand ou dos britânicos (e especialmente

de suas respectivas interações sociais) caem igualmente no seu campo de ação.

Entretanto, escrever simplesmente “história social” ou reconstruir um antigo mundo, não importa com que mestria, não seria qualificação suficiente. O esforço deve ser animado por uma constante atenção ao significado (desembaraçar a significação da experiência e das ações para os atores – um tipo de hermenêutica etnológica), ao processo de produzir histórias (as relações de poder na criação e supressão do discurso histórico, a negociação social do conhecimento histórico, de cujos registros ele depende), às relações entre o autor e seus sujeitos históricos, aos processos de conhecimento (mantendo distância de outras categorias) e aos problemas da forma de “captar a totalidade da experiência”.

Por sorte, a perspicaz caracterização dos etnógrafos por Stuart Schwartz como “a tribo que se escondeu da história” (1986) não mais se aplica. Com efeito, parafraseando Greg Dening, a nova história etnográfica, modelada pelo irônico tropo segundo o qual as coisas nunca são o que parecem, seria na melhor das hipóteses uma arte profundamente desmistificadora (em contraste com a “história corporativa”, que, Dening nos lembra, tende também a ser uma “história embelezada”* [1986 e 1988]).

Como parte de meu experimento em *Alabi's world*, os quatro tipos de vozes no livro aparecem em tipologias diferentes para preservar seus tons distintos. Minha própria prosa, como a de outros intelectuais modernos, aparece em tipologia padrão; matérias extraídas dos textos dos morávios aparecem num tipo semelhante ao gótico, ligeiramente pesado; os dos holandeses (ou outros fazendeiros) es-

tao em negrito; e os depoimentos dos saramakas aparecem em itálico e, diferentemente do resto do livro, têm a margem direita irregular, para enfatizar seu caráter oral. O leitor que deseja compreender totalmente esse experimento é encorajado a imaginar as passagens góticas com o sotaque de um morávio alemão de classe trabalhadora do século XVIII, as passagens em negrito com o sotaque holandês de um governador colonial emperucado ou de seus administradores-soldados e aquelas em itálico nas cadências discursivas dos honrados anciãos saramakas, cujos retratos ilustram *First-time e Alabi's world*.

Os historiadores sociais, tal como os antropólogos, são alvos básicos para a crítica do tipo “se eu fosse um cavalo”, tentando, como freqüentemente o fazem, imaginar a si mesmos vivendo em outra época ou lugar e então, de acordo com isso, interpretando o passado. No entanto (*passim* Geertz, 1976), sem tais tentativas de empatia, a interpretação etnográfica em história corre o risco de ser vazia e sem alma.

Sem desculpas, certifico que minha própria leitura dos documentos morávios e holandeses, assim como os registros dos saramakas sobre seu próprio passado, é profundamente condicionada por minha experiência etnográfica em Saramaka (que incluiu freqüentes interações com missionários morávios e administradores holandeses do século XX). Por todo o texto de *Alabi's world*, faço uma profunda tentativa de compreender como se pareceria Saramaka no século XVIII, como ela cheirava, como ela sentia, assim como os significados que aqueles que lá viveram (fossem saramakas, missionários morávios ou funcionários holandeses) atribuíam a eventos reveladores e instituições em desenvolvimento.

Embora fazendo o maior esforço para não fazer uma leitura do presente projetada no passado, não obstante estou constantemente tentando entender os registros que o passado deixou em termos inevitavelmente coloridos pelo presente. Não conheço outro caminho e o

(*) N. do T.: O jogo de palavras com *guilded e gilded* (“corporativa” e “embelezada”) perde-se em português.

sucesso ou fracasso do esforço deve ser julgado, em última instância, no terreno da plausibilidade, depois de se levar em conta todos os fragmentos de conhecimentos, escritos e orais, que possuímos. Apesar de minha decisão de apresentar amplas amostras não adulteradas de observações de testemunhas oculares ser em parte motivada pelo desejo de descentrar a narrativa, fragmentar o poder da inevitável autoridade do autor e atrair o leitor mais diretamente para o processo de interpretação, não faço de conta que a construção do livro não seja um cálculo cuidadoso ou que o autor não esteja sempre presente, mesmo quando tenha acabado de sair do palco.

James Boon, com apenas um pouco de exagero, caracterizou a monografia antropológica tradicional como possuidora de

um tabu estilístico sobre o ponto de vista autoral (...). A ordem de seus assuntos era o ambiente físico firmemente em primeiro lugar, a religião vagamente em último, o parentesco e a organização social determinantemente no cerne (...). Sistemáticamente omitidos eram os capítulos sobre o próprio senso dessa cultura em relação a outras (...) capítulos a respeito da história da tendência a conceptualizar a população como uma "cultura" e do derradeiro fato do trabalho de campo: a significação de um estranho inserir-se cara a cara no contexto de rotina de uma população. (James Boon, 1982, p. 14-5.)

Num sentido muito real, são exatamente esses "tabus" e "omissões" que constituem o cerne de *Alabi's world* (ou talvez de toda história verdadeiramente etnográfica).

De vez que os saramakas apresentam um sentido de história fortemente linear e causal, a cronologia pareceu uma dimensão apropriada para vertebrar a narrativa, permitindo-me evitar a imposição de alguma outra ordem analítica arbitrária. Para evocar algo da textura da vida do século XVIII em saramaka,

pareceu especialmente importante evitar categorias ocidentais modernas, tais como religião, política, economia, arte ou parentesco, como princípios organizadores. (Também minha decisão, a despeito das insistentes recomendações de vários colegas, de não preparar um índice remissivo que encorajasse a consulta segundo tais linhas etnológicas vem da crescente convicção de que tais categorias desempenham, em última instância, um papel pernicioso e ofuscante na compreensão intercultural.) Tal como não se pode descrever a "religião" dizendo que os nativos acreditam nisso ou naquilo, mas a única maneira de compreendê-la é descrever e analisar as conexões entre os eventos, as experiências, as relações sociais e as formas como as pessoas os representam para si mesmas (Burridge, 1975), assim também ocorre com qualquer dessas categorias. Daí a tentativa, aqui, por meio de uma variedade de artifícios de retórica, de focalizar a atenção sobre atividades, encontros e relacionamentos pelos quais emerge gradualmente uma compreensão parcial de um distante mundo do passado.

Ao escrever *Alabi's world*, eu estava o tempo todo consciente do enorme volume de documentos, anotações de campo, gravações em fita e livros relevantes anteriormente publicados, cada um dos quais, embora fornecendo um *insight* histórico, de um modo ou de outro circunscrevia minha liberdade de escolher determinadas formas escritas. Esse é um modo pelo qual a prática da história etnográfica, tal como a da biografia, difere fundamentalmente – em função da própria grandeza de volume do passado registrado que se deve levar em conta – daquela do romancista:

Num romance, o romancista sabe tudo sobre o herói ou heroína. Seus personagens são sua própria invenção e ele pode fazer o que quiser com eles. Os romancistas têm a onisciência. Os biógrafos, jamais. Os personagens existem: os documentos existem;

eles são os "dados". (...) Não podem ser alterados. (...) A fantasia do biógrafo (...) reside na arte da narração, não na substância da história. A substância existe antes de existir a narração.

(...) O biógrafo tem realmente sucesso se puder ser encontrada uma forma literária distinta para uma determinada vida. (...) A um escritor de vidas se permite a imaginação da forma, mas não do fato. (Edel, 1984, p. 13-17.)

Não obstante, como um bom romancista histórico, o historiador etnográfico tenta penetrar em mundos existenciais diferentes do seu e evocar-lhes a textura, reduzindo – mas nunca perdendo de vista – o golfo cultural e semântico que separa o autor dos atores históricos e dos observadores históricos (aqueles que criam as "fontes" – que possuem e representam elas próprias complexas histórias anteriores).

Philip escreveu programaticamente que "o objetivo básico da análise histórica é a recuperação, embora necessariamente parcial, das realidades vividas das pessoas no seu passado" (1983, p. 352). Como declaração de objetivos técnicos, eu aceitaria essa formulação. Mas, como indica Whitten (1986), eu também tomo uma posição, insistindo, com os saramakas, que os "horrores registrados e gravados em suas mentes individuais e sua psique coletiva não podem ser esquecidos nem abandonados a um sentido ocidental de história, como aquela que está apenas no passado". O fato de a profecia de meu amigo saramaka de nome Pel⁴ki – de que "aqueles tempos [o período de guerra

e escravidão] vão voltar" – ter se realizado desalentadoramente no presente faz desmornar, para ele e para outros de seu povo, o mundo de Alabi e o deles próprios. Juntamente com o meu e o de vocês também.

Mais de duas décadas de trabalho no Suriname me ensinaram que, naquele espaço pós-colonial particular (que tem sido, desde a conquista, o protótipo do "espaço da morte", na expressão de Taussig), os livros, assim como as ideologias, rapidamente assumem vida própria. Minha derradeira esperança é que *Alabi's world*, a respeito de um momento de paz e reconciliação dois séculos atrás, possa de alguma forma, modesta que seja, encorajar o doloroso processo de cura que agora deve ser posto em movimento numa nação lacerada pela guerra civil.

Agora que *Alabi's world* apareceu em inglês, talvez o próximo passo seja explorar essas (e outras) metodologias experimentais em novos domínios. O centenário da abolição da escravatura no Brasil – e o renovado interesse público e acadêmico com respeito à vida dos afro-brasileiros – parece um momento adequado para considerar projetos que combinem recentes inovações na história oral e documentada com as atuais teoria e técnica etnográficas.² E pessoalmente espero, nos próximos anos, ter a oportunidade de passar algum tempo no Brasil, trabalhando com colegas e estudantes para esse objetivo, dando novas contribuições para uma mais ampla história etnográfica da Afro-América, mas focalizando o passado dos afro-brasileiros e seu significado para o presente.

NOTAS

1. A palavra inglesa *maroon* deriva do espanhol *cimarrón*, ela própria aparentemente derivada de uma raiz *taino* (*arawak*, insular) (ver Arrom, 1986). No final da década de 1530, a palavra, usada originalmente para designar o gado fugido e depois os escravos índios fugidos, já começava a se referir basicamente aos afro-americanos. (Para referências bibliográficas sobre os *maroons*, ver Price, 1979 e 1981.)

2. Partes deste *paper* foram apresentadas oralmente no Congresso Internacional sobre Escravidão. São Paulo, junho de 1988.

BIBLIOGRAFIA

- ARROM, José Juan (1986). "Cimarrón: apuntes sobre sus primeras documentaciones y su probable origen". In: AREVALO, Manuel A. García. *Cimarrón*. Santo Domingo, p. 13-30.
- BOON, James (1982). *Other tribes, other scribes*. Ithaca, Cornell University Press.
- BURRIDGE, K. O. L. (1975). "Other peoples' religions are absurd". In: BEEK, W. E. A. van and SCHERER, J. H. (orgs.). *Explorations in the anthropology of religion*. Leiden, Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde, p. 8-23.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1988). "A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia". *Novos Estudos*, (21):133-57.
- CLIFFORD, James (1986). "Partial truths". In: CLIFFORD, James and MARCUS, George E. (orgs.). *Writing culture*. Berkeley, University of California Press, p. 1-16.
- DENING, Greg (1986). "Towards a pale blue book on producing histories". Comunicação não-publicada
- (1988). "A poetic for histories: transformations that present the past". In: BIRSACK, Aletta (org.). *Clio in Oceania*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.
- EDEL, Leon (1984). *Writing lives. Principia biographica*. New York, Norton.
- GEERTZ, Clifford (1976). "From the native's point of view": on the nature of anthropological understanding". In: BASSO, Keith H. and SELBY, Henry A. (orgs.). *Meaning in anthropology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, p. 221-37.
- PHILIPP, June (1983). "Traditional historical narrative and action-oriented (or ethnographic) history". *Historical Studies*, (20):339-52.
- PRICE, Richard (1979). *Maroon societies: rebel slaves communities in the Americas* (second edition revised). Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- (1981). *Sociedades cimarronas*. México, Siglo XXI.
- (1983a). *First-time: the historical vision of an Afro-American people*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- (1983b). *To slay the Hydra: Dutch colonial perspectives on the Saramaka wars*. Ann Arbor, Karoma.
- (1990). *Alabi's world*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1986). "The challenges of ethnohistory". In HANSEN, Garth M. (org.). *Proceedings of the 1986 meeting of the Rocky Mountain Council on Latin American Studies*. Las Cruces, New Mexico, New Mexico State University, p. 3-13.
- TAUSSIG, Michael (1987). *Shamanism, colonialism, and the wild man. A study in terror and healing*. Chicago, University of Chicago Press.
- WHITTEN, Norman E., Jr. (1986). "Review of Price, *First-time* and *To slay the Hydra*". *Ethnohistory*, (33):91-4.

SUMMARY

New directions in "ethnographic history"

A discussion of new trends in ethnographic history – literary experiments having to do with forms of presentation and methodological experiments in combining oral and documentary sources. Two of the au-

thor's recent books, *First-time: the historical vision of an Afro-American people* and *Alabi's world*, are discussed in detail, suggesting new ways of using the anthropological and historical imagination.

RÉSUMÉ

New directions in "ethnographic history"

Aperçus sur l'étude de "l'histoire ethnographique," surtout ses tendances à expérimenter avec de nouveaux modes d'écriture et à combiner des sources orales et écrites. Discussion de deux livres de l'auteur,

First-time: the historical vision of an Afro-American people et *Alabi's world*, comme point de départ pour une considération des variétés de voies ouvertes pour la présentation de l'anthropologie et l'histoire.

Walton R. Johnson**

* Traduzido do original "De Klerk's UDI" por Carlos Alberto Medeiros.
Recebido para publicação em agosto de 1992.

** Professor do Departamento de Africana Studies, da Universidade Rutgers.

"Nova era para a África do Sul", "música celestial", "uma ruptura", "um ato de longo alcance" são alguns dos elogios com que foram recebidos os pronunciamentos de F. W. de Klerk no Parlamento sul-africano, no dia 2 de fevereiro de 1990. A surpreendente suspensão do banimento do Congresso Nacional Africano (African National Congress - ANC), do Congresso Pan-Africanista (Pan-Africanist Congress - PAC) e de outras organizações *antiapartheid*; o fim das restrições e banimentos individuais; a libertação de presos políticos; o levantamento das restrições à imprensa; o abrandamento das leis de emergência e a promessa de abolir a segregação em lugares públicos geraram novas esperanças dentro e fora da África do Sul.

Como golpe político, a "assombrosa vitória" de De Klerk no referendo - só para brancos - de 19 de março de 1992 sobre a negociação de uma nova Constituição para a África do Sul rivaliza com o ato de fevereiro de 1990. Ao assumir o controle do governo em 1989, De Klerk prometera ao eleitorado branco que

não haveria mudanças fundamentais sem a aprovação desse próprio eleitorado. Enquanto prosseguiram as negociações com representantes da maioria da população do país, houve consideráveis especulações sobre o modo como De Klerk iria cumprir essa promessa. Uma opinião corrente era que ele realizaria um referendo nacional em que todos poderiam votar, mas o voto branco poderia ser segregado. E que, mesmo que os brancos rejeitassem as propostas, o apoio esmagador dos outros sul-africanos poderia ser a justificativa para ignorar as objeções dos brancos.

Tais especulações se tornaram redundantes quando o Partido Nacional, de De Klerk, perdeu a eleição suplementar de 1992 na cidade de Potchefstroom. Os vencedores, do Partido Conservador, há muito afirmavam que De Klerk não tinha um mandato dos brancos para dismantelar o *apartheid* e que eles, os conservadores, falavam pela maioria dos brancos. Os conservadores não paravam de pressionar De Klerk a convocar uma eleição geral, mas este ignorou tal exigência. A derrota em Potchefst-

troom, portanto, forçou a mão do governo, que não podia mais evitar a consulta aos brancos do país. Assim, foi realizado o referendo de março, no qual estes foram chamados a dizer “sim” ou “não” à continuação do movimento rumo a uma nova Constituição. Numa afluência surpreendentemente alta, o “sim” ganhou na proporção de dois a um.

Embora esses passos de “audácia” e “coragem” constituam indubitavelmente avanços significativos no processo de desmantelamento do *apartheid*, não sinalizam necessariamente uma mudança nos objetivos do governo De Klerk. De fato, tais eventos podem se revelar absolutamente essenciais para a preservação do poder branco na África do Sul. Nossa compreensão desses acontecimentos históricos se coloca numa perspectiva interessante ao lembrarmos a história anterior da África do Sul.

No início da década de sessenta, na Rodésia do Sul, o Partido da Frente Rodesiana, de Ian Smith, encontrava-se crescentemente marginalizado. Após quase 40 anos de “autogoverno” branco, de repente os principais atores políticos no país eram o governo britânico e os partidos africanos, a União dos Povos Africanos do Zimbábue (Zimbabwe African People's Unity - Zapu) e a União Nacional Africana do Zimbábue (Zimbabwe African National Union - Zanu). Como todo o continente africano estava mapeando seu caminho para a independência, os “ventos da mudança” estavam tirando a força da Frente Rodesiana, que se tornava cada vez menos relevante, cada vez menos capaz de controlar os acontecimentos políticos.

A declaração unilateral de independência da Rodésia (DUI) foi uma ação dramática, embora desesperada, que recolocou a Frente Rodesiana no centro do debate político. Por esse ato rebelde Ian Smith pôde retardar significativamente a independência do Zimbábue, continuar gerenciando os assuntos de Estado no interesse da maioria branca, controlar os

parâmetros das negociações, nutrir as sementes da dissensão entre seus adversários e, em última instância, obter concessões constitucionais que, embora menos democráticas, eram mais favoráveis aos interesses dos colonos. E, basicamente, a DUI de De Klerk atingiu os mesmos objetivos.

A posição do presidente De Klerk em 1989 não era diferente da de Smith décadas atrás. Depois de 40 anos no poder, o Partido Nacional estava perdendo lentamente o controle da política doméstica, ficando atrás do tempo e dos fatos. Entre os brancos sul-africanos, as pessoas de cor e a comunidade internacional, ele se tornava cada vez menos relevante para o futuro da África do Sul. O *locus* do ímpeto político doméstico estava mudando com rapidez – entre os brancos, na direção do Partido Conservador pela direita, do Partido Democrático pela esquerda, e, com muita certeza, entre as forças *antiapartheid*, no sentido das organizações extraparlamentares e do ANC. Era necessária uma ação dramática para reconduzir o Partido Nacional ao centro do palco. De Klerk precisava sustar a tendência à marginalização e recuperar a iniciativa em favor da elite do poder branco.

A marginalização do Partido Nacional aos olhos dos brancos sul-africanos foi evidente nas eleições de setembro de 1989. O partido anunciou o Plano de Ação Quinquenal, destinado a “mudar a face da África do Sul”. Mas as propostas eram “tão vagas e de longo prazo”, segundo um jornalista, que De Klerk “não conseguiu excitar nem a si mesmo”.¹ Por fim, apesar das enormes vantagens advindas do exercício do poder e de um eleitorado extraordinariamente fiel, o Partido Nacional não obteve ganhos nas eleições. Um terço dos eleitores brancos registrados – mais de um milhão – permaneceu em casa. Pela primeira vez na história recente, a maioria dos brancos sul-africanos realmente votou contra o Partido Nacional.

Com efeito, o partido perdeu 30 cadeiras. Destas, 17 foram para o crescente Partido Conservador, cuja plataforma de campanha foi uma África do Sul só para os brancos e a estrita separação racial. As outras 13 cadeiras foram perdidas para o recém-criado Partido Democrático, que advogava o fim do *apartheid* e uma rápida dessegregação. Assim, entre os eleitores brancos, o PN perdeu à direita e à esquerda, mantendo apenas 93 cadeiras em comparação com as 123 que tivera na legislatura anterior.² Evidentemente, o PN não estava suficientemente sintonizado com o humor político dos brancos.

O mal-estar do público branco se refletia na enorme perda de cérebros do país. Muitas pessoas votaram com os pés. Em 1986 e 1987, 23.885 brancos sul-africanos se mudaram permanentemente para outros países. Desde 1984, quase dois mil engenheiros, 890 contadores e 412 médicos e dentistas emigraram.³ O pessimismo com respeito às perspectivas políticas de longo prazo e a infelicidade causada pelo serviço militar compulsório são os fatores motivadores. Embora números recentes mostrem os imigrantes superando em número os emigrantes, estes pertencem desproporcionalmente à categoria dos jovens profissionais liberais e não estão sendo substituídos por imigrantes de mesma qualidade.

O PN também perdeu o passo da poderosa comunidade empresarial. Há alguns anos o empresariado branco vinha pressionando o governo a andar mais depressa no desmantelamento de algumas estruturas do *apartheid*. Reconhecendo o fracasso do capitalismo em estender seus benefícios aos africanos, os líderes empresariais estavam convencidos de que todo o sistema corria o risco de ser derrubado, a menos que os africanos fossem rapidamente integrados a ele e pudessem partilhar de suas recompensas. Claramente, afirmavam que qualquer sul-africano "que acredite ser possível continuar dentro dos âmbitos básicos dos assuntos próprios e gerais, áreas grupais,

política de cooptação, clientelismo e consulta, em vez de negociação, perdeu o contato com a realidade" e que o Partido Nacional "preferiu ignorar essas inevitabilidades e suas derradeiras conseqüências sócio-políticas".⁴

De vez que ele estava fracassando na rápida desmontagem do *apartheid*, muitos empresários sentiam-se "presos" em função de sua parceria geral com o governo:

*Será que o mundo empresarial deve novamente arriscar sua credibilidade quando os riscos são tão grandes? Afinal, desta vez, se os empresários perderem a credibilidade, o resultado será a perda da esperança para nós todos – a energia e o poder do sistema de livre mercado e do próprio capitalismo (...) a parceria que se deve procurar é aquela entre os empresários e o povo.*⁵

A força política mais importante na marginalização do Partido Nacional, porém, era o movimento *antiapartheid*, conduzido por filiados do ANC. Na verdade, De Klerk não revogou o banimento dessas organizações. Elas próprias o tinham revogado pela força de seus números e pela generalizada oposição ao *apartheid*. O anúncio de 2 de fevereiro, nesse sentido, foi apenas o reconhecimento de uma realidade já existente.

Num momento anterior da década de oitenta, como o PN estivesse preparando o país para o Parlamento tricameral, formou-se para se opor a esses propósitos a Frente Democrática Unida (United Democratic Front – UDF). Cerca de 700 associações cívicas, grupos cristãos e muçulmanos, comissões educacionais, sindicatos, organizações de jovens e de mulheres, grupos desportivos e associações culturais se reuniram para fazer oposição aos objetivos constitucionais do PN. À altura de 1987, a UDF declarava ter mais de 2,5 milhões de membros e era uma poderosa força democrática a exigir o fim do *apartheid*. Alguns de seus líderes foram presos e julgados por trai-

ção, outros assassinados por “desconhecidos”. Em fevereiro de 1988 o governo finalmente “restringiu” a organização, o que era equivalente a bani-la.

Simultaneamente, as organizações trabalhistas também se tornaram um fórum para dar voz às massas descontentes com as estruturas do *apartheid*. O Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Congress of South African Trade Unions – Cosatu), em particular, foi acusado pelo governo de envolvimento em “atividades políticas”. Compreendendo os 235 mil filiados ao Sindicato Nacional dos Metalúrgicos (National Union of Metalworkers – Numsa) e os 200 mil do Sindicato Nacional dos Mineiros, os sindicatos congregados no Cosatu têm quase um milhão de membros. Embora suas atividades básicas tenham como foco as preocupações sindicais tradicionais como salários, questões de saúde e segurança, condições de trabalho e benefícios, ele também se comprometeu com “a integração do sindicalismo por empresa com as forças e as lutas de libertação das massas”.⁶ Na mesma lei de fevereiro de 1988 que restringiu a UDF, o Cosatu teve suas atividades severamente limitadas.

Depois de 1987, o Movimento Democrático de Massa (MDM) era o grupo extraparlamentar mais vigoroso da África do Sul. Com efeito, o cerne da frouxa aliança que constitui o MDM são os filiados da UDF e do Cosatu, assim como algumas igrejas. Outras organizações *antiapartheid* filiadas incluem a Federação das Mulheres Sul-Africanas (Federation of South African Women – Fedasaw). Em julho de 1989, o MDM lançou uma campanha maciça de desafio, “conclamando o povo à desobediência às leis injustas”. Os atos de desobediência incluíam ignorar o *apartheid* nos hospitais e a segregação em praias e ônibus, além dos boicotes de consumidores e organizações, revogando por si mesmas seu banimento.

A cada semana os jornais publicavam matérias de capa dizendo, por exemplo: “Gra-

hamstown foi tomada hoje pelos manifestantes, com milhares de pessoas de todas as raças atravessando a Cidade dos Colonos sob as bandeiras do Congresso Nacional Africano e do Movimento Democrático de Massa”; “A marcha organizada pelo ‘movimento democrático de massa’ a partir do distrito de Thobony foi impedida de chegar ao posto de polícia de Welkom, no sábado, quando os policiais lançaram sobre a multidão bombas de gás lacrimogênio”; “As ruas da Cidade do Cabo pareciam uma zona conflagrada quando a polícia entrou em ação para interromper a marcha ao Parlamento organizada pelo Movimento Democrático de Massa”; “Cerca de 4.500 pessoas tomaram parte numa marcha pacífica realizada aqui no dia de ontem”; “Uma marcha pacífica de protesto de que participaram 5 mil pessoas transcorreu sem incidentes ontem em Beaufort West”; “A Comissão de Apoio aos Detentos [‘Detainees’ Support Committee – Descom], formada no início dos anos 80 e que teve suas atividades restritas em fevereiro do ano passado, ‘revogou seu banimento’ ela própria no último fim de semana”; “Quebra de 21 ordens de restrição está sendo investigada”.

Houve generalizadas paralisações do trabalho organizadas por sindicatos, envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores, para protestar contra a emenda à Lei das Relações de Trabalho. O Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu), o Conselho Nacional dos Sindicatos (National Council of Trade Unions – Nactu), o Movimento Pan-Africanista, o Movimento da Consciência Negra e a Aliança da UDF, pondo de lado as diferenças ideológicas, conclamaram os sul-africanos a observarem um dia nacional de protesto, o 6 de setembro de 1989. O Movimento Democrático de Massa, como um todo, considerou as eleições “irrelevantes”, “antidemocráticas” e “ilegítimas”. Respondendo à conclamação no dia das eleições “só para brancos”, mais de dois milhões de trabalhadores e estudantes participaram de uma greve nacional de pro-

testo. Praticamente 100% dos trabalhadores africanos fizeram greve na capital, Pretória.⁷

Devido ao grau de não-cooperação, tornou-se impossível para o governo fazer cumprir muitas de suas leis. O *apartheid* começou a vergar sob o peso dos protestos de massa. Hospitais para brancos, com o apoio de médicos brancos, continuavam a aceitar pacientes negros. Praias e ônibus foram dessegregados. A campanha de desafio atingiu até as lanchonetes e lavatórios só para brancos nas grandes minas de ouro.⁸ O governo ficou tão preocupado que nas cinco semanas entre 1^o de agosto e 6 de setembro, dia das eleições na África do Sul, 2.088 pessoas foram presas por participarem dos protestos contra a eleição e da campanha de desafio do Movimento Democrático de Massa.⁹

Grupos brancos também realizaram demonstrações extraparlamentares. Na "primeira de todas" as marchas de brancos num distrito africano, em novembro de 1989, um grupo de mil brancos, incluindo crianças e idosos, marchou por New Brighton para transmitir mensagens de "paz, esperança e boa vontade" aos moradores, após o que representantes dos grupos trocaram mensagens no salão comunitário. Os brancos tiveram a calorosa recepção de cem mil pessoas.¹⁰

A principal realização do movimento *anti-apartheid* foi a Conferência para um Futuro Democrático, promovida pelo MDM em dezembro de 1989 – "(...) a maior reunião de líderes negros desde que a redação da Carta da Liberdade do ANC, em Kliptown, 1955", trouxe delegados de 2.138 organizações *anti-apartheid*. Saudada como "a tentativa mais importante até agora de unificar aqueles engajados na luta por uma África do Sul democrática e não-racial", a conferência atraiu 4.662 participantes, pertencentes a toda gama de tendências políticas do movimento de libertação.

Entretantes, praticamente todos os grupos de oposição extraparlamentar se associaram a

uma das organizações políticas banidas. A UDF, por exemplo, adotou a Carta da Liberdade do ANC como seu programa político. O Movimento Pan-Africanista se proclamou herdeiro ideológico do Congresso Pan-Africanista. A Conferência para um Futuro Democrático adotou um guia para o fim do *apartheid*. Agora que o ANC teve revogado o seu banimento, diversas organizações extraparlamentares, tais como a Frente Democrática Unida, o Congresso da Juventude Sul-Africana, o Congresso Indiano do Transvaal e o Movimento Democrático de Massa, dispersaram-se e se fundiram ao Congresso Nacional Africano.

Em 1990, essas e outras organizações de base, tendo sido dilaceradas por quatro anos de estado de emergência, começaram a funcionar de modo mais efetivo, seguindo programas de longo prazo. Antigas unidades de informação clandestinas se multiplicaram nos distritos e distribuíram grande volume de panfletos com detalhes da política do ANC. A rede se tornou tão eficiente que discursos proferidos por líderes de quase todas as partes do mundo são propagados gratuitamente no país em poucos dias.

Frequentemente os laços do ANC dentro da África do Sul eram ainda mais diretos. Um número surpreendentemente grande de organizações já estava coordenando suas posições políticas com as do ANC. Por exemplo, em junho de 1989 a União de Associações de Funcionários Universitários Democráticos (Union of Democratic University Staff Associations – Udusa) enviou uma delegação exploratória à Zâmbia para comparar pontos de vista sobre intercâmbio acadêmico, pesquisa crítica, repressão do Estado em vários *campi*, programa de apoio acadêmico, medidas para desnacionalizar e democratizar universidades e o papel das universidades e dos intelectuais na transformação da África do Sul. A posição do ANC nesses assuntos foi transmitida à conferência nacional da Udusa em julho de 1989.

Em âmbito nacional, organizações como essa procuravam abertamente o ANC em busca de aconselhamento político.

Para humilhação do governo, até mesmo diversas organizações sul-africanas só de brancos, especialmente universidades, grupos empresariais e organizações não-governamentais, reconheciam a poderosa presença do ANC ao viajarem ao exterior para discutir política com seus representantes. Em meados de 1989, por exemplo, 120 brancos, entre vereadores, empresários, acadêmicos e membros de uma variedade de organizações e partidos políticos, reuniram-se com 40 delegados do ANC numa conferência realizada em Lusaka e organizada pelo Fórum das Cinco Liberdades.

De modo semelhante, criado pelos ex-parlamentares Alex Boraine e F. van Zyl Slabbert “para encorajar sul-africanos de todas as raças a rejeitar a *apartheid* e descobrir uma alternativa não-racial e democrática no verdadeiro sentido da palavra”, o Instituto para uma Alternativa Democrática (Institute for a Democratic Alternative – Idasa) iniciou vários encontros precursores com o ANC. Em julho de 1987, 61 sul-africanos, principalmente líderes africanos, tiveram encontros de alto nível com 17 líderes do ANC em Dacar, Senegal. O Idasa também coordenou um encontro conjunto sobre África Austral envolvendo brancos sul-africanos, o ANC, delegados da União Soviética e outros especialistas na região, na cidade de Leverkusen, Alemanha Ocidental, em outubro de 1988. Depois, em julho de 1989, o Idasa coordenou um encontro em Lusaka entre o ANC e 27 empresários e intelectuais sul-africanos.

O exemplo foi contagioso. Quarenta e cinco escritores sul-africanos, na maioria africanos, incluindo notáveis como Andre Brink e Breyten Breitenbach, concordaram em Lusaka com um documento do ANC sobre um boicote cultural e acadêmico seletivo à África do Sul.¹¹ Mesmo o recém-criado Partido Democrático, que ganhou 33 cadeiras nas eleições de

setembro de 1989, enviou a Lusaka uma delegação de quatro pessoas, dois meses antes das eleições, para conferenciar com o ANC e o presidente Kenneth Kaunda. Por fim, em agosto de 1989, antes do pronunciamento de De Klerk, os seguintes grupos do MDM tomaram parte numa marcha simbólica para enfatizar que haviam “revogado seus banimentos”: a UDF, o Comitê Nacional da Crise na Educação, o Congresso da Juventude do Cabo, a Associação Cívica do Cabo Ocidental, o Congresso dos Estudantes do Cabo Oriental, a Comissão de Apoio aos Pais de Detentos e a Campanha pelo Fim do Recrutamento.¹² Assim, De Klerk, em última instância, não tinha escolha senão reconhecer a presença dessas forças políticas. O poder da ação das massas era muito grande para ser ignorado.

Ao mesmo tempo em que o MDM desafiava com sucesso o *apartheid*, os distritos africanos ficavam cada vez mais “ingovernáveis”. Distúrbios em escolas se tornaram mais frequentes, na medida em que milhões de estudantes protestavam contra a detenção de seus líderes, expulsavam diretores de escola nomeados pelo governo e organizavam marchas para mostrar solidariedade à campanha de desafio. Os funcionários do governo se mostravam cada vez menos capazes de controlar esses acontecimentos.

Somando-se ao desafio pacífico popular que varria o país, 1988 fora o ano “mais violento” da história sul-africana em termos de incidentes relacionados com a guerrilha. O ministro da Lei e da Ordem relatou que houve 291 incidentes em 1988, em comparação com 235 em 1987.¹³ Projeções demográficas indicavam que no ano 2000 os negros constituirão 89% da população da África do Sul, tornando ainda mais difícil controlar uma rebelião.

Entretanto, o Partido Nacional estava perdendo feio a guerra da propaganda. O ANC e o Movimento Democrático de Massa ganhavam o centro do palco na arena internacional.¹⁴ Fora da África do Sul, o governo di-

ficilmente era associado a uma política para o futuro do país, e sim ao *apartheid* e à repressão. Na maioria dos lugares, essa imagem desencadeou uma reação de "isolamento" e "sanções". Como disse um escritor sul-africano, a líder da UDF Albertina Sisulu e o arcebispo Desmond Tutu eram bem-vindos em Washington e Londres, mas F. W. de Klerk não era.

A posição relativa do governo sul-africano aos olhos do mundo afundara ainda mais em 1989, quando Nelson Mandela continuava preso, apesar dos universais apelos por sua libertação. Então, em meados de 1989, em Harare, o ANC obteve mais uma vitória diplomática com seu plano de negociação para pôr fim ao *apartheid*. O plano era endossado pela Organização para a Unidade Africana, os países da Linha de Frente e o Movimento Não-Alinhado.

Para piorar ainda mais as coisas, o Partido Nacional atravessava séria crise. O presidente P. W. Botha, recuperando-se de um ataque que deixara sérias dúvidas sobre sua capacidade de governar, lançou o partido numa briga pública ao desafiar o direito de F. W. de Klerk, o novo líder do partido, a prosseguir em seu propósito de ter um encontro com o presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia. A oposição chamou isso de "revolução palaciana de primeiro grau". Em retrospecto, a crise provavelmente refletia o sentimento dos membros do partido de que o conservadorismo de Botha estava impedindo de tomar uma iniciativa com respeito ao futuro político da África do Sul. A tensão só baixou quando Botha apresentou sua renúncia com uma amarga declaração anti-De Klerk.

No mundo da *realpolitik*, decidir-se a falar, e com efeito dar passos para criar uma atmosfera de negociação, representa a conclusão de que outros métodos de impor a própria vontade não obtiveram sucesso. Em outras palavras, por mais de quatro décadas o governo nacionalista aplicou com persistência

todos os meios de coerção ao seu dispor no ataque ao movimento *antipartheid*. Ainda em 1985, declarou desesperadamente um estado de emergência nacional, invocando leis ainda mais draconianas. Pessoas eram detidas e processadas aos montes. Grupos de resistência de liderança negra foram banidos. Em 1988, organizações alternativas continuavam sendo acrescentadas às listas dos grupos sob restrição. Jornais como *Grassroots* e *New Era* foram proibidos. Como se viu no testemunho do capitão do Esquadrão de Choque da polícia Dirk Coetzee, o governo se infiltrou agressivamente nos "movimentos de libertação" e uma rede de informantes pagos operava em todos os distritos africanos. Mas o movimento de massa não se submeteu. Depois de chegar ao poder, que mais poderia fazer o sr. De Klerk? A comunidade mundial não toleraria novos banimentos, detenções, assassinatos, desestabilizações e outras tentativas de repressão severa, mesmo que houvesse possibilidade de sucesso.

Com o discurso de De Klerk no Parlamento em 1990, o Partido Nacional reconhecia haver perdido a batalha da força física. Fora trazido à mesa de barganha pelo maciço movimento de oposição ao *apartheid*, tanto doméstico quanto internacional. É de De Klerk o crédito por ter tido, diferentemente de seus predecessores, a coragem de oferecer uma nova liderança a seu partido. Mas é importante que não se veja essa ação como mais que o último e desesperado ato de um regime minoritário - a DUI sul-africana.

Para obter a cooperação de seus compatriotas brancos, De Klerk prometeu pedir-lhes a aprovação antes de se fazerem mudanças importantes. Com o sentimento dos brancos se deslocando para a direita, ele evitou tais consultas tanto quanto possível. Entretanto, a perda da eleição suplementar de fevereiro de 1992 em Potchefstroom para o Partido Conservador compeliu De Klerk a convocar um referendo só para os brancos. Espertamente,

ele mais uma vez transformou em vantagem uma necessidade política – agora aproveitando a oportunidade para consolidar sua DUI.

Ele pediu que escolhessem entre o *armageddon* que seria provocado pelo “não” e uma futura, ainda que branca, prosperidade numa África do Sul remodelada. Pediu que rejeitassem o *apartheid*, mas não que votassem por uma democracia. Pediu-lhes um mandato para remodelar as instituições do privilégio branco. O sonante “sim” foi em resposta a essa visão.

Tendo trazido os africanos para essas instituições (Codesa, um governo interino e coisas que tais) e tendo assegurado o apoio de Washington e Londres para se estabelecer plenamente e ao seu governo como o poder a ser considerado na África do Sul, De Klerk só precisava trazer para o aprisco os brancos sul-africanos. O referendo de 19 de março conseguiu esse objetivo.

Tendo aprendido com a experiência de Ian Smith, De Klerk, em vez de lutar até um amargo fim, reconheceu a necessidade de fazer grandes concessões, inclusive revogar a legislação do *apartheid* e comprometer-se a incluir africanos no novo governo. Não obstante, essas concessões lhe granjearam o maior de todos os prêmios – aquele que acabou superando o sr. Smith: o regime de minoria ainda está no poder na África do Sul. As exigências de que ele fosse posto de lado, que pareciam poderosas apenas dois anos atrás, foram efetivamente contrapostas.

Tal como Ian Smith, De Klerk está usando esse seu reinício de vida na política para administrar o país no interesse explícito dos brancos. Seus enormes êxitos têm-lhe aumentado a capacidade de segurar a linha para o privilégio branco. É significativo que, à época de sua ascensão à liderança do partido, o sr. De Klerk fosse conhecido como um conservador. Mesmo os que apóiam suas ações radicais se apressam em observar que

*quanto mais não seja, o presidente F. W. de Klerk é um africano. (...) Isso significa que, qualquer que seja o acordo a que ele chegue para dar substância a sua audaciosa visão, terá de moldar lá um lugar especial para o seu próprio povo. Não se pode esperar de um líder africano ou nacionalista que presida à destruição de seu próprio povo e de seu próprio partido.*¹⁵

Com efeito, respondendo no Parlamento ao eleitorado branco, e em particular aos africanos, De Klerk explicou que “os métodos anteriores (...) provaram ser contraproducentes” e que “os velhos métodos estavam sendo postos no lixo pela simples razão de não terem funcionado”.¹⁶ De fato, ele constantemente define seu objetivo político de “compartilhar o poder” como um sistema baseado “na ausência de repressão e de dominação, na proteção efetiva das minorias e em todos os outros pesos e contrapesos eficazes”.¹⁷ Isso indica que ele deseja que os cidadãos brancos, compreendendo 15% da população, tenham tanta voz quanto os 85% restantes.

Nesse ínterim, De Klerk está dismantelando o *apartheid* de maneira a apoiar os interesses dos brancos. Tome-se, por exemplo, a questão da terra. As odiosas Lei da Terra, Lei da Terra Nativa, Lei das Áreas de Grupos e outras peças legislativas que reservavam 87% das terras da África do Sul à propriedade dos brancos foram revogadas. Em seu lugar veio um novo sistema de “livre mercado” – em que as transações ocorrem na base de alguém que deseja comprar e alguém que deseja vender. À primeira vista, parece bastante justo, mas, depois de um exame, percebe-se que isso consolida ainda mais o controle das terras tomadas aos africanos. Ao lado de colonos brancos mostrando-se “desejosos”, adquirir terras exige hipotecas, crédito, garantias e renda para pagar a dívida. Em função de várias gerações de ensino inferior, reserva de empregos, salários mais baixos e falta de controle sobre as

instituições de crédito, poucos africanos reúnem os recursos para comprar de volta sua terra. Assim, paradoxalmente, as novas leis favorecem os investidores e especuladores brancos, que estão começando a comprar os 13% das terras antes reservados aos africanos.

Processo similar está ocorrendo com o movimento de privatização, pelo qual o governo está vendendo importantes ativos públicos, como a Iscor, Eskom, Paskor, Transnet, South African Airways, os Correios e grandes empresas paraestatais a cidadãos privados (brancos). Em reação à contra-estratégia do ANC de propor a nacionalização, o ímpeto recentemente arrefeceu, mas, fortalecido pelo êxito obtido no referendo de 19 de março e no apoio acrítico do capital ocidental, De Klerk pode mais uma vez colocar essa tática econômica em sua lista de prioridades.

A DUI de De Klerk lhe proporcionou outro benefício. Tal como na Rodésia, o governo de minoria permanece no controle do processo de negociação. Ele estabelece o cronograma, estabelece a agenda, estabelece os parâmetros segundo os quais os assuntos são considerados e até determina, em grande medida, quem se sentará à mesa de negociações. Admitidamente, o Congresso Nacional Africano e outras organizações têm uma voz poderosa nesses assuntos e estão fazendo sentir sua presença. E De Klerk está tendo o cuidado de não fazer exigências totalmente inaceitáveis que possam pôr fim às conversações. Não obstante, o governo de minoria tem uma voz amplamente desproporcional nesses assuntos e pode imprimir seu próprio rumo às discussões. Com base em eventos recentes, parece ter havido grande sabedoria no pedido de Mandela de se manterem as sanções como forma de assegurar o progresso desobstruído rumo à democracia.

De fato, como antes dele Ian Smith, De Klerk interrompeu com êxito o movimento para uma democracia governada pela maioria. Na esteira de sua vitória no referendo, ele reiterou abertamente sua oposição a um go-

verno da maioria, distinguindo entre este e o que ele chama de "partilha do poder".¹⁸ E, surpreendentemente, na questão fundamental da representação política, Nelson Mandela parece desejoso de permitir a existência de "um bloco entrincheirado de cadeiras brancas num futuro Parlamento" – semelhante ao número desproporcional de cadeiras "brancas" negociadas por Ian Smith para o primeiro Parlamento do Zimbábue.¹⁹

De Klerk provavelmente extrairá ainda mais concessões dos africanos como preço pelo entendimento. Ele já disse que deseja um sistema de representação proporcional em vez das estruturas de tipo "tudo para o vencedor", que têm sido a norma na África do Sul e que são comuns na maioria das democracias. Ele pode exigir um sistema federativo em que os brancos retenham um poder amplamente desproporcional. Está insistindo na segurança de emprego garantida para as centenas de milhares de brancos – das ferrovias, departamentos de saneamento e correios até os santificados edifícios do governo –, que obtiveram seus postos em função de reserva de empregos.²⁰ Em outras palavras, os "pesos e contrapesos" de que ele fala certamente vão consolidar os ganhos dos brancos, anulando muitos princípios democráticos na nova África do Sul e mimando o da "justiça para todos".

Entretentes, tal como a Frente Rodesiana, a elite do poder em Pretória está usando o alívio político para lançar e alimentar as sementes do conflito entre seus rivais. Prosseguindo no padrão de desestabilização que vem sendo o pilar de suas políticas regionais, o governo sul-africano tem orientado os recursos do Estado para atividades similares em âmbito doméstico.²¹ As acusações e revelações dos últimos seis meses são desconcertantes.

Durante anos, os moradores dos distritos têm se queixado de uma "terceira força" por trás da chamada violência de negros contra negros que tem devastado o país. Agora surgem evidências em apoio a essas queixas.

Um antigo membro da inteligência militar, por exemplo, afirmou que não só De Klerk está ciente de quem compõe essa "terceira força", mas ele próprio é o seu líder. Chamando isso de dupla agenda de De Klerk, esse alto oficial proclama que, em conjunto com uma campanha maciça de desinformação, a violência é uma "trama inteligente e desonesta para desestabilizar o movimento de libertação", ponte de um "bem planejado complô de propaganda".²²

Mais sérias ainda são as informações da Comissão Gladstone. De acordo com um grande jornal, o testemunho de dois membros de um grupo de atiradores "(...) coloca no devido lugar a ligação final entre a violência nos distritos e as atividades secretas das forças de segurança e do Inkatha". O relato deles dá "(...) uma horrível explicação de como foram encorajados, equipados e treinados pelas forças de segurança para realizar atos de violência contra alvos ligados ao ANC".²³ Depois, um antigo assistente de organização da Brigada da Juventude do Inkatha revelou, entre outras coisas, que em 1986 "(...) um grupo paramilitar de 200 homens foi treinado para o Inkatha pelo Departamento de Inteligência Militar da Força de Defesa Sul-Africana numa base secreta situada em Caprivi Strip, na área de 'equipamentos de guerra', que inclui o uso de AK-475, metralhadoras Browning e explosivos".²⁴ Canalizando fundos por meio de contas secretas e organizações de fachadas, o governo gastou mais de US\$ 1 milhão treinando rapazes para se engajarem na violência política contra outros africanos.²⁵

Embora essa violência induzida pelo Estado seja crucial para o plano, em última análise a base da DUI de De Klerk foi a decisão de não "se decidir pela luta" física contra as forças da mudança. Em vez disso, o Partido Nacional está buscando outros meios de preservar o privilégio dos brancos e permanecer no controle. Estes incluem estabelecer estruturas políticas que evitem a tomada de decisão pela

maioria, consolidar os ganhos obtidos pelos brancos com o *apartheid* e impedir a redistribuição de renda e de recursos, transferindo rapidamente uma parte ainda maior do patrimônio da nação ao controle privado, garantindo que os brancos não percam os altos empregos e assegurando que os negros participem de instituições controladas pelos brancos.

Muito ironicamente, uma das formas é o Partido Nacional se proclamar o campeão de muitas das causas pelas quais as forças democráticas têm-se batido há décadas. De Klerk agora defende uma democracia multipartidária, uma declaração de direitos, a separação dos poderes e um Judiciário independente, a prevenção da dominação e do abuso do poder por quem quer que seja, a proteção da propriedade contra ações arbitrárias do governo, forças de segurança que não estejam à disposição de partido político algum e limitações aos poderes do presidente.²⁶ O Partido Nacional, segregacionista, tornou-se não-racial, como o ANC, abrindo as portas a pessoas de qualquer cor. Essa tática funcionou tão bem que De Klerk foi, juntamente com Mandela, homenageado na entrega do Prêmio da Paz da Unesco no princípio de 1992.

Evidentemente, essas políticas são a antítese de tudo o que o Partido Nacional historicamente representou. Ao proclamá-las, porém, De Klerk e sua coorte roubaram um pouco dos aplausos devidos a Mandela e aos movimentos de libertação. Mas é importante observar que essas alterações de política não são o reverso dos objetivos derradeiros. Tanto o *velho* quanto o *novo* De Klerk buscaram a estratégia mais adequada para preservar o privilégio dos brancos, dadas as circunstâncias.

O sonoro "sim" do referendo só para brancos de 19 de março de 1992 com respeito ao prosseguimento das negociações para uma nova Constituição reforçou significativamente a posição de De Klerk. Mas, é claro, o capítulo final da transição sul-africana ainda está por ser escrito. Pela mera força dos números, a

maioria dos sul-africanos será ouvida. De Klerk terá de continuar a fazer concessões a fim de obter um resultado viável. Mas, qualquer que seja o resultado final, ele teve sucesso em seu objetivo fundamental de fazer uma declaração unilateral de independência. A minoria branca ainda está no assento do motorista. Ainda controla o aparelho do Estado. A dominação branca na África do Sul ainda mantém firmemente o seu lugar.

NOTAS

1. "Trapped by an invisible barrier". *Weekly Mail*, 21 de dezembro de 1989.
2. O Partido Conservador ganhou 39 cadeiras e o Partido Democrático, 33.
3. "Info '89 HAP Migration".
4. "Non-racial majority system is inevitable". *Eastern Province Herald*, 5 de outubro de 1989.
5. "Don't join with govt". *Cape Times*, 23 de novembro de 1989.
6. "Cosatu Congress: gathering forces". *Financial Mail*, 21 de julho de 1989.
7. "2m people in stayaway". *Cape Times*, 7 de setembro de 1989.
8. "Defiance mounts on mines". *New Nation*, 11 de agosto de 1989.
9. "2000 activists held". *The Sowetan*, 1º de novembro de 1989.
10. "100.000 hail historic march". *Evening Post*, 25 de novembro de 1989.
11. "Writers' 'yes' to boycott". *Cape Times*, 13 de julho de 1989.
12. "St. George's meeting: UDF, others 'unbanned'". *Argus*, 21 de agosto de 1989.
13. "1988 most violent in terms of 'guerilla' incidents - survey". *Eastern Province Herald*, 14 de dezembro de 1990.
14. "O Movimento Democrático de Massa, excluído do processo eleitoral em seu próprio país, conseguiu dominar a cobertura da eleição pela mídia na Grã-Bretanha (...). O altamente considerado programa *Newsnight* colocou a coisa desta forma: 'Os negros se colocaram no centro da campanha eleitoral - apesar de não votarem'". - "Voiceless - the MDM is heard". *Star*, 2 de setembro de 1989.
15. "FW reaches out to his own people". *Weekend Argus*, 10 de fevereiro de 1990.
16. *Ibid.*
17. "Whites support talks to end apartheid". *New York Times*, 19 de março de 1992.
18. *Ibid.*
19. "Mandela defends policy for whites". *Business Day*, 27 de janeiro de 1992.
20. "FW, This is my bottom line". *Sunday Times*, 8 de março de 1992.
21. Para maiores informações sobre a desestabilização regional promovida pela África do Sul, ver JOHNSON, W. "Destabilization in Southern Africa". *TransAfrica Forum*, 2(2), outono de 1983. Ver também *Work in Progress*, dezembro de 1991, para um estudo das tentativas do governo sul-africano de desestabilizar a Swapo na Namíbia.

22. *Work in Progress*, dezembro de 1991, p. 1.
23. "The final link". *The Weekly Mail*, 24 a 30 de janeiro de 1992.
24. *Ibid.*
25. "Zulu ex-aide tells of arms training". *New York Times*, 1º de março de 1992.
26. "FW, This is my bottom line". *Sunday Times*, 8 de março de 1992.

SUMMARY

De Klerk's UDI

In the 17 March 1992 all-white referendum, F. W. de Klerk's National Party was given a renewed mandate to continue the movement toward a new constitution. While this and other steps de Klerk has taken constitute advances in the process of dismantling apartheid, it does not, the author argues, signal a desire for a completely democratic, open, free society. The National Party government has been forced by

pressures from mass anti-apartheid movements to alter or repeal apartheid laws as the only means of staying in power. In this respect, de Klerk's new strategy is analogous to Ian Smith's desperate Unilateral Declaration of Independence (UDI) in Southern Rhodesia. Like Smith, de Klerk is using the extra political life to maximise the power and privilege whites will retain in the new South Africa.

RÉSUMÉ

L'UDI de De Klerk

Le 17 mars 1992, par un référendum destiné aux seuls blancs, le Parti National, de F. W. de Klerk reçut un nouveau mandat afin de poursuivre la mise au point d'une nouvelle constitution. Cette décision et les autres mesures que de Klerk a prises constituent des avancées dans le démantèlement de l'apartheid, mais, selon l'auteur, elle ne révèle pas un réel désir de mettre en place une société démocratique, ouverte et libre. Le gouvernement du Parti National a subi les pressions des mouvements de masse anti-apartheid

qui visaient au changement ou à l'abolition des lois liées à l'apartheid car c'était là la seule manière qu'il avait de rester au pouvoir. A ce point de vue, la nouvelle stratégie de de Klerk ressemble à celle de Ian Smith quand, en désespoir de cause, celui-ci émit une Déclaration Unilatérale d'Indépendance (UDI) en Rhodésie du Sud. Comme Smith, de Klerk utilise son supplément de vie politique afin de maximiser le pouvoir et les privilèges dont les blancs continueront à jouir dans la nouvelle Afrique du Sud.

A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique (1986-1992): cenários para o futuro*

Colin Darch**

* Trabalho apresentado ao II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, São Paulo, 4-7 de agosto de 1992. Recebido para publicação em outubro de 1992.

** Diretor da Biblioteca Central da Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul.

Este trabalho apresenta duas teses sobre a atual situação econômica e militar de Moçambique.¹ De forma esquemática, a primeira defende que a prolongada luta política e ideológica entre o regime moçambicano, declaradamente marxista, e a África do Sul, especialmente a partir de 1980, atingiu seu ponto culminante em outubro de 1986, tendo por resultado um revés decisivo para o projeto radical do governo da Frelimo. De acordo com essa perspectiva, o governo moçambicano nunca mais conseguiu se recuperar após esse revés, que mudou a agenda política do país para sempre.

A segunda tese defende que Moçambique neste momento se apresenta face a uma outra conjuntura, segundo a qual a natureza da guerra contra a Renamo está mudando de uma estratégia principalmente de destruição das zonas rurais para um avanço também sobre as cidades. Essa alteração começa a ameaçar o tecido social urbano, assim como o rural. Um colapso total da coesão social – semelhante ao que acabou de ocorrer na Libéria e na Somália

– parece ser, se não provável, ao menos possível.

Na última seção deste trabalho, retornamos a esse e outros cenários. Obviamente, temos que lembrar que, no que diz respeito à segunda proposição, trata-se de uma tentativa de compreender uma situação atualmente não definida.

Para entender melhor as características da crise política e ideológica de outubro de 1986, seria útil apresentar os pressupostos desta análise. Desses, o primeiro é que a Frelimo teria herdado um sistema capitalista colonial que estava já próximo da falência, conseguindo em pouco tempo, porém, através de uma combinação de populismo e boa sorte, começar a sua recuperação. A segunda é que, devido à forma da ocupação do espaço político pela Frelimo, outros projetos nacionalistas legítimos foram excluídos e forçados a fazer causa comum com interesses que eram opostos à própria independência moçambicana. A partir dessa mistura explosiva de oportunismo marginalizado e nacionalismo conservador, primeiro a Rodésia

e depois a África do Sul criaram e desencadearam a Renamo.

Isso não é negar que o fenômeno da Renamo tenha a sua própria dinâmica interna, mas insistir na importância da sua contextualização na região da África Austral, não apenas como um movimento local moçambicano. Alguns trabalhos recentes sobre a Renamo têm mostrado uma tendência para rejeitar o significado dessa origem externa. Mas, como outro analista tem afirmado com vigor, não existe nenhuma explicação única, linear e simples.²

MOÇAMBIQUE NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA: A CRISE DO CAPITALISMO COLONIAL

Dez ou 15 anos atrás era comum, nas análises da esquerda acadêmica sobre o processo que resultou na independência moçambicana, afirmar que um dos fatores determinantes da prolongada guerra de libertação nacional empreendida pela Frelimo contra os portugueses foi a chamada "crise do capitalismo colonial".³ Na década de 1960, para o movimento nacionalista moçambicano a opção de descolonização pacífica foi negada, principalmente devido à debilidade do capital português, que era incapaz de conceituar ou implementar mecanismos "neocolonialistas" capazes de constituir alternativas a um controle político direto.⁴ As colônias eram vistas pelos portugueses como fonte de matéria-prima, tal como o algodão para a indústria têxtil portuguesa, que se tornara o combustível para um processo de "acumulação primitiva" na metrópole. Acrescenta-se a isso a exportação para as colônias africanas de um campesinato semiproletariado e excedente em Portugal que assumiria o papel de uma pequena burguesia colonial tanto urbana como rural, em substituição aos mestiços assimilados que tinham essa função desde o século XIX (Penvenne, citado por Vail, 1989, p. 255-88).

De forma isolada, o economicamente frágil Portugal era incapaz de resistir ou se organizar contra as guerras de libertação desencadeadas pelos movimentos nacionalistas em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. O regime até aquele momento isolacionista de Salazar foi forçado a buscar a assistência da Otan (assistência que fora sempre e até hoje continuamente negada por ambos os lados). Uma série de acordos não-escritos foi lançada: acesso para a força aérea norte-americana reabastecer nos Açores e a abertura da economia portuguesa para os investidores externos. O período de 1964-1965 marcou o fim do nacionalismo econômico, que tinha sido até aquele momento uma característica marcante do fascismo português. Esses acontecimentos tiveram um efeito profundo na percepção do inimigo pela Frente de Libertação de Moçambique, que começou a vê-lo não apenas no colonialismo português, mas também na vasta rede de alianças no mundo industrializado que o sustentava.

Com o progresso da guerra de libertação, a Frelimo passava a enfrentar o problema de administrar os territórios de onde as autoridades coloniais portuguesas haviam sido expulsas. Muitas das obras escritas sobre o assunto nas décadas de 1960 e 1970 aparecem hoje, nos anos noventa, como sendo triunfalistas, mesmo românticas. As tão chamadas "zonas liberadas" e "zonas semiliberadas" eram num determinado momento até consideradas, com grande otimismo revolucionário, como o modelo para a futura estrutura do Estado moçambicano.⁵ Poucos analistas agora aceitam que as zonas liberadas tinham qualquer semelhança com as idealizações da propaganda do movimento de libertação e dos seus colaboradores no início dos anos setenta. Mas o importante é reter pelo menos um entendimento que surgiu na época e que abasteceu a luta armada a partir de 1969, tendo uma relação direta com o comportamento político da Frelimo após a independência.

No final da década de sessenta, as Forças Armadas de Portugal começaram a tomar a iniciativa e a empurrar a Frelimo de volta à fronteira tanzaniana, por onde ela havia se infiltrado. A Frelimo contou com o apoio do campesinato local para o transporte de armas e munições, para o cultivo de alimentos, para proporcionar cobertura e para obter informações sobre a movimentação das tropas portuguesas. Mas, uma vez que a ala não-militar da Frelimo era constituída por homens tradicionalistas, ideologicamente tribalistas, com pretensões capitalistas – protagonizada por Lázaro N'Kavandame, que buscava simplesmente a troca da exploração pelo homem branco por uma outra forma de exploração pelo homem negro –, o camponês foi compreensivelmente perdendo seu interesse pela luta.

Dessa forma, a Frelimo chegou a entender que uma insurreição baseada no campesinato precisava, por razões práticas, realizar uma revolução social, bem como lutar pela independência nacional. A partir dessa percepção da necessidade de um programa social, cresceram a impaciência *dirigista* dos líderes da Frelimo com a oposição e a sua inclinação de excluir todas as demais propostas nacionalistas do espaço político.

No período imediatamente anterior à independência, o capital mineiro sul-africano dominava o sul do Save, região austral do país, não por uma presença física, mas através de um processo de trabalho migratório. A produção agrícola chegou a um pobre segundo lugar, com o valor da produção das machambas [plantações] de colonos equivalente a somente 60% do valor da remessa de dinheiro de mineiros trabalhando na África do Sul. Assim, esse país estava numa posição de fazer chantagem contra Moçambique, usando a presença dos trabalhadores moçambicanos nas minas como uma arma. E o fez, cortando o número de mineiros de 110 mil em 1975, ano de independência, para 40 mil em 1976. Esse tipo de

pressão é repetido dez anos mais tarde, na crise de 1986.

No entanto, embora a Frelimo tenha herdado uma crise, ela não foi inteiramente incapaz de resolvê-la. Até 1977, dois anos após a independência, já tinha conseguido parar o declínio econômico que foi precipitado pelo colapso do governo colonial e pela fuga de mão-de-obra habilitada para a metrópole. De 1977 a 1981, a economia cresceu consistentemente e o volume de exportações aumentou. Em 1981, o PIB moçambicano tinha dobrado em relação ao nível em 1977 e era mais alto do que o anterior à independência (Moçambique, 1985), mas era impossível simplesmente manter a economia, destinada a prover uma diminuta elite colonial de um alto padrão de vida, funcionando da mesma forma pela qual se ordenara até 1975. Politicamente, a Frelimo não tinha outra opção senão tentar satisfazer as aspirações da maioria dos moçambicanos, fazendo uma revolução social.

Este não é o lugar adequado à discussão sobre até que ponto o projeto de modernização lançado em 1980-1981 era possível ou realista. O que é importante reter é que ele reforçou a hostilidade de significativas camadas da sociedade moçambicana para com a Frelimo. Esses setores incluíam a pequena burguesia urbana e os camponeses ricos no campo, muitos dos quais dispunham de convincentes credenciais nacionalistas, em virtude de sua atuação durante o período colonial. Foi no interior dessas camadas sociais, que não tinham nenhuma forma política legítima de expressar sua desaprovação da política governamental, que a Renamo, movimento apoiado pela África do Sul, encontrou seus aliados.

AS ORIGENS DA GUERRA EM MOÇAMBIQUE

Não é questionável que o estilo historicamente autoritário da Frelimo contribuiu para a presente crise política em Moçambique. A im-

posição de um sistema de partido único após a independência, algo geralmente aceito como legítimo na África à época, resultou na exclusão de todas as agendas alternativas do espaço político nacional. Logo, grupos e indivíduos genuinamente nacionalistas, mas conservadores, mostrando-se relutantes em aceitar o programa revolucionário e anticapitalista da Frelimo, foram condenados ao silêncio ou a se unir à organização de natureza puramente *contra*, criada por interesse externo. Os anos seguintes foram devotados à identificação de quem, entre os partidos emergentes – Palmo, Sol e outros –, pertencia a uma ou outra dessas categorias.⁶

Mas a Renamo, ou MNR, é diferente. Ela sempre foi e continua a ser o braço executor das políticas de desestabilização desenvolvidas primeiro pelos rodesianos e depois pelo governo sul-africano, com assistência de interesses de ex-colonos em Portugal. Isso era verdadeiro no início da década de oitenta, permaneceu verdadeiro após a assinatura do Acordo de Nkomati entre Moçambique e África do Sul em março de 1984 e, de acordo com evidências esmagadoras, continua a ser verdadeiro até os presentes dias.

A evidência de que a Renamo foi criada pelos rodesianos e entregue aos controladores sul-africanos em 1980 é agora universalmente aceita (Vines, 1991, p. 15-31). Mesmo o *hebdomadário* britânico *The Economist*, que não se caracteriza por assumir posições radicais ou progressistas, não tem mais qualquer ilusão acerca da real natureza da Renamo:

A força foi organizada em 1976 pelo antigo regime branco na Rodésia e utilizada contra o regime marxista moçambicano, que abrigara os guerrilheiros negros da Rodésia. Quando a Rodésia se tornou Zimbábue em 1980, a África do Sul assumiu o município e treinamento da Renamo em nome do anticomunismo. Com a ajuda de armas e treinamento sul-africanos, a Rena-

mo destruiu estradas de ferro e comunicações, deixando grande parte do interior de Moçambique sem qualquer governo efetivo. (The Economist, 14.3.92.)

Mais recentemente, todavia, alguns revisionistas buscaram argumentar que a emergência – e, acima de tudo, a sobrevivência – deve-se mais aos erros das políticas da Frelimo, especialmente no setor agrícola – onde o governo tentou impor aldeias comunais, profundamente impopulares, a uma pouco receptiva população –, do que à intervenção estrangeira. (Clarence-Smith *et alii*, 1989-1990). O problema dessa perspectiva é que revela uma incompreensão fundamental de como funciona a desestabilização. A literatura é bastante explícita nesse ponto: o cientista político sul-africano Deon Geldenhuys escreveu, dez anos atrás, que “o desestabilizador será guiado pela vulnerabilidade política, econômica e militar do Estado-alvo”.⁷ É precisamente através da identificação de ressentimentos existentes, e em seguida construindo uma agitação em torno desses ressentimentos até que eles se tornem fontes maiores de descontentamento, que o que Marcelino dos Santos chamou “fraquezas secundárias” se tornou “erros fundamentais”. A final, nos anos setenta, a vizinha Tanzânia também manteve uma impopular política de “aldeias *ujamas*”, mas ela não conduziu a uma guerra civil.

Por volta de 1984, Moçambique estava se enfraquecendo. Em março desse ano, em grande cerimônia, Samora Machel e P. W. Botha, então presidente da África do Sul, assinaram o Acordo de Nkomati. Em julho, com total conhecimento do Conselho de Ministros sul-africano, as forças de segurança de Pretória violaram os termos do acordo, ampliando significativamente os suprimentos de armas e alimentos à Renamo. Na mesma ocasião, com o atraso no pagamento da dívida ameaçando, Moçambique foi forçado pelos seus credores a iniciar negociações visando à sua admissão no

Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional. Uma revolução social não estava mais, seriamente, na agenda, mas tampouco estava Moçambique livre de seus problemas.

A CRISE DE 1986 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Em meados de 1986, a África do Sul enfrentava grave crise interna, precipitada por revoltas nos bairros negros, as *townships*, que haviam se iniciado em 1984, crescendo de intensidade desde então. Em junho de 1986, o governo sul-africano decidiu esmagar a rebelião declarando estado de emergência. Entre as medidas então implementadas, tiveram grande importância as restrições aos relatos de incidentes violentos. Foi contra esse fundo de emergência nacional que o regime de Pretória começou a reagir cada vez mais nervosamente ao que era percebido – ou pretextado enquanto tal – como ameaças externas vindas de seus vizinhos.⁸

A crise de outubro de 1986 marca um momento crucial na história de Moçambique independente. Direta ou indiretamente, ela resultou em ou foi marcada por uma invasão do país pela Renamo a partir do Malawi; pela morte do presidente Samora Machel; pela efetiva expulsão do ANC de Moçambique; e, finalmente e mais decisivamente, pela rápida implementação de nova política econômica, inspirada pelo Banco Mundial e pelo FMI, que criou as condições para a efetiva “recolonização do país” – para utilizar a terminologia de Joe Hanlon – pelo capital estrangeiro (Hanlon, 1991, *passim*).

A crise se originou durante a visita oficial de Samora Machel ao Japão em maio de 1986. Durante entrevista coletiva, Machel acusou publicamente a África do Sul de “usar o Malawi” para desferir ataques contra Moçambique. Excetuando-se alguns comentários anteriores do chefe do Estado Maior, Sebastião Mabote, essa foi a primeira vez que uma acu-

sação direta ao Malawi era feita em tão alto nível pelo governo de Moçambique – e isso causou considerável agitação.

O diretor da AIM, a agência de notícias de Moçambique, descreveu essas observações como “um dos mais importantes ataques ao *apartheid* (...) a questão do Malawi integra-se ao contexto desses ataques”.⁹

Em setembro, Machel e dois dos seus homólogos de países da vaga aliança dos Estados da Linha da Frente foram ao Malawi para um encontro com o idoso presidente vitalício Hastings Kamuzu Banda. Machel apresentou a Banda um dossiê, incluindo fotocópias de dois passaportes malawianos expedidos para o importante líder da Renamo Gimo Phiri, que demonstrou a extensão do envolvimento de Lilongwe com a organização rebelde. Machel advertiu Banda que, se o apoio à Renamo não fosse retirado, Moçambique iria fechar sua fronteira, cortando o acesso do Malawi ao porto de Nacala. De volta a Maputo, Machel acrescentou outra ameaça, mais beligerante: Moçambique iria, disse ele, pôr mísseis ao longo da extensa fronteira (Hedges, 1989).

O Malawi respondeu encorajando, ou permitindo, a Renamo a invadir a província da Zambézia, com amparo da África do Sul, por uma maciça força de 12 mil homens, os quais, nas palavras de Hanlon (1991, p. 33), “irromperam pelo Rio Zambeze (...), capturando a maioria das pequenas cidades-sedes de distritos da Zambézia, no nordeste do Tete, e setentrionais Manica e Sofala”. Aparentemente eles visaram às cidades costeiras de Mocuba ou Quelimane, que possuíam campo de aviação. Sua captura teria cortado o país em dois e teria provido um meio direto de transporte aéreo para os suprimentos sul-africanos. Especulava-se na época que a África do Sul poderia reconhecer um governo da Renamo no norte.

No início de outubro, justamente quando a primeira fase da segunda eleição geral unipartidária estava se encerrando, o governo sul-

africano, alarmado por um aumento dos ataques de guerrilheiros do Umkhonto we Sizwe no norte do Transvaal, começou a atacar diretamente o governo de Moçambique.

As ameaças eram inicialmente verbais. O ministro da Defesa, Magnus Malan, disse aos telespectadores sul-africanos que não estava disposto a conversar com o ANC e que sua campanha contra a presença dessa organização em países vizinhos era um “aspecto-chave” na luta contra o “terrorismo” (*Financial Mail*, 3.10.86).¹⁰ Em uma semana, ele ampliou suas ameaças. Após a explosão de uma mina terrestre no norte do Transvaal, Malan acusou Moçambique de desfechar “atividades terroristas” contra a África do Sul e afirmou que Machel havia perdido o controle:

(...) Nkomati e minas terrestres não podem coexistir. Se o presidente Machel escolhe as minas terrestres, a África do Sul irá agir de forma correspondente. (The Guardian, Londres, 8.10.86.)

Outros altos funcionários concordaram:

Moçambique tem que decidir acerca de suas prioridades – os pacíficos lucros do Acordo de Nkomati ou a confrontação com a África do Sul. O governo moçambicano sempre soube que o governo sul-africano vê de forma muito séria qualquer país vizinho permitir a utilização de seu território como base para ataques contra a África do Sul, particularmente pelo ANC. (Ron Miller, citado em The Star, Joanesburgo, 8.10.86.)

No início do mês, os sul-africanos transferiram um esquadrão de caças-bombardeiros e três esquadrões de helicópteros militares para os aeroportos de Nelspruit e Komatipoort, na fronteira moçambicana. Eles ainda transferiram unidades de reconhecimento, infantaria e carros blindados para Komatipoort na mesma ocasião (*The Guardian* Londres, 13.11.86).

Em 9 de outubro os sul-africanos ampliaram ainda mais a pressão, respaldando as ameaças políticas com sanções econômicas, ao anunciar subitamente que iriam parar de contratar trabalhadores moçambicanos para as minas e que os 61.500 moçambicanos então na África do Sul seriam expulsos ao final de seus contratos. As sanções ameaçaram custar a Moçambique entre 90 e 220 milhões de rands por ano.¹¹ Na época, de acordo com dados sul-africanos (SA Bureau for Information), estimava-se que 100 mil moçambicanos estavam em situação regular no país, principalmente nas minas e na agricultura, a que se acrescentavam cerca de 170 mil imigrantes ilegais e 60 mil refugiados (*The Citizen*, Joanesburgo, 9.10.86). O anúncio das contra-sanções, assinado por quatro ministros de Estado – Negócios Estrangeiros, Trabalho, Recursos Mineiros e Interior –, afirma que

o ANC e o Partido Comunista Sul-Africano são responsáveis pela deterioração da situação de segurança (...) Estes atos foram possibilitados pela infiltração de terroristas entre o grande número de moçambicanos que entram na África do Sul tanto legalmente quanto ilegalmente. Ademais, evidências indicam que membros do serviço de segurança de Moçambique estão envolvidos nesta infiltração em colaboração com o ANC. (The Weekly Mail, Joanesburgo, 9-16.10.86.)

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha, afirmou que a África do Sul “tentou várias vezes” manter cooperação com Moçambique nas questões de segurança, mas o ANC “continuou recebendo apoio, o que permitia o uso do território moçambicano para avançar a sua política de utilização de violência para fins políticos” (*The Citizen*, 9.10.86). Mas os moçambicanos protestaram que nenhuma evidência tinha sido produzida para fundamentar essas acusações de envolvimento no ataque a minas.

A reação internacional à crise foi de mutismo, embora houvesse sinais de preocupação. O embaixador norte-americano em Maputo "deplorou" as ameaças, acrescentando que os Estados Unidos acreditavam que a solução dos problemas regionais deveria ser encontrada mediante negociação. A embaixada britânica achou as ameaças do ministro da Defesa sul-africano "muito preocupantes". Os países da Linha da Frente declararam abertamente que a África do Sul estava se preparando para a guerra, ampliando o auxílio à Renamo e concentrando tropas ao longo das fronteiras. E, pela primeira vez, esses países admitiram que parte do território havia sido perdido por Moçambique, com a captura de cidades no Tete, Sofala e Zambézia (*The Star*, 13.10.86).

Mas a guerra de palavras estava esquentando. Malan não se aquietaria. Foi relatado que em 10 de outubro ele afirmou que alvos identificáveis e pessoal "permanente", ou seja, militares, do ANC estavam em Moçambique e poderiam ser "removidos" em futuras incursões sul-africanas.¹² No dia seguinte, o ministro moçambicano de Segurança, coronel Sérgio Vieira, anunciou que uma unidade de "comandos" sul-africana havia sido detectada infiltrando-se no país (*Notícias*, Maputo, 11.10.86). Dois dias depois, um comunicado do governo afirmou que ataques estavam sendo preparados utilizando aviação e unidades de "comandos" já na cidade de Maputo (*Notícias*, 15.10.86).

Em 15 de outubro, Malan voltou ao ataque, afirmando que Moçambique estava "próximo à beira do colapso" (*The Star*, 15.10.86). Um representante da Renamo acrescentou que o governo da Frelimo cairia em seis meses, declarando que o ANC tinha bases perto de Maputo e que o líder do Umkhonto we Sizwe, Joe Slovo, estava dirigindo as operações do ANC a partir dessa cidade (*Die Burger*, Joanesburgo, 15.10.86). Rumores absurdos começaram a aparecer em jornais sul-africanos, asseverando, por exemplo, que dirigentes do

ANC e o próprio presidente Samora Machel haviam fugido para uma ilha próxima à capital, temendo uma invasão pela África do Sul. Neil van Heerden, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, juntou-se à guerra de propaganda, dizendo que seu governo estava preocupado com o fato de que a Frelimo não "parece ser capaz de enfrentar a deterioração das condições de segurança" (*The Citizen*, 16.10.86).

Nesse ínterim, o comitê da Frelimo para a cidade de Maputo começou a fazer preparativos contra a possível agressão sul-africana (*Notícias*, 16.10.86). Em 18 de outubro, a milícia civil desfilou em Maputo num esforço para mobilizar a população e prepará-la para o que viesse a acontecer (*Notícias*, 20.10.86). O governo sul-africano continuou sustentando que Moçambique enfrentava uma crise interna, garantindo que desertores trocavam o Exército moçambicano pela Renamo, levando suas armas consigo. A Renamo poderia até ser capaz de tomar a cidade de Maputo, afiançava Mike Hough, enquanto Malan acrescentava que a Frelimo criara os seus próprios problemas: "Desde o Acordo de Nkomati nós não damos apoio à Renamo", garantiu, frente a toda evidência contrária (*Die Burger*, 16.10.86.)

Mas nem todas as declarações vieram inflamar a situação. Num discurso aos fiéis do Partido Nacional em Potgietersrus, o presidente P. W. Botha apontou intencionalmente o papel importante desempenhado pelo porto de Maputo para os fazendeiros do Transvaal e sublinhou o compromisso sul-africano para com o Acordo de Nkomati: "Vamos parar de gritar insultos um para o outro", disse ele (*The Citizen* e *Die Burger*, 17.10.86, e *Notícias*, 18.10.86). O governo de Malawi também emitiu nota negando que houvesse bases da Renamo em seu solo e expressou sua "amizade" pelo governo moçambicano.¹³

Em 19 e 20 de outubro, segundo fontes confirmadas tanto na própria África do Sul quanto nos países da Linha da Frente, os sul-africanos repentinamente ordenaram um alerta

militar total de 48 horas. Na noite de 19, retornando de uma reunião com líderes dos países da Linha da Frente e o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, o avião do presidente Samora Machel, produzido e pilotado por soviéticos, inesperadamente se desviou em direção a oeste quando da sua aproximação do aeroporto de Maputo e se espatifou em Mbusuzini, em território sul-africano, matando o presidente e mais de 30 membros de sua delegação. Qualquer envolvimento sul-africano nunca foi provado.

Samora Machel foi sucedido como presidente pelo cauteloso diplomata Joaquim Chissano, ministro do Exterior desde a independência. Antes do fim do ano, seis dirigentes do ANC, incluindo Jacob Zuma, o representante oficial da organização, haviam sido expulsos de Moçambique, conforme solicitação de Pretória (Ellis e Sechaba, 1992, p. 169). No fim de janeiro de 1987, o governo de Chissano implementou o feroz programa de recuperação econômica conhecido por suas iniciais PRE, no padrão do FMI. Os preços foram liberados, a moeda repetidamente desvalorizada, a empresa privada encorajada, as relações com a Igreja Católica arranjadas e educação, saúde e outras áreas da política social efetivamente privatizadas. Esse processo ainda continua. Em 1989 a Frelimo abandonou o marxismo-leninismo formalmente e a Constituição foi alterada para permitir a existência de partidos de oposição. Em julho de 1990, após prolongados contatos preliminares envolvendo líderes de igrejas e os presidentes do Quênia e do Zimbábue, Frelimo e Renamo finalmente se reuniram em Roma para iniciar o que a Frelimo jurava que nunca iria acontecer – negociações diretas para a obtenção de um cessar-fogo e um acordo político com os bandidos armados.

Obviamente, muitos desses desdobramentos teriam se dado mesmo se Samora Machel não tivesse sido morto na crise de outubro de 1986. Mas se pode argumentar que eles acon-

teceram mais rapidamente e com menos resistência da classe política moçambicana. Como resultado disso, aprende-se uma lição objetiva de quão longe o regime sul-africano se dispunha a ir em defesa do *apartheid*.

MUDANÇAS NA NATUREZA DA GUERRA, 1990-1992

Antes de vermos as maneiras como a guerra está mudando, vamos examinar brevemente alguns fatos negligenciados, embora bem documentados e constantes.

O primeiro e mais importante é o papel determinante do suporte exterior da Renamo, por parte da África do Sul. Ainda em novembro de 1990, o ministro sul-africano do Exterior, Roelof "Pik" Botha, admitiu publicamente em uma entrevista coletiva em Maputo que seu governo não poderia garantir que não chegaria à Renamo auxílio partido de solo sul-africano (*Moçambique File*, Maputo, dezembro de 1990, nº 173, p. 23).

Como Ohlson (1991, p. 18) apontou, o apoio sul-africano à Renamo é sub-reportado por várias razões, entre as quais a mais importante é a relutância do governo moçambicano em deixar vir a público qualquer violação do Acordo de Nkomati. Ohlson atribui essa relutância "às negociações de Roma e ao delicado processo interno da África do Sul", mas outros motivos podem ser apontados, não sendo o menos importante o nervosismo moçambicano acerca de uma possível escalada sul-africana segundo as linhas de outubro de 1986.

Muitos analistas situados em diferentes posições do espectro político concordam acerca da permanência do auxílio sul-africano à Renamo. Mesmo a conservadora revista semanal britânica *The Economist* recentemente admitiu que

os sul-africanos dizem (...) que encerraram totalmente a assistência à Renamo. Algumas

evidências sugerem o contrário. É possível que o Exército sul-africano (...) ainda esteja entregando armas e alimentos sem o conhecimento completo dos seus senhores políticos (...) essas provisões podem estar mantendo grupos rebeldes (...) em atividade. (The Economist, 14.3.92.)

Embora o auxílio exterior quase certamente continue, diversos outros fatores se combinaram no final de 1991 para mudar o padrão da luta em Moçambique. O mais importante, indiscutivelmente, é a seca na região, que já persiste há dois anos em partes centrais de Moçambique, especialmente nas províncias de Manica e Sofala.

É difícil superestimar a importância dessa extremamente sub-reportada seca – como Green (1992, p. 3) perguntou num recente *paper*, “onde estão os alarmes estridentes?”. Seja a razão para o baixo número de estudos e relatos importantes, quer a fadiga dos doadores internacionais, ou a falta de interesse pelos desastres africanos em geral, característica do período pós-guerra fria, o essencial é que permanece o fato de que a evidência aponta para uma situação realmente grave.¹⁴

No Sul a sementeira se atrasou por um ou dois meses, de forma que a área plantada é muito menor que a usual. A produção nacional de cereais para a estação de 1992 é estimada em 400 mil toneladas, cerca de 25% das necessidades de Moçambique. Nas palavras da Comissão Executiva Nacional de Emergência (Cene), a “situação agravou-se por temperaturas acima da média. Todo o Moçambique ao sul do Zambézi está sendo seriamente afetado pela seca”.¹⁵

A Cene estimou que as necessidades do país para o período situado entre 1 de maio de 1991 e 30 de abril de 1992 estariam em torno de 800 mil toneladas de cereais e 150 mil toneladas de outros produtos como feijão e óleos vegetais. De acordo com um veterano jornalista, cerca de 500 mil pessoas em Manica e em

Sofala estão sob a ameaça do que ele descreve como “a pior seca na África Austral em mais de 80 anos” (McCullum, 1992).

Em princípios de 1992, estava se tornando claro que os ataques da Renamo a subúrbios periféricos de vilas e cidades em todo o país vinham se ampliando, uma vez que a seca forçava os famintos habitantes do campo a se deslocarem para esses distantes lugares, levando a Renamo com eles. Entretanto, bairros densamente povoados como T-3, Unidade D e Singatela, em Maputo, ou Napipine, em Nampula, onde se localiza a fábrica têxtil Texmoque, tornaram-se a cena onde se dá o que um jornalista moçambicano chamou de “guerra dos quarteirões” (Santos, 1992). A Renamo, o Exército, milicianos armados, a Polícia e criminosos lutam pelo controle e pelo botim (*SouthScan*, 1992a, p. 79, e 1992b, p. 86).

Segundo alguns relatos, no início de 1992 a Renamo virtualmente abandonou o campo nas áreas centrais de Moçambique, fazendo uma viagem rural noturna ser possível pela primeira vez em anos.¹⁶ Jornais locais relatam que grupos da Renamo em Nampula param e revistam veículos e em seguida deixam que retomem seu caminho, em vez de simplesmente queimá-los e assassinar seus ocupantes. Outras – e menos divulgadas – análises mencionam, pela primeira vez fora dos limites da propaganda da ultradireita, os esforços da Renamo em edificar, em áreas fronteiriças com o Malawi, sistemas paralelos de educação e de saúde, adotando, ironicamente, um modelo próximo do exemplo da Frelimo.¹⁷

Em acréscimo, o êxodo rural provocado pela fome, o desemprego em massa e o aumento geral da criminalidade começam a tornar as cidades moçambicanas muito menos seguras do que foram no passado. O diário de Maputo, *Notícias*, vem aumentando o número de reportagens sobre crimes violentos no centro da capital, a chamada “cidade de cimento”. Os notórios *ninjas*, bandos de jovens que atacam e

roubam pedestres à noite, são um exemplo desse fenômeno.

Mas é o aumento da criminalidade e do desemprego suficiente para provocar um colapso total da estrutura social das cidades moçambicanas? Será o prolongado processo de negociação de paz, já olhado com considerável cinismo pela população urbana de Moçambique, capaz de produzir resultados – um cessar-fogo, um acerto político, talvez eleições – a tempo de parar ou mesmo reverter o processo de decomposição social?

CENÁRIOS PARA O FUTURO

Essas perguntas provocam outras. Quais são as perspectivas imediatas e a médio prazo de paz em Moçambique, dado que parece improvável que a guerra termine logo, através de uma paz negociada ou uma decisiva vitória militar para um ou outro lado? A pré-condição óbvia é a negociação de um cessar-fogo entre a Frelimo e a Renamo, mas mesmo então não é certo que os combates terão um fim. A capacidade da liderança da Renamo em controlar suas forças em todo o país de forma alguma ficou comprovada.

Mesmo na ausência de novos combates, a menos que um sistema político funcione e um programa de recuperação econômica e social seja rapidamente estabelecido, as perspectivas imediatas para a maioria dos moçambicanos permanecerão desalentadoras. Segundo uma estimativa altamente otimista feita pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, somente transportar e reassentar os deslocados e os refugiados não custaria menos que US\$ 100 milhões (citado em Davies, 1991, p. 8). Mas o estabelecimento de um sistema político que funcione num país que já é efetivamente dirigido por agências de ajuda humanitária e doadores multilaterais não é uma tarefa fácil. A perda de soberania, implícita no controle da formulação de políticas, não so-

mente pelas relativamente altruísticas agências de cooperação, mas pelo próprio capital estrangeiro, irá provavelmente resultar num alto nível de satisfação com qualquer sistema, ainda que pluralista, que teria que operar num espaço político extremamente estreito (sobre isso, Hanlon, 1991, *passim*, mostra como o processo de *recolonização* já está bem avançado).

No futuro imediato, parece que há três possíveis cenários, que serão delineados em seguida. Eles serão, é óbvio, profundamente condicionados pelo processo político em curso na África do Sul. Na eventualidade da ascensão ao poder de um regime democrático na África do Sul capaz de controlar e desarmar as forças de segurança, que são (no mínimo) diretamente responsáveis pelo contínuo suporte à Renamo, as perspectivas para uma solução negociada em Moçambique tendem imediatamente a crescer, ao menos devido às dificuldades logísticas que outras fontes de auxílio – como os “espoliados” portugueses – irão encontrar.

1 – *O cenário somali. Não se chega a um cessar-fogo e a guerra continua. Uma combinação de guerra de baixa intensidade e severa seca conduz a um colapso do governo nas vilas e cidades assim como em áreas rurais. Agências de ajuda humanitária são incapazes de operar em condições de baixa segurança e há ameaça de fome em massa. Senhores da guerra provinciais emergem e começam a disputar o controle local.*

Davies (1991, especialmente p. 8-11) argumentou que esse cenário – que poderia mesmo incluir o desaparecimento do poder central em Maputo – ameaçaria seriamente o já vulnerável “sentido de identidade nacional” de Moçambique. A emergência dos senhores da guerra poderá ainda ser encorajada se a Frelimo decidir avançar com eleições multipartidárias sem um prévio cessar-fogo. Se o governo, visto por muitos como “o go-

verno do Sul”, perder a eleição para um terceiro partido, ou coligação de terceiros partidos, os conflitos “étnicos” poderão vir a exacerbar-se.¹⁸

Com o abandono de qualquer pretensão de manutenção do projeto igualitário original da Frelimo, a luta pela integração à minoria privilegiada se intensificou. Isso levou à emergência, por exemplo, de partidos políticos com programas explicitamente racistas ou regionalistas. Na ausência de qualquer padrão preexistente do que seria um comportamento aceitável numa sociedade capitalista, roubo e corrupção são endêmicos. Políticos desavergonhadamente utilizam suas posições para ampliar suas riquezas.¹⁹

Uma continuação da guerra, com o conseqüente – e quase inevitável – colapso da autoridade central, teria conseqüências para toda a região da África Austral. Isso incluiria uma adicional ampliação do número de refugiados (de 1,5 milhão) que já atravessou a fronteira moçambicana em direção aos países vizinhos; e mais desestabilização dentro da própria África do Sul.

2 – Um golpe de Estado. Contra a liderança de Chissano, por elementos favoráveis a um esforço para vencer a guerra através de meios militares.

Já existem indicações de que a liderança civil da Frelimo não possui um controle seguro sobre as Forças Armadas, que são popularmente vistas como corruptas e pouco dispostas a lutar. O governo vem se mostrando incapaz de eliminar a corrupção militar, apesar de ela ser objeto de discussão pública pelo menos desde a época da preparação do V Congresso, em 1989. Uma reunião do Comitê Central da Frelimo, ocorrida em março de 1992, criticou severamente o Exército, enfatizando a necessidade de “aperfeiçoar a administração, a disciplina e o controle”, e pediu uma intervenção direta do governo. Foi ainda sugerido nessa

época que a pasta da Defesa deveria ser entregue a um civil (*SouthScan*, 1992c, p. 93).

Além disso, o líder da delegação moçambicana nas negociações com a Renamo na Itália, Armando Guebuza, declarou publicamente no início do ano que a “Renamo ainda não desistiu de sua intenção de alcançar o poder por meios militares”.

O presidente Chissano não tem o mesmo estreito relacionamento com o Exército que tinha o seu predecessor. Ele não foi um líder guerrilheiro e suas tentativas de cortar parte do orçamento renderam-lhe inimigos, como demonstrou o fracassado golpe de junho de 1991 (*Mozambique File*, julho de 1991, “Coup. plotters arrested”). Uma segunda tentativa de derrubada de Chissano, um sulista, por oficiais do Exército descontentes, embora imprevisível, não parece improvável.

3 – Uma variação do cenário angolano de Bicesse. Um cessar-fogo negociado, patrocinado pelos portugueses, acarretando numa paz localizada e talvez em algum tipo de partilha de poder entre a Frelimo e a Renamo. Os investimentos portugueses começam então a retornar.

Há fortes indicações de que o governo português deseja que as negociações passem a ser realizadas em Lisboa, embora formalmente isso seja negado. Certamente a poderosa “associação de espoliados”, formada por ex-colonos portugueses que fugiram de Moçambique, está exercendo pressão na tentativa de mudar o local de negociações, através da delegação da Renamo, e talvez por outros recursos, para também assegurar que seus interesses não serão esquecidos (que incluem fábricas, imóveis, aposentadorias e até contas bancárias que foram abandonadas). Segundo algumas fontes, certos membros da Renamo temem que o retardamento de uma solução sobre “os espólios” irá beneficiar somente aqueles que já participam do processo político.

O resultado de qualquer um desses cenários será a inviabilidade de um projeto imediato para atender às pessoas que sofrem com a guerra e com a seca num Moçambique já devastado. Isso é importante para aqueles que continuam a acreditar que a agenda pós-independente da Frelimo era legítima e realizável, e continuam a tentar entender a natureza real do processo que acarretou na atual situação. Todavia, não atende àqueles que sonham com o "fim da história" ou a vitória final do liberalismo do Primeiro Mundo.

NOTAS

1. Além das fontes a seguir citadas, esta análise se baseia numa experiência pessoal de oito anos (1979-1987) de trabalho acadêmico no Centro de Estudos Africanos de Maputo; quatro anos (1987-1990) no Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), no Zimbábue; e de 1990 a 1991 no SAGES Trust.
2. O livro recém-editado de Alex Vines (1991, p. 1) afirma abertamente que "as antigas acusações sobre a desestabilização sul-africana não mantiveram a sua credibilidade face às reformas atuais na África do Sul (...)". Mas o jornalista norte-americano William Finnegan (1992) mostra uma humildade gratificante. Seu novo livro assumidamente se intitula *Uma guerra complicada*.
3. O argumento aqui apresentado segue as idéias do economista belga Marc Wuyts (1980), especialmente seu artigo "Economia política do colonialismo português em Moçambique".
4. A versão mais desenvolvida desse argumento na época era de Anderson, 1966.
5. Pesquisas importantes mas ainda não divulgadas foram levadas a cabo pelo historiador moçambicano José Guilherme Negrão no Arquivo Histórico de Moçambique, em meados dos anos oitenta, sobre a economia política das zonas liberadas e seu relacionamento simbiótico com os aldeamentos e com as comunidades refugiadas em países vizinhos.
6. Por exemplo, Domingos Arouca, advogado negro que, baseado em Lisboa, dirige o pequeno partido conservador Fumo, afirma ter passado mais tempo em cárceres portugueses durante o período colonial do que qualquer outro ativista. Isso pode ser verdade; é também verdade que ele está exilado desde meados dos anos setenta e esteve em estreito contato com Arturo Vilanculos, suposto ex-representante da Renamo nos Estados Unidos.
7. *Southern African Forum Position Paper*. Joanesburgo, 5(18), citado por Hanlon, 1991, p. 5.
8. Este não é o lugar para discutir a questão da política regional da África do Sul e a desestabilização nos anos oitenta, sobre a qual existe extensa literatura. Para uma recente síntese, ver Johnson e Martin, 1989.
9. *Summary of World Broadcasts*. Londres, nº ME/8278, p. ii, de 6 de junho de 1986.
10. Agradeço a Rob Davies (Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape) por esta e várias outras das referências que se seguem.
11. Conforme diferentes fontes. O central Cosatu e o sindicato mineiro NUM afirmaram que iriam atuar em apoio aos moçambicanos, que eram considerados "parte integrante da classe trabalhadora (da África do Sul)". *Notícias*, 10.10.86).
12. Os "permanentes", ele garantiu, eram responsáveis por ataques no Transvaal oriental. *The Citizen*, 10.10.86.
13. Ver: "Statement by the Embassy of Malawi to the US to accredited diplomatic missions in Washington DC on Renamo relationship, 17 October 1986". *Southern African Record*. Braamfontein, (46):75.
14. Sobre a marginalização pós-guerra fria do Terceiro Mundo, e sobretudo a África, ver Ru fin, 1992.

15. CENE. *Alert on drought in Mozambique* (em inglês). Maputo, 16 de março de 1992. Esse apelo veio a público bastante tardiamente na crise da seca, alegadamente em resposta à ameaça do Malawi de remeter de volta para Moçambique um número estimado em 1,1 milhão de refugiados moçambicanos. Não está claro se isso representa outro exemplo de paralisia burocrática ou se haveria outros motivos para o atraso.
16. "Você pode agora dirigir de Beira até Chimoio à noite sem problemas", disseram-me em Maputo em março de 1992 (comunicação particular).
17. Pesquisas importantes têm sido feitas sobre esses acontecimentos pelo Dr. Ken Wilson, do Refugee Studies Programme, Universidade de Oxford, Inglaterra.
18. Argumentei em 1989 que *naquela ocasião* não havia senhores da guerra em Moçambique. Uma das teses principais do presente artigo é que essa situação pode estar mudando. Ver Darch, 1989.
19. Para uma lista pormenorizada mas seletiva de escândalos recentes, ver "Allegations of corruption". *Mozambique File*. Maputo, (188):8-10, março de 1992.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry (1966). *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, 1966.
- CLARENCE-SMITH, Gervase; CAHEN, Michel; FAUVET, Paul; MINTER, William; ROESCH, Otto (1989-1990). *Southern African Forum Position Paper*. London, Cidade do Cabo, jun-jul 1989, jun-jul 1990.
- DARCH, Colin (1989). "Are there warlords in provincial Mozambique? Questions of the social base of MNR banditry". *Review of African Political Economy*, nº 45-6.
- DAVIES, Robert (1991). "Implications for Southern Africa of the current impasse in the peace process in Mozambique". *Southern African Perspective*, nº 9. Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape.
- ELLIS, Stephen e SECHABA, Tsepo (1992). *Comrades against apartheid: the ANC and the South African Communist Party in exile*. London.
- FINNEGAN, William (1992). *A complicated war: the harrowing of Mozambique*. Berkeley, Calif., 1992.
- GREEN, R. H. (1992). "Sound the tocsin: the third horseman mounts to ride. Drought in Southern and South Africa, 1991-1993". S.I.
- HANLON, Joseph (1991). *Mozambique: who calls the shots*. London.
- HEDGES, David (1989). "Notes on Malawi-Mozambique relations, 1961-1987". *Journal of Southern African Studies*, out., e *Cadernos de História*. Maputo.
- JOHNSON, Phyllis and MARTIN, David (1989). *Apartheid terrorism*. London.
- McCULLUM, Hugh (1992). "Worst drought since 1911 faces Southern Africa". *Southern Africa New Features*. Harare, fevereiro.
- MOÇAMBIQUE (1985). Direção Nacional de Estatística. *Informação estatística 1975-1984*. Citado em HANLON, 1991, p. 11.
- OHLSON, Thomas (1991). "The new is not yet born: conflict, conflict resolution, security and development in Southern Africa". Relatório para a ASDI. Uppsala, setembro.

- PENVENNE, Jeanne. "'We are all Portuguese'. Challenging the political economy of assimilation, Lourenço Marques, 1870-1933", in: VAIL, 1989.
- RUFIN, Jean-Christophe (1992). *O império e os novos bárbaros*. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Almiro (1992). "A guerra nos quarteirões". *Domingo*. Maputo, 15 de março.
- "SOUTHSCAN" (1992a). "Drought may break stalemate in SA-supported war". London, 13 de março.
- (1992b). "Attacks mount in Maputo's shackland". London, 20 de março.
- (1992c). "Frelimo's military effort slated at key meeting". London, 27 de março.
- VAIL, Leroy (org.) (1989). *The creation of tribalism in Southern Africa*. London, p. 255-88.
- VINES, Alex (1991). *Renamo: terrorism in Mozambique*. London, 1991.
- WUYTS, Marc (1980). "Economia política do colonialismo português em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*. Maputo, (1): 9-22.

SUMMARY

War and recent social changes in Mozambique (1986-1992): scenarios for the future

The article presents two theses on Mozambique's current economic and military situation. In broad terms, the first argues that the prolonged political and ideological struggle between Mozambique's openly Marxist regime and South Africa, especially as of 1980, came to a head in October 1986, bringing a decisive setback for the Frelimo government's radical project. The second thesis contends that Mozambique now finds itself facing another juncture, where the nature of the war against Renamo is shifting from a strategy that seeks mainly to destroy rural zones to one that also targets cities. This change begins to threaten the urban social fabric, as well as the rural.

The immediate future points to three possible scenarios, which are heavily dependent upon the political process underway in South Africa:

1 – **The Somali scenario.** *A cease-fire is not reached and the war continues. A war of attrition combined with severe drought brings down the government in villages and towns as well as in rural areas. Provin-*

cial war lords emerge and begin disputing local control.

2 – **Coup d'état.** *Elements favorable to a drive to win the war by military means stage a coup against Chissano's leadership.*

3 – **A variation of the Angolan scenario of Bicesse.** *A negotiated cease-fire, underwritten by the Portuguese, brings localized peace and perhaps some kind of power-sharing between Frelimo and Renamo. Portuguese investments then begin to return.*

The outcome of any of these scenarios will be the inviability of any immediate project to attend to the people afflicted by war and drought in an already devastated Mozambique. This is important for those who still believe that Frelimo's post-independence agenda was legitimate and achievable, and who are still attempting to understand the real nature of the process that brought the current situation. However, it does not satisfy those who dream of the 'end of history' or the ultimate victory of First-World liberalism.

RÉSUMÉ

La guerre et les changements sociaux récents au Mozambique (1986-1992): scénario pour l'avenir

Cet article présente deux thèses sur l'actuelle situation économique et militaire du Mozambique. La première soutient schématiquement que la lutte éco-

nomique et militaire prolongée entre le régime mozambicain, ouvertement marxiste, et l'Afrique du Sud s'est intensifiée à partir de 1980 et a atteint son point

culminant en 1986. Il en a résulté une défaite décisive du projet radical du gouvernement de la Frelimo.

La deuxième thèse soutient que le Mozambique se trouve en ce moment face à une autre conjoncture. La Renamo est en train de changer de stratégie: après une phase de destruction des zones rurales, elle s'attaque maintenant aux villes. Ce changement commence à menacer le tissu social urbain au même titre que celui des campagnes.

Dans un avenir immédiat il semble que trois scénarios soient possibles. Il sont profondément conditionnés par le processus politique en cours en Afrique du Sud:

1 – *Le scénario somalien. On ne parvient pas à un cessez-le-feu et la guerre continue. Une combinaison de guerre de basse intensité et de sécheresse sévère conduit le gouvernement à un collapsus dans les villages et dans les villes ainsi que dans les zones rurales. Des "seigneurs de la guerre" surgissent dans les provinces et commencent à disputer le contrôle local.*

2 – *Un coup d'État. Contre Chissano fomenté par des éléments favorables à une tentative de gagner la guerre par des moyens militaires.*

3 – *Une variation du scénario angolais de Bicesse. Un cessez-le-feu négocié, sous le patronage des portugais, entraîne une paix localisée et peut-être une sorte de partage du pouvoir entre la Frelimo et la Renamo. Les investissements portugais commencent alors à réapparaître.*

Quel soit le scénario retenu, il aura pour résultat de rendre impossible la réalisation immédiate de tout projet destiné à soulager les personnes qui souffrent de la guerre et de la sécheresse dans un Mozambique déjà dévasté. Ceci est important pour ceux qui continuent à croire que ce que les plans établis par la Frelimo au lendemain de l'Indépendance étaient légitimes et réalisables. Ce sont les mêmes qui essaient de comprendre la réelle nature du processus qui a mené à la situation actuelle. Mais ces conclusions ne satisferont pas ceux qui rêvent de la "fin de l'histoire" ou de la victoire finale du libéralisme du Premier Monde.

Aos colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na *diáspora* e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e Ásia.
- A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.
- Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais deverão conter um resumo do texto, de aproximadamente uma lauda, e a qualificação acadêmica e profissional do autor.
- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.
- As notas de referência, numeradas correlativamente, deverão ser apresentadas observando-se a seguinte norma:

PARA LIVRO

a) nome do autor; b) título da obra (sublinhado); c) número da edição, se não for a primeira; d) local de publicação; e) nome da editora; f) data de publicação; g) número da página.

Ex.: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel, 1972, p. 25.

PARA ARTIGO

a) nome do autor; b) título do artigo entre aspas; c) nome do periódico (sublinhado); d) local de publicação; e) volume e número do periódico; f) número de páginas; g) data de publicação.

Ex.: IANNI, Octávio. "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, (15):208-17, 1988.

- Não deve ser incluída bibliografia no final dos trabalhos. Todas as referências bibliográficas, assim como as demais notas, deverão ser incluídas nas notas de referência.
- Com a publicação do artigo, o autor receberá dez exemplares da revista.
- Os trabalhos devem ser enviados para:
Editoria de Estudos Afro-Asiáticos
Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10, Sala 501
20011000 – Rio de Janeiro – RJ



NÚMERO ANTERIOR

- Transição da escravidão para o trabalho livre no Caribe (1780-1890)
- Transição da mão-de-obra escrava para a livre em Rio Bonito e Vassouras (1870-1890)
- Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística
- Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil
- Etnopolítica – a dinâmica do espaço afro-baiano
- É o Japão um país etnicamente homogêneo?
Considerações sobre o caso Kajiyama
- Antologia de textos do jornal 'O Africano' (1908-1919)

